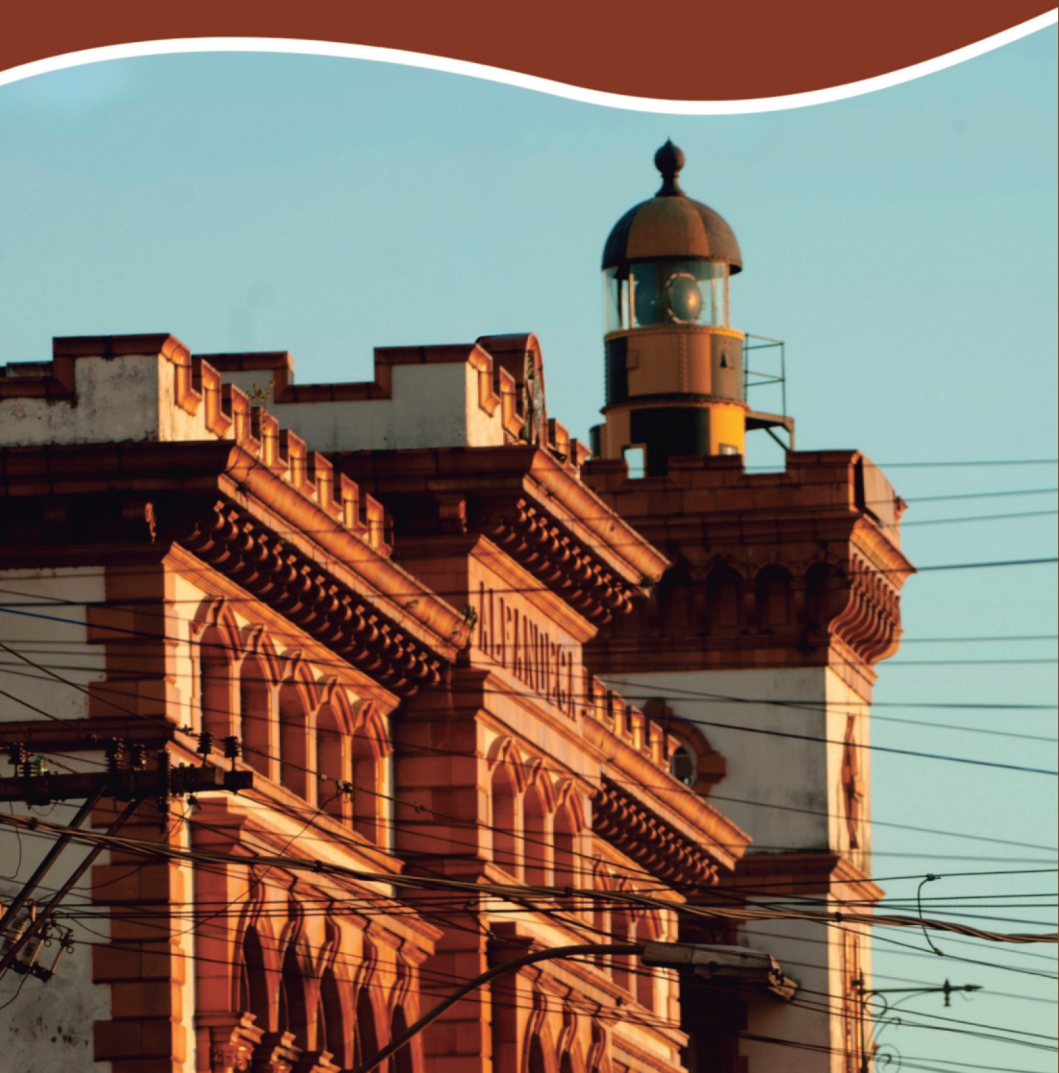
ORGANIZADORES:
CÉSAR AUGUSTO B. QUEIRÓS
ANDERSON VIEIRA MOURA
DAVI AVELINO LEAL

AMAZÔNIA

HISTÓRIA, TRABALHO E IMPRENSA

]

César Augusto B. Queirós
Anderson Vieira Moura
Davi Avelino Leal
Organizador

AMAZÔNIA:
História, Trabalho e Imprensa

A presente obra foi financiada pela

Realização:

Comitê Científico - Alexa Cultural

César Augusto B. Queirós
Anderson Vieira Moura
Davi Avelino Leal
Organizador

AMAZÔNIA:
História, Trabalho e Imprensa

Embu das Artes - SP
2024

Este livro é dedicado à memória de nosso querido amigo e colega Hideraldo Lima da Costa, que nos deixou de forma tão repentina. Que descanses em paz, amigo!

É dedicado também a Francisca Deusa da Costa. Estamos ao seu lado e ao lado de seus familiares e amigos neste momento de tanta tristeza.

Direção
Gladys Corcione Amaro Langermans
Nathasha Amaro Langermans
Editor
Karel Langermans
Capa
Dhyene Vieira dos Santos
Foto da Capa*
Leonide Príncipe
Revisão Técnica
César Augusto B. Queirós e Anderson Vieira Moura
Editoração Eletrônica
Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Q003 - QIEIROZ, César Augusto B. M929 - MOURA, Anderson Vieira
L435 - LEAL, Davi Avelino

Amazônia: História, Trabalho e Imprensa. César Augusto B. Queirós, Anderson Vieira Moura e Davi Avelino Leal (orgs.). Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2024.

14x21cm -229 páginas

ISBN - 978-85-5467-429-8

1. História - 2. Política - 3. Pesquisa - 4. Trabalho - 5. Imprensa. - 6. LABUHTA - 7. Amazônia - I- Sumário - II Bibliografia

CDD - 373.08 / 907

Índices para catálogo sistemático:
1. Educação
2. Interdisciplinaridade
3. Educação Básica

Alexa Cultural Ltda
Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexa@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br

Editora da Universidade Federal do Amazonas
Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgilio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

SUMÁRIO

Apresentação

César Augusto B. Queirós[1]

Os estudos sobre a região amazônica vêm ganhando um formidável impulso nas últimas décadas. Nos mais variados campos do conhecimento, vemos um significativo desenvolvimento das pesquisas que colocam a Amazônia como espaço privilegiado de reflexão e debate. No campo da História, o surgimento de Programas de Pós-Graduação na região Norte no início deste século, como o PPGHIST da UFPA, em 2004, e o PPGH/UFAM, em 2006, dinamizou ainda mais uma produção que já vinha sendo desenvolvida por pesquisadores e pesquisadoras que buscavam sua formação em outros estados ou em programas multidisciplinares – como o Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM), criado em 1998.

Para o caso do Amazonas, a criação do PPGH/UFAM, em 2006, e a abertura do curso de Doutorado, em 2018, proporcionaram um rápido desenvolvimento das pesquisas, possibilitando uma ampliação dos objetos estudados, dos recortes cronológicos e das abordagens metodológicas. Períodos menos estudados pela historiografia amazonense passaram a ganhar renovada atenção por parte das novas historiadoras e dos novos historiadores. Novos acervos passaram a ser incorporados às pesquisas e novos olhares passaram a ser lançados sobre a documentação. Paralelamente a este movimento, os espaços de preservação da memória tornaram-se mais preparados e acessíveis para atender às demandas das pesquisas que passaram a ser desenvolvidas.

Neste contexto de ampliação das pesquisas sobre a Amazônia é que se constituiu o Laboratório de Estudos sobre História Políti-

1 César Augusto Bubolz Queirós é Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é professor adjunto do DH e do PPGH da Universidade Federal do Amazonas e é Coordenador do Laboratório dos Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia (LABUHTA). E-mail: cesardequeiros@ufam.edu.br

ca e do Trabalho na Amazônia (LABUHTA/UFAM), tendo como objetivo impulsionar as pesquisas relacionadas à História Política e à História do Trabalho na Amazônia e promover o diálogo entre os pesquisadores da região. Criado em julho de 2017 com o nome de Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Ditadura (LETRAD), o laboratório passou por uma reestruturação em 2020 e ampliou tanto suas linhas de pesquisa quanto suas áreas de interesse, passando a adotar o nome de Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia (LABUHTA/UFAM). No primeiro semestre de 2024, o LABUHTA passou a incorporar o Laboratório de História da Imprensa na Amazônia (LHIA/UFAM), passando por nova reformulação e incorporando novos membros.

O livro que ora apresentamos, *Amazônia: História, Trabalho e Imprensa*, é resultado do trabalho de pesquisadores/pesquisadoras e colaboradores/colaboradoras do LABUHTA, em sua maioria vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História da UFAM, e busca proporcionar uma amostra das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas.

Assim, a primeira parte do livro reúne textos que abordam a perspectiva do trabalho na Amazônia, promovendo uma análise cuja centralidade recai sobre associações de trabalhadores, categorias profissionais (como tipógrafos, pilotos e metalúrgicos) e possibilidades de análise (como a preocupação com a preservação dos acervos em Tefé e a reflexão sobre a Lei dos Acidentes). Na segunda parte, verificamos o dinamismo das pesquisas desenvolvidas no PPGH/UFAM e pelos membros e colaboradores do laboratório. Nesta parte, a imprensa como objeto de análise surge como um grande destaque, sobretudo se considerarmos que esta já era uma abordagem desenvolvida pelo LABUHTA, como demonstra a publicação do livro *Histórias Impressas: imprensa e periodismo na Amazônia* (2022). No entanto, com a já mencionada incorporação do LHIA ao LABUHTA, a imprensa como fonte e objeto de análise ganhou ainda mais relevância. Assim, nesta segunda parte do livro, a análise da imprensa ganha destaque em capítulos que analisam jornais como o *Paládio* e o *Jornal do Commércio*, embasando análises sobre os projetos desenvolvimentistas para a Amazônia e a geopolítica no período entreguerras. Nesta segunda parte, a política indigenista na Amazônia e os projetos da ditadura militar também ganham destaque.

A presente obra se soma a outras produções do laboratório e do PPGH. Nos últimos anos, vários trabalhos foram publicados pelos membros e colaboradores/colaboradoras do LABUHTA. Entre eles, podemos destacar *Trabalho e Trabalhadores na Amazônia: caminhos e possibilidades para uma história em construção* (2017) [2], *História, Trabalho e Cidadania na Amazônia* (2019)[3], *Amazônia Republicana: estudos sobre poder, política e trabalho* (2021)[4], *90 anos da 'Revolução de 1930'* (2021)[5], *Histórias Impressas: imprensa e periodismo na região Norte* (2022)[6] e, o mais recente, *Às portas dos tribunais: os trabalhadores no Poder Judiciário na região Norte* (2024)[7]. Convidamos a todos para fazerem uma boa leitura e a acompanharem as produções do laboratório

---

2 QUEIRÓS, César Augusto Bubolz; CAMPOS, Gláucia (Org.). *Trabalho e Trabalhadores na Amazônia*: caminhos e possibilidades para uma história em construção. 1. ed. Manaus: EDUA, 2017.

3 QUEIRÓS, César Augusto Bubolz; BARROS, W. F. S. (Org.). *História, Trabalho e Cidadania na Amazônia*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2019.

4 QUEIRÓS, César Augusto Bubolz; LEAL, Davi; MOURA, Anderson Vieira (Org.). *Amazônia Republicana*: estudos sobre poder, política e trabalho. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2021. v. 1. 254p .

5 QUEIRÓS, César Augusto.; LEAL, Davi; MOURA, Anderson (Orgs.). 90 anos da 'Revolução de 1930': III Jornada de Debates em História. 1. ed. Manaus: EDUA, 2021. v. 1.

6 QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Histórias Impressas*: imprensa e periodismo na região Norte. 1. ed. Manaus: Editora Valer, 2022.

7 QUEIRÓS, César Augusto; MOURA, Anderson; BARROS, Wanderlene; ANDES, Pedro Marcos (Orgs.). *Às portas dos tribunais*: os trabalhadores no Poder Judiciário na região Norte. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2024.

Mundos do Trabalho e História Social: memória, patrimônio histórico e cultural nos acervos de Tefé/AM

Luciano Everton Costa Teles[1]
Tenner Inauhiny de Abreu[2]

O presente texto faz parte dos espólios dos resultados alcançados por projeto desenvolvido por um grupo de professores da Universidade do Estado do Amazonas e financiado pela FAPEAM. Mais conhecido como "PRÓ-ACERVO"[3], a proposta do projeto era divulgar, valorizar e preservar os documentos históricos existentes e localizados na Rádio Educação Rural de Tefé, um complexo que engloba um prédio onde se localiza a seção de documentação da Cúria da Prelazia de Tefé e encontra-se sob a responsabilidade de uma fundação que custodia o patrimônio da Igreja Católica.

A partir dos materiais já existentes e a utilização do espaço da Rádio, a divulgação do acervo, já catalogado e higienizado para a sociedade em geral, em especial estudantes e pesquisadores universitários, tornou-se possível, e consequentemente a disponibilização de informações e conteúdos que tocam em questões cruciais relacionadas à História do Médio Solimões, enquanto área central para o Amazonas. Faz-se necessário ratificar, com efeito, que se constituiu uma das finalidades deste projeto: a viabilização do espaço para a visitação pública, a partir da organização do acervo e a montagem de exposições das fontes já digitalizadas.

O objetivo deste escrito é apresentar o projeto e algumas fontes do acervo, ressaltando as suas potencialidades para a pesquisa histórica na Amazônia, com foco no mundo do trabalho.

1 Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas/CEST. E-mail: lcteles@uea.edu.br
2 Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas/CEST. E-mail: tabreu@uea.edu.br
3 O projeto foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, FAPEAM.

O projeto *PRÓ-ACERVO* sob a ótica do mundo do trabalho

Na esteira das ações realizadas no âmbito do projeto "História, arquivo e memória de Tefé", financiado pela FAPEAM e com a finalidade de organizar e democratizar o acervo da Prelazia de Tefé/AM, localizado na Rádio Educação Rural do município, este também visava apresentar parte da documentação existente no acervo, notadamente os registros paroquiais e os periódicos, à comunidade em geral, destacando suas singularidades e potencialidades para os estudos históricos regionais e/ou nacionais.

O projeto foi idealizado coletivamente, pelos professores Luciano Everton Costa Teles, Tenner Inauhiny de Abreu e Alcemir Arlijean Teixeira Bezerra e como atividade da linha de História Social no âmbito do curso de História da UEA/CEST.[4] Destarte, o projeto tinha como objetivo central difundir e democratizar o acesso ao acervo histórico de Tefé/AM por meio de ações de higienização, organização, digitalização e catalogação dos documentos que o compõem.

Sob a guarda da Prelazia de Tefé, o acervo, hoje localizado na Rádio Educação Rural do município, veio passando por sistemáticas ações, no sentido de higienização, organização e catalogação, por meio de um grupo de professores e estudantes da Universidade do Estado do Amazonas, operacionalizadas por projetos de Iniciação Científica, com financiamento da FAPEAM, e de extensão (PROGEX/UEA), o que tem mobilizado esforços na divulgação do acervo documental.

A Universidade do Estado do Amazonas realizou ações que resultaram na constituição de um inventário parcial dos documentos presentes na Rádio Educação Rural de Tefé. São aproximadamente 2.774 documentos organizados, em 30 caixas de arquivos, distribuídos em diversos temas: documentos, cartas, jornais, livros, apostilas, mapas, relatórios, livros de pontos, atas de reuniões, cursos, formulários, projetos, informativos, boletins, encartes, programas de rádio, cadernos sobre os movimentos sindicais, fora aqueles ainda não catalogados e inseridos no Inventário. O acervo é importantíssimo, pois encontram-se além dos documentos mencionados, perió-

4 TELES, Luciano Everton Costa, TEIXEIRA, Alcemir Arlejean Bezerra, ABREU, Tenner Inauhiny de. "Acervo, História e Memória de Tefé/AM: relato de um projeto de pesquisa". Revista Documento/Monumento, v. 10, n. 1, 2013, p. 205-210.

dicos como *O Missionário* e demais fontes que evidenciam aspectos históricos de regiões do Médio e Alto Solimões.

Sabe-se que o acervo da Rádio é vasto, pois abrange uma área espacial e temporal significativa. Os documentos históricos que resistiram ao tempo referem-se a regiões e localidades que se transformaram atualmente em cidades como Tonantins, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Fonte Boa, Uarini, Tefé entre outras. Até porque, no século XIX, segundo Reis, pela Divisão do Código do Processo em 1833, ficou sendo a única vila do rio Solimões, com fronteiras absorvendo a José do Javari e São Paulo de Olivença, os lugares de Alveollos, Alvarães, Fonte Boa e Nogueira.

Com efeito, vários documentos que remontam ao século XIX e XX encontram-se no acervo. Esses documentos referem-se à história do Médio e Alto Solimões, uma vez que versam sobre cidades e regiões localizadas na calha do Solimões, mas também de seus afluentes.

Dada à dimensão e importância do acervo, que contém inclusive documentos em francês e holandês sobre a região, uma intervenção no sentido de organizá-lo e democratizá-lo fazia-se urgente.

O desafio de como contar e analisar a História Social do Médio Solimões

Com os avanços tecnológicos e a democratização de acesso à informação e aos arquivos, historiadores e historiadoras sociais veem-se diante de um novo desafio: como não se deixar seduzir por um neopositivismo e uma visão reducionista das fontes e da construção do conhecimento histórico? Obviamente o ofício do historiador não se constitui em "fazer-se" traça de gabinetes. É preciso encarnecer a história, visitar os arquivos e caminhar de forma distinta por novos e velhos caminhos.

O uso da memória como fonte de pesquisa foi posto novamente em discussão, sobretudo a partir das críticas dos historiadores documentalistas sobre teoria e método na história oral nos anos 1970. A principal crítica era a memória não ser confiável como fonte histórica, por ser distorcida pela deterioração física e nostalgia da

velhice e influências de versões coletivas e retrospectivas do passado.[5]

Thompson ainda se refere a procedimentos para testar a confiabilidade no uso do que classifica como memória oral. Tal perspectiva pode ser tomada, entretanto, para qualquer documento. O autor demonstra que no uso de memórias, sua consideração deve partir de um olhar multifacetado, ancorado na psicologia social, antropologia, na sociologia e na história, e que viabilize o cruzamento de fontes históricas diferentes.

Memória histórica e patrimônio histórico estariam interligados. Sobre isso, Jacques Le Goff, em obra chamada História e Memória[6], apontou que "tanto o patrimônio histórico e cultural material como também o imaterial potencializam a reconstrução de um passado, multifacetado e complexo, que mantém uma ligação orgânica com o presente e que muito o explicita e clarifica, envolvendo questões ligadas a memória". Patrimônio histórico e cultural (material e imaterial), reconstrução do passado e memória, são elementos fulcrais para fazer uma ligação entre o passado e o presente, e são fundamentais para a compreensão deste último. O presente possui uma relação orgânica com o passado, só podemos entendê-lo por meio do passado e, nesse sentido, a preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural acaba sendo extremamente necessária.

O espaço da Rádio e os materiais históricos nele localizados podem ser utilizados para viabilizar a ligação orgânica mencionada por Le Goff, ao mesmo tempo em que se pode promover a preservação e valorização do Patrimônio Histórico e Cultural e da História Local. Portanto, os materiais históricos presentes na Rádio constituem-se como essenciais para a inserção de Tefé, em fenômeno que, atualmente, propaga-se em diversas regiões do país: existe um movimento no sentido de recuperar e resgatar o Patrimônio Histórico e Cultural.

5 THOMSON, Alistar; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. "Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionai"s. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 66.

6 LE GOFF, Jacques. "Documento/ Monumento". In: ______. História e memória. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 128.

Descrição física do acervo Prelazia de Tefé

Como mencionávamos anteriormente, no acervo da Prelazia de Tefé há aproximadamente 2.774 documentos organizados em 30 caixas de arquivos distribuídos em diversos temas: documentos, cartas, jornais, livros, apostilas, mapas, relatórios, livros de pontos atas de reuniões, cursos, formulários, projetos, informativos, boletins, encartes, programas de rádio, cadernos sobre os movimentos sindicais, fora aqueles ainda não catalogados e inseridos no inventário. O acervo é importantíssimo.

As fontes paroquiais se constituem como pistas a respeito da complexidade das relações sociais presentes durante o século XIX na região. A tentativa de ascensão social por parte dos grupos vinculados à classe trabalhadora perpassa sob nosso entendimento a análise jurídica (se o indivíduo é livre ou escravo) ou mesmo social (qual o lugar do indivíduo naquela sociedade?). Fica clara a existência de estratégias para os trabalhadores e seus descendentes ascenderem de status social, durante o oitocentos, na Província do Amazonas, das maneiras mais variadas possíveis.

Os historiadores sociais têm explorado, mesmo que de maneira menos aprofundada do que ocorre em outros países, os registros paroquiais. De acordo com João Fragoso, estes registros compõem as únicas coleções seriadas que se possui, por exemplo, para uma abordagem da História Social. De acordo com o autor, na historiografia internacional já se possui larga tradição nas pesquisas de história demográfica e das famílias.[7]

Os arquivos paroquiais são, para Ana Paula Rosa[8], os melhores testemunhos de vida das comunidades onde se insere cada paróquia. A Igreja conseguiu ao longo de sua história arquivar um volume respeitável de documentos considerados históricos para a sociedade.

---

7 FRAGOSO, João. "Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial". *Topoi*, v. 11, n. 21, 2010. p. 74.

8 ROSA, Ana Paula Filipe de Amorim Alves. *Os arquivos Paroquiais do Município de Sintra. Contributo para a sua reconstituição*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, 2011.

Para Jussara Borges[9], tais registros se encontram resguardados em Arquivos Eclesiásticos. Nesses espaços, não se encontram somente preservadas informações que relatam a memória da Igreja enquanto instituição, mas também há conservadas passagens da vida do povo brasileiro. Os arquivos paroquiais, apesar de serem dotados de caráter privado, têm documentação classificada como de interesse público e social.

Existem três tipos de registros paroquiais: registros de batismo, de casamento e óbito. Os registros de batismo contêm geralmente informações como o nome do batizado (apenas o primeiro nome), o nome dos pais, a data do batismo, o local, os nomes dos padrinhos. Já os registros de casamento contêm a data e o local do casamento, o nome dos nubentes, o local de origem dos mesmos, o nome dos pais e o nome dos padrinhos. Os registros de óbitos contêm o nome do falecido, a data e o local do óbito, dentre outros dados.

Para João Fragoso, as fontes paroquiais são documentos de grande valor por seu caráter repetitivo e por sua quantidade. Paróquias e Cúrias possuem um conjunto de assentos que tratam da vida dos paroquianos, quase individualizada. Esses relatos, por conta da influência da sociedade católica, transformavam-se em livros de batismos, de habilitações de casamentos, livros de óbitos e nestes papéis, de acordo com o autor, encontramos informações preciosas tais como, nome, filiação, naturalidade, qualidade social (cor, título), moradia, status social.

Douglas Libby[10], ao examinar documentação paroquial em Minas Gerais, durante o século XVIII, tenta analisar as representações identitárias e o processo de racialização envolvendo escravos e ex-escravos na região. Constatou que é possível observar uma mudança na descrição da origem e condição dos indivíduos naquele período. Usando documentos paroquiais e tentando compreender a construção das representações identitárias, o autor chega à conclusão de que tais representações estariam mais vinculadas à posição social do que a própria identidade racial. Significativo na obra de

9 BORGES, Jussara, SILVA, Ana Aparecida Gonzaga da. “Arquivos secretos eclesiásticos em Salvador”. *III SBA – Simpósio Baiano de Arquivologia*. 2011.

10 LIBBY, Douglas Cole. “A empiria e as Cores: Representações identitárias nas Minas Gerais dos Séculos XVIII e XIX”. In: *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010. p. 41.

Libby é o uso de documentação paroquial na análise de racialização e posição social dos grupos estudados pelo autor.

Nos arquivos da Prelazia de Tefé (Conforme tabela anexada) e livros de batismos do século XIX, apresentam-se dados significativos sobre o perfil social dos habitantes do interior da Província do Amazonas durante o período destacado. Foram encontrados 38 livros eclesiais, na secretaria da Catedral de Santa Tereza, correspondentes ao recorte temporal de nosso trabalho, sendo 34 de batismo e quatro livros de casamentos, conforme a tabela 1.

Tabela 1: Livros de Batismo e Casamento

TIPO DE LIVRO	DATA	LOCAL
Batismo	1800	Vila de Nogueira
Casamento	1887	Rio Solimões
Batismo	1895	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1944	Solimões e Japurá
Batismo	1887-1888	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1890-1894	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1890-1895	Rio Solimões
Batismo	1891-1892	Paróquia de Santa Teresa-Juruá
Batismo	1894-1904	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1894-1904	Tefé e Interior
Batismo	1896-1897	Paróquia de Santa Tereza-Tefé
Batismo	1897-1903	Interior de Tefé, Juruá e Solimões
Batismo	1900-1905	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1904-1907	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1904-1910	Juruá e Solimões
Casamento	1910-1911	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1911-1912	Tefé, Caiçara
Casamento	1911-1920	Missão e Caiçara
Casamento	1911-1920	Caiçara, Uarini e Missão
Batismo	1916-1918	Caiçara e Missão e Uarini
Batismo	1918-1921	Caiçara

Batismo	1918-1927	Foz do Jutaí
Batismo	1921-1923	Missão
Batismo	1921-1923	Caiçara
Batismo	1923-1924	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1923-1925	Caiçara, Nogueira
Batismo	1925-1926	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1925-1926	Solimões e Japurá
Batismo	1926-1928	Juruá, Baixo Solimões e Jenipauá-Catuá
Batismo	1926-1928	Caiçara
Batismo	1926-1930	Médio Solimões
Batismo	1927-1941	Tefé e Caiçara
Batismo	1928-1931	Japurá, Uarini e Baixo Solimões
Batismo	1928-1934	Caiçara
Batismo	1931-1933	Caiçara, Jutaí e Japurá
Batismo	1934-1936	Solimões
Batismo	1934-1937	Tefé e Caiçara
Batismo	1938-1941	Fonte Boa, Solimões e Alvarães
Batismo	1938-1941	Solimões

Fonte: Sessão de documentação da secretaria da catedral de Stª Teresa, Tefé-AM. Elaborado pelos autores.

Percebemos, assim, a existência de um livro de batismo correspondente ao período Colonial da Vila de Nogueira, um livro de casamento respectivo ao Brasil Império de 1887, correspondente a aldeamentos presentes no Rio Solimões e 36 livros que condizem ao período da República que correspondem a áreas diferentes, como rios ou povoados, e, pelas suas datas e localizações, é perceptível que há muitas lacunas nos registros e que faltam livros para completar tais informações.

É provável que muitos desses livros tenham se perdido através do tempo devido à sua má conservação. Outra situação é de que muitos se encontrem nas Prelazias e Paróquias das cidades vizinhas, ocasião em que se faz necessário trabalhos que se voltem para a conservação e análise de tais dados.

Tais povos aparecem em fontes históricas depositadas nos arquivos da Igreja Católica, notadamente a seção de documentação da Prelazia da cidade de Tefé, ou da sede da cúria episcopal na Rádio Educação Rural de Tefé. Nesses dois locais, encontram-se, sob a custódia da Igreja, farta e diversificada documentação, dentre elas uma que nos interessa significativamente: os arquivos paroquiais.[11]

Por exemplo, o arquivo paroquial mais antigo encontrado da cidade de Tefé trata-se do livro de Assentos de Batismos da Vila de Ega e Lugar de Nogueira, contendo aproximadamente 814 registros de batismos das populações destes locais entre 1798 e 1836. Dentre os assentamentos, a presença de índios batizados com etnias declaradas ou não, o que nos possibilita ampliar na longa duração o quadro até aqui pincelado pelas fontes primárias.[12]

No documento temos:

> Aos dez dias do mês de novembro de mil setecentos noventa e oito batizei solenemente e pus os santos óleos ao inocente Ventura filho de pais infieis de nação Juri foram padrinhos sacristão Bráz Antônio solteiro e a mamaluca Violante casada todos moradores e naturais deste lugar de Nogueira de que fiz este assento // O vigário José Manoel de Medeiros// O vigário Raymundo Serra Valente.[13]

Acima temos um pequeno exemplo do quadro multiétnico presente na região da então Vila de Nogueira em fins do século XVIII. Pais "infiéis", ou seja, não batizados, batizando sua filha. Inocente nos termos da Igreja Católica do período era sinônimo de pessoa livre. Entre os padrinhos, Violante, descrita como "mamaluca", no caso mestiça.

---

11 Descrição do acervo documental sob a guarda da Igreja está descrita em: TELES, Luciano Everton Costa, ABREU, Tenner Inauhiny de, TEIXEIRA, Alcemir Arlijean Bezerra. "História Social na Amazônia: fontes paroquiais como suportes documentais na construção do conhecimento histórico". *Acervo*, v. 27, n. 2, 2014, p. 181-193. Sobre metodologia referente a esta tipologia de fonte, consultar: FRAGOSO, João et. al. *Arquivos paroquiais e História Social na América lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas da pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

12 MENDES, Egly Santana da Silva. *Etnia e legitimidade na Vila colonial de Ega*: *contribuições para a História Indígena na Amazônia 1800 – 1820*. Monografia. Universidade do Estado do Amazonas, Tefé/AM, 2018.

13 *LIVRO DE BATISMO*. Vila de Nogueira. 1800. Seção de documentação secretaria da Catedral de Santa Tereza D'Ávila.

A seguir temos uma tabela em que Mendes descreve a presença variada de etnias, o que comprova a importância dos arquivos paroquiais e consubstancia os resultados do projeto PRÓ-ACERVO:

Tabela 2: Povos indígenas do Médio Solimões fins do século XVIII e início do XIX.

Etnias Declaradas no Registro de Batismo da Vila de Ega e Nogueira.	
Etnia	Quantidade
Jurí	154
Chamá	17
Miranha	63
Hamas	01
Pacé	19
Cauichana	03
Chumana	19
Mura	07
Paú	01
Boca Preta	01
Catuquina	23
Umaná	04
Picaflor	146
Lituana	03
Jupiuá	03
Jucuna	02
Uainumá	10
Macuná	11
Etnia não Declarada	325
Total[14]	841

Fonte[15]: Assento de Batismo da Vila de Ega e de Nogueira 1798 a 1836.

Por outro lado, temos também os periódicos que são documentos históricos que trazem registros amplos e variados sobre o cotidiano da população da região e que se destacam na sua potencialidade justamente por este quesito. Dentre os periódicos, como já assinalamos, temos *O Missionário*.

14 Na tabela original, elaborada por Egly Mendes, constam ainda 4 moradores, 22 mamelucos, 1 mulato e 2 escravos, totalizando 814 registros. MENDES, Egly Santana da Silva. *Etnia e legitimidade na Vila colonial de Ega*: *contribuições para a História Indígena na Amazônia 1800 – 1*820. Monografia. Universidade do Estado do Amazonas, Tefé/AM, 2018.
15 Idem.

Porém, gostaríamos de sublinhar, como exemplo concreto a revelar a potência desta documentação para o Médio e Alto Amazonas, o *Journal de La Communauté Du Saint Esprit* (1914-1939), portanto documento do início do século XX. Este carrega em suas páginas assuntos sobre a Missão, suas atividades de pregação, assim como informações sobre festas populares e religiosas, chegada e partida de barcos e lanchas, relações de trabalho, cotidiano local, etc.

O referido *Journal* está escrito em francês, porém foi traduzido para o português, num processo de tradução e transcrição. O que se fez necessário para, na sequência, externarmos a riqueza desse tipo de documentação para a pesquisa histórica no Médio e Alto Solimões.

Dentre tantas outras coisas, neste documento temos traços que revelam as linhas gerais do universo do trabalho na região, especificamente em Tefé. Temos máquinas e equipamentos dos barcos e das lanchas, a tripulação das embarcações e outros. Por intermédio dos produtos transportados pelos barcos, revela-se o trabalho na construção civil. Na cidade, ruas, pontes, prédios e demais construções eram dinamizados por braços amazônicos. E não para por aí, outros espaços de trabalho são indicados, o que reforça a sua importância e o seu valor histórico.

Um exemplo:

> 10 de julho
>
> De manhã ás 5h vem o vapor Andira com carga, e o correio, com este barco também vem o dinheiro para pagar os reparos da lancha Nazaré com a missão de entregá-la ao seu novo dono.
>
> Às 7 da manhã vem o Rio Jordão com o Sr. Henrique Rocha que traz a Nazareth.
>
> (...)
>
> 9 de agosto
>
> A 7ª noite vem a Mararia com uma carga formidável para a missão. Primeiro, há uma enorme caldeira, uma máquina a vapor, 50 caixas de kerozen, 50 toneis de cimento, muitos outros produtos provenientes da França. Trabalhamos até as 11 horas para descarregar tudo isso. Então vou com alguns meninos a bordo do mesmo vapor para Teffé descarregar 40 toneis de cimento.[16]

16 *JORNAL DAS COMUNIDADES MISSÃO TEFÉ*, junho a agosto de 1916. Seção Documentação Rádio Rural de Tefé.

Documento histórico rico que, em última instância, nos ajuda a explicitar as ações de sujeitos históricos e suas práticas sociais no cotidiano e mundo do trabalho.

Conclusão

O desejo de estudar o chamado mundo do trabalho leva o pesquisador vinculado à História Social ao contato com uma série de fontes primárias. Dentre estas, os arquivos paroquiais e os periódicos são relevantes para compreensão da dinâmica da sociedade amazonense durante o século XIX e ao longo das primeiras décadas do XX.

A leitura de obras que apontam para a utilização das chamadas fontes dos arquivos paroquiais pela História Social, entramos em contato com fontes inéditas coletadas: livros de batismos, assentamentos de óbitos, indícios de como a sociedade amazonense via seus habitantes, muitos com fenótipo variado, o que ultrapassava a condição jurídica. Por outro lado, com os periódicos, como *Journal de La Communauté Du Saint Esprit*, temos condições de perscrutar o mundo do trabalho e o cotidiano na Amazônia profunda, como diria Marilene Corrêa.

A construção de um projeto, utilizando-se da potencialidade das fontes da Prelazia de Tefé, em especial os arquivos paroquiais, presentes também na chamada Casa Paroquial, nos permite, a partir de tais fontes que tem uma quantidade considerável de informações, conhecer de forma mais ampliada o universo do mundo do trabalho e das relações multiétnicas que se estabeleceram na Província, por conta da presença de atores sociais das mais diferentes origens e condições jurídicas (escravos, sejam negros e mestiços, trabalhadores livres, indígenas) que transitam por todo o território da Província.

A democratização do acesso à informação de caráter público, bem como a valorização do patrimônio histórico e cultural, tem sido uma tônica dos últimos anos no Brasil. A valorização da memória histórica e social da região do Médio Solimões, por sua natureza estratégica, vem tomando espaço nos meios acadêmicos.

O projeto PRÓ-ACERVO foi importante para a disseminação

do patrimônio histórico da cidade de Tefé e das possibilidades da construção do conhecimento histórico, a partir de pesquisas nos arquivos do interior do estado do Amazonas.

O deputado dos pilotos: por uma biografia de Joaquim Cardoso de Faria (1878-1918)

Caio Giulliano Paião[17]

O auge da criação de associações marítimas do Amazonas ocorreu durante o domínio político da oligarquia Nery e a relativa estabilidade econômica apresentada entre 1900 e 1907. O engenheiro militar Silvério Nery assumiu o governo em 1900. Para a sua sucessão, a família organizou uma manobra, pois o processo era vedado entre parentes próximos: Silvério renunciou ao cargo antes do prazo, o vice-governador assumiu o governo e o major Constantino Nery, irmão de Silvério, pôde ser eleito "dentro da lei", em 1904.[18] Apesar dos escândalos de corrupção, esse novo governo fortaleceu a navegação comercial e inaugurou o novo porto de Manaus (1907).

No ano seguinte, Antonio Bittencourt foi o escolhido para continuar o domínio dos Nery, mas os traiu em favor do projeto de poder da sua própria família. De início, nomeou o filho Agnello Bittencourt à prefeitura de Manaus, ignorando a indicação dos padrinhos políticos. O rompimento definitivo veio nas eleições presidenciais. Bittencourt declarou apoio ao civilismo de Rui Barbosa contra o militarismo de Hermes da Fonseca, candidato dos irmãos Nery. Outros motivos pairam sobre essa cisão, possivelmente devido à conflitos internos no Partido Republicano Federal,[19] mas não é de se ignorar o incômodo dos Nery com as aproximações de Bittencourt com o movimento operário e a campanha civilista.

O civilismo encontrou boa acolhida entre os marítimos, que desde a Proclamação da República criticavam o poder exercido

17 Bolsista CNPq de pós-doutorado (Processo 173205/2023-2) na Universidade Federal de São Paulo. E-mail: caio_giulliano@hotmail.com

18 BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário amazonense de biografias*: *vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 171.

19 FEITOSA, Orange. *A sombra dos seringais*: *militares e civis na construção da ordem republicana no Amazonas (1910-1924)*. Tese de Doutorado. USP, 2015, p. 112-116.

pelos militares na economia e na política. Isso ia de encontro aos anseios desses trabalhadores por separar de forma definitiva a marinha mercante da Marinha de Guerra. Em 7 de março de 1910, os socialistas da capital federal decidiram apoiar Rui Barbosa. Entre eles, destacavam-se duas associações marítimas: a Associação de Marinheiros e Remadores e a União dos Foguistas.[20] Essa última certamente encaminhou a decisão para as suas filiais em diferentes Estados. Mesmo interrompida em 1907, os ex-membros da filial amazonense ainda mantinham contato com os representantes da matriz e alinharam-se à campanha civilista. Então, quando Bittencourt se posicionou ao lado de Rui Barbosa, parecia natural para os marítimos se aproximarem ainda mais do seu governo.

Outros trabalhadores da classe marítima, os pilotos, aliaram-se parcialmente ao governador contra a chapa militar, apesar de muitos terem se formado na Armada. A principal razão orbitava um aberto antagonismo à Capitania do Porto do Amazonas. Essa repartição federal era acusada de favorecer o emprego de mestres (pilotos de pequenos cursos) e/ou estrangeiros que topavam salários menores que os das tabelas acordadas pelas associações marítimas, preterindo assim os pilotos de longos cursos brasileiros. Considerando que as Capitanias respondiam diretamente à pasta da Marinha, os pilotos amazonenses fizeram seu cálculo político, observando quais mudanças no Executivo seriam mais favoráveis aos seus interesses.

Acresce que, como trabalhadores qualificados, eles reivindicavam virtudes que os apresentavam mais aptos para levar adiante a ordem republicana. Os pilotos eram os marítimos incumbidos do comando dos navios, geralmente civis, com muitos egressos da Marinha de Guerra. Junto dos 1° maquinistas e dos práticos, eram considerados pela Marinha como os oficiais dos navios mercantes. Por conta disso, os valores militares que julgavam possuir faziam-nos acreditar serem destinados a corrigir imperfeições do mundo civil. A concepção de cidadania aventada entre os pilotos concebia os subordinados dos navios como incapazes de exercer civilidade e participação política. Podemos elencar três razões.

Primeiro, a inferiorização de teor étnicorracial seria responsável por uma incapacidade de maior compreensão da realidade, tese baseada em teorias racistas falsamente científicas. As camadas mais

20 *Correio do Norte*. Manaus, n. 382, 11 mar. 1910.

rasas dos navios (foguistas, carvoeiros, marinheiros e moços) eram compostas por filhos e netos de indígenas e africanos. Segundo, o trabalho braçal exercido por eles aparecia como um sintoma de inadequação a discussões mais elevadas sobre os rumos do país, uma vez que não participavam sequer da decisão sobre os rumos dos navios. Terceiro, eles seriam suscetíveis a absorver (por força ou por persuasão) ideias e comportamentos ditados por quem tivesse poder ou influência sobre eles. Os oficiais realmente acreditavam que os navios saíam do lugar pelo único poder de suas ordens individuais.

Assim, os pilotos viam-se como melhor indicados para encaminhar as demandas da categoria pela via política, emulando o papel que desempenhavam na administração dos navios: tentando subordinar toda a comunidade de bordo à sua autoridade inquestionável. Para tanto, as associações marítimas lideradas por oficiais foram imprescindíveis.

Com aval da Associação de Pilotos da Amazônia, nas eleições de 1909, os pilotos do Amazonas apresentaram candidatos próprios. Eles conquistaram um feito inédito para a categoria marítima ao elegerem como deputado estadual, o jovem piloto e coronel da Guarda Nacional, Joaquim Cardoso de Faria. Neste capítulo, esboço uma biografia do representante dessa fração da classe trabalhadora, em um momento de tensões políticas que punham em jogo noções de cidadania e grupos sociais no poder, com o desfecho de um violento golpe de Estado no Amazonas.

Cardoso de Faria ainda é pouco conhecido pela historiografia política e dos mundos do trabalho, muito em função de sua participação ativa na orquestração golpista e por ter protagonizado uma cena de sangue em Manaus – dois motivos que o baniram de forma definitiva da vida associativa e partidária do Amazonas. O texto que ora se segue é uma adaptação de parte do Capítulo 7 de minha tese de doutorado, com alterações na ordem de apresentação e acréscimos de dados e citações bibliográficas.[21]

Analiso aqui notícias de jornais e textos de memorialistas que informam alguns traços da trajetória de Cardoso de Faria. Como dito, são informações um tanto lacunares, uma vez que ele foi sendo silenciado em disputas históricas pela formação da memória política

21 PAIÃO, Caio Giulliano. *Os lugares da marinhagem*: *trabalho e associativismo em Manaus (1905-1919)*. Tese de Doutorado. Unicamp, 2022.

e trabalhista do Amazonas. Afinal, estamos falando da elaboração da figura de um "traidor", que aglutinava predicados indesejáveis para a militância política dos trabalhadores, e cuja análise fornece outra perspectiva sobre o "bombardeio de Manaus" (1910), um conhecido evento da história política amazonense.

De início, veremos a entrada de Cardoso de Faria no cenário político, observando como os trabalhadores organizados nesse período "mobilizavam-se eleitoralmente em torno de interesses próprios, eram cotejados por setores das oligarquias, podiam ser decisivos para os resultados dos pleitos e conseguiam eleger representantes legislativos". São aspectos que devem ser compreendidos como parte integrante de uma cultura política que dinamizou a disputa eleitoral nos centros urbanos durante a Primeira República.[22] Mesmo sem consolidar um partido, as associações operárias cumpriam um papel importante no jogo político, aproveitavam-se das brechas das disputas oligárquicas para encampar as suas demandas e, quem sabe, uma candidatura própria em partidos republicanos. Portanto, este texto encontra apoio nos diálogos mais recentes travados entre a história social da política e a história social do trabalho.[23]

A segunda dimensão teórico-metodológica vista aqui tem a ver com o trato biográfico. Sobre biografias de trabalhadores, Benito Schmidt defende que esses estudos "permitem cruzar fronteiras e superar dicotomias tradicionais da historiografia do trabalho". Para o autor, eles não revelam tipos exemplares e representativos de uma classe ou grupo social, o que incorreria no perigo de generalizações, apesar do enfoque individual.[24] Nesse sentido, Schmidt parte de Sabina Loriga para conceber o singular como "elemento de tensão".

É de Loriga a ideia do uso "coral" da biografia: "o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado" para que múltiplas vozes entrem em consonância (ou não) para se apreender um determinado contexto. Por meio de diferentes movimentos

22 CASTELLUCCI, Aldrin & SOUZA, Felipe Azevedo e. "À margem dos grandes esquemas: o associativismo político-eleitoral dos trabalhadores de Pernambuco e da Bahia na Primeira República". *Estudos Históricos*, v. 35, n. 75, 2022, p. 20.

23 Ver também: SOUZA, Felipe Azevedo e. *Nas ruas*: *abolicionismo, republicanismo e movimento operário em Recife*. Salvador: Edufba, 2021.

24 SCHMIDT, Benito. "Que diferença faz? Os estudos biográficos na história do trabalho brasileira". *In*: FORTES, Alexandre et al. (org.). *Cruzando fronteiras*: *novos olhares sobre história do trabalho*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013, p. 63-66.

individuais podemos então romper homogeneidades aparentes (instituições, comunidades, grupos sociais etc.) para revelar conflitos que presidiram formações e edificações de práticas sociais e culturais. A autora conclui que, dessa forma, compreendemos como os indivíduos moldam e modificam as relações de poder.[25]

Cardoso de Faria é examinado conforme as propostas desses dois historiadores: suas ações individuais são avaliadas na medida em que evidenciam elementos de tensão nas estruturas de poder, nas quais ele tomou participação ativa não apenas como representante da classe dos pilotos, mas como sujeito histórico particular e fragmentado, dentro das circunstâncias que o definiram e o levaram a moldar a sua própria história.

A seguir, vamos conhecer o início da trajetória política de Cardoso de Faria, em seguida, a sua atuação parlamentar e alianças políticas, a participação no cenário golpista contra o governo Bittencourt e, finalmente, os eventos derradeiros que definiram seu lugar no limbo da história política e do movimento operário do Amazonas: o triste fim do deputado dos pilotos.

Votem no piloto

Joaquim Cardoso de Faria nasceu em 1878, ao que parece, na Província do Amazonas. Os dados da sua infância e juventude permanecem um mistério. Sabe-se apenas que, em algum momento, ele obteve carta de piloto emitida pela Escola de Maquinistas e Pilotos do Pará, criada desde 1892, em Belém. Em 1909, Cardoso de Faria já comandava vapores mercantes saídos de Manaus, sem sabermos em quais companhias ele serviu. A primeira notícia que localizei ao seu respeito foi sobre o princípio de incêndio que acometeu a sua casa, em 21 de agosto de 1909.[26] O piloto morava próximo ao ponto de saída das viagens, na rua dos Remédios, um dos redutos das associações marítimas.

Cardoso de Faria era membro da Associação dos Pilotos da Amazônia, criada em meados de 1907, com sede na capital paraen-

25 LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. *In*: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala*: *a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 248.
26 *Correio do Norte*. Manaus, n. 210, 22 ago. 1909.

se. A entidade mutualista tinha por objetivo a defesa do lugar de trabalho dos pilotos e a preferência de seus membros nos comandos dos navios. O grupo não restringia filiação por local de residência e aceitava membros residentes no vizinho Estado do Amazonas. Entre os marítimos, esse perfil de associação não era novidade na região e respondia à natureza do ofício marítimo: sempre em movimento e com mudanças frequentes de endereço dos filiados. Ademais, a abrangência regional (ao invés de estadual) da associação permitia que se pensasse em projetos mais amplos para resguardar os interesses dos pilotos perante as duas Capitanias dos Portos. Isso exigia um índice elevado de lealdade e compromisso entre os pares para que a agenda da associação não se dispersasse em tão largo recorte espacial.[27]

Naquele momento, apenas dois ofícios marítimos mantinham associações sedidas em Manaus: a Corporação dos Maquinistas (1906-1908?) e a Associação Beneficente dos Práticos no Amazonas (1906-1922). Os práticos já haviam mostrado o sucesso desse modelo de associativismo, que englobava Pará e Amazonas, com a Sociedade Beneficente União de Práticos da Amazônia (1906?-1915?). Cardoso de Faria participou da exitosa campanha da Associação dos Pilotos da Amazônia contra o corte dos imediatos (pilotos reservas) nos navios mercantes, entre janeiro e maio de 1908. Os membros dessa associação se mobilizaram para proteger as vagas de emprego junto ao Ministério da Marinha e obtiveram uma vitória importante, com a alteração dos regulamentos das Capitanias dos Portos que preservou a obrigatoriedade dos imediatos. A campanha revelou ao Brasil a alta capacidade de organização dos pilotos da Amazônia.[28] O movimento embalou uma agitação política para salvaguardar essa conquista e outras mais que pudessem vir.

No dia 20 de setembro de 1909, os pilotos se reuniram e escolheram 16 nomes para representá-los nas eleições daquele ano. Nem todos eram marítimos profissionais, como bem faziam demais associações operárias da época, ao indicar aliados ou membros honorários como seus porta-vozes no Legislativo. A comissão dos pilotos tornou público, pelo *Jornal do Comércio*, a chapa de deputados

27 Analiso isso de forma mais detida em: "Culturas de trabalho e associações de práticos em Manaus e Belém (anos finais do século XIX)". *Revista Mundos do Trabalho*, v. 11, 2019.

28 *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 1379, 26 jan. 1908. *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 1475, 3 maio 1908.

estaduais apoiados pela categoria marítima, segundo decisão unilateral dos pilotos. Na lista abaixo, a citação a Cardoso de Faria traz a informação de que, aos 31 anos de idade, ele já possuía patente de capitão da Guarda Nacional:

1. Capitão de corveta Colatino Ferreira Vale
2. Dr. Adriano Augusto de Araújo Jorge
3. Ricardo Matheus Barbosa de Amorim
4. Major Bertino de Miranda Lima
5. Coronel Antonio Francisco Monteiro
6. Capitão Joaquim Cardoso de Faria
7. Coronel José de Albuquerque Maranhão
8. Coronel Pedro de Alcântara Freire
9. Coronel José Furtado Belém
10. Coronel José Cardoso Ramalho Júnior
11. Tenente coronel Gentil Augusto Bittencourt
12. Dr. Adelino Cabral da Costa
13. Dr. Adolpho José Moreira
14. Capitão Manoel de Almeida Souto
15. Dr. Lourenço Pereira da Rocha Thury
16. Péricles de Moraes[29]

No dia 15 de novembro de 1909, Cardoso de Faria foi eleito para a legislatura de 1910 a 1914. Dentre os 24 deputados eleitos, ele ficou em 14°, com 2.851 votos no total, a maioria dos quais obtidos em Manaus (1.948 votos), o que indica alguma mobilização das associações, embora não seja possível precisar como os marítimos realmente votaram naquele pleito. No interior do Amazonas, Cardoso alcançou resultados modestos (903 votos), porém expressivos diante de uma população votante bem menor que a da capital. Ficou em 9° lugar em Manicoré (613 votos); 4° em Manacapuru (179 votos); 7° em Moura (28 votos) e em Ayapuá (83 votos).[30] Tal como outros trabalhadores qualificados de outras regiões do país, os pilotos passaram a compor a comunidade política entendendo-se como

29 *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 1967, 21 set. 1909.
30 *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 2.043, 6 dez. 1909.

promotores da ordem republicana no Amazonas.[31]

O jovem piloto prometeu lutar pelos interesses da categoria marítima, na verdade, subsumindo-os aos da pilotagem. Era conhecido por um atrevimento de marujo que supostamente também levaria para as sessões da Câmara. Logo de partida, quis mostrar serviço ao eleitorado, além de ganhar algumas páginas dos jornais, quando exigiu apuração sobre os gastos pessoais do ex-governador Constantino Nery, pagos com verba pública entre 1904 e 1908.[32] Cardoso de Faria compôs a base de apoio parlamentar do governo Bittencourt. Em 1910, ele se apresentava como presidente da Associação dos Pilotos da Amazônia e membro do Club Naval do Grão-Pará. Era a única liderança marítima com um mandato de deputado estadual.

Em julho de 1910, Cardoso de Faria protagonizou uma nova polêmica que tomou páginas e páginas de jornal. O deputado acusava a Capitania do Porto do Amazonas de ser conivente em um sistema de arranjos para embarques combinados de mestres e pilotos da preferência dos armadores, geralmente homens sem qualificação formal do ofício e nascidos em países ibéricos. Era uma velha questão da categoria, apontada desde quando os militares foram designados para chefiar a repartição no advento republicano. Cardoso de Faria inflamou a discussão publicando cartas, sob o pseudônimo "Dico Nunes", que acusavam o capitão do porto, Francisco César da Costa Mendes, de lucrar com subornos para autorizar todo tipo de embarque, até de gente com carta falsa de piloto. Nos textos, "Dico Nunes" chamava o capitão de "Papança", em alusão a voracidade desmedida do oficial.

Houve uma troca frenética de ofensas e desafios nas folhas do *Jornal do Comércio* e do *A Capital*.[33] Costa Mendes não era muito de debater suas atitudes, sendo um homem forjado na Armada Imperial. Nascido em Paranaguá, no Paraná, em 1860, ele ingressou na Marinha em 22 de fevereiro de 1877, um ano antes do nascimento de Faria. Participou ativamente da Segunda Revolta da Armada (1893-1894), quando parte da Marinha virou-se contra o presidente Floriano Peixoto, a 6 de setembro de 1893. No navio *Urano*, sob or-

31 Ver: CASTELLUCCI & SOUZA, 2022.
32 FEITOSA, 2015, p. 114.
33 *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 2.260, 19 jul. 1910; *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 2.261, 20 jul. 1910; *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 2.262, 21 jun. 1910; *Correio do Norte*. Manaus, n. 495, 21 jul. 1910; *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 2.263, 22 jul. 1910.

dens do almirante Custódio de Mello, Costa Mendes foi um ator importante num bombardeio, na baía de Guanabara, o qual rendeu-lhe fama de herói. Após a anistia aos revoltosos em 1895, ele ingressou na marinha mercante. Antes de ser designado para a Capitania do Amazonas, o paranaense chefiou a Capitania do Mato Grosso, em 1909.[34] Recém-chegado a Manaus, o oficial procurou se defender das acusações com a mesma energia com que descarregava canhões, por enquanto, engatilhada pelo uso da pena. Se ele era pouco tolerante à organização de marítimos, pior ainda eram as pretensões disso expressas no mandato de Faria.

O capitão do porto recorreu a golpes baixos, questionando a real qualificação do "Sr. piloto com carta passada pela Escola do Pará". Este insulto foi estendido a todos os profissionais amazônicos, que prontamente captaram a mensagem.[35] Nas últimas cartas enviadas à imprensa, ambos abandonaram seus pseudônimos e entraram em um verdadeiro campo de batalha moral. O insulto xenofóbico do oficial foi oportunamente utilizado por Cardoso de Faria, que passou a respondê-lo como "presidente da Associação de Pilotos da Amazônia", representando legitimamente os profissionais que reclamavam sua honra.[36] Por fim, sem conhecermos o desenrolar posterior, Costa Mendes processou o deputado por calúnia, resultando em repercussões na imprensa carioca.[37]

No entanto, com uma reviravolta que desafia nossa capacidade de explicação e compreensão, em poucos meses, essa dupla de rivais se encontraria lutando no mesmo lado. Isso ocorreu durante a orquestração e execução de um golpe de Estado contra o governador Bittencourt, que, aparentemente e/ou inicialmente, contava com o apoio de Cardoso de Faria. É dentro dessa circunstância que nos deparamos com a fragmentação e a não-linearidade de um estudo biográfico.

34 *O Estado*. Florianópolis, n. 353, 21 fev. 1894; *Alencar*, 1909, p. 99.
35 Costa Mendes. "O cap. do porto ao público". *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 2263, 22 jul. 1910.
36 FARIA, Joaquim Cardoso de. "Ao público e ao capitão do porto Francisco C. da Costa Mendes, capitão de corveta". *Correio do Norte*. Manaus, n. 497, 23 jul. 1910.
37 *A Capital*. Rio de Janeiro, n. 3039, 25 jul. 1910.

Cardoso de Faria e o "bombardeio de Manaus" (1910)

Este subitem nos leva ao início do capítulo, quando apresentei um breve panorama das disputas oligárquicas do Amazonas e como seus atores se posicionavam no xadrez político da eleição mais importante da República até então. Foi em função do resultado do pleito de 1910 que a população de Manaus testemunhou esse trágico acontecimento, que deixou marcas profundas na vida política, no associativismo da classe operária e, literalmente, nas paredes e edifícios da cidade.

Para entendê-lo, precisamos examinar o contexto daquela eleição presidencial, a primeira a trazer uma disputa de perfis ideológicos com reais incertezas sobre o seu desfecho. Inicialmente, o índice de participação popular já havia registrado um recorde de comparecimento às urnas quando, por fim, Hermes da Fonseca (403.867 votos) venceu Rui Barbosa (222.822 votos). Abria-se então um novo cenário para um governo liderado por um militar, algo que não ocorria desde Floriano Peixoto (1891-1894).[38] Daquele momento em diante, os ânimos acirraram-se em todas as unidades da federação, principalmente devido à forte adesão e mobilização pública geradas pela campanha civilista. Não era muito difícil questionar aquele resultado, especialmente com mãos armadas à espreita da votação. Também não surpreenderia o ímpeto de revanche das facções militares em busca de um retorno ao poder no Catete. Ainda hoje, o debate historiográfico não se esgotou sobre os desdobramentos políticos (e golpistas) daquela eleição.

Na historiografia amazonense, por algum tempo, foi comum atribuir à vitória de Hermes e à inimizade política entre Bittencourt e o poderoso senador gaúcho, Pinheiro Machado, a raiz do golpe de Estado executado poucos meses após a eleição.[39] Outras análises consideram o golpe como um desdobramento violento das disputas oligárquicas e partidárias, ao invés de atribuí-lo apenas a maquinações externas, embora estas tenham desempenhado um papel ao estimular o golpismo entre os opositores do governo estadual.[40] É im-

38 VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias*: *uma revisão da "política do café com leite"*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 65, p. 195-199.

39 Ver: LOUREIRO, Antônio. *A grande crise (1908-1916)*. Manaus: Loureiro & Cia, 1985 e BITTENCOURT, Agnello. *Corografia do Estado do Amazonas*. Manaus: ACA, 1985.

40 O principal estudo recorrido sobre o "bombardeio de 1910" aqui é o de FEITOSA, 2015, pp. 110 e ss.

portante notar que a ânsia golpista afetou outros Estados igualmente atingidos pelos rearranjos do Catete. Nesta breve análise do episódio de Manaus, o foco estará no papel de Cardoso de Faria como ator político e representante de associações marítimas, destacando como o golpe e o bombardeio estiveram relacionados com sua militância e marcaram o fim da sua carreira política e de militância. Portanto, exploro como um episódio de grande repercussão impactou diretamente o destino de um indivíduo. Vamos começar pela já conhecida disputa entre as famílias Nery e Bittencourt.

No decorrer de 1910, o senador Silvério Nery fundou o Partido Republicano Conservador, depois de uma dissidência com o Partido Republicano Federal, liderado por Bittencourt. Ao verificar o diretório do partido nerysta, descobrimos a participação de Cardoso de Faria, revelando a sua ruptura com o grupo político do governador. Além dele, contava-se com o senador Jônatas Pedrosa e o então vice-governador Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto.[41] O órgão de notícias do novo partido era o jornal *Folha do Amazonas*, que assumiu a tarefa de promover ataques ao governo da situação. Uma de suas notícias denunciava que Bittencourt teria sociedade numa tipografia contratada em sua gestão. Essa grave acusação foi levada ao Congresso e acolhida pelos deputados para embasar uma ilegalidade que justificava a imediata deposição do governador. No dia 5 de outubro, sob o beneplácito do senador Silvério Nery, o vice-governador Sá Peixoto tomou parte nessa trama que consistia num golpe de Estado para demover Bittencourt do poder. A fileira dos golpistas foi engrossada com o capitão Costa Mendes e o coronel do 46° Batalhão, Pantaleão Teles de Queiroz. Era uma dupla com poder de fogo para agir sob respaldo dos novos ocupantes do Catete.[42]

Na tarde do dia 7 de outubro, Silvério Nery encontrou-se com o capitão Costa Mendes para colocar a Flotilha do Amazonas a postos para uma ofensiva. O ministro da Marinha, Alexandrino de Alencar, teria autorizado a manobra dos navios. Na sessão legislativa desse mesmo dia, os deputados Cardoso de Faria e Adolpho Moreira (cunhado de Sá Peixoto) se incumbiram de forjar o documento de renúncia de Bittencourt. É difícil precisar quais razões levaram Cardoso de Faria a embarcar nessa aventura, podendo-se inferir tal-

41 *Folha do Amazonas*. Manaus, n. 89, 23 nov. 1910.
42 FEITOSA, 2015, p. 118-119.

vez uma ambição de garantir sua influência entre o eleitorado, ou possivelmente alcançar um meio para resolver de vez o problema da corrupção na Capitania. No entanto, uma aliança inusitada com seu principal inimigo, o capitão Costa Mendes, torna ainda mais complexas as conjecturas sobre as decisões do deputado.

Às 10 horas da noite, o governador recebeu um ultimato para que deixasse o palácio do governo. Pouco depois, ele enviou um telegrama ao presidente Nilo Peçanha, que ainda não havia passado a faixa, para informá-lo do ocorrido. Crendo se tratar de um blefe, o governador reforçou a guarda do palácio apenas por precaução.[43]

Na manhã seguinte, um tiro de canhão vindo da Flotilha iniciou o bombardeio contra a cidade. A população acordou com os estrondos das descargas ordenadas por Costa Mendes, artilheiro veterano da Revolta da Armada. Em pouco tempo, vários edifícios públicos e privados viraram escombros, e uma nuvem de poeira engoliu ruas, casas e quintais. Meia hora depois, 80 praças da Armada desembarcaram pela ilha de São Vicente e avançaram até o atual Paço da Liberdade, liderados pelo tenente Paulo Emílio Pereira da Silva, que viria a ser um dos dirigentes da Federação Marítima do Amazonas (1914-1918). Outros 150 soldados do Exército se posicionaram em frente ao palácio. Os dois grupos abriram fogo contra os guardas, matando dois deles.[44] A polícia resistiu por algum tempo, até que a Associação Comercial do Amazonas e cônsules estrangeiros intervieram no conflito. O bombardeio cessou às três da tarde, totalizando noves horas de ataque contra a cidade.[45]

Bittencourt se retirou da capital pressionado pelo capitão Costa Mendes, e Sá Peixoto tomou posse do governo. Nos dias seguintes, no Catete, Nilo Peçanha se reuniu com os ministros da Guerra e da Marinha e pediu a exoneração de Pantaleão Teles. Em 25 de outubro de 1910, Bittencourt retomou o governo através de um *habeas-corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal. Dias depois, o Congresso anulou as decisões de Sá Peixoto como governador. O caso virou assunto nos principais veículos de comunicação do país.

43 BITTENCOURT, Antonio. *Mensagem do governador do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1911, p. 9-11.
44 BARBOSA, Rui. "O caso do Amazonas (1913)". *Obras Completas*, tomo IV, vol. XL: discursos parlamentares. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1965, p. 96-97.
45 CARONE, Edgar. *A República Velha*, vol. II: *evolução política (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1977, p. 265; *Correio do Norte*. Manaus, n. 814, 1° out. 1911.

E as impressões foram as piores possíveis, o que acabou resvalando na imagem do novo governo federal em formação.

Cardoso de Faria e Adolpho Moreira foram apontados como os autores da falsa renúncia de Bittencourt. A reputação de ambos foi bem atacada pelos jornais que acusavam o golpe. O deputado piloto abandonou seu mandato e saiu de Manaus praticamente em fuga, no navio inglês *Lefranc*, no dia 13 de novembro de 1910. Um articulista do *Jornal do Comércio* ironizou: "Os vampiros tem medo da luz. Bons ventos os levem". Havia boatos de que a vida deles corria riscos na cidade.[46]

Por fim, o capitão do porto e demais atores do golpe também foram punidos e processados na esfera federal. Nilo Peçanha envidou esforços para restituir Bittencourt como última medida do seu governo. Ele via na reposição do governador uma futura aliança política no Amazonas, em vista do pouco apoio que detinha naquele momento. Hermes da Fonseca assumiu a presidência em 15 de novembro de 1910. Num acordo político de chamar atenção, Sá Peixoto reatou com Bittencourt e permaneceu como seu vice até o fim do mandato, em dezembro de 1912.

O grupo de Bittencourt saiu fortalecido do violento episódio, ele que vinha se afastando dos Nery e dos militares para dialogar com um pequeno número de militantes socialistas. Apesar do trauma, as alianças entre as oligarquias continuaram alternadas conforme interesses de ocasião.[47]

O triste fim de Cardoso de Faria

Algumas notícias dos anos seguintes a 1910 não favoreceram a imagem do ex-deputado. Aos poucos, ele foi sendo expurgado do movimento operário e até dos círculos sociais dos oficiais marítimos. Essa sucessão de narrativas contribuiu para formar uma memória seletiva sobre as lideranças marítimas da região, nas quais a pecha de *golpista* afetou a imagem pública de Faria até o fim de sua

46 *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 2373, 14 nov. 1910; *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 2535, 11 maio 1911.

47 CARONE, 1977, p. 266; TELES, Luciano. *Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos*: *a imprensa operária no Amazonas (1890-1928)*. Tese de Doutorado. UFRGS, 2018, p. 71; FEITOSA, 2015, p. 124.

vida. Em 1911, ele fez esforços para se reabilitar, algo que aconteceu com outros "golpistas" – como o vice-governador Sá Peixoto –, assumindo a presidência da Associação dos Pilotos da Marinha Mercante de Belém, mas sem sucesso suficiente.[48]

É plausível considerar que, por não dispor de capital político ou financeiro, Faria foi descartado como uma peça sem uso para as oligarquias. E da parte do movimento operário, talvez desassociá-lo fosse vital para preservar a imagem de respeitabilidade pública, necessária para que os trabalhadores acessassem espaços políticos decisórios. Aliás, não podemos subestimar o que ele representava em termos de riscos para as elites, quando se mostrava capaz de organizar trabalhadores, sem medo de desafiar autoridades para reivindicar os direitos daqueles que buscava representar. Sua participação no golpe de 1910 foi um lance de oportunidade para seus antagonistas, que não deixaram chance alguma para a sua redenção.

Faria assistiu de Belém o último ano do governo Bittencourt, em 1912. Acompanhou a eleição complicada e questionável do seu sucessor, Jônatas Pedrosa, no governo do Amazonas. Era o início de uma administração marcada por capangagem e perseguição a desafetos políticos. Entre as vítimas, operários e adversários políticos, como o próprio Bittencourt, espancado em plena rua pela polícia a mando de Pedrosa.[49] O clima parecia favorável para um retorno de Faria a Manaus. Um retorno que significaria, na verdade, um acerto de contas com quem considerava responsáveis pelo seu banimento político.

Em junho de 1913, Faria andava pela cidade de Manaus. Numa manhã de domingo, Miguel Bittencourt, filho caçula do ex-governador, conversava com amigos na esquina das avenidas Eduardo Ribeiro e Sete de Setembro. Talvez no aguardo do momento certo, Faria apressou o passo para dar de cara com o rapaz. Ciente do que aquilo significava – sendo um velho inimigo de seu pai –, Miguel se surpreende com o revólver do piloto apontado na sua direção. O rapaz também sacou o seu e ambos principiam um tiroteio. Miguel caiu morto na rua. Cardoso saiu cambaleando com uma bala alojada no pulmão. A polícia chegou e o prendeu em flagrante.[50]

---

48 *Estado do Pará*. Belém, n. 146, 2 set. 1911.
49 BITTENCOURT, Agnello, 1973, p. 251-254.
50 BITTENCOURT, Ullysses. *Raiz*. Rio de Janeiro: Copy & Arte, 1985, p. 68; OLIVEIRA, João Chrysóstomo de. "A voz do passado através do JC: infausto homicídio". *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 36.138, 22 ago. 1993.

Em toda a cidade, o crime soou como uma vingança pessoal. A decisão radical de Faria também se relacionava com os ajustes violentos próprios da cultura portuária e marítima, na qual lavar com sangue a honra maculada era sinal de masculinidade, gesto bastante valorizado nesse meio.[51] Também não sabemos ao certo como Miguel se tornou um alvo para Faria nem quais benefícios a sua eliminação trariam para o ex-deputado. O fato é que a morte do filho afastou Bittencourt da vida pública por alguns anos.[52] O julgamento de Faria foi realizado no dia 4 de dezembro de 1913. Por maioria de votos, ele foi absolvido pelo júri.[53] Ainda é preciso uma incursão sobre os autos desse processo-crime para saber quais foram as argumentações da defesa e da promotoria para se chegar a tal resultado. A absolvição parece ter dado algum fôlego para Faria, que obteve renovação da sua carta para voltar a pilotar, em 15 de setembro de 1914.[54] O ex-deputado retornou para as notícias da imprensa amazonense no ano seguinte, mas com uma história nada agradável.

Em 1915, ele teria castigado severamente um menino de seis anos de idade, um órfão tirado de um hospital para servir como criado doméstico na sua casa, em Belém. Os redatores do *Jornal do Comércio* não se furtaram aos detalhes: "Quando o pequeno perdeu algumas moedas numa ida à taberna foi recebido com um espancamento a fios elétricos. A vizinhança se escandalizou com os gritos e a cena de violência e chamaram a polícia". A má fama de Faria em Manaus animou a cobertura desse caso na distante Belém, como se atos iguais àquele não fossem corriqueiros entre outros comandantes elogiados pelos jornais amazonenses. Afinal, caso seja procedente a acusação, esses oficiais eram mesmo conhecidos pelo mandonismo e pelos usos de trabalho infantil, como permanências do mundo senhorial. Mas o envolvimento de Faria se agravava pelo fato de ser "conhecido o deputado pelo assassinato do filho do ex-governador".[55]

Apesar da absolvição e da tentativa de recomeço de vida, Miguel Bittencourt ainda assombrava Faria. E isso não é mero efeito retórico. O ex-deputado sofria com complicações pulmonares em

51 Ver: SILVA, Fernando Teixeira da. "Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos". In: BATALHA, Claudio; FORTES, Alexandre & SILVA, Fernando Teixeira da (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
52 *A Capital*. Manaus, n. 187, 22 jan. 1918.
53 *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 3.451, 5 dez. 1913.
54 *O Paiz*. Rio de Janeiro, n. 10936, 16 set. 1914.
55 *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 4052, 1° ago. 1915.

razão do projétil alojado no peito. Aliás, foi essa a razão de sua morte. O tiro de Miguel terminou de matar Faria anos depois, em 20 de janeiro de 1918, enquanto sua imagem pública definhava junto com seu corpo. O piloto e ex-deputado teve um velório esvaziado, com alguns membros da família Nery e da Guarda Nacional, além de uma tímida repercussão na imprensa. O único título do Amazonas que lhe dedicou nota fúnebre foi o jornal *A Epocha*, de Itacoatiara.[56] Dos seus colegas de profissão e de militância associativa, nenhuma palavra ficou registrada. Era o triste fim de uma liderança que, apesar dos percalços e das contradições, representou interesses legítimos de uma parte da classe trabalhadora do Amazonas.

5. Conclusão

Segundo François Dosse, "qualquer história biográfica é apenas uma hipótese confrontada como o acervo documental, expressão de dúvidas, irresolução e simulações imaginárias". Devemos compreender que parte do desafio biográfico é saber lidar com a natureza lacunar desse empreendimento historiográfico.[57] Ademais, trabalhamos com práticas de sujeitos que, na maior parte das vezes, queriam ser lembrados de outras formas. Possivelmente, Cardoso de Faria gostaria de ter sido biografado como um corajoso piloto que não levava desaforo para casa, que lutava sem medo por aquilo que julgava justo, sem se importar com as consequências. Era natural para os pilotos a ideia de que governavam suas vidas e suas escolhas políticas como se estivessem dirigindo um navio em águas revoltosas. Aliás, essa imagem era evocada por muitos comandantes que se tornaram escritores (ou vice-versa) ou por autores que conviveram com eles.[58]

Cardoso de Faria era um representante desse grupo de trabalhadores, com suas próprias aspirações e identidade de classe. Conquistou um feito e tanto ao ser eleito deputado para representar um ofício – algo incomum no cenário político amazonense – e, num dado momento, tomou uma série de decisões que lhe interditaram a vida política e deram pretextos para que fosse operado o seu apagamento da história política e do movimento operário do Amazonas.

56 *A Epocha*. Itacoatiara, n. 36, 27 jan. 1918.
57 DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2022, p. 294.
58 Ver, por exemplo, a crônica de BRAGA, Genesino. "Velhos lobos do rio-mar". *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 20.798, 12 set. 1971.

No mundo desembarcado, os pilotos podiam acreditar que suas decisões eram tão acertadas quanto as que tomavam nas pontes de comando. Estivemos analisando aqui a vida de um piloto e deputado que fornece elementos suficientes para a construção biográfica de um indivíduo, que é partícula e totalidade de uma época e de uma sociedade, cujas tensões socioculturais se projetam em suas práticas e, a partir delas, podemos retraçar seus passos e lugares na história. Continua lançado o desafio biográfico para a edificação de uma história social da política no Amazonas, na qual trabalhadores e suas lideranças não apareçam como meros joguetes dos poderosos, mas sim capazes de traçar suas próprias escolhas, aproveitando-se de brechas nas tramas oligárquicas para encampar interesses e reivindicações. A breve exposição de uma dessas vidas nos mostra que os resultados podem ser promissores em estudos mais aprofundados.

“Salve! Batalhadores honrados da Arte”: os tipógrafos e a organização operária em Manaus (1892-1927)

Dhyene Vieira dos Santos[59]

A organização dos tipógrafos no movimento operário de Manaus é um tema de grande relevância na História Social do Trabalho, fundamental para entendermos o universo da classe trabalhadora na cidade. Na segunda metade do século XIX, os trabalhadores qualificados, detentores de um ofício, lideraram a organização operária em diversas regiões do Brasil, incluindo Manaus.[60]

Segundo Luciano Teles, os primeiros anos da República brasileira despertaram uma sensação de maior participação política, especialmente entre os militantes operários. Esse período foi marcado por transformações sociais, políticas e econômicas, caracterizadas principalmente por instabilidades que se dissiparam à medida que o regime se consolidava.[61] Nesse cenário surgiram dimensões excludentes que moldaram o novo regime político, resultando em um desencantamento entre os trabalhadores. Esse descontentamento gerou uma maior busca por participação política e o desejo de mudanças nas condições de trabalho.[62]

---

59 Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Amazonas. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. E-mail: dhyene.vieira@gmail.com

60 Para citar alguns trabalhos, podemos mencionar: MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo*: *os gráficos de Maceió (1895-1905)*. EdUFAL: Maceió, 2009. Para o caso de Belo Horizonte: DUARTE, Renata Garcia Campos. *A experiência de ser tipógrafo e a ação da Associação Beneficente Tipográfica no movimento operário de Belo Horizonte (1897-1930).* Dissertação de Mestrado. UFU, 2011. Para a realidade de São Paulo e Rio de Janeiro: VITORINO, Artur José Renda. *Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1995.

61 TELES, Luciano Everton Costa. “Entre perseguições, agressões e empastelamentos: o caso dos jornais de trabalhadores Gutenberg (1891-1892) e Operário (1892) no Amazonas da Primeira República Brasileira”. *Revista Aedos*, v. 7, n. 17, 2015, p. 23.

62 BATALHA, Cláudio. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: DELGADO, Lucilia de A N. *O Brasil Republicano 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social.* São Paulo: Difel, 1986.

O papel desempenhado pelos tipógrafos no arranque do movimento da classe trabalhadora e do associativismo em Manaus foi significativo, refletindo o que ocorreu em outras localidades do país. Cláudio Batalha aponta que os trabalhadores qualificados, que possuíam um ofício, não só iniciaram o processo de organização por categorias, mas também, por meio dos jornais que criaram e nos quais colaboraram, promoveram e propagaram as ideias associativas.[63] Foot Hardman e Victor Leonardi corroboram essa visão sobre a "vanguarda" dos trabalhadores especializados no movimento operário. Para esses autores, essas categorias assumiram uma posição em várias localidades do Brasil e do mundo, devido às características de seus ofícios, um papel pioneiro na aglutinação da vanguarda operária por meio da imprensa classista e do sindicalismo combativo.[64]

Maria Nazareth Ferreira ao destacar a inserção de novos personagens na cultura letrada das cidades – os tipógrafos, observa que:

> Toda a extraordinária movimentação que se desenvolveu no seio do operariado brasileiro, do final do século passado até as duas primeiras décadas do atual, foi marcada pela presença do operariado gráfico. Justamente por ser esta categoria profissional a vanguarda da organização operária no mundo todo, no Brasil não seria diferente.[65]

Os trabalhadores das artes gráficas tiveram participação ativa na vida política da época. Na maioria dos casos, foram eles que não apenas introduziram novas ideias, mas também promoveram o ativismo no movimento da classe trabalhadora. José Pacheco Pereira destaca que esse ativismo político é particularmente evidente no papel decisivo que esses trabalhadores desempenharam no jornalismo operário.[66] Com base na vivência e organização dos trabalhadores

---

HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Vitor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991. PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *"Que a União Operária seja nossa pátria!". História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: Porto Alegre: UFSM/UFRGS, 2001.

63 BATALHA, Cláudio. "Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva". In: DELGADO, Lucilia de A N. *O Brasil Republicano 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 170.

64 HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Vitor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

65 FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil*: 1880-1910. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 109.

66 PEREIRA, José Pacheco. "A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-70)". *Revista Social*, v. XVII (65), 1891-1, p. 151.

das artes gráficas, especialmente suas tensões e disputas, podemos entender as dimensões de trabalho e o associativismo em Manaus.

Diante disso, esta pesquisa buscou responder as seguintes questões: como se deu o processo de organização, mobilização e luta operária dos tipógrafos em Manaus entre 1892 e 1927? Quais eram as tensões e disputas enfrentadas por essa categoria nesse período? Quais associações contaram com a participação dos trabalhadores da imprensa? Compreender essas questões é fundamental para aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas sociais e laborais dessa categoria em Manaus e investigar a influência das associações que tiveram um papel central na vida dos trabalhadores das artes gráficas.

Com base nessas problemáticas, este artigo visa analisar as dimensões de trabalho dos tipógrafos e a organização operária em Manaus, explorando suas diversas relações de trabalho, formas organizativas e trajetórias de mobilização e luta coletiva. Inicialmente, daremos ênfase às dimensões de trabalho dos tipógrafos. Em seguida, serão destacadas as associações fundadas pelos trabalhadores, tanto as de cunho beneficente quanto os sindicatos de resistência. Por fim, será discutida a associação mais longeva da classe, a *Sociedade Protetora das Artes Gráficas no Amazonas*.

Para conduzir esta investigação, utilizamos como fonte a imprensa comercial e a de iniciativa operária. É importante ressaltar que os jornais e revistas se tornaram imprescindíveis para acompanhar a atuação da categoria na cidade e compreender suas formas de organização. A partir dessa vasta documentação, começaram a emergir, aos poucos, aspectos da presença desses trabalhadores na cena pública e, na medida do possível, um pouco da sua própria "fala".[67]

As dimensões de trabalho dos tipógrafos na cidade de Manaus

Dentro de uma oficina tipográfica, diversos profissionais cumprem funções estratégicas para o andamento dos trabalhos. Entre eles estavam os tipógrafos, redatores, revisores, colaboradores e

67 PARENTE, E. O. *Operários em movimento*: *a trajetória de luta dos trabalhadores da Ceará Light (Fortaleza, 1917-1932)*. Dissertação de Mestrado. UFC, 2008, p. 12.

vendedores, para citar alguns. Essas atividades eram componentes essenciais nas redações de grandes oficinas de jornais que circulavam na cidade. Já nos jornais operários, contava-se com poucos trabalhadores que, para garantir o andamento eficaz dos trabalhos dentro da oficina, desempenhavam múltiplas funções. Esses aspectos revelam como a divisão de trabalho fragmentou a categoria de tipógrafos, seja em organizações mais duradouras ou efêmeras, evidenciando a complexidade e diversidade de funções desempenhadas pelos profissionais da imprensa na época.[68]

Claudia Barros observa que, com a mecanização, os tipógrafos passaram a representar a maioria dos profissionais das artes gráficas. O trabalho com novos maquinários gradualmente distanciava o artesão do produto, destacando os tipógrafos como agentes ativos na transformação da sociedade. Segundo a historiadora Renata Duarte, "a profissão de tipógrafo exigia certo grau de especialização: deveriam saber ler e escrever, e dominar as técnicas de composição e impressão, assim como o manuseio de máquinas próprias".[69]

O trabalhador tipógrafo emerge, portanto, como um produto híbrido, mesclando as vantagens do trabalhador moderno com características do trabalhador tradicional, incluindo as péssimas remunerações e a rigorosa disciplina do seu ofício. A construção da identidade desse profissional envolve diversos elementos, especialmente a "transição do caráter artesanal do artífice para uma linha de produção, onde a especialização técnica se torna o ritmo adotado". Nesse processo, a figura do artista dá lugar ao operário.[70]

No contexto do operariado urbano, os tipógrafos foram pioneiros ao se articular no movimento operário, principalmente através da imprensa e na criação de associações de ofícios. Como salienta Claudia Barros, durante um longo período, os tipógrafos foram considerados pela historiografia como uma categoria revolucionária, liderando os principais movimentos do Brasil e propagando as

---

68 VITORINO, Artur José Renda. *Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1995.

69 DUARTE, Renata G. C. *A experiência de ser tipógrafo e a ação da associação Beneficente Tipográfica no movimento operário de Belo Horizonte (1897-1930).* Dissertação de Mestrado. UFU, 2011, p. 55.

70 BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. *Vozes Operárias: os tipógrafos e a construção da identidade operária amazonense (1891-1914)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, Manaus, 2015, p. 63.

ideias anarquistas e socialistas entre a jovem classe trabalhadora assalariada. Contudo, apenas recentemente essa visão vem sendo desconstruída, inserindo-os como uma categoria em constante disputa ideológica e transfigurada na concepção do trabalhador moderno.[71]

A construção da identidade dessas categorias profissionais envolve uma complexidade de fatores que vai além dos interesses comuns. Maria da Glória Gohn sugere elementos adicionais, como experiências compartilhadas, valores comuns e a consciência histórica da classe, como fundamentais para uma compreensão completa da identidade desses grupos.[72] Por sua vez, Isabel Bilhão, observa que a construção da identidade operária perpassa pela busca do reconhecimento entre iguais, pelas identidades sociais e suas relações mútuas, e, por fim, a identidade é construída a partir das peculiaridades do local e do contexto em que se encontram.[73]

O associativismo dos trabalhadores das artes gráficas em Manaus

No início do século XX, em meio à crise econômica e ao processo de industrialização, Manaus testemunhou o florescimento de associações dedicadas a melhorar as condições de vida e trabalho das classes trabalhadoras. Esses trabalhadores, frequentemente excluídos das mudanças impostas pela industrialização, viam na associação o primeiro passo para a transformação da sociedade.

Aldrin Castellucci destaca a existência de um duplo condicionante que levava as pessoas a se agruparem em associações. Esses fatores eram: "os fatores objetivos, relacionados às condições de vida e trabalho e à luta contra a adversidade, combinava-se com os subjetivos, relacionados à construção de identidades".[74] Dessa for-

71 BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. *Vozes Operárias*: *os tipógrafos e a construção da identidade operária amazonense (1891-1914)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, Manaus, 2015, p. 63.

72 GOHN, M.G. *História dos movimentos e lutas sociais*: *a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995, p. 61-64.

73 BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho*: *uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)*. Londrina, Eduel, 2008, p. 33.

74 CASTELLUCCI, Aldrin A. S. "O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930)". In: CORD, Marcelo Marc; BATALHA, Claudio H. M. *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. p. 48.

ma, a associação pode ser entendida como a união de indivíduos que compartilham algo em comum.

Organizar-se em meados do século XIX e início do XX era um desafio, pois não havia uma legislação que assegurasse esse direito. Em casos de conflitos entre patrões e trabalhadores, prevalecia a negociação direta, na qual o trabalhador, isoladamente, muitas vezes saía prejudicado. Isso se dava porque, para o patronato, esses trabalhadores poderiam ser facilmente substituídos. Em um artigo publicado no jornal *O Extremo Norte* em 1920 enfatiza a importância do reconhecimento das associações de trabalhadores.

> Mas, como opormo-nos a estas condições, como obtermos a melhoria de nossa situação, forçando-o o capital a concedê-las? É bem justo pedirmos. Mas o operário, pedindo sozinho e desamparado do apoio de seus companheiros de classe, fica em situação inferior ao patrão. O medo de perder o seu trabalho tira-lhe a coragem de protestar ou pedir. É certo que um operário só, ou os operários de uma só fábrica isolada das outras, não tem meios para defender-se, pois o patrão é quem pode exigir e ditar as condições. Recusando o pedido de seus operários, o patrão está certo da vitória, porque as necessidades de manter a família, e a própria fome, os forçarão, em poucos dias, a capitulação ao trabalho.[75]

A necessidade de organização dos trabalhadores em associações de ofícios e de classe surgiu a partir de diversas situações adversas enfrentadas no início do século XX, que motivaram o crescimento dessas entidades em todo o Brasil. Como resultado, o contrato individual de trabalho começou a ser substituído por contratos coletivos, celebrados com as associações. Além do auxílio mútuo e a defesa das categorias profissionais, as primeiras associações de tipógrafos em Manaus também buscaram ampliar e difundir o poder associativo entre os trabalhadores.

A historiadora Cláudia Barros destaca que os trabalhadores das artes gráficas cumpriram um papel primordial no desenvolvimento do associativismo em Manaus, sendo responsáveis pela fundação de várias agremiações voltadas para a classe tipográfica na cidade.[76] Entre essas agremiações, podemos mencionar a criação da

75 *O Extremo Norte*. Manaus, n. 19, 20 maio 1920.
76 BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. *Vozes Operárias*: *os tipógrafos e a construção da identidade operária amazonense (1891-1914)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, Manaus, 2015, p. 87.

União Tipográfica (1892), *Sociedade Protetora das Artes Gráficas no Amazonas* (1910), *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos* (1914), *Sindicato dos Trabalhadores Tipógrafos* (1926) e *Associação Beneficente dos Operários da Imprensa Pública* (1927).

O processo de organização dos trabalhadores da imprensa em Manaus começou em 1891, com a fundação da *Associação Artística Tipográfica*. Nesse ano, os tipógrafos já defendiam a importância da organização coletiva, como ilustrado na citação: "Nós, os tipógrafos do Amazonas somos grandes também; temos a nossa associação; vivemos uns para os outros e, assim unidos podemos aparecer no meio da grande e humanitária sociedade amazonense"[77]. Para Luciano Teles, o jornal *Gutenberg* surgiu inicialmente ligado aos gráficos, mas depois tornou-se o órgão do Partido Operário, com militantes como "Francisco Alves Medeiros, Izidoro Vieira, Vicente L. de Paula Galvão, Raymundo Pinto de Vasconcelos, Antônio Leão (redatores)",[78] que estavam na condução do processo de publicação do jornal e na organização da categoria em Manaus.

Em 1892, ocorreu a criação da *Sociedade dos Artistas Nacionais* e iniciaram-se as articulações para a criação da *União Tipográfica*. Essa última se destaca como uma das primeiras entidades dedicadas a uma categoria profissional de trabalhadores na cidade de Manaus. Durante o processo de formalização da *União Tipográfica*, os tipógrafos publicaram notas na imprensa, convocando a classe para se unir em prol de seus interesses.[79] Essa movimentação incluía a convocação de assembleias gerais, discussões sobre objetivos e finalidades entre os membros, e a elaboração de estatutos que ditariam as normas associativas.[80]

As demandas cotidianas, aliadas à crítica social, foram pilares fundamentais que impulsionaram os trabalhadores a se organizarem, buscando conferir visibilidade aos seus princípios e convicções políticas. Como resposta a esses desafios, os trabalhadores da imprensa, se uniram em associações, que surgiram como uma forma de enfrentar e superar as adversidades enfrentadas pela classe operária,

77 *Gutenberg*. Manaus, n. 1, 15 nov. 1891.
78 TELES, Luciano Everton Costa. "Entre perseguições, agressões e empastelamentos: o caso dos jornais de trabalhadores Gutenberg (1891-1892) e Operário (1892) no Amazonas da Primeira República Brasileira". *Revista Aedos*, v. 7, n. 17, 2015, p. 27.
79 *Diário de Manáos*. Manaus, 29 maio 1892.
80 *Diário de Manáos*. Manaus, 21 ago. 1892.

garantindo um espaço coletivo para expressar suas reivindicações e manifestar a solidariedade entre os membros.

Em 1914, fruto da mobilização da classe trabalhadora, foi fundado o *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos* em Manaus. As articulações começaram no dia 12 de julho daquele ano, na sede da *Federação Marítima*, e a primeira reunião contou com a presença de aproximadamente trinta tipógrafos.[81]

> 1° - Aceitando o Pacto Social estatuído na C. O. B. (Confederação Operária Brasileira) a classe gráfica em reunião geral, efetuada a 12 de julho de 1914, na sede da Federação Marítima, resolveu organizar uma agrupação, que corresponda às necessidades e aspirações do momento, denominado Sindicato dos Trabalhadores Gráficos.[82]

A criação do sindicato reuniu numerosos trabalhadores de diferentes grupos da classe, que começaram a se organizar coletivamente. Pouco depois do surgimento do *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos*, seus dirigentes iniciaram mobilizações, participaram de comissões e atuaram como representantes dos trabalhadores em suas demandas sociais. No jornal *A Lucta Social*, foi publicado um texto em que expressa o desejo daqueles que formam um sindicato:

> É criar uma força capaz de resistir as exigências patronais. Quer dizer: o agrupamento tonar-se naturalmente, no terreno econômico, sem a necessidade de uma ideia preconcebida; são interesses que estão em jogo; e todos os operários que têm interesses idênticos aos do agrupamento, podem filiar-se nele, sem necessidade de declararem quais são as suas ideias em matéria filosófica, política ou mesmo religiosa.[83]

Esse desejo se manifestou claramente em 3 de setembro de 1914, quando o *Jornal do Comércio* noticiou a visita de duas comissões do *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos*, que foram informar que a empresa *Amazonas* estava se recusando a pagar os salários de seus operários:

> Tivemos em nossa redação, ontem, duas comissões do "Sindi-

81 *Jornal do Comércio*. Manaus, 13 jul. 1914.
82 *A Lucta Social*. Manaus, 1 set. 1914.
83 *A Lucta Social*. Manaus, 01 maio 1914.

> cato dos Trabalhadores Gráficos". A primeira, composta dos srs. Rodolpho Silva, José Fernandes, Atanásio Mecenas, Antonio Rocha e Antonio Leão, nos veio dizer que a empresa do "Amazonas" se recusará a pagar os salários dos seus operários, pelo que continuava firme a resolução de não mais ali continuar a trabalhar, pretendendo pelos meios jurídicos compelir aquela empresa ao pagamento.
>
> A outra comissão, de que faziam parte os srs. Joaquim Azpilicueta, Ananias Linhares, Tércio de Miranda, Antonio Dias Martins e Baptista Guedes, referiu-nos que, de acordo com o "Sindicato dos Trabalhadores Gráficos", procurará a empresa do "Amazonas" e que esta, depois de marcar-lhe uma entrevista, se negará a recebê-la para tratar do caso dos operários atrasados em oito semanas de férias.[84]

Observa-se uma certa autonomia das comissões em relação à atuação do Sindicato em Manaus. Na publicação mencionada anteriormente, é possível perceber que a ação dos trabalhadores não se restringia apenas às reivindicações por escrito; eles também propunham uma ação mais direta, como a decisão de não continuar a trabalhar na empresa sob aquelas condições, buscando meios jurídicos para garantir o recebimento de seus vencimentos.

É importante destacar que vários militantes operários tiveram um papel de destaque na cena histórica amazonense, como Tércio Miranda (mencionado na notícia anterior). Tércio Miranda destacou-se como uma das lideranças libertárias mais ativa na propaganda e organização dos trabalhadores. Em Manaus, ele entrou em contato com o mundo do trabalho local por meio do universo dos gráficos. A partir desse ponto, dedicou-se à propagação do ideário libertário, mobilizando a classe trabalhadora para a organização através do sindicalismo revolucionário.[85]

O *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos* mantinha vínculo com a *Confederação Operária Brasileira* (COB), seguindo as diretrizes estabelecidas pelos Congressos Operários realizados em anos anteriores à sua fundação. No segundo Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em 1913, a única agremiação do

84 *Jornal do Comercio*. Manaus, 3 set. 1914.
85 TELES, Luciano Everton Costa. "Conexões entre a Confederação Operária Brasileira e a Região Norte: militância e imprensa operária no Amazonas e no Pará (1906-1920)". *Revista Mundos do Trabalho*, v. 14, 2022, p. 11.

Amazonas a participar foi a *Associação das Artes Gráficas*, representada pelo trabalhador Rozendo dos Santos.[86]

A escolha pelo formato organizacional do sindicalismo revolucionário seguiu uma determinação de mobilização nacional entre os trabalhadores, refletindo o que era previsto para o sindicato. Em conformidade com as bases estabelecidas pela Confederação Operária Brasileira, o sindicato deveria nomear delegados para suas federações, filiando-se ao seu organismo central. Assim, um dos grandes objetivos desse formato de organização no âmbito local era a proposição de um federalismo e a luta pela transformação social.[87]

Uma das ações defendidas pelo sindicalismo revolucionário – tendência seguida pelo *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos* –, era a realização de greves. Em conformidade com os ideais apresentados no segundo Congresso Operário Brasileiro, os estatutos do *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos* de 1914 viam a greve como o único meio eficaz de garantir resultados nas mobilizações. Segundo o artigo 12 de seus estatutos, “o sindicato aceita a greve parcial ou geral, como único meio, de melhor fazer vencer as suas reclamações”.[88]

No que diz respeito aos aspectos organizacionais do sindicato, este não seguia o modelo tradicional de diretoria, que geralmente inclui cargos como presidente, vice, secretário e tesoureiro. A administração da entidade era conduzida por um Conselho Sindical, que tinha a responsabilidade de organizar os trabalhadores e monitorar possíveis represálias por parte dos patrões e autoridades. Caso essas represálias ocorressem, as questões eram levadas para a assembleia geral, onde as providências necessárias eram decididas coletivamente.

Além disso, o sindicato matinha uma Comissão de Vigilância, cuja função era informar o Conselho Sindical sobre as questões das oficinas. A comissão era composta por um delegado de cada oficina, que tinha a prerrogativa de convocar uma reunião do conselho sempre que julgasse necessário, em sessão especial, sem a obrigatoriedade de reportar diretamente à assembleia geral, o que lhes conferia uma certa autonomia na execução de suas funções.[89]

---

86 RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil*. Ed. Mundo Livre, Rio de Janeiro, 1979.
87 Idem.
88 *A Lucta Social*. Manaus, 1 set. 1914.
89 *A Lucta Social*. Manaus, 1 set. 1914.

Em 1926, foi fundado em Manaus o *Sindicato dos Trabalhadores em Tipografia*. Essa entidade possuía um quadro social composto por filiados de diversas ramificações das artes gráficas, não se limitando exclusivamente aos tipógrafos. Contudo, essa amplitude acabou gerando críticas severas ao sindicato, refletindo a complexidade e as tensões internas na organização dos trabalhadores gráficos.

> (...) ultimamente, em 1926, fundou-se o "Sindicato dos Trabalhadores em Tipografia" (aliás título impróprio em virtude de abranger todas as ramificações gráficas e não só a topografia como o título indica), mas como essa iniciativa não podia fugir á sole de tantas anteriores, ao princípio tudo era atividade e trabalho em prol do Sindicato (...).[90]

Em uma notícia publicada na edição especial do jornal *O Primeiro de Maio*, encontrou-se um artigo escrito por J. Luciano, que faz duras críticas ao sindicato, afirmando que a classe era desunida. Um dos argumentos apresentados por Luciano é que a desunião e os problemas enfrentados decorriam, em parte, do fato de o sindicato não ser uma associação exclusiva para uma única classe. Segundo J. Luciano:

> A "Associação Beneficente dos Empregados da Manáos Tramways", que não tendo ainda um ano de existência é, contudo, um modelo de associação de classe. E não se julgue que se fecham no mutismo oficial sério, rude do trabalhador quotidiano, não! Cultivam os desportos em sua própria sede, incluem-lhe divertimentos que atraem os associados e que lhe fazem esquecer as fadigas do trabalho exaustivo que praticam diariamente.[91]

Além da crítica relacionada à abrangência da associação, J. Luciano destacou a importância de transformar a associação em um espaço que promovesse beneficência, educação moral, e que proporcionasse sociabilidade e lazer para os trabalhadores em suas horas vagas. Ele argumentou que a associação dever ser "realmente atraente para o trabalhador gráfico", sem esquecer daqueles que um dia "sacrificaram a vida, a família, o futuro, sem ser em proveito

90 *O Primeiro de Maio*. Manaus, 1 maio 1928.
91 *O Primeiro de Maio*. Manaus, 1 maio 1928.

próprio"[92]. Segundo Luciano, os benefícios usufruídos pelos trabalhadores resultavam desses sacrifícios.

Em relação à estrutura administrativa, o *Sindicato dos Trabalhadores em Tipografia* seguia uma abordagem semelhante à do *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos*. A administração era conduzida por um Conselho Fiscal, sendo a Assembleia Geral a instância máxima de deliberação. O *Sindicato dos Trabalhadores em Tipografia* manteve-se ativo até 1929.[93]

No dia 22 de outubro de 1927, foi fundada em Manaus a *Associação Beneficente dos Operários da Imprensa Pública*, caracterizada por sua natureza beneficente, como o próprio nome sugere. A composição da entidade incluía trabalhadores do arquivo, biblioteca e imprensa pública, além de aprendizes, que gozavam dos direitos de associados, embora não pudessem participar de votações nem se candidatar a cargos.[94]

A associação buscava apoiar seus trabalhadores por meio de rendimentos destinados às benesses asseguradas aos sócios. Esses recursos eram divididos em categorias específicas, incluindo um fundo de garantia para operações de crédito realizadas com os associados, um fundo de movimento para operações financeiras específicas e, finalmente, um fundo de reserva, composto por diversas fontes de renda social. Este último era utilizado para suprir as necessidades dos fundos anteriores e promover o desenvolvimento social da entidade. Essas iniciativas demonstram o compromisso da entidade com o bem-estar e a assistência financeira de seus membros em situações de necessidades.[95]

União e força: Sociedade Protetora das Artes Gráficas do Amazonas

> A Sociedade Protectora das Artes Graphicas do Amazonas, comemora hoje a data de sua fundação a 11 de setembro de 1910. Esse evento feliz e de grandes alegrias, pois para a diligente classe tipográfica do Amazonas, que tanto se tem desvelado

92 *O Primeiro de Maio*. Manaus, 1 maio 1928.
93 *Jornal do Comércio*. Manaus, 6 jan. 1929.
94 "Relatório da Associação Beneficente dos Operários da Imprensa Pública". Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Manaus, 01 de setembro de 1929.
95 *Diário Oficial*. Manaus, 17 mar. 1928.

> pela manutenção de sua sociedade conservando-a sempre digna e nobre.[96]

A notícia publicada no *Diário Oficial* de 11 de setembro de 1927 nos fornece uma visão estimada sobre a história da *Sociedade Protetora das Artes Gráficas do Amazonas*, fundada por jovens operários, no dia 11 de setembro de 1910, na cidade de Manaus. A agremiação, de caráter beneficente e de resistência, desempenhou um papel importante na proteção dos interesses dos trabalhadores do setor gráfico no Amazonas, conforme os seus estatutos. De acordo com o militante gráfico J. L. Altair dos Santos, a necessidade de uma agremiação que reunisse a categoria profissional e lutasse por seus direitos já era sentida há muito tempo. Na Polyanthéa *A Recordação,* publicado em 1911 para comemorar o primeiro aniversário da sociedade, o trabalhador J. dos Santos afirmou:

> Já de há muito vinha se fazendo sentir a falta de um núcleo neste gênero em nosso meio, para que mais tarde, pudéssemos, unidos e fortes, pugnar com urbanidade e segurança, o direito que nos assiste como labutadores incessantes de cada dia que surge. Preenchido esse vácuo, os lutadores persistentes da ideia não envidaram esforços em procurar incutir, pouco a pouco, no espírito dos descrentes, a fé, alimentada pela esperança, de verem um dia coroada de êxito sua obra meritória. E assim elucidados, veem nesta data 11 de setembro, que assignala o primeiro aniversário da sua fundação, confirmada a consolidação da Sociedade Protectora das Artes Graphicas do Amazonas.[97]

Observa-se que o surgimento da *Sociedade Protetora das Artes Gráficas do Amazonas* trouxe para a classe um caminho salutar de abnegação e um forte sentimento de coletividade, com a missão de fazer cumprir o auxílio mútuo entre os associados.[98] Na perspectiva de Laura Antunes Maciel, a organização de jornais, revistas semestrais e publicações comemorativas criadas e mantidas pelos próprios trabalhadores destacou os projetos, as lutas sociais e os posicionamentos políticos desses sujeitos na cidade.[99]

96 *Diário Oficial*. Manaus, 11 set. 1927.
97 *A Recordação*. Manaus, 11 set. 1911.
98 *A Recordação*. Manaus, 11 set. 1911.
99 MACIEL, Laura Antunes. "Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores"?. *Revista História & Perspectiva,* v. 39, 2008, p. 91.

Pelos jornais operários e publicações especiais, é evidente que a fundação da sociedade foi um motivo de grande alegria para a classe tipográfica no Amazonas. Representava a dedicação dos membros fundadores e a visão de manter uma sociedade digna desde o início de suas atividades. A primeira reunião da sociedade foi marcante pela presença de diversos artistas gráficos e, como destacado na publicação comemorativa de 1927, refletia a importância atribuída à união e colaboração entre seus membros.[100]

Durante a assembleia de fundação, os participantes discutiram temas relacionados à nova organização e elegeram a primeira diretoria, que atuaria de maneira provisória. Os novos membros assumiram a responsabilidade de conduzir a agremiação durante o período de elaboração dos estatutos e coordenar as ações da sociedade em Manaus. A diretoria provisória, eleita no dia 11 de setembro de 1910, tinha como dirigentes:

> Presidente: Alfredo Gonçalves Bahia; Secretário: Rodolpho Gomes da Silva; Tesoureiro: Adolpho José da Costa; Orador: Manoel Lourenço da Silva; Conselho Fiscal: José Lupércio Altair dos Santos, Francisco Fonseca, Theopilo Medeiros Dias.[101]

Trabalhadores vinculados à sociedade destacavam a importância da agremiação em fornecer apoio a aqueles que o solicitavam, como evidenciado na fala do militante Adolpho J. da Costa, publicada na Polyanthéa *A Recordação* em 11 de setembro de 1911. O texto ressaltava que a entidade era reconhecida tanto em âmbito nacional quanto internacional: “(...) e se tem feito reconhecer pelas congêneres do país e do estrangeiro, das quais vai recebendo os mais francos aplausos e as mais sinceras provas de solidariedade”.[102]

O ato de associar-se era altamente valorizado pela classe tipográfica. Conforme o militante Leite Biscaia, a associação era vis-

100 Compareceram na reunião, os artistas gráficos: Alfredo Gonçalves Bahia, Adolpho José da Costa, Antonio Rocha, Athanazio Mecena, Domingos Baptista Guedes, Francisco Fonseca, Gordiano Costa, Hugo Zuany, Joaquim José de Mello, Joaquim Azpilicueta Isturiz, João Cursino de Oliveira Góes, José Rufino de Oliveira, José Lupercio Altair dos Santos, José Leonardo da Silva, Levindo Gomes, Nemezio Magno Rodrigues, Rodolpho Gomes da Silva, Samuel Rodrigues, Sergio Vieira Cardoso, Santino Aranha Chacon, Theophilo Medeiros Dias, Themistocles Reis. *Diário Oficial.* Manaus, 11 set. 1927.

101 *Diário Oficial*. Manaus, 11 set. 1927.

102 *A Recordação*. Manaus, 11 set. 1911.

ta como uma escola, "onde educamos o nosso espírito e polimos o trato".[103] Essa comparação evidenciava a visão dos trabalhadores de que as associações eram os repositórios da humanidade e um espaço essencial para o desenvolvimento pessoal e coletivo:

> (...) para isso que as Associações sempre estão munidas de livros, jornais, revistas etc., que são o "repositório onde as tradições de sofrimento e de glória da humanidade se cristalizam na palavra escrita, durável e transmissível, através dos tempos e ao longo de toda a terra; são o centro de manifestações onde vem ter os resultados da elaboração mental dos homens".[104]

A importância da instrução, da união e da solidariedade são características frequentemente observadas dentro da agremiação. Em situações que resultavam em greves e fechamento de oficinas, havia uma cooperação e solidariedade entre os trabalhadores, que se manifestavam nas interações e decisões da Sociedade.

Em outubro de 1919, uma greve pacífica dos trabalhadores das artes gráficas foi iniciada em Manaus, com foco o jornal *A Imprensa*. Durante a greve, foi formada uma comissão de operários da *Sociedade das Artes Gráficas*, encarregada de acompanhar os movimentos de paralisação e manter todos informados sobre os acontecimentos. A greve ocorreu devido aos atrasos salariais não resolvidos pela direção do jornal. No dia 14 de outubro de 1919, o *Jornal do Commercio* publicou a seguinte nota:

> Uma comissão de operários da Sociedade das Artes Graphicas veio declarar-nos que os operários d´A Imprensa continuam em greve pacífica, visto a direção desse órgão não ter dado ainda as necessárias providências sobre o pagamento de seus vencimentos em atraso.
>
> Acrescentou-nos que o referido jornal circulará, hoje, porém confeccionado por alguns lynotipistas das oficinas do Diário Oficial e que ontem a corporação tipográfica da Imprensa enviou um telegrama ao governador dando ciência da situação em que se encontra.[105]

103 *A Recordação*. Manaus, 11 set. 1911.
104 *A Recordação*. Manaus, 11 set. 1911.
105 *Jornal do Comércio*. Manaus, 14 out. 1919.

No dia seguinte, a greve prosseguiu, com os trabalhadores da imprensa aguardando o pagamento pendente. Uma nova notícia no mesmo jornal revelou que a comissão informou que os linotipistas do *Diário Oficial* estavam dispostos a aderir à greve. Isso levou o governador a convocar uma reunião com os três linotipistas presentes, que explicaram os motivos da greve pacífica e declararam que a greve era específica dos operários da imprensa, embora oferecessem apoio moral à causa, considerando-a justa.[106]

No desenrolar dos acontecimentos, a *Sociedade das Artes Gráficas* informou que uma comissão de operários da imprensa retomou suas atividades após a direção do jornal pagar integralmente os salários atrasados, referentes a três semanas, e prometer providências sobre a dívida anterior. A sociedade atuou como porta voz dos trabalhadores durante a greve, acompanhando todo o processo até sua resolução.

Em 1920, os trabalhadores da imprensa oficial novamente entraram em greve pelos mesmos motivos, atraso no pagamento de salário dos trabalhadores. O *Jornal do Comércio* relatou o corrido:

> Uma comissão veio declarar-nos que o pessoal das oficinas daquela repartição continua em greve pacífica, porque o respectivo diretor não tomou, até ontem, a menor providência, relativamente ao pagamento de seus salários em atraso.
>
> A referida comissão também nos participou que a Sociedade das Artes Graphicas está patrocinando a sua causa, dentro dos limites da lei, devendo realizar-se, hoje, as dezessete e meia horas, uma sessão de assembleia geral de todos os operários gráficos, em sua sede, a fim de tratar de medidas atinentes ao caso.[107]

A greve iniciada em 09 de outubro de 1920, deliberada em assembleia geral organizada pela *Sociedade das Artes Gráficas,* contou com o apoio dos trabalhadores da imprensa que, solidários com os trabalhadores da Imprensa Oficial, decidiram também entrar em greve pacífica. As greves de 1919 e 1920 não apenas elucidam as condições precárias enfrentadas pelos trabalhadores da imprensa na época, mas também destacam a solidariedade e união presentes na classe tipográfica em Manaus.

---

106 *Jornal do Comércio*. Manaus, 15 out. 1919.

107 *Jornal do Comércio*. Manaus, 08 out. 1920.

Considerações finais

Analisamos ao longo deste artigo as dimensões de trabalho dos tipógrafos e a organização operária em Manaus. Ao investigar sua presença no movimento operário foi possível revelar uma intricada rede de mobilização e organização que desempenhou papéis multifacetados na vida dos trabalhadores. Desde as sociedades beneficentes até a emergência dos sindicatos, essas entidades refletiram as dinâmicas sociais, econômicas e políticas da época, sendo fundamentais não apenas na busca por melhorias nas condições de trabalho, mas também na construção de identidades coletivas e na defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Os principais resultados desta pesquisa, indicam que os tipógrafos foram pioneiros no movimento operário de Manaus, estabelecendo associações como a *Sociedade Protetora das Artes Gráficas no Amazonas* e o *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos*, que cumpriram papéis basilares na melhoria das condições de trabalho e na promoção da solidariedade entre os trabalhadores. As greves de 1919 e 1920, por exemplo, ilustram a união e a força dos trabalhadores da classe tipográfica diante das adversidades. Em síntese, os estudos da organização dos trabalhadores das artes gráficas oferecem uma compreensão das dinâmicas sociais e laborais em Manaus, destacando a importância dos trabalhadores na construção de identidades coletivas e na defesa dos interesses da classe.

Das mesas de negociações aos tribunais: os desdobramentos da greve dos metalúrgicos de 1986

Vanessa Cristina da Silva Sampaio[108]

Na arena jurídica, o significado das negociações articulava interesses de classe e proteção legal. Nesta relação, a Justiça do Trabalho e a legislação trabalhista corporificaram um espaço de luta da classe trabalhadora em busca da conquista e efetiva concretização de seus direitos, sobretudo, pela representação dos trabalhadores nos tribunais. No caso dos metalúrgicos de Manaus, esta atuação reconheceu os conflitos fabris via Justiça, especialmente nas relações entre patrões, empregados e sindicato. Neste artigo, analisaremos, os procedimentos adotados pela categoria metalúrgica na greve geral de 1986, avaliando a condução das negociações e o desfecho negativo do movimento paredista para a categoria.

Entre negociações e luta por direitos

A greve geral metalúrgica de 1986 ocorreu no período de 05 a 14 de agosto daquele ano, paralisando mais de 30 fábricas do Distrito Industrial de Manaus, somando um total de 20 mil operários de braços cruzados. As principais adesões sucederam nas empresas CCE, Moto Honda, Sharp, Springer, Semp Toshiba, Sanyo, Gradiente, Philips, dentre outras. Esta circunstância foi similar a greve geral de 1985, ocorrida de 01 a 06 de agosto, paralisando 18 mil metalúrgicos. A principal reivindicação desta greve era um reajuste salarial de 100% para toda a categoria e um aumento real de 20% e 30% variando conforme o quantitativo de funcionários por empresa.

108 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora da Secretária Municipal de Educação (SEMED/ MANAUS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: vanessa-css@hotmail.com

Foi um movimento que demonstrou força, coesão e unidade, obtendo vitórias parciais aos trabalhadores metalúrgicos.[109]

Na greve geral de 1986, a categoria metalúrgica pleiteava junto ao sindicato patronal o pagamento de horas-extras, gratificação por substituição, estabilidade, demissões de membros da CIPA, comunicação de acidente de trabalho, garantia de emprego ao acidentado, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, ausência justificada, feriado aos sábados, turnos revesados, estabilidade do aposentado, intervalos para descanso, atraso no pagamento, acordos coletivos de compensações, comissão de fábrica, pagamentos de vales, desconto assistencial, contribuição associativa, sindicalização, indenização especial e participação nos lucros da empresa. Com o endurecimento das negociações, o indicativo de greve se consolidava a cada negativa dos empresários. Sem chegar a um acordo, a categoria decidiu em assembleia geral, no dia 04 de agosto, pela paralisação total das fábricas do Distrito Industrial.

Diante disso, esgotadas todas as tentativas de negociações, a greve teve início nas primeiras horas do dia 05 de agosto. Neste primeiro dia, seguindo uma estratégia diferente daquelas adotadas em greves anteriores, os trabalhadores se concentraram na área externa das empresas e cruzaram os braços, ao mesmo tempo, em que as comissões de fábrica formadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos percorreram outras empresas para que estas aderissem ao movimento, objetivando a paralisação em massa do Distrito Industrial.[110]

De acordo com o *Jornal do Commercio*, um total de 16 empresas paralisaram total e parcialmente neste primeiro dia. Na estimativa do sindicato, paralisaram por volta de 13 mil operários, correspondendo a cerca de 70% dos trabalhadores sindicalizados e cerca de 30% do total da categoria metalúrgica.[111] Conforme a fala do dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, Elson Melo, ao *Jornal do Commercio*, os piquetes que foram realizados no dia 05 não tiveram qualquer incitação direta por parte da diretoria do sindicato, sendo uma iniciativa dos próprios trabalhadores. A adesão contou

109 VER SAMPAIO, Vanessa Cristina da Silva. *Trabalho e resistência: as greves do Distrito Industrial de Manaus (1985-1986)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2022.
110 Documento “Paralisação no Distrito Industrial de Manaus” – agosto de 1986, encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 02-03.
111 Dados encontrados no documento “Greve Geral de 1986” – Arquivo da Pastoral Operária, p. 13.

ainda com ampla participação das empresas de grande porte, como a Gradiente, Sony, Philips, Sanyo, CCE e Ericson.

Mas devemos destacar que houve adesão de empresas de pequeno e grande porte no primeiro dia de paralisação. O efeito cascata é nítido neste primeiro momento, mobilizando as grandes empresas e se estendendo para as menores. Conforme os jornais locais, a empresa Gradiente foi a primeira a aderir ao movimento, "no pátio da fábrica, centenas de trabalhadores circulavam com seus uniformes ou permaneciam na grama. Todos afirmavam em coro que a fábrica estava totalmente parada."[112] Em outras empresas, como a CCE e a Sanyo, ocorreram registros de tumultos em decorrência da intervenção da Polícia Militar. Neste sentido, cabe salientar que a polícia esteve de perto para vigiar e reprimir os trabalhadores, sobretudo, onde a adesão alcançou os maiores índices. Nas empresas Ericson e Coelma, além da proeminente presença da polícia, houve por parte dos trabalhadores denúncias de agressões físicas cometidas por seguranças e gerentes. Até mesmo a imprensa ao cobrir o movimento foi duramente contida pela diretoria das empresas, sobretudo, ao serem questionados sobre quais passos deveriam ser adotados pelo sindicato patronal a fim negociar o retorno dos operários ao trabalho.[113] A instrução era não dar informações à imprensa sobre qualquer movimentação dentro das empresas, gerando um clima de incerteza e terror no Distrito Industrial.

Mesmo com a presença numerosa dos trabalhadores, na avalição do sindicato patronal, o movimento paredista não foi considerado de grandes proporções, minimizando os impactos da greve. Para Fernando Bomfim, o endurecimento nas mesas de negociações poderia levar novamente os operários aos tribunais, caso não houvesse um acordo. O tom era conciliador, sobretudo, por considerar que a continuidade do movimento não beneficiaria nem empresários e muito menos aos trabalhadores. Apesar deste discurso, inúmeras queixas são encontradas nos jornais fazendo referência a formas de coação e pressões sofridas pelos operários. Ao relembrar deste primeiro momento da greve, Ricardo Moraes ressalta que "os trabalhadores estavam naquele instante, recebendo propostas de aumento salarial e gratificações ou mesmo que pudessem convencer os com-

112 *A Crítica*. Manaus, 06 ago. 1986, p. 04.
113 Idem p. 04.

panheiros a retornar ao trabalho."[114] A partir desta fala, podemos observar que todo o tipo de tática e estratégia foi usado pelos patrões para persuadir o operário. Tal método também foi utilizado na greve geral de 1985, dos quais muitos trabalhadores foram enganados com a promessa de promoções e recompensas.

Outro procedimento adotado pelas empresas foi o corte na alimentação, igualmente utilizado em outros movimentos. O objetivo era enfraquecer a mobilização operária, provocando a retomada compulsória ao trabalho. Houve denúncias de operárias grávidas que ficaram horas sem o fornecimento de alimentação e água no período inicial da greve. Uma dessas operárias declarou ao jornal *A Crítica* "que mesmo sem comer nada, da greve eu não saio."[115] Segundo o próprio jornal, a trabalhadora em questão se chamava Edna Santos, possuía 22 anos e estava grávida de 6 meses. Sua denúncia dizia a respeito do tratamento destinado às mulheres na empresa CCE, incluindo cárcere de privado. É possível observar que nessa empresa, em especial, a greve esteve sob a liderança das operárias, fazendo frente ao movimento. Obviamente que essa característica não se restringiu apenas à CCE, tendo em vista que as mulheres representavam uma parcela significativa da categoria metalúrgica e foram atuantes no decorrer das greves.[116] Acerca destes episódios, a ex-trabalhadora da empresa Evadin, Miracelma Silva Souza recorda que "a pressão era ainda maior em cima das lideranças mulheres. Era um terror psicológico enorme. E em 86, eles fizeram mais pressão. Eu como liderança fui muito perseguida."[117] Quanto mais o movimento paredista se fortalecia, mais coação as trabalhadoras e os trabalhadores sofreram. E foi assim durante todo o processo de paralisação.

Apesar desta constatação, ainda no primeiro dia de greve, o presidente dos metalúrgicos considerou o movimento vitorioso, considerando que a projeção inicial era de parar 10 empresas e, ao todo, trabalhadores de 16 empresas aderiram à greve. Moraes declarou que a greve foi mais consciente que a de 1985 e que os

114 Entrevista com Ricardo Moraes de Souza realizada por Vanessa Sampaio em 04 de fevereiro de 2021.
115 *A Crítica*. Manaus, 06 ago. 1986.
116 Em relação à participação feminina nas greves, discorreremos no próximo capítulo.
117 Entrevista com Miracelma Silva Souza realizada por Vanessa Sampaio em 20 de março de 2021.

metalúrgicos estavam mais unidos.[118] Segundo o sindicalista, a estratégia de manter os trabalhadores nas dependências das empresas foi mais eficaz daquela adotada em 1985, cuja concentração de operários se deu pelas ruas do Distrito, onde a repressão e violência foram ainda maiores. Mesmo diante de um quadro aparentemente vitorioso, como os empresários se recusaram a negociar, a Delegacia Regional do Trabalho foi convocada para mediar os trabalhos. A primeira reunião foi marcada para o 06 de agosto, às 09:00. Dentro deste contexto, é preciso sublinhar que a categoria recebeu o apoio de entidades como da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB).[119] Essa cooperação foi importante para dar fortalecimento à causa operária, auxiliando os metalúrgicos a prosseguir na greve.[120]

Na DRT, a reunião foi presidida pelo delegado Manoel Nogueira, contando com a presença de Pedro Guilherme de Souza Campos, coordenador das comissões das empresas, e o advogado José Roberto Cazeri. Do lado dos trabalhadores, esteve Ricardo Moraes, o assessor jurídico, Paulo Araújo, e o advogado José de Oliveira Barroncas.[121] Nesta audiência de conciliação, o delegado solicitou das partes envolvidas as propostas e contrapropostas para colocar em pauta na negociação. O Sindicato dos Metalúrgicos, neste momento, entregou a pauta de reivindicações dos trabalhadores e um relatório das negociações que foram realizadas, onde continha a contraproposta dos empresários. O sindicato patronal, por sua vez, declarou que a contraproposta realizada se tornava sem validade, considerando que a greve havia sido deflagrada. O representante dos metalúrgicos, porém, afirmou que estava disposto a negociar,

118 Convém destacar que o mesmo grupo que esteve à frente do sindicato dos metalúrgicos nas mobilizações em 1985, permaneceu o mesmo na greve geral de 1986. *A Crítica*. Manais, 06 ago. 1986.

119 *A Crítica*. Manais, 06 ago. 1986.

120 É preciso pontuar que o ano de 1986 foi o período de eleições es estaduais. Neste sentido, o Sindicato dos Metalúrgicos chegou a declarar em algumas ocasiões durante a greve que alguns partidos políticos, sem citar quais, estava tentando tirar proveito do movimento paredista para se promover. Com isso, o sindicato alertou os trabalhadores que se algum partido político viesse falar em nome do sindicato, tal afirmação seria enganosa. Para evitar alguma desavença, o sindicato adesivou com a logo da entidade, os carros que percorriam o Distrito Industrial para facilitar a identificação de quem fazia parte efetivamente do movimento *A Crítica*. Manais, 08 ago. 1986.

121 Processo TRT n. DC02/86. Espécie: Dissidio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 130.

chegando a perguntar ao delegado, Manoel Nogueira, que permanecendo a negativa dos empresários, se a própria DRT não poderia apresentar uma proposta conciliatória para ambos.[122]

Neste momento, a DRT apresentou uma proposta intermediária, não de 24% como almejavam os trabalhadores e nem os 4% oferecidos pelos empresários. A DRT propôs 15% de aumento salarial, cuja proposta foi sequer debatida e logo em seguida rejeitada pelo sindicato patronal, que não aceitou negociar enquanto os metalúrgicos estivessem em greve. Com este argumento, a decisão da DRT foi encaminhar a pauta para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para a instauração do dissídio coletivo.[123] Acerca desta decisão, o jornal *A Crítica* noticiou que a imprensa foi impedida de acompanhar a reunião de conciliação a pedido do sindicato patronal, com a argumentação de que os jornalistas poderiam atrapalhar as negociações. Desta forma, a alegação dos empresários foi aceita pelo delegado, que prontamente solicitou a retirada da imprensa da sala da DRT. O jornal ainda ressaltou que o posicionamento de ambos os sindicatos foi bem dividido e definido. Enquanto os metalúrgicos apontavam uma disparidade considerável na questão salarial em relação a outros trabalhadores de outras regiões, os empresários retrucaram dizendo que forneciam alimentação e transporte, o que justificaria os baixos salários. Os trabalhadores munidos de vários dados econômicos que comprovavam a defasagem salarial refutaram esse argumento.[124]

Um dos motivos para a permanência do impasse foi essa alegação falaciosa por parte dos empresários, endossando ainda mais as divergências entre patrões e empregados. Enquanto as discordâncias persistiam, os comandos de greve se mobilizavam mais intensamente na porta das fábricas. Como relembra Elias Sereno de Souza, trabalhador da empresa Philips e ex-dirigente do sindicato, a tática utilizada neste momento foi de "mobilizar os comandos na porta de cada fábrica. A kombi do sindicato percorreu todo o Distrito assim. Fazendo um rápido discurso de mobilização, chamando os que ainda não estavam de greve a parar também."[125] Esta estratégia foi empregada para evitar que os grevistas

122 Processo TRT n. DC02/86. Espécie: Dissidio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 130.
123 Idem, p. 133.
124 *A Crítica*. Manais, 07 ago. 1986.
125 Entrevista com Elias Sereno de Souza realizada por Vanessa Sampaio em 20 de fevereiro de 2021.

saíssem da empresa e fossem surpreendidos pela ação da polícia, que esteve presente no entorno das fábricas no decorrer da greve. Após a tentativa frustrada no TRT, o dia 06 de agosto, o segundo dia de greve, as adesões ao movimento se intensificaram, caracterizado pela anuência das empresas de pequeno porte, diferentemente do que ocorreu no primeiro dia.

Com isso, o número de empresas paradas subiu para 23, somando um total de quase 20 mil operários de braços cruzados. Com este aumento substancial, o sindicato patronal impetrou um pedido de ilegalidade da greve junto ao TRT, o qual teve julgamento previsto para o dia 07 de agosto. Ainda no segundo dia, a mobilização dos metalúrgicos contou com o apoio da estatal Siderema, do ramo da siderúrgica, fortalecendo a greve. Ao todo, foram 400 operários que também se juntaram aos trabalhadores do Distrito pedindo aumento salarial. O próprio Ricardo Moraes comandou a paralisação da Siderema, mesmo não sendo o presidente da categoria.[126] Isso demostrou a confiança e a força política adquirida pela categoria metalúrgica dentro do sindicalismo amazonense, sobretudo, em um contexto de crise econômica, determinando o nível de organização dos trabalhadores em comparação às experiências vividas anteriormente.

Na audiência de conciliação no TRT, no dia 07 de agosto, terceiro dia de greve, o sindicato patronal não apresentou nenhuma contraproposta. Desta forma, o TRT apresentou uma proposta de 13% de aumento salarial, reajuste automático toda vez que a inflação atingisse 10% e redução da jornada de trabalho de 48 para 45 horas. Como resposta, os empresários alegaram ser totalmente inviável tal oferta e que não haveria contraproposta. Sem novamente

126 A Companhia Siderúrgica da Amazônia Sociedade Anônima (SIDERAMA), sociedade por ações de capital autorizado, regida por estatuto e disposições legais, com prazo de duração indeterminado e sede social em Manaus, no estado do Amazonas, tinha por finalidade a fabricação, transformação, importação, exportação e comercialização de produtos siderúrgicos nacionais e estrangeiros e de suas matérias-primas. Seu estatuto social consolidado foi aprovado por Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 1978, que o adaptou à lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Inicialmente sob o controle acionário da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 1 de julho de 1983, passou a ser vinculada ao Ministério da Infraestrutura, conforme estatuto referendado pela reunião da Diretoria, em 18 de outubro de 1990. A resolução n. 10, de 18 de setembro de 1997, do Conselho Nacional de Desestatização (CND), aprovou a dissolução da empresa e o decreto n. 2.361, de 31 de outubro de 1997, regulamentou a sua extinção. Na época da greve geral do Distrito, a Siderema tinha como diretor presidente da empresa, o Cel Joaquim Pessoa Igreja Lopes. No entanto, não foi possível identificar qual sindicato representava os trabalhadores da estatal. Informações retiradas do site: http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/

um acordo, uma nova audiência foi marcada para o dia 08 de agosto às 09:00.[127] A análise do pedido de ilegalidade da greve foi adiada e remarcada para esta nova audiência. Mesmo sob forte pressão, o movimento paredista continuou crescendo. Fazendo uma avalição preliminar da greve até este momento, podemos observar que a resistência operária foi uma das características do movimento paredista em 1986, sobretudo, pela pressão exercida pela polícia no entorno das fábricas. No entanto, estas intimidações não frearam a atuação dos trabalhadores, endossando ainda mais as críticas à legislação trabalhista, ao governo e ao autoritarismo patronal. Como pode ser notado nas tabelas descritas acima, a greve contou com uma rápida adesão da categoria metalúrgica, angariando inclusive o apoio de outras classes de trabalhadores.

Vale ressaltar que houve divergências nos índices de paralisações entre os dados informados pelo Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato Patronal. Enquanto, até o terceiro dia, os metalúrgicos informavam que a greve no Distrito Industrial havia atingido mais de 20 mil operários e parado 31 fábricas. Os empresários rebateram esta informação, dizendo que o número oficial não ultrapassava 12 mil trabalhadores e 25 fábricas paralisadas.[128] Segundo dados do próprio Sindicato dos Metalúrgicos, nesta fase da greve a adesão correspondeu a cerca de 72% da categoria.[129] Contestando esta estatística, os empresários argumentaram que o percentual não ultrapassava 24%, afirmando que "os trabalhadores não dispunham de um departamento estatístico para informar com precisão quem de fato estava em greve."[130] Desta forma, o percentual apresentado pelo sindicato patronal foi consideravelmente inferior ao apontado pelos metalúrgicos.

Podemos compreender essa divergência como um método de desmerecimento utilizado pelos empresários em relação à organização operária. Admitir tais características era reconhecer a mobilização metalúrgica no interior das fábricas, apesar das limitações impostas pela legislação trabalhista e da forte repressão patronal e

127 Processo TRT N° DC10/86. Espécie: Dissidio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 225-226.
128 *Jornal do Commercio,* 08 ago. 1986.
129 Este dado foi encontrado no documento "Greve Geral de 1986" – Arquivo da Pastoral Operária, p. 15.
130 *Jornal do Commercio*. Manaus, 08 ago. 1986.

policial. Além disso, depreciar a amplitude da greve colocava em xeque a própria legitimidade da paralisação e da rede de apoio alcançada pelos metalúrgicos junto à sociedade civil, à imprensa e aos partidos políticos. Apesar das enormes discrepâncias, a greve de 1986 contemplou novos padrões de ação coletiva dentro Distrito Industrial, derivados de interesses comuns e de articulações proletárias. Tal interpretação é semelhante às apontadas por Francisco Barbosa de Macedo, ao examinar a greve de 1980 e as redes sociais de mobilização dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Para o autor, apontar as expressões negativas de mobilizações operárias tinha o efeito de desqualificá-las, atribuindo conotações divergentes das movimentações coletivas.[131]

Retomando a questão da conciliação entre patrões e empregados, a audiência de conciliação marcada para o dia 08 de agosto, quarto dia de greve, com mediação do TRT o sindicato patronal frisou que não negociava enquanto os metalúrgicos estivessem em greve, destacando que seriam improcedentes as reivindicações por eles levantadas diante da situação econômica de crise que o país atravessava, reforçando o pedido de ilegalidade da greve. Para os empresários, a greve não seria apenas ilegal por não cumprir as formalidades previstas na Lei 4.330/64, mas principalmente pelo seu aspecto essencialmente político, "inserindo-se no Plano Nacional liderado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) de boicote à desestabilização do Plano Cruzado instituídos pelos Decretos Leis 2283/86 e 2284/86."[132] Expostas tais alegações, o Sindicato dos Metalúrgicos contestou, dizendo que os procedimentos para a deflagração da greve foram cumpridos e que as reivindicações realizadas, principalmente em relação à questão do aumento salarial, foram baseadas no aumento do custo de vida em Manaus em 1986, atingindo um aumento de 6,2 no mês de junho.[133]

---

131 VER MACEDO, Francisco Barbosa. *A greve de 1980: redes sociais e mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo.* Dissertação de Mestrado. USP, 2010.

132 Processo TRT N° DC10/86. Espécie: Dissidio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 225-226.

133 O Sindicato dos Metalúrgicos utilizou dados estatísticos para rebater os empresários. Segundo dados do DIEESE, o custo de vida em Manaus em 1986 subiu 387,65%, enquanto a base de reajuste salarial foi de 233, 65%. Por outro lado, o lucro líquido declarado pelas empresas cresceu em média 1.702,9%, quando no mesmo período, os salários foram reajustados apenas em 228%. Processo TRT N° DC10/86. Espécie: Dissidio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 235.

Mediante as premissas expostas por ambos os lados, o TRT decidiu rever as cláusulas da Convenção Coletiva com o objetivo de eliminar as disparidades, sem, contudo, propor um novo acordo intermediário para os sindicatos. Esta decisão visou assegurar os direitos já adquiridos pelos trabalhadores no decorrer das negociações. Em relação às formalidades previstas na Lei 4.330/64, o tribunal considerou improcedente o pedido dos empresários. Uma nova audiência foi marcada para o dia 09 de agosto, um sábado. Enquanto isso, os trabalhadores marcaram uma assembleia geral para fazer uma avaliação geral do movimento. No quarto dia de greve, a adesão girou em torno de 34 empresas paralisadas, somando um total de 22 mil trabalhadores. Neste momento, a tensão aumentou, sobretudo, pelo risco de decretação da ilegalidade da greve pelo TRT. Caso fosse considerada ilegal, as empresas poderiam demitir os operários por justa causa, de acordo com legislação trabalhista com base na Lei 4.330/64.[134]

Nesta fase, a greve passou a representar um perigo para os trabalhadores. Mesmo confiando na disposição dos operários em permanecer de braços cruzados, Ricardo Moraes começou a dar sinais de que o movimento paredista não se sustentaria por muito tempo. Ao relembrar este instante crucial da greve, Moraes recorda que, naquele momento, "apesar da boa vontade, a gente sabia que a categoria não sustentava aquela greve por muito tempo. Nós tínhamos isso claro pelas avaliações feitas naqueles dias. As audiências no TRT foram tensas e sem qualquer tipo de resolução."[135] Nesta altura, a repressão começou a se intensificar na porta das fábricas. O sindicato começou a denunciar as atitudes coercitivas da Polícia Militar, onde dezenas que trabalhadores estavam sendo espancados, principalmente aqueles que tentavam iniciar algum piquete. Segundo o jornal *A Crítica*, as empresas Sharp, CCE, Gradiente e Telefunken foram as recordistas em denúncias de práticas violentas contra os metalúrgicos, incluindo mulheres grávidas.[136] Na CCE, por exemplo, "estavam carimbando em vermelho a carteira dos funcionários para não arrumarem outro emprego."[137] Na empresa Gradiente os

---

134 *A Crítica*. Manaus, 08 ago. 1986.
135 Entrevista com Ricardo Moraes de Souza realizada por Vanessa Sampaio em 04 de fevereiro de 2021.
136 *A Crítica*. Manaus, 08 ago. 1986.
137 *A Crítica*. Manaus, 08 ago. 1986.

crachás estavam sendo confiscados e na Telefunken, trabalhadoras gestantes estavam desmaiando por falta de alimentação.[138]

Do diálogo à repressão

Nesta etapa da greve, o diálogo cedeu lugar à repressão. Os operários que tentavam convencer outros trabalhadores a aderirem o movimento foram duramente contidos pelos seguranças das fabricas que, por diversas vezes, foram até mais violentos que a própria PM. Esperando uma solução, patrões e empregados aguardavam o julgamento do TRT com apreensão, levando em conta que o movimento se arrastava para o quinto dia. Surpreendentemente no dia 09 de agosto, o tribunal decidiu por unanimidade pela “extinção da greve”, sem entrar no mérito quanto às formalidades intrínsecas exigidas pela Lei 4.330/64. O juiz considerou que o estado de greve seria incompatível com o julgamento do dissídio coletivo, ou seja, seria impossível julgar o pedido de dissídio enquanto a greve estivesse em andamento.[139]

A princípio, tal decisão culminaria na volta dos metalúrgicos ao trabalho para que fosse dada a continuidade do julgamento de dissídio coletivo. Antes de deliberar a extinção do movimento, o TRT tentou a última proposta de conciliação, sugerindo um reajuste salarial de 10% e um piso de três salários-mínimos. Neste instante, o Sindicato dos Metalúrgicos pediu a suspensão do julgamento para que as partes pudessem retomar as negociações, frisando que os trabalhadores estavam dispostos a rever suas pautas. Imediatamente, o sindicato patronal retrucou dizendo que não tinha como aceitar a proposta do TRT e que desejava a ilegalidade da greve. Esta audiência foi permeada de discussões, controvérsias e ânimos exaltados.

Neste sentido, Ricardo Moraes rememora que “o cansaço já tomava conta do ambiente quando foram lançadas as propostas dos juízes. O relator disse que não podia votar em um dissídio sob pressão. Os trabalhadores teriam que voltar ao trabalho.”[140] Foi neste

138 *A Crítica*. Manaus, 08 ago. 1986.

139 Processo TRT N° DC10/86. Espécie: Dissidio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 240.

140 Entrevista com Ricardo Moraes de Souza realizada por Vanessa Sampaio em 04 de fevereiro de 2021.

ambiente extenuante que os metalúrgicos escutaram atentamente o desenrolar das discussões entre os juízes que, em algumas ocasiões, divergiram quanto ao entendimento da greve e da apreciação de sua ilegalidade. Segundo o jornal *A Crítica,* os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos saíram do tribunal confusos. O mesmo sentimento foi partilhado pelo sindicato patronal, afirmando que "a decisão do TRT foi inusitada, mas também que entendiam a sentença praticamente estava decretando a ilegalidade da greve, mesmo sendo uma deliberação incomum."[141]

Criou-se um leve tumulto entre ambos os sindicatos. De acordo com o *Jornal do Commercio,* "ninguém jamais ouviu falar sobre extinção da greve, no qual as partes tentavam entre si, entender o veredito do TRT. Não sabiam definir se havia greve ou não."[142] Imediatamente, o Sindicato dos Metalúrgicos pediu para que o juiz explicasse o termo "extinção da greve", cujo desconhecimento era generalizado. Nesta ocasião, o TRT respondeu que a extinção cessaria os conflitos, sem o risco de ocorrer sanções aos trabalhadores, optando por não analisar a questão jurídica que pairava sobre a ilegalidade da greve. Pelo discurso encontrado nos jornais, o Sindicato Patronal entendeu o parecer do TRT como favorável à ilegalidade do movimento paredista, disseminando uma possível vitória sobre os metalúrgicos.

Finalizada a audiência de conciliação, os representantes dos trabalhadores se mantiveram em silêncio e decidiram não conversar com a imprensa, sobretudo, por terem ficado estarrecidos com o resultado do julgamento. Em razão da audiência ter ocorrido em um sábado, ficou difícil reunir um número expressivo de trabalhadores. Conforme os jornais locais, o sindicato marcou uma entrevista coletiva ao final do dia 09 de agosto, na sede da entidade, com o objetivo de fornecer mais detalhadamente as medidas que deveriam ser adotadas com a "extinção da greve", mas a imprensa encontrou os portões do sindicato fechado e juntamente com um pedido de desculpa de Ricardo Moraes pela ausência.[143]

Em que se pese a singularidade da decisão ocorrida na greve geral de 1986, a Justiça do Trabalho, neste caso especificamente, exerceu um poder de vanguarda ao decidir sobre as condições de trabalho aplicáveis no âmbito das categorias profissionais e eco-

141 *A Crítica*. Manaus, 10 ago. 1986.
142 *Jornal do Commercio*. Manaus, 10 ago. 1986.
143 *Jornal do Commercio*. Manaus, 10 ago. 1986.

nômicas em processos de dissídio coletivo. Após a "extinção da greve", foi notório que os aspectos organizativos, institucionais do movimento paredista foram fortemente fragmentados e descentralizados na base. É interessante notar como o poder de tal decisão abriu uma fissura no setor metalúrgico e em suas práticas. Neste sentido, a extinção da greve fez com que os trabalhadores reencontrassem o caminho da licitude grevista, ainda que contrariando suas expectativas. Sem um posicionamento definido, a diretoria do sindicato somente voltou a se reunir com a categoria no dia 11 de agosto, quinto dia de greve, uma segunda-feira, passada a surpresa inicial. Reunidos novamente em assembleia, os metalúrgicos decidiram por unanimidade pela continuidade da greve, ignorando a decisão do TRT. Segundo o próprio Ricardo Moraes, em discurso na assembleia, "a partir de agora a repressão deverá acontecer, pois a greve vai contrariar o que foi dito pelo TRT e a qualquer momento alguma liderança poderá ser presa, mas a greve deve continuar."[144]

Como podemos observar, apesar de prosseguirem com a greve, os trabalhadores estavam cientes das consequências do descumprimento da ordem judicial. Mesmo demostrando um discurso uniforme perante a categoria, houve discordância entre os diretores do sindicato e os comandos de greve, assim como aconteceu no início da deflagração do movimento. O sindicato tinha clareza de que a categoria não sustentaria a greve por muito mais tempo, sobretudo, por não terem conquistado nenhuma demanda importante até aquele momento. Naquela conjuntura, o país passava por intensas transformações econômicas e sociais que compunham um cenário que favoreceu fortemente o discurso patronal.

Apesar de vermos um repertório organizativo mais permanente e resistente, os metalúrgicos foram sufocados pela inesperada decisão do TRT. No mesmo dia em que a categoria metalúrgica decidiu pela continuidade da greve, um manifesto de solidariedade circulou na cidade Manaus, assinado por entidades e partidos políticos prestando apoio aos trabalhadores, ressaltando que os baixos salários, o alto custo de vida, a dificuldade de moradia e as longas jornadas de trabalho teriam levado os operários do Distrito Industrial ao extremo. Compreendendo serem justas as reinvindicações, o manifesto conclamou que as entidades da sociedade civil e a população em geral prestassem ajuda financeira e política aos operários,

144 *A Crítica*. Manaus, 12 ago. 1986.

tendo em vista que o movimento era de caráter pacífico e buscava melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores.[145]

Em relação às questões legais, o Sindicato dos Metalúrgicos, após uma avaliação junto ao seu corpo jurídico, entendeu que a sentença proferida pelo TRT não obedeceu aos requisitos básicos no caso de dissídio coletivo e tampouco manifestou pela procedência ou não apresentados pelos trabalhadores, sem mencionar as custas do processo que seriam pagas pela parte vencida, deixando ainda de apreciar os pedidos de revisão das normas coletivas de trabalho, ilegalidade da greve e atendimento das pautas de reinvindicações.[146] Desta forma, o TRT teria, na opinião da diretoria do sindicato, desconsiderado os pedidos feitos tantos pelos trabalhadores como pelos empresários, decidindo além dos limites propostos pelas partes envolvidas. Neste sentido, o entendimento do sindicato foi de que houve apenas uma recomendação. Por esta razão, a greve permaneceu. Por outro lado, o sindicato patronal, diante da decisão do TRT, optou por recorrer da sentença para efetivar o caráter suspensivo do dissídio coletivo com a intenção de invalidar o acordo anterior.[147]

Temendo uma possível represália, os metalúrgicos somente aceitavam retornar ao trabalho mediante garantias legais, como estabilidade de 6 meses para aqueles que participaram da greve. Cabe salientar que a permanência do estado de greve se ancorou na inexistência de uma decisão dentro dos limites da lei, sobretudo, por não haver uma sentença de ilegalidade até aquela ocasião. Com as insatisfações de ambos os lados, uma nova audiência foi marcada para o dia 12 de agosto, sexto dia de greve, uma terça-feira,

no TRT. Diferentemente do que ocorreu na audiência do dia 09 de agosto, os juízes nesta nova reunião retiraram do processo a expressão "extinção da greve" e decretaram a sua ilegalidade por unanimidade. Os juízes se fundamentaram na tese de que o movimento paredista se opunha à situação de crise vivida pelo Brasil, argumento que foi fortalecido pelo descumprimento dos metalúrgicos ao não retornarem ao trabalho. Os advogados do Sindicato dos Metalúrgicos por sua vez, alegaram que a continuidade da greve não foi um desacato ao tribunal, mas o resultado da intransigência

145 Manifesto intitulado "Nota à população de Manaus", encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, p. 01.
146 *A Crítica*. Manaus, 12 ago. 1986.
147 *A Crítica*. Manaus, 12 ago. 1986.

patronal em não discutir as propostas conciliatórias em torno das reinvindicações da categoria.

Por 5 votos a 0, os trabalhadores foram derrotados por desobediência à Justiça do Trabalho. Após ser julgada a ilegalidade, entrou-se na segunda preliminar que seria o julgamento do dissídio coletivo. Segundo o relator do caso, o juiz Antônio Carlos Marinho Bezerra, não existiria a necessidade de se julgar o dissídio coletivo, uma vez que a greve foi decretada ilegal e não havia pedido de dissídio junto ao tribunal de nenhuma das partes envolvidas. Entretanto, os demais juízes foram contra esta proposta e pediram o julgamento das cláusulas. Assim sendo, o relator foi voto vencido e o dissídio coletivo foi julgado cláusula por cláusula. Desta forma, apreciando e julgando as pautas de reivindicações dos trabalhadores, foram instruídas as seguintes normas e condições de trabalho: aumento real de 5% para toda a categoria, estabilidade de apenas 6 meses às gestantes, direito a creche para menores de 3 anos, garantia de alimentação e transportes a preços subsidiados aos trabalhadores, fornecendo alimentação especial a todos os empregados que dele necessitassem, sob orientação médica. Os trabalhadores não poderiam ser obrigados a executar serviços de limpeza na empresa. Nos casos de acidentes fatais nas dependências das fábricas, o sindicato deveria ser comunicado no prazo de 48 horas. A jornada de trabalho foi reduzida de 48 para 45 horas semanais. Foi permitida a sindicalização dentro das empresas uma vez por ano, período em que essas atividades seriam convencionadas entre as partes. Multa de 20% ao sindicato patronal caso alguma das cláusulas da Convenção Coletiva fosse descumprida.[148] As questões referentes a reajuste salarial, piso salarial, participação nos lucros da empresa e horas extras foram consideradas improcedentes pelo TRT.[149] Conforme a própria ata da audiência, as demais reinvindicações presentes na sentença deveriam ser posteriormente dirimidas pela Justiça do Trabalho.

Finalizada a audiência, os trabalhadores aguardavam os resultados do tribunal, tendo em vista que a greve chegava ao sexto dia. Em assembleia geral convocada pelo sindicato, que reuniu mais de 3 mil trabalhadores, a categoria novamente decidiu pela continuidade da greve mesmo sendo julgada ilegal pelo TRT. Imediato à sentença,

148 Processo TRT N° DC10/86. Espécie: Dissidio Coletivo. Arquivo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho – CEMEJ/TRT11, p. 264-268.
149 *A Crítica*. Manaus, 13 ago. 1986.

os empresários agiram rapidamente, demitindo 150 trabalhadores da empresa Siderema e ameaçando de justa causa 600 trabalhadores da CCE caso não retornassem ao trabalho imediatamente.[150] Naquela conjuntura, mais de 36 empresas permaneciam paralisadas, somando um total de 24 mil metalúrgicos de braços cruzados. É importante frisar que, neste instante, as repressões foram se intensificando, os comandos de greve começaram a denunciar inúmeras ameaças de demissões em massa e prisões de trabalhadores e dirigentes sindicais. Apesar da disposição dos metalúrgicos em manter a greve, observamos nas manchetes dos jornais um tom de recuo no discurso do Sindicato dos Metalúrgicos, em relação às possíveis consequências do enfrentamento direto com os empresários. É possível observar que a diretoria agiu com cautela mediante as circunstâncias, levando em conta a posição desfavorável da categoria.

Em um comunicado publicado nos jornais de grande circulação, o sindicato patronal convocou o retorno dos metalúrgicos ao trabalho, lembrando que "o próprio presidente do tribunal ponderou os riscos de continuidade do movimento, podendo caracterizar um crime contra a organização do trabalho e da administração da justiça."[151] Por esta nota, verificamos que os empresários estavam dispostos a enfrentamentos radicais, valendo-se da ilegalidade decretada para se respaldar. Diante dos fatos e com o movimento enfraquecido, os metalúrgicos retornaram gradativamente ao trabalho no Distrito Industrial no dia 13 de agosto de 1986. O fim da greve somente foi considerado efetivamente por ambos os sindicatos no dia 14 de agosto, quando os trabalhadores da empresa Honda retornam aos postos de trabalho, sendo que estes foram os últimos a regressar. Ao todo, foram 8 dias de greve geral no Distrito Industrial de Manaus. Os trabalhadores que insistiram na greve foram demitidos por justa causa.

Segundo os dados do próprio Sindicato dos Metalúrgicos, após o retorno dos trabalhadores, houve mais de 2 mil demissões sob a acusação de participarem de uma greve subversiva e política. "Alguns trabalhadores que tentavam permanecer dentro das fábricas para voltar ao trabalho foram retirados à força e levados por policiais. Nem as mulheres grávidas foram poupadas."[152] Segundo

150 *A Crítica*. Manaus, 13 ago. 1986.
151 *Jornal do Commercio*. Manaus, 13 ago. 1986.
152 *A Crítica*. Manaus, 15 ago. 1986.

o jornal *A Crítica,* o terror foi grande e muitos trabalhadores chegaram a desmaiar. Na empresa Gradiente, seguranças armados foram utilizados para retirar os operários. Na Gradiente, milhares de grávidas foram demitidas, até mesmo aqueles que não aderiram ao movimento. O jornal destacou que "acusadas de participar de uma greve subversiva e política, nem as mulheres gravidas foram poupadas de justa causa."[153] Na Neo Life, o próprio gerente agrediu os operários e na Ericsson, a polícia foi chamada para conter os demitidos que se indignaram com a arbitrariedade cometida.[154] Por essas notícias, verificamos que o posicionamento intransigente dos empresários cedeu lugar à violência explícita, legitimada pela decisão judicial.

Como consequência desses atos, milhares de trabalhadores perderam seus empregos. Tentando reverter essa situação, os metalúrgicos demitidos recorreram à Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho, pedindo a anulação das demissões ou pelo menos que se retirassem as justas causas para que o operário recebesse seus direitos trabalhistas. Na estimativa do Sindicato dos Metalúrgicos, as demissões giraram em torno de 2.500, dos quais as empresas CCE e Gradiente foram as líderes em número de dispensas. Nas palavras do próprio presidente do sindicato patronal, Fernando Bomfim, em entrevista ao jornal *A Crítica,* o objetivo das demissões seria fragmentar a organização dos metalúrgicos dentro das fábricas, despedindo principalmente as lideranças.[155] Ainda de acordo com o jornal, a greve teve um final infeliz, o movimento paredista fracassou nas intenções, os operários foram acusados de subversão e a justa causa foi o resultado da resistência operária.

Algumas empresas como a Sharp e a Sony fizeram pequenas readmissões no dia 15 agosto. Os readmitidos, porém, não chegaram a 100 funcionários. Tais números foram considerados irrelevantes se comparados com o grande contingente dispensado após a decretação da ilegalidade da greve. Alguns jornais, como o *Jornal do Commercio,* chegaram a apontar que o número de demitidos ultrapassou 2.700. Vale ressaltar que, pela carência de fontes, não é possível efetivar um quantitativo exato dessas demissões. Contudo, pela repercussão na imprensa e pelos depoimentos colhidos para esta pesquisa, essa demissão em massa representou o princípio da

153 *A Crítica*. Manaus, 15 ago. 1986.
154 *A Crítica*. Manaus, 15 ago. 1986.
155 *A Crítica*. Manaus, 15 ago. 1986.

fragmentação da categoria metalúrgica, tornando os processos de mobilização e organização ainda mais difíceis após a greve.

,

Trabalhadores urbanos, livres e qualificados no movimento abolicionista da província do Amazonas (1870-1884)

Marcos Lucas Abreu Braga[156]

A partir da década de 1870, começam a surgir na então província do Amazonas, ou mais especificamente em sua capital, Manaus, uma série de organizações criadas e mantidas por trabalhadores urbanos, livres e qualificados, denominados na época como *artistas* ou *artífices*, tais como o *Ateneu das Artes* (1869-1879), a *Sociedade Beneficente Artística Nacional* (1880-?) e a *Sociedade Montepio de Socorro dos Artistas* (1883-?). Elas congregavam tanto trabalhadores assalariados quanto pequenos proprietários das oficinas artesanais, tendo como objetivo central a mutualidade e a beneficência, prestando auxílios pecuniários aos seus sócios em casos de doenças, desemprego ou dificuldades financeiras, além de organizarem seus funerais e fundarem instituições educacionais direcionadas aos filhos dos seus associados, se configurando enquanto expressões da emergência de uma identidade coletiva enquanto trabalhadores, assumida por uma parcela deste segmento social.[157]

Embora seus estatutos não tenham sido encontrados, é factível presumir que eles vedavam quaisquer formas de atuação política-institucional, já que este tipo de atividade era vetado pela lei nº 1.083 de 22 de agosto de 1860 e pelo decreto nº 2.711, de 19 de dezembro de 1860, que regularizavam associações civis de caráter diverso.[158] Esses – quase certos – entraves estatuários, no entanto,

156 Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM), contemplado pela CAPES com uma bolsa permanência. Professor da rede pública de educação básica do Amazonas (SEDUC-AM). E-mail: marcoslucasab@gmail.com

157 BRAGA, Marcos Lucas. "“Homens do Trabalho, Filhos do Povo” - Os artistas manauaras entre as décadas de 1870-1880: organizações e manifestações coletivas". *Manduarisawa*, v. 5, n. 1, 2021, p. 351-375.

158 LACERDA, David. "Mutualismo, trabalho e política: a seção império do conselho de estado e a organização dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro (1860-1882)". In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. de M. (Ed.). *Organizar e proteger: trabalhadores,*

não impediram que essas organizações, ou pelo menos alguns dos indivíduos que as dirigiam e compunham, se envolvessem em assuntos eminentemente políticos, tais como os debates acerca da abolição da escravidão no Brasil e da adoção do sistema republicano em detrimento do monárquico.

O presente capítulo tem como objetivo analisar a intersecção entre os trabalhadores urbanos, livres e qualificados envolvidos na articulação destas associações e um dos debates que tomaram conta das ruas, teatros, cafés, portos, oficinas, redações de jornais, tribunas de debates parlamentares e tipografias de todo o Império do Brasil pelo menos desde o final da década de 1860, o movimento pelo fim do trabalho escravizado.[159]

Para tal, além do diálogo com a bibliografia referente às temáticas, foram consultados jornais da imprensa amazonense, tais como o *Amazonas*, o *Jornal do Amazonas* e o *Comercio do Amazonas*, para avaliar o grau de participação destes sujeitos nos movimentos em prol da extinção da escravidão na província, além de discutir como esse engajamento na causa abolicionista proporcionou vivências e experiências que contribuíram para a formação do movimento operário amazonense nos anos posteriores.

Gênesis interligadas: o *Ateneu das Artes e a Sociedade Emancipadora Amazonense*

Nas décadas finais da escravatura, a província do Amazonas era a unidade do Império que possuía o menor número de escravizados negros: o censo de 1872 computou 979, embora esse número tenha crescido ligeiramente nos anos seguintes, principalmente a partir da compra de cativos do Ceará, sendo estimado em pouco mais de 1.500 em 1884. Ao mesmo tempo, emergiu na província um forte movimento emancipacionista, que adotou os meios gradualistas e legalistas, tais como a pressão por meio da imprensa para gerar a condenação moral da escravidão na opinião pública, a tentativa de convencer os senhores a alforriarem seus cativos sem ônus e a

---

associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Editora Unicamp, 2014, p. 84-90.

159 ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

coleta de fundos para manumissão dos escravizados. Esses fatores acabaram fazendo com que a abolição formal da escravidão fosse alcançada na província nortista em 1884, cerca de quatro anos antes da Lei Áurea.[160]

A primeira entidade abolicionista em atividade no Amazonas que se tem conhecimento foi a *Sociedade Emancipadora Amazonense*, fundada em princípios de 1870. Desde os primórdios, as organizações dos trabalhadores livres e qualificados manauaras e o movimento pela abolição estiveram intimamente ligados, já que a *Emancipadora Amazonense* surgiu no interior do *Ateneu das Artes*. Arthur Reis, abordando sua fundação, já havia anotado que:

> O dr. Augusto Elísio de Castro Fonseca, juiz de direito da Comarca de Manaus, com alguns amigos planejou, no Ateneu de Artes [sic], a organização de um centro que tivesse por fim manumitir o maior número possível de escravos, concorrendo assim para auxiliar o governo da Província no empenho de acabar com a escravidão no Império.[161]

Ao noticiar as festividades do primeiro aniversário do *Ateneu*, o periódico *Amazonas* relatou que, ao fim das comemorações, surgiu a "(...) a iluminosa ideia de emancipação de escravos que pelo ilustrado dr. Augusto Elysio, foi também demonstrada, em seguida às palavras do autor da ideia, e que muitas vezes teve de ser interrompido pelos mais frenéticos aplausos".[162] O "autor da ideia", como se verá adiante, foi o orador do *Ateneu* e os "frenéticos aplausos" dos presentes, em sua maioria sócios da organização, são indicativos da boa aceitação da ideia do fim da escravidão entre os artífices ligados ao *Ateneu* presentes na ocasião, naquilo que pode ter sido uma das primeiras manifestações públicas coletivas em prol da libertação na província do Amazonas.

J. B. de Farias e Souza, em um dos primeiros balanços históricos acerca do abolicionismo no Amazonas, reproduziu integralmente alguns documentos referentes ao processo de organização da

160 POZZA NETO, Provino. *Ave Libertas: ações emancipacionistas no Amazonas imperial*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2021.
161 REIS, Arthur Cézar Ferreira. *História do Amazonas.* 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 234.
162 *Amazonas*. Manaus, 9 jan. 1870.

Emancipadora. Em um convite para a reunião de articulação da associação, publicado pela imprensa e reproduzido por Farias e Souza, é possível ler que:

> Conforme foi anunciada pelo orador do Atheneu das Artes a respeito da grandiosa ideia de emancipação de escravos nesta Província, *como um complemento à caridade que essa sociedade reparte por entre os seus sócios* e que depois fora cabalmente desenvolvida pelo dr. Augusto Elysio e Fonseca Bernal, terá lugar hoje (...) no Paço da Câmara Municipal, a reunião afim de se tratar das bases em que deve se formar essa ideia.[163] (grifo nosso)

A sociedade emancipacionista era vista como um “complemento” à atuação da sociedade beneficente dos trabalhadores, embora pretendendo atingir um número maior de pessoas já que o convite foi direcionado não apenas “a todos os (...) artistas sócios do *Ateneu das Artes*, mas a todos em geral, pobres e ricos, nacionais e estrangeiros”. Já na notícia que descrevia a reunião, foi exposto que os presentes deliberaram que “o número de associados [seria] sem limites, suas contribuições muito módicas, e podendo ser eles de todas as classes e nacionalidades”.[164] O estabelecimento de *contribuições módicas* reforça a ideia de que seus organizadores pretendiam incluir pessoas das classes subalternas em suas fileiras.

O periódico abolicionista *Correio Nacional*, da Corte, publicou uma descrição detalhada da fundação da *Sociedade Emancipadora Amazonense*, onde é relatado que:

> Em seis de janeiro deste ano, na sociedade «Ateneu das Artes,» que festejava o seu aniversário, o sr. dr. Elisio iniciou a ideia de uma sociedade de emancipação, no que foi entusiástica e geralmente aplaudido e cinquenta e nove dias depois era esta sociedade [a *Emancipadora Amazonense*] instalada, dando liberdade a quatro inocentes que jaziam em cativeiro, concorrendo para isto os sócios que quiseram, com as quantias que lhes pareceu.[165]

163 SOUZA, J. B. Faria e. “Ao Amazonas cabe glória dos primeiros movimentos abolicionistas”. *Diário Oficial*. Manaus, 1922. Expressamos nosso agradecimento à equipe do Arquivo Público do Estado do Amazonas (APEAM) por franquear o acesso a este documento.
164 *Idem, ibidem*.
165 *Correio Nacional*. Rio de Janeiro, 14 abr. 1870.

Na ocasião, se fizeram presentes representantes de "todas as classes" e dentre os oradores esteve Antônio da Cunha Mendes[166], representando o *Ateneu das Artes*, segundo o mesmo relato do jornal carioca. Os artífices locais deviam compor pelo menos uma parcela de seus 273 sócios levantados pelo seu presidente no relatório sobre o primeiro ano de atuação.[167]

Outro ponto de intersecção entre a sociedade artística e a emancipacionista foi a figura de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, jornalista, político e intelectual que circulou entre Belém e Manaus, atuando na imprensa e na política por quase seis décadas.[168] Aranha foi um dos idealizadores e fundadores do *Ateneu*, lecionando na instituição educacional criada pela entidade artística – que, inclusive, funcionou na sua residência no primeiro ano de existência – bem como um dos fundadores e nomeado o 1º secretário da *Emancipadora Amazonense*.

Na ocasião da recepção aos combatentes amazonenses que lutaram na guerra do Paraguai, em setembro de 1870, Bento Aranha, em nome do *Ateneu das Artes*, fez um discurso onde defendeu tanto a abolição da escravidão quanto a adoção do regime republicano no Brasil, argumentando que se os ex-combatentes haviam "levado a liberdade a inóspitas e estrangeiras gentes", cumpriria aos voluntários "a iniciativa da emancipação desses nossos irmãos, que trazem estampados na fronte o estigma da escravidão". Ao final de sua fala, Aranha teria dado vivas à Nação, à República e à Soberania do Povo, que foram substituídas pelo jornal que a transcreveu respectivamente por vivas à sua Majestade, ao Conde D'Eu e ao Exm. Dr. presidente da província, conforme seus relatos anos mais tarde.[169]

---

166 Através dos periódicos que circularam na província do Amazonas, é possível traçar alguns aspectos da trajetória de Cunha Mendes, que foi um tipógrafo, escritor e proprietário de uma oficina tipográfica e do jornal *Amazonas*; de origem portuguesa, se estabeleceu no Amazonas no final da década de 1860, vivendo na província pelas décadas seguintes e ocupando o cargo de professor em diversas instituições educacionais, tanto na capital quanto no interior, entre o final da década de 1870 e o início da de 1880.

167 SOUZA, J. B. Faria e. "Ao Amazonas cabe glória dos primeiros movimentos abolicionistas". *Diário Oficial*. Manaus, 1922.

168 Sobre a trajetória de Aranha no Amazonas, ver: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. "Pelas sendas do tempo: trânsitos e tensões entre memória e história nos escritos de Bento Aranha". *Tempos Históricos*, v. 27, n. 1, 2023, p. 35-73; PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. "Abissínios, engrossadores e cogumelos: Bento Aranha e o republicanismo radical no extremo norte do Brasil, 1870-1910". *Oficina do Historiador*, v. 14, n. 1, 2021, p. 1-18.

169 *Archivo do Amazonas*. Manaus, 23 out. 1907.

Como porta voz dos trabalhadores qualificados livres de Manaus, sua fala demonstra que, para além da beneficência e do auxílio pecuniário, o *Atheneu* também poderia ser um espaço onde eram debatidos projetos alternativos para a sociedade brasileira em geral e amazonense em particular, tais como o fim do regime escravista e a adoção do sistema republicano. Tendo em vista o prestígio e desenvoltura de Aranha no meio associativo dos artífices manauaras, é possível sugerir que estes compunham uma parte do eleitorado que elegeu o jornalista por sucessivas vezes como deputado provincial com um discurso abertamente abolicionista e republicano.[170]

Tal hipótese é de difícil aferição, já que não é possível verificar quem votou e elegeu Aranha, mas na lista de eleitores amazonenses do pleito de 1876, a mais ampla e detalhada publicada pela imprensa, constam mais de mil votantes, dentre os quais algumas dezenas com a atividade profissional indicada como artista, pedreiro, carpinteiro, sapateiro e outros trabalhos manuais[171], indicando que, apesar do critério censitário excluir a maior parte das classes populares, os trabalhadores com alguma qualificação não estavam completamente excluídos do processo político-eleitoral. Bento Aranha, aliás, não foi a única figura política abolicionista que poderia contar com o apoio e os votos desse segmento social.

No mesmo ano em que a lista de eleitores referida linhas acima foi publicada pela imprensa, cerca de vinte artistas se uniram para votarem em candidatos que representassem seus interesses; essa organização política efêmera, autodenominada *Clube Democrático*, chegou a lançar um manifesto pela imprensa e realizou algumas reuniões para as quais foram convidados os artistas e a mocidade da capital amazonense.[172] Um dos organizadores deste "partido dos artistas", como ficou conhecido, foi Agostinho Rodrigues de Souza[173], lançado pela organização, ao lado do também abolicionista

170 Aranha foi eleito nos pleitos de 1870-1871, 1878, 1880, 1882-1886 e 1888-1889. Ver: PINHEIRO, *Abissínios, engrossadores e cogumelos*, p. 3.

171 A lista dos cidadãos qualificados como votantes possui mais mil nomes e foi publicada no *Jornal do Amazonas*, entre as edições 124, de 24 de agosto, e 132, de 23 de setembro de 1876.

172 BRAGA, Marcos Lucas. "Homens do Trabalho, Filhos do Povo", *op cit*, 2021, p. 369-371.

173 Nascido em 1832, fez parte da Ordem de São Francisco, sendo posteriormente secularizado. Ocupou diversos cargos públicos, como inspetor do Tesouro Público, diretor geral da Instrução Pública e, por muitos anos, professor de Filosofia do Liceu Provincial. Entre o final da década de 1870 e parte da de 1880, também ocupou o posto de vice-cônsul da Espanha em Manaus. Politicamente, esteve ligado ao Partido Liberal ao longo da década de 1870,

Saldanha Marinho, como um dos seus candidatos para ocupar uma vaga no Parlamento Nacional.

Anos antes, em 1868, enquanto ocupava o cargo de deputado na Assembleia Provincial, Agostinho Rodrigues apresentou uma emenda parlamentar ao orçamento da província para o ano seguinte que previa a quantia de 10:000$000 (dez contos de réis) para a manumissão de escravizados, preferencialmente menores, cuja aprovação deu início às ações emancipacionistas governamentais no Amazonas.[174] Na ocasião da fundação da *Sociedade Emancipadora Amazonense*, "(...) sr. Agostinho Rodrigues de Souza encerrou a festa com um belo improviso, no qual mostrou-se digno amigo da democracia e amigo da liberdade".[175] Embora tenha sido eleito como membro da primeira mesa diretora da *Emancipacionista Amazonense*, recusou o cargo; no entanto, dois anos depois ele fez parte de sua comissão de tomada de contas.[176] Em sua atuação como advogado, foi em mais de uma ocasião nomeado curador de réus escravizados.[177]

Alguns anos após a experiência do efêmero "partido dos artistas", Rodrigues esteve novamente envolvido na fundação de uma associação que pretendia organizar os artífices manauaras, a *Sociedade Beneficente Artística Nacional*. Foi o periódico do *Partido Liberal* que revelou o envolvimento de Rodrigues nesta organização, ao publicar a carta de um leitor sobre sua fundação onde expunha suas suspeitas quanto às suas reais intenções. O autor chamou atenção para o fato de que a nova entidade só aceitaria sócios de origem nacional – logo, somente potenciais votantes e eleitores – sugerindo "fins ocultos" (subtende-se político eleitorais), lembrando da experiência do "partido dos artistas" anos antes, além de salientar o republicanismo de Rodrigues.[178]

---

chegando a fazer parte de seu diretório em mais de uma ocasião. No entanto, a partir de 1879 se desentendeu com os liberais, sofrendo diversos ataques através do porta-voz do partido, o periódico *Amazonas*, pelos dois anos seguintes. Junto a Bento Aranha e a outros dissidentes liberais, se organizou no Partido Liberal Histórico, chegando a lançar uma chapa na eleição legislativa. Além de abolicionista, também foi um ativo propagandista republicano. Ver: *Amazonas*. Manaus, 6 jun. 1879.

174 POZZA NETO, *Ave Libertas*, p. 163.

175 *Correio Nacional*. Rio de Janeiro, 14 abr. 1870.

176 SOUZA, J. B. Faria e. "Ao Amazonas cabe glória dos primeiros movimentos abolicionistas". *Diário Oficial*. Manaus, 1922.

177 Em 1866, defendeu a escrava Paula; já em 1876, defendeu o escravo Jacintho da acusação de incurso do artigo 205 do código criminal. Ver: *A Voz do Amazonas*. Manaus, 10 nov. 1866; *Jornal do Amazonas*. Manaus, 3 mar. 1876.

178 *Amazonas*. Manaus, 8 fev. 1880.

Possivelmente, o envolvimento com a *Artística Nacional* foi outra tentativa feita por Agostinho Rodrigues de estabelecer uma base de apoio político-eleitoral entre os artífices locais. Sua atuação como abolicionista pode ter sido usada como argumento para esse fim, bem como um dos fatores que atraíram alguma simpatia deste segmento social a seu favor.

Seja como for, a primeira associação mutualista dos trabalhadores urbanos livres de Manaus e a primeira organização abolicionista do Amazonas estiveram intimamente ligadas, sendo a segunda uma derivação da primeira e ambas compartilhando muitos quadros diretivos, muito embora a segunda tivesse um caráter pluriclassista. Alguns de seus membros se destacaram politicamente como defensores da libertação na assembleia provincial, provavelmente contando com votos dos "artistas". É significativo que Bento Aranha, em artigo publicado algumas décadas depois, no estado vizinho, relembrando sua vida política até então e criticando os chefes dos antigos partidos *Liberal* e *Conservador*, tenha classificado o *Ateneu* como uma organização abolicionista. Dentre os feitos elencados por Aranha na capital da província do Amazonas, ele rememora: "Montamos a imprensa republicana [em Manaus], ali onde expomo-nos às vindictas dos chefes conservadores por causa das associações libertadoras de escravos «15 de Agosto», «Atheneu das Artes» «Emancipadora Amazonense»".[179]

A *Emancipadora Amazonense* cessou suas atividades em 1873, após libertar algumas dezenas de escravizados; já o *Ateneu das Artes* foi dissolvido em 1879. Apesar do término de ambas as sociedades, a relação entre as associações mutualistas de trabalhadores livres, urbanos e qualificados de Manaus com o movimento abolicionista da província se intensificou nos anos posteriores.

Trabalhadores livres na campanha emancipacionista de 1884

Na primeira metade da década de 1880, o movimento emancipacionista recrudesceu rapidamente na província do Amazonas, mobilizando diversos segmentos, como estudantes das escolas pri-

179 ARANHA, Bento. "Salve, Amazonas". *Correio Paraense*. Belém, 4 mar. 1893.

márias e secundárias de Manaus, profissionais liberais, militares, membros do clero, intelectuais e até mesmo segmentos das elites econômica e política – com a presença muito forte de mulheres desta camada social [180]– com o objetivo de extinguir o trabalho escravo da região. Com as notícias sobre a província do Ceará, que extinguiu formalmente a escravidão em 25 de março de 1884, esse movimento ganhou força nos meses seguintes, culminando com a libertação formal da província do Amazonas em 10 de julho do mesmo ano.

Nesse meio tempo, surgiram várias organizações civis que tinham como intuito a manumissão dos escravizados, através da estratégia emancipacionista. À *Sociedade Libertadora Cearense*, em atividade desde 1881, vieram se somar diversas outras que começaram a pipocar entre abril e junho de 1884, como a *Comissão Central Abolicionista do Amazonas*, a *Sociedade Abolicionista 1º de Janeiro*, a *Sociedade Amazonense Libertadoras*, a *Sociedade Cruzada Libertadora*, o *Club Escolar Abolicionista*, o *Club Juvenil Emancipador*, todas na capital da província; o movimento acabou se espraiando para os municípios, vilas e freguesias do interior, com a fundação da *Sociedade Abolicionista de Manicoré* e a *Sociedade Abolicionista Itacoatiarense 11 de Junho*.[181]

Essas associações se utilizaram de diversas táticas para fazer a propaganda da causa abolicionista, tais como a encenação de peças teatrais; a realização de palestras e conferências cujas temáticas eram os horrores da escravidão e a luta pela liberdade dos escravizados; a publicação de jornais, tais como o *Abolicionista Amazonense* e o *Ave Libertas*, ambos vindo a lume em 1884, bem como o uso da grande imprensa; a realização de coletas, saraus, bazares e leilões com o intuito de arrecadar fundos para a manumissão dos cativos. Os trabalhadores urbanos, livres e qualificados de Manaus estiveram amplamente presentes nesta campanha.

No início daquele decênio, parte deste segmento social se organizou entre a *Sociedade Beneficente Artística Nacional*, fundada em 1880, e a *Monte Pio de Socorro dos Artistas*, criada em 1883, ambas aderindo à campanha libertária: em meados de maio de 1884 o *Circo Uruguayo* promoveu um espetáculo em nome da *Montepio*

180 MENEZES, Bianca Sotero de. “As mulheres e o movimento abolicionista no Amazonas provincial”. *Anais do VII Simpósio Nacional de História Cultural. História Cultural: escritas, circulação, leituras e recepções*. USP, v. 10, 2014.
181 Pozza Neto, *Ave Libertas*, p. 162-193.

de Socorro dos Artistas, cujo produto seria aplicado na libertação dos escravizados da província.[182] Dias depois, tanto a *Montepio dos Artistas* quanto a *Artística Nacional* enviaram comissões para representá-las no congresso abolicionista reunido no Paço Municipal, junto aos delegados das sociedades abolicionistas e à representantes da imprensa local, onde foi estabelecida a meta de acabar com a escravidão na cidade de Manaus até o dia 24 de maio e onde foram escolhidas as comissões que iriam atuar neste sentido em cada distrito da cidade.[183]

As duas associações também compartilharam muitos dos seus quadros dirigentes com as organizações abolicionistas que pipocavam naqueles anos, conforme pode ser percebido a partir do cruzamento dos nomes dos integrantes de suas diretorias[184] com os das diretorias das associações emancipacionistas elencadas por Pozza Neto: o ferreiro Leopoldo Adelino de Carvalho, eleito ou indicado sucessivas vezes como presidente da *Artística Nacional* ao longo de toda a década de 1880, foi um dos fundadores e diretores da *Sociedade Libertadora 25 de Março*. Os tipógrafos Manuel José Zuany de Azevedo, eleito secretário do *Atheneu das Artes* em 1872 e presidente do *Montepio de Socorro dos Artistas* em 1884, e Antônio Fernandes Bugalho, eleito para a comissão de contas da *Artística Nacional* em 1884, foram ambos membros fundadores e diretores da *Comissão Central Abolicionista Amazonense*.

Antigos membros do *Ateneu das Artes* também estiveram envolvidos com as sociedades emancipacionistas que surgiram nas vésperas da abolição provincial: Antônio de Souza Chaves, eleito seu tesoureiro em 1872, foi um dos diretores da *Sociedade Emancipadora Amazonense* no mesmo ano e tesoureiro da *Sociedade Abolicionista 1º de Janeiro* em 1884. Gregório José de Moraes, tipógrafo e proprietário de uma oficina tipográfica, foi um dos diretores da *Emancipadora Amazonense* em 1873 e escolhido pelos membros da comissão da loja maçônica *Esperança e Porvir* como seu representante para prestigiar a fundação da *Sociedade Libertadora 25*

182 *Amazonas*. Manaus, 14 maio 1884.
183 *Amazonas*. Manaus, 16 maio 1884.
184 A imprensa eventualmente noticiou as eleições dessas entidades, divulgando seus resultados. Algumas diretorias destas sociedades podem ser conferidas em: *Boletim Official*. Manaus, 24 dez. 1872; *Amazonas*. Manaus, 20 set. 1882; *Jornal do Amazonas*. Manaus, 20 set. 1883; *Jornal do Amazonas*. Manaus, 16 nov. 1886; *Almanach administrativo, histórico, estatístico e mercantil da Provincia do Amazonas*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1884, p. 179-178.

de Março, em 1884; entre uma atividade e outra, foi tesoureiro da última diretoria do *Ateneu*.[185] José Carneiro dos Santos, também tipógrafo e proprietário de uma oficina tipográfica, foi secretário do *Ateneu* em 1879[186] e ocupou o cargo de 2º secretário da *Comissão Central Abolicionista Amazonense* em 1884.

Nos estertores do regime escravista no Amazonas, o presidente da província nomeou os membros das diversas "comissões libertadoras" de segmentos sociais e profissionais, tais como funcionários públicos, militares, eclesiásticos e advogados, para auxiliarem nos esforços de pôr fim ao regime escravista na província, conforme previsto pelo artigo 24 do regulamento n.º 50 de 1º de maio de 1884. Cada comissão possuía três membros e elas tinham como objetivo ajudar a administrar o fundo de emancipação aprovado pelo governo provincial, buscando através de "todos os esforços legítimos" conseguir o menor preço possível para cada escravizado que fosse alforriado pelos recursos do fundo provincial.[187]

Diversos segmentos dos trabalhadores urbanos tiveram suas comissões específicas: entre os "artistas", foram formadas duas, uma composta por Leonardo Antônio Malcher, João Carlos da Silva Jatahy e José Cardoso Ramalho; outra por Leopoldo Adelino de Carvalho, Paulo Cameller e João Diniz Gonçalves Pinto. Entre os tipógrafos, foram três: a primeira composta por José Carneiro dos Santos, Manoel José Zuany de Azevedo e Antônio Fernandes Bugalho; a segunda por Augusto Sérvulo Lopes Alves, Manoel Conceição de Oliveira e Hildebrando Luiz Antony; e a terceira por Martiniano de Miranda Leão, Tibúrcio Benjamin da Silva e Manuel Clarismundo do Nascimento. Entre os alfaiates, a comissão foi composta por Antônio Francisco Affonso, João Salles de Oliveira e José Gomes do Amaral. Já a comissão dos barbeiros incluiu Raymundo José da Costa, Manuel C. da Trindade e Peregrino de Souza Brasil.

Entre os indivíduos incluídos nas diversas comissões emancipadoras de categorias de trabalhadores manuais, foram localizados alguns que também fizeram parte dos quadros da *Sociedade Beneficente Artística Nacional*. Além de nomes já assinalados anterior-

185 *Amazonas*. Manaus, 8 jun. 1879.
186 *Amazonas*. Manaus, 20 jun. 1879.
187 O texto da lei foi publicado integralmente em: *Amazonas*. Manaus, 4 maio 1884. Já a lista das diversas comissões e os nomes dos seus respectivos membros foi publicada em: *Amazonas*. Manaus, 9 maio 1884 e *Amazonas*. Manaus, 11 maio 1884.

mente, pode-se citar o tipógrafo Manuel Clarismundo do Nascimento, que em 1880 fez parte de uma comissão da *Artística* que nomeou o coronel José Clarindo de Queirós como sócio benemérito;[188] o barbeiro Raymundo José da Costa, eleito vice-presidente da associação artística em 1882; e o alfaiate João Salles de Oliveira, eleito seu 1º secretário em 1883.

A comissão libertadora dos catraieiros foi formada por Bernardos Dias de Souza, Domingos Francisco de Sá e Antônio Faustino de Oliveira. Esta categoria profissional se distinguia das que se organizavam nas sociedades mutualistas citadas acima, pois não era "artística", ou seja, não exerciam um labor considerado qualificado/especializado, embora alguns dos seus integrantes fossem, como aqueles, possuidores de seus instrumentos de trabalho (as pequenas embarcações, denominadas de "catraias", que utilizavam para fazer o transporte entre os navios à vapor e a terra firme). Este segmento se aproveitou de sua importância estratégica na carga e descarga de mercadorias e pessoas no porto de Manaus para lutar contra o escravismo de outra forma, um tanto quanto mais radical, fechando os portos manauaras para a embarque ou desembarque de escravizados, muito influenciados pelos jangadeiros do Ceará, que fizeram o mesmo anos antes.[189]

Grande número de membros desta categoria parece ter aderido à *Sociedade Libertadora 25 de Março*. No convite para a instalação formal desta sociedade, o jornal *Amazonas* anunciou que "o corpo dos catraieiros comparecerá uniformizado, confirmando assim sua adesão já manifestada àquela associação".[190] Já na notícia da fundação da entidade, publicada pelo mesmo periódicos alguns dias mais tarde, é possível ler que "assistira a festa o corpo de catraieiros, que foi cumprimentado pelo simpático orador sr. 1º tenente Policarpo".[191]

Os tipógrafos também se mobilizaram coletivamente em favor da causa abolicionista. Além de terem o maior número de comissões libertadoras entre os trabalhadores manuais e vários tipógrafos terem composto as organizações emancipacionistas, os trabalhadores gráficos do *Comércio do Amazonas* se reuniram, em 1884, para

188 *Comércio do Amazonas*. Manaus, 25 maio 1880.
189 POZZA NETO, *Ave Libertas!*, p. 174.
190 *Amazonas*. Manaus, 11 maio 1884.
191 *Amazonas*, Manaus, 14 maio 1884.

publicar a edição especial intitulada *Ave Libertas*, reunindo textos de diversas personalidades amazonenses, entre políticos, professores, intelectuais e profissionais liberais, como libelo da causa emancipacionista. Anos mais tarde, quando da promulgação da *Lei Áurea*, eles se reuniram novamente na publicação especial intitulada *Imprensa Unida* para saudar o fim do regime escravista no restante do país.[192] Trinta e três tipógrafos, cinco impressores e dois tipógrafos-impressores assinaram o impresso, que congregou as equipes redacionais, editoriais e tipográficas dos jornais que circulavam na capital amazonense, incluindo nomes como de Martiniano de Miranda Leão e Tibúrcio Benjamim da Silva, que anos antes fizeram parte de uma das comissões dos tipógrafos para a libertação dos escravizados, apontados respectivamente como tipógrafo e impressor do *Jornal do Amazonas*.

O movimento abolicionista e a emergência do movimento operário em Manaus

Marcelo Badaró Mattos, estudando o contexto da cidade do Rio de Janeiro, sugeriu que as experiências de trabalho e de vida compartilhadas entre trabalhadores escravizados e livres ao longo do século XIX fizeram com que estes dois grupos também compartilhassem formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns que influenciaram fortemente no processo posterior de formação da classe operária. Acompanhando a trajetória de algumas lideranças operárias que atuaram no movimento abolicionista e concomitante ou posteriormente se engajaram com as organizações operárias, Mattos concluiu que é possível enxergar na militância abolicionista um caminho de acúmulo de experiências fundamentais para a formação da classe trabalhadora carioca.[193]

Felipe Azevedo Souza sugeriu algo parecido para o caso de Recife: acompanhando a trajetória da *Liga Operária Pernambucana* nos anos iniciais do período republicano o autor percebeu, a partir do método nominativo, que grande parte dos membros da diretoria desta organização também fizeram parte de sociedades mutualistas e

192 *Imprensa Unida*. Manaus, 31 maio 1888.
193 MATTOS, Marcelo Badaró. "Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no rio de Janeiro". *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 1, 2009.

beneficentes, irmandades religiosas e sociedades abolicionistas, destacando o papel de relevo dos trabalhadores qualificados e mestres de ofício neste processo.[194]

José Maria Bezerra Neto percebeu o mesmo para o caso de Belém do Pará onde foram instaladas sociedades libertadoras como o *Club Artístico Abolicionista Paraense* e a *Comissão Artística Abolicionista Particular*, fundadas por volta de 1883; os tipógrafos do *A Província do Pará* fizeram circular o periódico *Abolicionista Paraense*, cujo produto das vendas foi aplicado na libertação de escravos. Aí também houve a presença de indivíduos que participaram tanto nas sociedades abolicionistas quanto nas organizações políticas e beneficentes de trabalhadores que estiveram em funcionamento no mesmo período e/ou posteriormente, como a *Liga Operária*, a *Benemérita Sociedade Beneficente Mecânica Paraense* e o *Partido Operário Progressista do Pará*.[195]

Guardadas as devidas proporções, os trabalhadores urbanos, livres e qualificados de Manaus seguiram o que parece ser uma tendência nacional de apoio à libertação. Alguns indivíduos e segmentos que participaram do movimento abolicionista no início da década de 1880 vão estar presentes nas organizações operárias do início da década seguinte, tal como os tipógrafos, que vão formar uma das primeiras organizações classistas do Amazonas em 1892, a *União Tipográfica*, além de estarem ligados ao *Partido Operário* e aos primeiros jornais operários que circularam na capital amazonense, *Gutemberg* e *Operário*[196]. Alguns dos trabalhadores ligados à *União Tipográfica* eram veteranos do movimento abolicionista, como Hidelbrando Antony, que em 1893 foi eleito seu presidente.[197]

Maria Luiza Pinheiro e Luís Balkar Pinheiro, estudando o processo de formação do movimento operário em Manaus, apontaram que o primeiro grupo político voltado para a mobilização dos trabalhadores emergiu no estado somente no início da década de

194 SOUZA, Felipe Azevedo. "A blusa e a urna: metamorfoses do associativismo de trabalhadores em Pernambuco entre o Império e a República". *Revista Mundos do Trabalho*, v. 12, 2020.
195 BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888)*. Tese de Doutorado. PUC/SP, 2009, p. 377-379; 393-405.
196 PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do trabalho na cidade da borracha*: *trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.
197 *Amazonas*. Manaus, 2 maio 1893.

1890 com a fundação do *Partido Operário do Amazonas*. Nas palavras desses historiadores:

> É difícil estabelecer com precisão os elementos aglutinadores que o formaram, ficando patente apenas o trânsito forte pela imprensa e uma atuação prévia no cenário político aberto por um republicanismo mais comprometido com as transformações sociais e com perspectivas de abertura democráticas.[198]

O abolicionismo bem pode ter sido um desses elementos aglutinadores na formação desse grupo político, já que alguns de seus membros tiveram uma atuação no movimento abolicionista, como o orador do partido, João Marques de Lemos Bastos, e seu presidente, João Diniz Gonçalves Pinto.

O primeiro foi um advogado e jornalista ligado ao *Partido Conservador*, mas com bom trânsito entre os republicanos.[199] Lemos Bastos, como era mais conhecido, assinou artigo pró-emancipação no *Ave Libertas* e seu nome consta entre os fundadores da *Sociedade Emancipacionista 1º de Janeiro*.[200] Ao longo das jornadas abolicionistas de 1884, proferiu diversos discursos e conferências, em espaços públicos e privados, acerca da e contra a escravidão. Anos depois, na ocasião da manifestação organizada pelo *Partido Operário* em agosto de 1892, em homenagem aos deportados para o Amazonas devido às lutas políticas no sudeste do país, "(...) do coreto mandado construir junto à residência dos festejados hóspedes, tomou a palavra, em nome do Partido Operário, o inteligente sr. Lemos Bastos que, com muita felicidade, saudou os patriotas anistiados e proferiu um vibrante discurso".[201]

João Gonçalves Diniz Pinto, por sua vez, foi o presidente do *Partido Operário do Amazonas*, e conforme apontado por Maria Pinheiro e Luís Pinheiro na obra citada, passou por um inequívoco processo de ascensão socioeconômica, se tornando proprietário de embarcações, casas assobradadas e de uma funilaria. Parece, no

---

198 PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do trabalho na cidade da borracha*: *trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017, p. 89.

199 De fato, escreveu tanto para o *Jornal do Amazonas*, dos conservadores, quanto para o *Província do Amazonas*, do histórico militante republicano Bento Aranha.

200 *Abolicionista do Amazonas*. Manaus, 4 maio 1884.

201 *Diário de Manaós*. Manaus, 25 ago. 1892.

entanto, ter tido origem no meio artístico, já que fez parte de uma das comissões libertadoras formadas entre os artistas, como visto anteriormente. Também foi um notório republicano desde antes da Proclamação da República.[202]

A luta pela melhoria das condições de vida e trabalho dos operários formalmente livres – tanto negros quanto brancos – no pós-abolição parece ter sido uma extensão possível das lutas pela própria libertação dos trabalhadores escravizados, encetada nas décadas finais do regime monárquico, e as táticas e estratégias usadas para a primeira foram apropriadas para o uso na segunda. Com efeito, ao longo da campanha abolicionista, muitos trabalhadores urbanos podem ter participado pela primeira vez de *meetings*, passeatas, sessões, conferências, palestras, peças teatrais de cunho político, arrecadações de fundos; em suma, formas de atuação que compuseram o repertório de táticas de propaganda utilizadas pelo nascente movimento operário nos anos imediatamente posteriores.

Os catraieiros, por exemplo, devem ter tomado a decisão de fechar os portos manauaras ao tráfego de escravizados após se reunirem coletivamente – nas próprias margens dos trapiches ou em algum estabelecimento (bar, restaurante, comércio) próximo ao porto – para discutirem a questão, em algo muito parecido com uma assembleia. Talvez não por coincidência eles também tenham entabulado uma série de greves na década de 1880, reivindicando aumento do preço de seus serviços ou a redução das taxas e impostos que lhes eram cobrados.[203]

Não se pode estabelecer uma linha reta entre o movimento abolicionista e o operário, mas alguns fios os interligam. Sem deixar de salientar as inovações trazidas pelo movimento operário à esfera pública, é necessário reconhecer que parte do saldo organizativo do movimento abolicionista foi apropriado pelas nascentes organizações dos trabalhadores livres.

202 Segundo a ata da fundação do Clube Republicano do Amazonas, publicada décadas depois, Gonçalves Pinto era adepto do republicanismo bem antes de ele ganhar força na província e, devido à ausência de uma organização republicana, encontrava-se filiada ao Partido Liberal, por onde foi eleito vereador de Manaus. ver: *Jornal do Commércio*. Manaus, 23 jun. 1929.
203 PINHEIRO; PINHEIRO, *Mundos do trabalho na cidade da borracha*, p. 79.

Considerações finais

O presente trabalho pretendeu lançar luzes acerca de um aspecto da vida e da experiência dos membros de uma camada social da população amazonense: a participação ativa dos trabalhadores urbanos, livres e qualificados na vida política local, sobretudo nos debates acerca da abolição do regime escravista no Brasil e no Amazonas em particular. Nesse sentido, essa atuação política fez parte da experiência histórica desses sujeitos, tanto quanto as extensas horas de trabalho manual diário nas oficinas e manufaturas ou a devoção ao catolicismo nas missas de domingo e nas festas de santos.

Sob influência da interpretação thompsoniana, foi dada ênfase e centralidade à agência desses sujeitos, importante no processo tanto quanto fatores estruturantes que influenciaram na libertação do Amazonas, tais como a decadência da escravidão no resto do mundo, o reduzido número de escravizados na província devido à ausência de atividades econômicas que conferissem poder de compra para os senhores locais adquirirem mais cativos ou o aumento das rendas do estado devido à arrecadação de impostos sobre a exportação do látex, que então crescia muito rapidamente. Isso não significa dizer que estes fatores não tiveram importância, mas sim que eles não explicam todo o processo: os recursos advindos da exportação do látex que foram aplicados pelo governo provincial na manumissão dos escravizados poderiam ter sido destinados à outras finalidades se não houvesse um movimento político e social tão forte, do qual os trabalhos livres tiveram um papel ativo e intenso, em favor do fim do trabalho cativo desde o início da década anterior. Sem ele, talvez o Amazonas tivesse abolido a escravidão somente em 1888, junto ao restante do país.

Ao longo da campanha abolicionista, estes sujeitos dividiram seu tempo entre a dura labuta em suas respectivas oficinas/manufaturas e as tarefas das associações beneficentes e abolicionistas. Além dos nomes que se destacaram nas diretorias das organizações, estando presente em várias delas ao longo do tempo, como o ferreiro Leopoldo Adelino de Carvalho e o tipógrafo José Zuany de Azevedo, outros tantos colaboraram de formas mais discretas, como a – certamente modesta – contribuição financeira para a manumissão de

trabalhadores escravizados, o voto nos candidatos que levantavam a bandeira da libertação ou o simples aplauso ou assobio ao discurso abolicionista.

Muitos deles estiveram presentes nas festividades dos dias 23, 24 e 25 de maio, quando Manaus foi declarada cidade livre da escravidão, ou do 10 de julho, quando a escravidão foi formalmente abolida em toda a província. Acompanhando os *meetings* e passeatas, soltando ou observando os fogos de artifícios que iluminavam a noite, em êxtase de alegria devido ao aparente fim do odioso sistema escravista, junto a pessoas de outros estratos sociais.[204]

Seja como for, nos anos finais do regime escravista, os trabalhadores urbanos e livres de Manaus coadjuvaram os trabalhadores escravizados – que entabulavam suas próprias táticas de luta, tais como fugas, compra da própria alforria ou o estabelecimento de relações de compadrio[20549] – em sua luta contra os senhores e o Estado imperial e pela conquista da igualdade jurídica. Por outro lado, a organização política em prol da abolição pode ter proporcionado a esses trabalhadores vivências importantes que posteriormente foram utilizadas para a construção de seu repertório de táticas e formas de atuação na fundação das primeiras instituições classistas, como sociedades beneficentes, partidos e sindicatos nos anos posteriores.

De qualquer forma, o trabalho urbano dito livre e a escravidão não foram mundos tão distantes na experiência vivida desses trabalhadores nas décadas finais do século XIX e não podem ser encarados dessa forma nos estudos acerca deles, conforme vem apontando vários autores.[206]Se este trabalho tiver contribuído para uma melhor compreensão sobre a temática, seu autor ficará muito satisfeito por ter cumprido seu objetivo.

---

204 Quando o presidente da província Teodoreto Souto fez o anúncio formal da extinção da escravidão, foi assistido por uma multidão composta por "autoridades civis, militares e eclesiásticas (...) representantes de muitas outras corporações e associações, funcionários, comerciantes, industriais e artistas, membros de todas as classes da sociedade". SOUZA, J. B. Faria e. "Ao Amazonas cabe glória dos primeiros movimentos abolicionistas". *Diário Oficial*, Manaus, 1922.

205 CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. *Uma viva e permanente ameaça*. Belém: Paco Editorial, 2015.

206 NASCIMENTO, Álvaro Pereira. "Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência"". *Estudos Históricos*, v. 29, 2016, p. 607-626; NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. "Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho". *Tempo social*, v. 18, 2006, p. 217-240

A lei de acidentes de trabalho como um divisor de águas na cidade amazônica (Manaus, 1930-1945)

Wanderlene de Freitas Souza Barros[207]

Mesmo após mais de 100 anos de implantação, a Lei de acidentes do trabalho no Brasil é uma questão recorrente e polêmica. Pelos apontamentos do SUS, estamos no quarto lugar do *ranking* mundial de acidentes de trabalho[208] fatais e em quinto nos acidentes de trabalho. Apesar das transformações da lei percebemos que os legisladores e especialistas no trabalho, por trás de suas mesas e escritórios bem decorados, em certa medida, esquecem-se mesmo de avaliar *in loco* alternativas efetivas que mudem essa triste estatística. Na realidade, os direitos trabalhistas sempre foram vistos pelos empresários como pedra de tropeço nos casos de saída de crise econômica, volta ao crescimento e mesmo condicionadores do alto índice de desemprego. Mas podemos afirmar que a mão de obra humana é indispensável na execução de determinadas atividades que movimentam uma empresa e, portanto, o contrato de trabalho mostra-se como uma via de mão dupla. Enquanto o trabalhador se submete a regras, cumprimento de tarefas e horários, a teoria do "risco profissional", de outro lado, dá a responsabilidade ao empregador de assumir os infortúnios e risco do labor.

Evaristo de Moraes retoma Sainctelette, jurisconsulto belga, que deixou fora de dúvida "que o operário e o patrão, quando se ligam pelo contrato contraem obrigações especialíssimas, dentre as quais não é menos importante, a da segurança material, que o empre-

207 Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. E-mail: wbarros.history@gmail.com

208 https://proocupacional.com.br/o-brasil-e-um-dos-lideres-no-ranking-de-mortes-por-acidentes-de-trabalho/
Acesso: 11/08/2024

gador deve dar ao empregado"[209]. É claro que aquele que assalaria o empregado e o coloca diante de situações laborais tem obrigação de protegê-lo quanto a possíveis infortúnios. O que significa que a culpa do empregador para com o empregado prejudicado se amarra em decorrência do contrato. Ao pensar historicamente as "questões sociais" em termos de reconhecimento, são atribuídas indagações relacionadas às modernas condições do labor urbano e dos direitos sociais, originários da Europa ainda no século XIX. Cabe lembrar que esse debate político a nível nacional ganha ênfase no século XX. Segundo Ângela de Castro Gomes, "A questão da necessidade da elaboração de uma legislação de proteção ao trabalhador e sua família foi um problema que se colocou gradualmente com a emergência e o progresso da industrialização"[210].

As leis trabalhistas para um país que se propõe ao industrialismo são de fundamental importância, visto que fazem parte do bem-estar social, como consta na própria Constituição brasileira (1934)[211], trazendo assim o amparo legal para os trabalhadores e suas famílias. Manaus, apesar de uma quantidade pequena de fábricas, como uma cidade de trânsito e de circulação de matéria-prima para exportação, tinha os prestadores de serviços e os comércios como geradores de emprego, o que não eximia o grau de risco e insalubridade no local de trabalho. Sendo assim, seus trabalhadores estavam perfeitamente enquadrados na lei que regia os acidentes de trabalho. Desta forma, ao nos debruçarmos sobre as pesquisas de acidentes trabalhistas em Manaus, podemos encontrar uma série de atores sociais e seus papéis distintos no mundo do trabalho.

A primeira lei de caráter trabalhista do Brasil

No Brasil, o discurso dos direitos trabalhistas nos remete às primeiras décadas do século XX, em que as discussões na câmara em torno da questão social, certamente, se mostraram mais eferves-

---

209 MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. São Paulo: Ltr Editora Ltda, 1971, p. 39.

210 GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho*: política e legislação social no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Letras, 2014, p.43

211 BRASIL. [Constituição (1934)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1934*. Brasília, DF: 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34htm .Acesso: 04/0/2020

centes; assim como, as movimentações ligadas às necessidades do operariado e à situação em que se encontravam comércio e indústria no país. O projeto sobre os infortúnios laborais de 1915, do senador paulista Adolpho Gordo[212], que teve colaboração efetiva do Departamento Estadual do Trabalho do estado de São Paulo, foi abandonado por dois anos. No entanto, a mobilização das massas, durante a greve paulista de 1917, trouxe à luz novamente a discussão sobre direitos do trabalhador e, sobretudo, a pretensão da Lei de acidentes de trabalho. Em 1918, retoma-se o projeto enviado à Comissão de Legislação Social da Câmara, que regulava acidentes de trabalho, desmembrado assim do projeto global nº 284 do Código do Trabalho[213]. Assim, em 15 de janeiro de 1919, foi sancionada a primeira lei brasileira, cujo caráter era trabalhista pelo Decreto nº 3.724[214]. Entende-se como um grande avanço na caminhada por direitos, apesar do aspecto insipiente e incompleto da Lei. Para Gomes:

> O ano de 1919 inaugurava-se com a decretação da primeira lei brasileira de caráter trabalhista, mas seu processo de aprovação demonstrava, ao mesmo tempo, a limitação deste fato, uma vez que a lei era apenas uma das partes de uma legislação bem mais abrangente. Por isso na ocasião em que é decretada, sofre imediatamente críticas que a colocam como uma lei "manca", cuja função restringia-se a acalmar os meios operários[215].

Naquele momento foi imprescindível algo mais tangível que sinalizasse o amparo do trabalhador, visto que alguns países despontavam com uma série de direitos e garantias desde o século anterior. A pressão saiu das ruas para escalões maiores, no entanto, ainda pelo olhar dos doutrinadores bastava um direito novo para amenizar os

---

212 Em 1915, Adolfo Gordo, baseando-se em dados levantados pela Seção de Informações do Departamento Estadual do Trabalho paulista, apresentou o projeto nº 273-A, regulando a reparação dos danos causados por acidentes no trabalho. Vide em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-%20republica/LEIS%20ADOLFO%20GORDO.pdf

213 Código do trabalho; Emenda substitutiva, oferecida pela comissão de constituição e justiça ao projeto nº 284 A, de 1917, que regula o trabalho operário e as emendas ao mesmo tempo apresentadas em terceira discussão. https://atom.cmu.unicamp.br/uploads/r/centro-de-memoria-unicamp/2/2/d/22d14ff6b92444d483acf6ba774c9c6d2b6729804e618511da3ea62e15b28b21/2ceee27d-fdde-40c3-b907-e75753edf7c9-AG_3.2.12.1.12.pdf . Acesso: 09/01/2024.

214 Publicação Original. Legislação informatizada. Regula as obrigações resultantes de acidentes no trabalho. Vide em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3724-15-janeiro-1919-571001-norma- pl.html .Acesso: 20/01/2020

215 GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho*: política e legislação social no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Letras, 2014, p 111.

conflitos e atender uma demanda social; raso pensamento, visto que esses direitos saíram da teoria e foram realmente utilizados pelos trabalhadores. O patrão que tantas vezes se manteve omisso e reticente às reais necessidades do trabalhador, atribuindo muitas vezes a culpa dos infortúnios ao empregado, apenas para evitar dispêndios, recebe através da lei a responsabilidade tanto das atividades exercidas pelos trabalhadores quanto dos graus de riscos do trabalho. A Lei veio reforçar o contrato de trabalho e o verdadeiro compromisso do empregador com a empregado, que passa de uma contabilidade numeral de mão de obra para um operário justamente registrado (identificação, função, idade...)[216] . Ao empregado acidentado e não assistido, quando ferido ou mutilado em atividade, caberia acionar judicialmente a reclamatória de indenização, chamando à responsabilidade o patrão ou os prepostos. Anteriormente à Lei de acidentes, o trabalhador que desejasse adentrar o pleito judicial e confrontar uma estrutura econômica capitalista, passaria por dificuldades e percalços, a ponto de em certas ocasiões desistir do intento – o que não significa que todos desistiram. A própria família do trabalhador deveria provar, em caso de morte, seus laços de parentesco e mesmo as circunstâncias do acidente, sendo garantida a indenização apenas em caso de comprovação do infortúnio. Segundo Evaristo de Moraes:

> [...] o caso fortuito e a "imprudência mínima" deixavam-no desarmado de qualquer direito; sendo, entretanto, certo que a gigantesca produção industrial do nosso tempo, aglomerando homens e multiplicando maquinismos, dá ocasião a perigos cada vez mais alarmantes. Desta forma, é incontestável que mesmo reconhecido nos códigos o direito de indenização, era o operário que geralmente suportava a maior parte do peso desses acidentes, resultantes da produção industrial. O direito novo porém, muda a situação do operário, dando ao risco o caráter de profissional[217].

A trajetória do trabalhador em busca de melhores condições, do homem dito "livre" e que fornece a sua força de trabalho em troca

---

216 CORRÊA, Larissa Rosa. Sobre o direito de reclamar: os primeiros conflitos trabalhistas tramitados na justiça do trabalho do rio de janeiro. In: DROPPA, Alisson; LOPES, Aristeu Elisandro Machado; SPERANZA, Clarice Gontarski. ***História do trabalho revisitada***: justiça, ofícios, acervos. São Paulo: Paco Editorial, 2018. Cap. 2. p. 64.

217 MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. São Paulo: Ltr Editora Ltda, 1971; p.42

da remuneração, faz-se através de uma luta incessante de confronto, que vai desde uma simples resistência até uma paralização e/ou greve. A essa luta devemos atribuir um tempo de direitos adquiridos pré Vargas, jamais desprezando os avanços no período citado. Podemos inferir que Vargas ao assumir a presidência em 1930 cerca-se do discurso ideológico de uma ação "revolucionária", utilizando-se da vertentye do liberalismo burguês com uma política reformista do Estado, de apelo patriótico e moral[218]. No que tange as práticas estatais os planos governamentais estão distantes da realidade que coloca claramente a desigualdade. Paul Ricoeur esclarece que:

> ...o político tende a mentira, porque o laço político tem a realidade da idealidade – idealidade que é a da igualdade de cada um perante todos "porque dando-se cada um inteiramente, a condição é igual para todos, e, sendo a condição igual para todos, ninguém tem interesse em torna-la onerosa aos outros" – mas, antes de ser hipocrisia atrás da qual se encobre a exploração do homem pelo homem, a igualdade perante a lei, a igualdade ideal para cada um em relação a todos, é a verdade do político. É ela que faz a realidade do Estado. Inversamente a realidade do Estado, irredutível aos conflitos de classe, à dinâmica de dominação e de alienação econômica, é o aparecimento duma legalidade que nunca será completamente redutível à projeção dos interesses da classe dominante na esfera do direito[219].

E justamente a lei tem avanços no período Vargas; ao destacar os decretos posteriores ao da implantação da Lei observa-se mudanças significativas para o trabalhador temos: o primeiro é o Decreto nº 24.637, de dez de julho de 1934 que, em seu artigo 36, colocou como obrigatoriedade dos empregadores a garantia de seguro contra acidentes do trabalho em instituição particular ou optar por um depósito nas Caixas Econômicas da União ou do Banco do Brasil, em moeda corrente, ou título da dívida pública federal; o segundo, o Decreto nº 7036, de dez de novembro de 1944, regulamentado pelo Decreto nº 18.809, de cinco de maio de 1945, trouxe grande relevância diante da legislação infortunística, que vigorou por mais de trinta anos. O fator doença decorrente da atividade ou ambiente

218 COSTA, Francisco Pereira. *Soldados da borracha:* imigração, trabalho e justiças na Amazônia, 1940-1945. São Paulo: Biblioteca 24 Horas, 2015, p. 209

219 RICOEUR, Paul. O Paradoxo Político. In *O Tempo e O Modo*, Lisboa, n. 1, p. 35-51, jan. 1963; p.39

de trabalho — as chamadas doenças profissionais, que são inerentes a determinados ramos de atividade —, e doenças resultantes das condições especiais ou excepcionais em que o trabalho é realizado, entram como amparo a longo ou curto prazo.

Da elaboração das leis de acidentes de trabalho até a sua efetiva utilização pelos trabalhadores da região norte existe um grande vácuo a ser elucidado. A regulamentação do trabalhador nas empresas como assalariado foi um processo muito custoso, pois era melhor, mais cômodo e menos dispendioso para o empregador manter seu operário na clandestinidade. Assim, este estudo nos transportará para indícios de acidentes e situações diversas que acometiam a saúde e integridade física do operariado na cidade.

Uma panorâmica da cidade: serviços e as relações do labor

Quanto às atividades da região norte, está bem claro que a predominância econômica se voltou ao primeiro setor. A borracha abriu a ascensão meteórica da pequena cidade encravada no interior da floresta que, por sua vez, se transformou, tornando-se polo exportador da matéria-prima. Os investidores estrangeiros chegaram e, então, prevaleceu uma economia de serviços; e a mão de obra qualificada, em grande medida, estava em mãos de migrantes e imigrantes. Companhias de navegação, serviços de bonde e eletricidade, exportação de matérias-primas, comércio, fábricas de beneficiamento, oficinas, alfaiatarias. Somado a isso, diversos trabalhadores que se dividiram entre a cidade e o interior na movimentação de matéria-prima — borracha, castanha, balata, piaçava, jarina, entre outras. Deusa Costa referindo-se ao perfil dos trabalhadores em Manaus afirma que:

> [...] a composição da força de trabalho traduz-se pelo cosmopolitismo. Mestiços, nordestinos, portugueses, italianos, espanhóis, sírios, libaneses... atuavam como vendedores ambulantes, caixeiros(trabalhadores do comércio), empregados domésticos catraieiro, carroceiros, cocheiros, tipógrafos, estivadores, operários de oficinas, barbeiros, alfaiate, relojoeiros, funileiros, costureiras, cigarreiros... e ocupavam a cidade multiplicando as línguas faladas, os hábitos alimentares, as formas de vestir... enfim, hábitos de vida que se amalgamavam gerando dicotomi-

> camente, um confronto e a miscigenação cultural intensa vivenciados por esses sujeitos sociais que forjavam no cotidiano uma permanente mestiçagem física e cultural[220].

Essa transformação urbana aconteceu ainda na virada do século XIX para o XX, porém o legado de grandiosidades deixado permanece até os dias atuais — como é o caso do conhecido Teatro Amazonas, que continua como um dos cartões postais da cidade. O Guia Turístico e Comercial da cidade de Manaus de 1932 destaca seu avanço com "escolas de Direito, Agronomia, Farmácia; escolas públicas e particulares; Academia de Letras, Sociedade Médica e várias associações; cidade provida de bons serviços de iluminação, de aparato portuário, de abastecimento de água, e tráfego de bondes em nada diferente das outras cidades desenvolvidas do país"[221]. Podemos observar nos relatos de viajantes que somam a dinâmica e beleza da cidade de Manaus; como afirma o viajante Jayme R. Pereira em "*Amazônia impressões de viagem"*:

> Manaus é sem favor uma das mais belas cidades brasileiras. Em permanente contato com os países europeus, de onde recebe ao mesmo tempo que as demais metrópoles sulistas, todas as novidades originárias dos centros Industriais e comerciais do velho mundo. Manaus oferece aos que lá habitam ou aportam todo o conforto próprio das grandes cidades.
>
> Ruas largas e bem traçadas; praças arborizadas e ajardinadas; ótima iluminação elétrica com lâmpadas de arco voltaico; bondes elétricos confortáveis; belas casa de residência; prédios públicos majestosos; um teatro que a todos surpreende por sua imponência e beleza(decoração externa de Henrique Mazzolani); monumentos; cinemas; sorveterias elegantes com suas terraças sempre apinhadas de gente, tudo, tudo logo denota aos que por lá passam uma situação de conforto e progresso a que não chegaram ainda muitas outras capitais brasileiras[222].

As seguidas crises econômicas resultantes da concorrência asiática e mesmo a "quinta-feira negra" de 1929[223] ocasionaram o

220 COSTA, Deusa. *Quando viver ameaça a ordem urbana* — trabalhadores de Manaus (1890-1915). Manaus: Valer, 2014, p. 86.
221 FREITAS, Edézio de. *Guia Turístico e Comercial da Cidade de Manaus e seus arredores*. Manaus Officinas Graphicas da Papelaria Velho Lino, 1932, Pp. 17-21.
222 PEREIRA, Jayme R. . *Amazônia impressões de viagem*. Porto Alegre: Civilização Brasileira S/A, 1940, p. 37-38.
223 SILVA, José Lopes da. *Aspectos sócio-econômicos* (1930 -1939). Manaus: Gráfica do

movimento reverso de certos investidores. Por falência ou falta de perspectiva, muitos deixaram o Roadway e voltaram a suas origens. Os que aqui permaneceram tentaram novas estratégias de sobrevivência, com atividades e meios diferenciados. Ainda na década de 1930, os habitantes da cidade se distribuíam entre uma área central - em que o coração financeiro era o espaço portuário - e os subúrbios pouco estruturados, que a cada dia acolhiam mais moradores voltando dos seringais falidos em busca de melhores opções. Silvia Baraúna ao traçar um perfil da cidade que recebia os migrantes empobrecidos afirma que:

> Os jornais mostravam uma cidade devastada pela depressão com impostos e taxas elevados, tudo encareceu por aqueles tempos. Com a renda urbana em baixa, os empregos ficaram restritos ao setor público e a um decadente comércio. Sem perspectiva para trabalho, ficou muito difícil à população pobre manter suas necessidades básicas e entre essa população, muitos eram migrantes, entre estrangeiros e nacionais que presenciaram os contrastes de uma cidade em crise[224].

Manaus nos primeiros anos da década de 1930, passa pela intervenção Federal da chamada "Revolução" de Getúlio Vargas. Álvaro Maia assume o Estado nos primeiros meses como interventor, mas sai por motivos políticos e em seguida retorna em 1935[225]. Diante da não liberação de recursos pelo Governo Federal a cidade seguiu a partir das possibilidades existentes e, de alternativas pensadas pelos representantes do governo estadual. Segundo Dorinethe Bentes pode-se perceber que, além dos empresários, o governo tentou se munir de estratégias para enfrentar a crise, assim ela afirma que:

A partir das propostas apresentadas nos relatórios e mensagens de governo, é possível deduzir que o Estado estava tentando diversificar as atividades na área da indústria e da agricultura para suportar a onda migratória e diminuir os impactos da crise econômica, que se alastrava há mais de uma década[226].

Sesc/Am, 1995, p. 14.
224 BARAÚNA, Silvia Maria Quintino. *Condições Sociais de Migrantes em Manaus*, 1920 -1945. 2010.183
f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, História, Ufam - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010, p. 54.
225 BENTES, Dorinethe dos Santos. *Outras faces da história*: Manaus de 1910 – 1940. 2008. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Ppgh, Ufam, Manaus, 2008, p.118.
226 Id., 2008, p. 59.

A Associação Comercial do Amazonas (ACA) era formada por comerciantes do estado ao longo de várias décadas lutou pelos interesses glebários; divulgando temáticas em revista próprias, com exposições de divulgação dos produtos vindos do extrativismo e mesmo apontando para o potencial das ervas medicinais da floresta. Ela surge em 1871 como instituição que representa questões políticas e econômicas relacionadas ao empresariado no estado. A associação também tinha como representantes boa parte da elite, intelectuais, políticos, todos com boa representatividade na sociedade manauara. Mesmo diante de posições contrárias, o patronato tentava transmitir ao público uma relação harmoniosa. Nas relações com os empregados, os representantes do patronato mostravam-se com uma atuação patriarcal, mas que jamais perdoavam um empregado que contrariasse seus mandos ou intervenções através de reclamatórias ou denúncias. Para Alexandre Avelino:

> Construindo um discurso que tem na empresa o seu núcleo principal, o patronato estaria combinando elementos do liberalismo com outros de origem diversa, como no que se refere à responsabilidade pessoal do patrão face aos problemas de seus empregados e a promoção do bem estar social deles, o que de fato não passava de uma "falácia" do patronato para passar a todos os segmentos da cidade a ideia de que seus objetivos e suas ações norteavam o mundo do trabalho como um todo, ou seja, como se suas pretensões fossem os mesmas dos trabalhadores[227].

As reclamações do trabalhador eram feitas via Tribunal de Justiça até fins da década de 1930, quando foram criadas em Manaus as Juntas Conciliatórias[228]. Estas tinham a finalidade de conciliar as querelas entre empregados e patrões, porém caso não houvesse consenso, a questão seguiria para uma instância superior, desde que devidamente fundamentada. Um período em que uma simples reclamação trabalhista poderia levar o trabalhador ao desemprego

227 AVELINO, Alexandre Nogueira. *O patronato amazonense e o mundo do trabalho*: a Revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas (1908-1919). 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, História, Ufam - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008, p. 28-29.

228ANDES, P. M. M. *Os trabalhadores, da Primeira República à Era Vargas*: luta, repressão e perda da autonomia. In: César Augusto Bubolz Queirós; Anderson Vieira Moura; Davi Avelino Leal. (Org.). 90 anos da Revolução de 1930. 1ª ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2021, p. 65.

ou até mesmo à prisão. Sendo assim, Luis Balkar afirma que "só é possível compreender as dimensões reais das demandas operárias se levarmos em consideração todas essas questões que, inundando seu cotidiano, o oprimem e o amesquinham, mas também o animam e o mobilizam para a luta coletiva"[229]. Assim, a classe trabalhadora manauara aos poucos adentrava os espaços judiciais em busca de garantir seus direitos.

Acidentados segurados ou não

Manaus como qualquer cidade em desenvolvimento estabeleceu uma série de atividades econômicas entre comércio, serviços e pequenas indústrias, abrindo oportunidades profissionais diversas. Ao desenvolver novas reflexões sobre a história social do trabalho, Luís Balkar Pinheiro aponta para estudos sistemáticos que abordam "temas que vão da composição do proletariado amazonense às relações de trabalho nas oficinas e fábricas de Manaus; dos processos organizativos de trabalhadores urbanos as manifestações e greves da classe operária"[230]. Dentre os principais estabelecimentos, a cidade contava com comércio de borracha, prestadores de serviços públicos, casas aviadoras, fábricas de cervejas e guaranás, olarias, cigarros e utensílios de borracha[231]. Participando de diversas atividades, num primeiro momento, conseguimos identificar intercorrências em 43 empresas; observando que existiam muitas empresas com muitas recorrências de acidentes e aos quais não era difícil atribuir o grau máximo. Das pesquisas feitas no jornal sobre as firmas em que acidentes eram recorrentes no período de 1930 a 1945, elaboramos uma lista demonstrada logo abaixo:

> 1. Fábrica de cerveja amazonense; 2. Maria Toscano; 3. A. Mathias do Santos; 4. José Galvão; 5. Higson e companhia; 6. Leão Ribeiro; 7. Boot Line; 8. F. Celam; 9. J.S. Grillo e Companhia;

229 PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. *Vozes operárias*: fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930) Rio de Janeiro. Gramma, 2017, p. 19.
230 PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. *Vozes operárias*: fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930) Rio de Janeiro. Gramma, 2017, p. 16.
231 AVELINO, Alexandre Nogueira. *O Patronato amazonense e o mundo do trabalho*: a Revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas (1908-1919). 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, História, Ufam - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008, p. 40.

> 10. Lauro Joaquim da Costa; 11. Amazon Engineering; 12. Manacapuru industrial ltda;13. Joaquim Gonçalves; 14. Hoore e Companhia; 15. Manaos Harbor; 16. Fiuza e Companhia;17. Alcebiades Langbeck; 18. J. Dias Paes; 19. Amazonas Borracha Ltda; 29. C. P. de Vries; 21 J. G. Araújo; 22. Lloyd brasileiro; 23. David Novoa Alvarez; 24. Nascimento e Vianna; 25 Máximo Rodrigues: 26. J.A. Leite e Companhia; 27. Rufino Irmãos; 28. E. A. Moraes; 29. M. E. Serfaty e Companhia; 30. Z. Miranda Correa; 31. Manoel Saraiva de Araújo; 32. Frederico da Silva; 33. Borracha Industrial Ltda; 34. Manaos Tramways; 35. Candido Jeremias Amaral; 36. Marques Filhos e companhia Ltda; 37.j. Dias Paes; 38. M. Batista; 39. Francisco Gordon; 40. Thomas Leal; 41. Peres, Sabbá e Companhia Ltda; 42. B. Levi e Companhia; 43 M. Carbacho e Companhia.

No caso das intercorrências devemos dar devemos dar devida atenção aos legistas da polícia encontrados nas páginas dos jornais, tal como observar através dos laudos encontrados os diversos resultados — fatais ou não. Em geral, todo acidente noticiado trazia os detalhes do ocorrido e, em seguida, o nome do legista responsável. Os mais encontrados no jornal, no período em questão, foram dr. Fulgêncio Vidal, dr. Agenor de Magalhaes, dr. Almir Pedreira, dr. Ângelo D'Urso, dr Antônio Hosannah da Silva e dr. João Veiga[232]. Dentre as notas apontamos para uma de 1937, com o título "Uma queda de que resultou a morte". Tratava da morte de um estivador cujo legista foi o dr. Ângelo D'Urso:

> Precisamente as vinte três horas de hontem em um pontão da "Manaos Harbor", denominado "Senator", que se acha fundeado ao largo da nossa bahia, dezoito trabalhadores da estiva que alli pernoitavam, ouviram um ruído que lhes parecia a queda de quatro escotilhas, mas como isso as vezes sucedia, acharam muito natural. Entretanto trataram de fazer uma verificação, tendo constatado que realmente havia caído quatro escotilhas.
>
> Ao amanhecer, porém, dirigiram-se ao local onde se acha a boca do alçapão e ahi notaram a existência de uma traída de camisa debaixo das táboas. Deram então por falta do companheiro Valério Augusto, de nacionalidade portuguesa. Em pesquisas apuraram que ele, tendo se deitado sobre uma das táboas que estava podre, esta e as outras cederam, caindo Valério no porão, morrendo imediatamente com o crânio esphacelado.

232 *Jornal do Commercio*, décadas de 1930-1940.

> Levado o fato ao conhecimento da polícia, compareceu ao local o commissário interino Brigido Gasado Lima que se fez acompanhar do médico legista Dr. Ângelo D'Urso e de um investigador, fazendo-se então o levantamento do cadáver que, a seguir, foi transportado para o necrotério da Santa Casa onde se realizou a autópsia. Valério contava quarenta e três anos de idade e era solteiro, achando-se segurado[233].

As notas de acidentes de trabalho no jornal apareceram em maior proporção a partir de 1935, não pela ausência de acidentes, mas acreditamos que a partir do "risco profissional" colocado no ajuste da lei em 1934. Silvia Baraúna pontua muitas vezes as condições e acidentes de trabalho em suas pesquisas; ela destaca que "Podemos ver no Jornal do Comércio que os acidentes de trabalho envolviam mais os trabalhadores ligados a firmas servidoras de serviços urbanos como Manaós Tramways e pequenas firmas"[234]. Assim, algumas empresas concessionárias como a de Transportes, que sofreram a intervenção direta do Estado, foram obrigadas a se adaptar às exigências estabelecidas pela lei; como fica claro no registro funcional da Manaós Tramways o seguro acidentário do Banco do Brasil para funcionários[235] dos bondes. Diariamente, os acidentes aconteciam, mas a versão dos fatos nem sempre era esclarecida pelo trabalhador nos registros dos hospitais. A partir das internações da Santa Casa, Baraúna afirma que:

> A título de exemplo podemos destacar trabalhadores como: Pedro Barbosa da Silva que foi internado na Santa Casa de Misericórdia. Pedro era pernambucano de 43 anos de idade, morou no Girau, era casado e trabalhava como estivador na cidade. Sua internação foi motivada por uma contusão no tórax, as informações não acusam se foi um acidente no trabalho, mas pelas características de sua profissão tudo indica que sim[236].

---

233 *Jornal do Commercio*, 11 de dezembro de 1937.
234 BARAÚNA, Silvia Maria Quintino. *Condições Sociais de Migrantes em Manaus*, 1920-1945.2010.183
f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, História, Ufam - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010, p. 99.
235 Vide em: BARROS, Wanderlene de Freitas Souza. *Nos Trilhos da Cidade*: A Trajetória dos motorneiros e dos bondes em Manaus (1930 -1940). 2018. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.
236 BARAÚNA, Silvia Maria Quintino. *Condições Sociais de Migrantes em Manaus*, 1920-1945. 2010.183
f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, História, Ufam - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010, p. 76.

No caso acima, percebemos um trabalhador migrante, casado, profissão estivador, que sofre um acidente, provavelmente, na execução de sua atividade. Porém, por motivações subjetivas, não aciona o empregador para lhe dar assistência. No entanto, as notas diárias de acidentes do trabalho crescem confirmando uma série de atividades perigosas e de péssimas condições. Muitos casos de acidentados em empresas diferentes como detalha a nota a seguir:

> Doze operários foram hontem victimas de acidente. Chamam-se: Cândido Duarte, Euclydes Rocha, Antônio Firmo, N. Batista, Ernestino Gonçalves e Francisco Dias Toledo da "Manaos Harbor"; Raimundo Gomes Cruz, Raymundo plácido da Silva, Mário Gomes da Silva e Raymundo Marques de Souza, da firma Pereira Irmãos; Vicente Barbosa e Francisco Lima, da firma M. E. Serfaty e companhia; Rogério Francisco do Carmo, da firma Manoel Saraiva de Araújo. Todos os pacientes achavam-se segurados[237].

Na nota citada acima, percebemos o número de doze trabalhadores acidentados, porém em 1937, muitos deles já tinham seus registros nas empresas enumeradas e, em decorrência disso, estavam devidamente segurados. Porém não podemos afirmar se havia cuidados preventivos como estrutura, higiene, ambiente favorável, entre outros, que garantissem proteção e prevenção contra acidentes.

Considerações finais

A Lei de acidentes de trabalho foi a primeira lei trabalhista no Brasil em resposta ao clamor dos trabalhadores, iniciado junto às demandas sociais que moveram as massas operárias do país nas primeiras décadas do século XX. Especificamente em Manaus, até 1937, antes das juntas conciliatórias, as reclamações quando avançavam geravam processos na justiça comum. Todas as dificuldades criadas como o afastamento sem salário, as negativas da justiça por falta de provas, a mancha na imagem do trabalhador perante novas oportunidades de emprego, entre outras, serviam de impeditivo para um confronto, ou seja, o trabalhador travava uma luta praticamente

237 *Jornal do Commercio*, 4 de dezembro de 1937.

solitária. Mas a Lei tem um nítido vigor a partir da década de 1930, no mesmo momento em que a intervenção federal se instaurou no Brasil como efeito da “Revolução Varguista”.

Manaus, após crises seguidas, teve que se reinventar em novas estratégias que garantissem um giro econômico. Impostos altos, carestia, desemprego, falência, tudo contribuiu para os dias difíceis do trabalhador que, sem alternativa, recorriam aos trabalhos informais sem direitos e garantias. Devido à migração inversa, consequência dos seringais falidos, adensava-se a população de desempregados mesmo que o governo do estado garantisse as passagens de retorno à terra natal. Os que aqui permaneceram distribuíram-se entre comércio, serviços, oficinas e fábricas.

Atualmente, toda a atividade desenvolvida em uma empresa tem seu grau de risco que se considera uma variável. Sendo assim, determinadas medidas de segurança devem ser tomadas para garantir a integridade do trabalhador. O período de estudo aqui desenvolvido já contava o “risco profissional” demonstrando a responsabilidade do empregador com o empregado diante dos infortúnios. Os acidentes de trabalho e doenças decorrentes do ambiente de trabalho antes de 1934, apontavam nos prontuários como ocorrência do cotidiano e não no exercício da função — mesmo que as sequelas indicassem o contrário. No jornal, a maioria das empresas catalogadas a partir de 1935 era registrado o nome do empregado, função, empresa e se estavam segurados de acidentes de trabalho. A Lei de acidentes de trabalho oportunizou ao trabalhador, entre artigos, incisos e parágrafos, uma trajetória legal na reclamação do direito material. Desta forma, percebemos que aos poucos os trabalhadores em Manaus foram em busca de seus direitos, principalmente no que tange a assistência sobre os infortúnios de trabalho e indenização material.

Dimensões da política indigenista provincial no rio Madeira (1852-1889)

Davi Avelino Leal[238]

1. Introdução: a tutela como instrumento e dominação

O presente texto tem como objetivo compreender as relações entre a política indigenista estatal, fortemente caracterizada pela construção de mecanismos de dominação, e as formas que essa política de controle assumiu em uma região de expansão da fronteira extrativista, no caso o rio Madeira/AM entre 1845 e 1866.

Nesse sentido, os processos subjacentes às modalidades de controle e dominação dos povos do Madeira, incluindo-se aí os indígenas, os nordestinos recém-chegados (cearenses, maranhenses, paraibanos) e os paraenses, objetivavam eliminar práticas consideradas pelos grupos econômicos e políticos dominantes como avessas à ética do trabalho e a fixação ao solo. Com relação aos indígenas, a ideia de catequizar, pacificar e no limite educar esses agentes estava diretamente ligada à criação de mecanismos de sujeição e controle dos corpos e das possíveis estratégias de resistência face às necessidades de controle e exploração da força de trabalho e do acesso aos recursos naturais. Diante desse quadro, instituem-se mediadores externos aos grupos e formas de tutela que visam ao controle desses povos, ainda que a partir de mecanismos distintos como a catequese ou a proteção característica do modelo rondoniano, já no século XX.

Conforme os estudos da relação de tutela no Brasil, principalmente os trabalhos de João Pacheco de Oliveira[239] sobre o regime

238 Professor do Departamento de História da UFAM. daviavelino@ufam.edu.br
239 OLIVEIRA, João Pacheco de. "*O nosso governo*": *os Ticuna e o Regime Tutelar*. São Paulo: Marco Zero, Brasília: MCT/CNPq, 1988; "O paradoxo da tutela e a produção da indianidade: ação indigenista no Alto Solimões". In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Memórias do SPI*: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índios, 2011.

tutelar e de Antonio Carlos de Souza Lima[240], sobre o poder tutelar, em que as ações dos povos indígenas (e não indígenas) estão inseridas num *conjunto de redes sociais estatizadas, com pretensões a abarcar e submeter à multiplicidade de comunidades étnicas diferenciadas e dispostas num território[241],* os discursos da tutela aparecem sob a capa do ensinamento e da proteção entre tutor e tutelado[242].

Recentemente, os dois autores acima mencionados retornaram ao tema da tutela no Brasil e retomaram as considerações sobre o que chamaram de *o paradoxo da tutela.* Para eles, a relação de tutela se assentava *no reconhecimento de uma autoridade inquestionável de um dos elementos e na relação correlata, que se contrai com a própria sociedade envolvente de assistir o tutelado, auxiliando-o e monitorando-o em sua conduta de modo que seu comportamento seja julgado socialmente adequado[243].*

O reconhecimento do poder do tutor por parte do tutelado se funda, muitas vezes, no desconhecimento da violência simbólica que o tutor pratica[244] pois este se apresenta detentor de uma superioridade inquestionável que o leva a acompanhar, auxiliar e corrigir os considerados incapazes[245]. Nesse diapasão, a análise histórica do poder tutelar e seus deslocamentos no espaço e no tempo permite perceber a mudança no lugar da mediação[246]. Estes mediadores podiam ser representantes de instituições religiosas, tais como os missionários, os diretores de aldeia, os militares, os patrões e os regatões. Esse processo, que se volta para esquadrinhar e controlar os povos indígenas e camponeses não indígenas, no rio Madeira, deve atentar para as relações contínuas e descontínuas entre as agências representantes da presença do Estado.

---

240 LIMA, Antônio Carlos de Souza. “Reconsiderando poder tutelar e formação do Estado no Brasil: notas a partir da criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais”. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Memórias do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índios, 2011.
241 Idem, p. 75.
242 OLIVEIRA, “*O nosso governo*”, p. 224.
243 Idem, p. 432.
244 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.
245 OLIVEIRA, “O paradoxo da tutela e a produção da indianidade”, 2011.
246 ALMEIDA, Alfredo Wagner B de. *Conflito e mediação. Os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese de Doutorado, UFRJ, 1993.

Mudanças e permanências acabam fazendo parte do cotidiano dos aldeamentos e dos postos de pacificação, embora o conjunto de ideias que fundamentam ações baseadas na catequese não devam ser confundidas com a nova ética que funda, com o apostolado positivista, a ideologia militar já no início do século XX.

A política indigenista na Província do Amazonas

Duas visões antagônicas marcaram o debate entre políticos e intelectuais acerca dos povos indígenas no Brasil do século XIX. A reconfiguração do campo indigenista no período mencionado opõe os chamados analistas de gabinete contra os que se posicionavam politicamente a partir da vivência em campo[247]. Uma das visões, tributária direta do romantismo iluminista do século XVIII, valorizava os antecedentes indígenas da nação brasileira, afirmando que a "identidade nacional" deveria apoiar-se nesse passado comum. Dois dos maiores defensores dessas ideias são os literatos José de Alencar e Gonçalves Dias. A outra corrente, filha recente do evolucionismo, defendia a guerra ofensiva contra o que consideravam povos degenerados. Pregadores dessas ideias, Carl Von Martius e Adolfo Vanhagem publicaram inclusive trabalhos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ratificando a necessidade de práticas mais agressivas contra índios fadados ao desaparecimento.[248]

A tensão constante entre esses dois projetos de Estado voltados para os povos indígenas permeou a construção de políticas indigenistas com variações locais que tenderam para um dos projetos, respeitando a dinâmica das relações de poder de cada Província. Quando parte-se para a análise dos Relatórios de Presidente de Província do Amazonas, percebe-se que cada mudança no executivo provincial pode representar uma guinada para uma das políticas acima mencionadas. Uma leitura das *Falas, Relatórios e Mensagens* sugere que dos trinta administradores, sem contar as substituições intermediárias e nem as por impedimento, vinte e oito defendiam a atuação direta dos missionários nas diretorias parciais, sendo que apenas dois, José Paranaguá (1882-1884) e Joaquim de Oliveira Machado (1889) eram contrários à influência dos religiosos nos aldeamentos.

247 MONTEIRO, John. *Tupis, tapuias e historiadores: estudo de História Indígena e Indigenismo*. Tese de Livre Docência, UNICAMP, 2001.
248 Idem, p. 147.

Os posicionamentos de Paranaguá e Oliveira Machado representam uma mudança de percepção do Estado com relação à influência da Igreja e sinalizam para a futura separação entre as instituições. As ações dos dois presidentes mencionados sinalizam também para uma passagem na figura da tutela, deslocando-se da ação missionária para as atividades laicas que estarão presentes no indigenismo militar ligado ao SPI.

Nessa rápida genealogia das duas grandes visões sobre o tratamento destinado aos povos indígenas, o projeto que se impôs em 1845 não foi resultante de uma necessidade histórica enquanto projeto linear, homogêneo e premeditado como única saída para questão indígena, mas algo construído no embate, na luta de interpretação e ação e que, durante todo o período, passou por enormes dificuldades para se consolidar. A perspectiva da política indigenista encaminhada previa que o projeto civilizatório para os povos indígenas deveria efetivar-se através das ações educativas realizadas a partir da catequese. Nesse sentido, a educação, levada a cabo pela atividade missionária, estaria voltada para a incorporação do valor embutido na ideia de trabalho.

Com essa ideia central é formulada a política indigenista imperial, expressa a partir do decreto n. 426, de 24 de julho de 1845, e conhecida como regulamento acerca das missões e catequese e civilização dos índios. De acordo com Melo, a partir de 1831, com a revogação das Cartas Régias de 1807 e 1808 os índios passam a ser considerados órfãos que devem ser tutelados pelo Estado.[249] Nesse sentido e do ponto de vista legal, o estabelecimento da tutela acontece mesmo antes do decreto n. 426. Ressalta-se ainda que esse documento tem gerado um fecundo debate historiográfico acerca da legislação indigenista no século XIX. Há teses que defendem o decreto n. 462/1845 como único documento do Império com relação aos povos indígenas[250] e passam a ser questionadas por novas pesquisas que sinalizam para a multiplicidade de instrumentos normativos que dão vazão a dinâmicas locais e a experiência dos povos indígenas[251].

249 SAMPAIO, Patrícia Melo. "Política indigenista no Brasil imperial". In: GRINBERG, Keila, SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. vol. I. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

250 CUNHA, Manuela Carneiro. "Política indigenista no século XIX". In: *História Indígena do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

251 AMOROSO, Marta Rosa. *Catequese e evasão: etnografia do aldeamento indígena de São Pedro de Alcantara, Paraná (1855-1895)*. Tese de Doutorado, USP, 1998; MISSAGIA DE MATOS, Izabel. *Civilização e revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*.

O objetivo agora é recuperar os elementos presentes no decreto imperial e, à medida que se for avançando na análise, incluir os pontos do debate. Diante disso, tem-se como primeira formulação daquilo que se tornaria o decreto de 1845, a proposta elaborada por José Bonifácio, incialmente apresentada às Cortes Gerais reunidas em Lisboa (1820) e depois reapresentada na discussão da Assembleia Constituinte com a Independência política do Brasil.[252]

Esse documento inicial propunha que cada Província administrasse sua política para os índios. No entanto, a primeira constituição do país não levou em consideração o debate em curso e silenciou sobre a presença das populações indígenas.[253] A situação modificou-se um pouco com a chegada dos liberais moderados ao poder no chamado período regencial. Segundo Nasthya Pereira, o papel de Diogo Feijó, enquanto regente, permitiu a extinção de leis que autorizavam o uso do expediente colonial da guerra justa. Além disso, os índios foram considerados órfãos, ficando sob a tutela dos juízes nomeados para tal.[254]

O pano de fundo de todo esse debate é a disputa política entre conservadores e liberais no que tange a centralização política e a autonomia das Províncias. De acordo com Dolhnikoff, a ferrenha disputa entre liberais, defensores da autonomia das Províncias, e conservadores, adeptos da centralização política, era pelo controle dos postos de trabalho em cada Província. Ainda de acordo com a autora acima mencionada, "*em um país como o Brasil do século XIX decidir sobre empregos era uma atribuição estratégica, pois eles constituíam uma poderosa moeda de troca no jogo clientelista e constituíam peça fundamental na cooptação dos grupos locais*"[255]

Embora o documento de criação do Regulamento acerca das Missões e Catequese dos Índios tenha sido aprovado ainda no início do Segundo Reinado e sob a influência dos conservadores, o fato é que as províncias continuaram legislando sobre questões de

São Paulo: EDUSC, 2004.
252 CUNHA, "Política Indigenista no século XIX", 1992.
253 SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadão, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e os conflitos na Província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: Alameda, 2012.
254 PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. *A questão indígena na Província do Amazonas (1852- 1871)*. Trabalho de Conclusão de Curso, UFAM, 2000.
255 DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Global, 2005, p. 191.

política indigenista e reafirmando sua relativa autonomia frente às intervenções do governo central. Uma análise das condições sociais que possibilitaram a emergência do Regulamento aponta para uma série de relações que podem ser estabelecidas com o contexto mais amplo da sociedade brasileira. Do ponto de vista político, comentou-se a importância do controle dos postos de trabalho; no campo econômico, o controle da força de trabalho, agora articulado à tomada das terras indígenas, sinaliza para uma ampliação dos interesses do Estado brasileiro sobre os povos indígenas.

Esses argumentos têm sido amplamente debatidos pela historiografia e pela antropologia indígena que, ao recuperar o processo de exploração do Estado Nacional sobre os povos indígenas, apontam o século XIX como momento em que a terra, e não apenas o trabalho, passa a figurar como centro de preocupação de controle por parte do Estado Nacional.[256] Seguindo a lógica do controle da terra e do trabalho, parte-se para a leitura interna do Decreto no. 426 de 24 de julho de 1854, que contém o Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios. O texto utilizado encontra-se como anexo em Moreira Neto.[257]

Do ponto de vista da estrutura da lei, ela está constituída de 11 artigos e mais de 70 parágrafos que versam sobre as terras indígenas, o trabalho de catequese e civilização, a defesa das aldeias, a economia dos aldeamentos e os cargos e funções dos empregados pelo Estado. A tensão entre centralização e autonomia política das províncias se expressa no documento logo no primeiro artigo. Ela disciplina as competências do Diretor Geral, nomeado diretamente pelo Imperador e apresenta mais de trinta parágrafos, ou seja, a metade do número de parágrafos de todo documento está direcionado ao único funcionário indicado pelo Imperador.

No caso da Província do Amazonas, os indicados pelo poder central para o cargo de Diretor Geral possuíam laços estreitos com a elite econômica e política local, o que revela o controle dos grupos endógenos sobre nomes e cargos. Ainda sobre o controle dos cargos, o poder provincial potencializa sua influência sobre os novos aparelhos de poder, pois a legislação indica que o Diretor de Aldeia será

256 SAMPAIO, "Política indigenista no Brasil imperial, 2010; AMOROSO, *Catequese e evasão*, 1998.
257 MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Índios da Amazônia*: *de maioria a minoria (1750-1850)*. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 1988, p. 323-333.

nomeado pelo Presidente de Província após a indicação do Diretor Geral. Os cargos de missionário, almoxarife e cirurgião estão subordinados à escolha do Diretor Geral e do Diretor de Aldeia.

Essa seria a distribuição de pessoal de acordo com o decreto. Os eixos do documento centralizam-se na questão do trabalho e da terra e ficam nítidos nos primeiros parágrafos do documento:

1) Examinar o estado em que se achão as aldeias atualmente estabelecidas; as ocupações habituais dos índios, que neles se conservam, suas inclinações e propensões, seu desenvolvimento industrial, sua população, assim originária, como mistiça; e as causas que tem influído em seus progressos e "decadências"; 2) Indagar os recursos, que oferecem para as lavouras, e commercio, os lugares em que estão colocadas as aldeas; e informar ao Governo Imperial sobre a conveniência de sua conservação, ou remoção, ou reunião de duas ou mais, em huma só.[258]

Os parágrafos de abertura do documento revelam a preocupação central do Governo Imperial com a questão do trabalho, quando indaga sobre o que fazem os povos indígenas, e a questão da terra, quando perguntam sobre a disponibilidade dos recursos e o lugar das aldeias. Inseridos nos dois parágrafos estão as questões relacionadas a classificação dos povos a partir da ideia de raça (se são originárias ou mestiças), além do tema recorrente do "progresso" e da "decadência".

Os artigos revelam a ideia iluminista de civilização dos índios. Quando o documento diz que os povos industriosos e praticantes da agricultura terão mantidos o usufruto do terreno, ele sinaliza para fixação do indígena ao lugar, afastando o indesejável e combatido nomadismo dos povos. O estabelecimento de relações comerciais com os de fora do aldeamento, somado ao trabalho de educação (com a escola de primeiras letras) e a catequese, completaria o quadro responsável por civilizar os povos indígenas.

O regulamento abre ainda a possibilidade de arrendamento das terras em área indígena para terceiros, por um período de três anos, evitando-se apenas a derrubada de matos, salvo com autorização. Outra abertura é com relação ao comércio das aldeias com pessoas de fora, bem como aforamento para construção de casas em

258 Idem, p. 323.

aldeias mais estruturadas, tendo alguns índios o direito, pelo bom comportamento, de ter um terreno próprio fora da área da aldeia. Verifica-se nessa passagem, a reedição da ideia de civilização dos índios como norte balizador do decreto em tela. A “mistura” ou a “mestiçagem” seria um dos possíveis caminhos para que os nativos abandonassem gradativamente os rituais e as práticas consideradas próprias do grupo.

Os casamentos, por exemplo, poderiam se dar entre membros de um mesmo grupo, ou com pessoas de fora, sugerindo claramente uma “mistura de raças”. Mistura essa que serviria como elemento negador e transformador. O objetivo para os que pensaram a legislação era da “integração” do índio à jovem sociedade nacional, amante do trabalho e da pátria, tal como mostrado por Marta Amoroso[259].

Ainda de acordo com a autora, uma parte do controle dos índios se daria pela vigilância dos Diretores das Aldeias, detentores de patente militar e responsáveis pela vida material; a outra parte ficaria a cargos dos missionários capuchinhos que desde 1844 atuavam na catequese e disciplinavam a vida espiritual da aldeia.[260] Essa divisão do trabalho entre leigos e missionários na administração das aldeias é um dado novo se comparado com a legislação anterior. De qualquer forma, as linhas de força da Legislação Imperial deixam claro que o que estava em jogo eram as questões ligadas ao trabalho e à terra. Efetivamente o controle e a disputa da terra entram como elemento novo do século XIX, embora possam ter dinâmicas diferenciadas em várias províncias que agravam ou atenuam a disputa.[261]

Para a Província do Amazonas, criada em 1850 e instalada em 1852, o tema do trabalho indígena permanecia mais importante do que a questão da terra. Somente com a expansão da economia gomífera, que irá afetar apenas alguns rios da região, é que a “terra” entrará como elemento significativo, mas mesmo assim subordinado ao controle do crédito e da força de trabalho dos povos indígenas.

A legislação elaborada pelo governo imperial, de cunho geral, conviveu com leis, decretos e toda uma legislação formulada pelas Assembleias Provinciais. Pesquisas recentes vêm chamando

259 AMOROSO, *Catequese e evasão*, 1998.
260 Idem, p. 28.
261 PEREIRA, *A questão indígena na Província do Amazonas (1852- 1871)*, 2000.

atenção para esse arcabouço jurídico múltiplo que contribui para relativizar o argumento de que pouco se legislou sobre os índios no século XIX.[262] Nesse contexto, um novo conjunto de fontes tem sido consultado e vem contribuído para relativizar a relação entre o poder público e os povos indígenas. Entre os documentos podem ser citados as leis provinciais reunidas nas atas das assembleias provinciais; as cartas enviadas pelos diretores de aldeias para os diretores gerais (material ainda pouco utilizado nas pesquisas); as leis e decretos sobre as terras da província que incidem diretamente sobre os povos indígenas, além das fontes jornalísticas.

Os Relatórios de Presidente de Província, fonte tradicional de explicação da política indigenista do período, devem ser cotejados e analisados à luz dos novos documentos, pois eles podem ajudar a problematizar visões consagradas e canônicas da historiografia amazonense. O argumento da falta de braços para trabalhar na lavoura, no extrativismo e nas obras do governo perpassam as falas, os relatórios e os discursos dos administradores provinciais, revelando a necessidade de controle e fixação das pessoas, a partir da imobilização da força de trabalho. Havia inclusive uma secção especial só para tratar das questões relacionadas à "Cathequese e Civilização dos Índios".

No relatório elaborado logo após a instalação da Província, seu primeiro presidente, Tenreiro Aranha, revela a preocupação demográfica com o estado das chamadas populações errantes e o uso dos recursos naturais, principalmente na área do rio Madeira, pois observa-se que:

> A lei n. 582 de 05/09/1859, por quanto há pelos rios bem conhecido, Inhamundá, Madeira, Solimões, Japurá, Içá, Uaupés, Negro e Branco, que se acham naqueles pontos das fronteiras onde as ditas colônias devem ser estabelecidas, já para que a população indígena e as férteis terras e os vastos campos por lá sejam aproveitados com melhoramentos rurais e já que para o comércio a comunicação que se pode entreter e argumentar consideravelmente com os vizinhos de Mato-Grosso e do Estado da Bolívia[263].

262 SAMPAIO, "Política Indigenista no Brasil Imperial", 2010; MACIEL, Benedito do Espírito Santo Pena. *Histórias intercruzadas: projetos, ações e práticas indígenas e indigenistas na Província do Amazonas (1850-1889)*. Tese de Doutorado, UFAM, 2015; BRAGA, Bruno. *Chão de vida, rios de memórias: História indígenas do Amazonas Imperial (1845-1888)*. Tese de Doutorado, PUC/SP, 2022.

263 Relatório de Presidente da Província do Amazonas feito por Exmo. Sr. João Batista de

Os aldeamentos, espaços privilegiados para reunir os indígenas dispersos da província, estavam praticamente desativados, com exceção de um no rio Japurá, outro no Tocantins e um último no rio Andirá. Tal fator de abandono dessas missões levou o diretor Tenreiro Aranha a não apenas reativar as antigas missões, mas criar uma nova no rio Madeira, com sede em Borba (1855) e que teria por nome São Pedro de Alcântara (7°20' Latitude Sul). Essa missão seria dirigida por franciscanos como Frei Joaquim do Espírito Santo Dias, que desde 1843, possuíam autorização para trabalhar com a catequese dos índios.

De acordo com Victor Hugo, a missão franciscana cobria toda a região do médio rio Madeira, estendendo-se até o Crato, na cachoeira de Santo Antônio, origem da cidade de Porto Velho[264]. Em documento endereçado ao Presidente de Província do Pará, Dr. Fausto Aguiar, Tenreiro Aranha relata as dificuldades que a efetivação do regulamento enfrenta no Amazonas, pois os encarregados de fazê-la valer são os primeiros a explorar a mão de obra indígena, principalmente quando tem os seus interesses locais contrariados.[265]

Este relatório inaugura para o Amazonas a percepção mencionada linhas acima do discurso de que a falta de braços para as atividades agrícolas ou extrativas é o principal problema a ser resolvido. Mais do que isso. Ele postula a necessidade recorrente de imobilização da força de trabalho através das estratégias de fixação do trabalhador. O elemento de repetição nos argumentos dos chefes políticos locais reproduz uma preocupação com o controle dos trabalhadores que perpassa as várias províncias do Império. Tal aspecto foi demonstrado por Alfredo Wagner B. de Almeida ao estudar o caso do Maranhão no século XIX.[266] Quando Ferreira Pena assume como segundo nome a ocupar o cargo de Presidente de Província, ele possui uma larga experiência à frente do executivo provincial, tendo inclusive passado pela Província do Maranhão.

Figueiredo Aranha em 1952.

264 HUGO, Vitor. *Os desbravadores*. Manaus: Edição da Missão Salesiana de Humaitá (vol. I), 1959; MENÉNDEZ, Miguel. *Os Kawahiwa: uma contribuição para os estudos dos tupi centrais*. Tese de Doutorado, USP, 1989.

265 RELATÓRIO que Sr. João Batista Figueiredo Terreiro Aranha, Presidente da Província do Amazonas fez sobre o estado da Província. Manaus: Typ. de Manoel da Silva Ramos. 30 abr. 1852, p. 31.

266 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A ideologia da decadência*. Rio de Janeiro: Casa 8, 2008, p. 71.

Em relatório encaminhado ao Presidente pelo primeiro vice-presidente Manoel Corrêa de Miranda, este informa sobre a situação dos índios da Província,

> Sendo este um dos objetos que me mereço toda a attenção, todavia com pezar digo a V. Exca que progredi lentamente, sem que possa com segurança demonstrar qual o verdadeiro motivo, que tanto tem atrazado a cathechese. No entretanto a fala do Director Geral, que por si examine e informe ao Governo dos meios adequados de que se deve lançar mão afim de se removerem os obstáculos que se antepõem a grande obra de civilização dos inúmeros Gentios que se achão dispersos pelos longínquos sertões d'esta Prov. xíncia e uma das necessidades que senti quando estive na Administração.[267]

O autor informa ainda a existência de 14 diretores em exercício e 5 encarregados, ressaltando a falta de missionários para atender a todas as missões e que as mais recentemente criadas (Purus e Madeira) estão sob os mandos do vigário de Borba. Reproduzimos logo abaixo um quadro elaborado com informações para o rio Madeira a partir do que fora apresentado pela pesquisadora Nizete Oliveira[268] com base no Relatório de Presidente de Província do Pará de 1853, relacionando os "Diretores e encarregados das Missões Indígenas que atuavam no Alto Amazonas".

Quadro com os Diretores e Encarregados das Missões Indígenas do Rio Madeira

Nome	Função	Aldeamento/missão
Luiz Pereira Brasil	Diretor	Rio Canumã
José Maria da Conceição	Encarregado	Rio Madeira
José Antonio Versosa	Encarregado	Thorá

Elaborado por Davi Leal com base em Nizete Oliveira

Diretores, encarregados e missionários desempenhavam a função de mediadores entre o governo provincial e os povos indígenas. Como atuavam como representantes do poder instituído e

267 Relatório apresentado por Manoel Correa Miranda ao Exmo. Sr. Herculano Ferreira Pena, 1853.

268 OLIVEIRA, Nizete. *O opróbio da civilização: diretorias parciais de índios na Provincia do Amazonas*. Trabalho de Conclusão de Curso, UFAM, p. 32.

estavam diretamente ligados aos indígenas, eles de fato exerciam o poder e aplicavam os artigos presentes no decreto imperial e na legislação correlata. Indicado pelo Diretor Geral e escolhido pelo Presidente de Província, o Diretor de Aldeia relacionava-se diretamente com o principal (líder indígena) de cada povo sob sua jurisdição. Muitos que ocupavam esses postos, que na prática significa o controle da força de trabalho a nível local, eram membros da elite econômica dos municípios como donos de seringais e comerciantes, bem como atuavam também no campo político, seja como intendente municipal ou deputado provincial.

Um exemplo desses é o do Diretor Parcial que atuava na aldeia de Canumã no município de Borba. Lino Pereira Brasil era dono de seringais na região e atuava como deputado na Assembleia Provincial. Fora responsável pela proposta de lei que transferia a vila de Crato do Santo Antônio (Alto Madeira) para Borba (Médio Madeira). Canumã, por exemplo, destacava-se por ser um importante aldeamento de índios Mundurucu e Mura e possuía, no ano de 1856, por volta de 888 pessoas incluindo indígenas e os chamados "civilizados". Em relatório apresentado por João Wilkens de Mattos (1856) tem-se a informação que a grande presença de índios nessa missão se dá pela procura dos Mundurucu que fugiam dos ataques praticados pelos índios Arara.

Trinta anos antes, por volta de 1820, Karl Von Spix havia passado por Canumã e notado que ali ficava a primeira missão dos índios Mundurucu, fundada por volta de 1811 pelo carmelita Frei José Álvares das Chagas e que em 1820 abrigava cerca de mil índios e estava sendo dirigida pelo padre secular de nome Antônio Jesuíno Gonçalves.

Na rica descrição do cotidiano da missão, Spix e Martius contam que visitaram por alguns dias as aldeias Mundurucu, sendo recebidos em Canumã por mulheres e crianças. As mulheres ofereceram castanhas e beijus e quanto às crianças, notou que embora frequentassem a catequese, "havia uma certa repugnância dos pupilos para com tudo que visava o progresso", pois permaneciam realizando as festas com muito caxiri e carne de caça. Os dois também não deixaram de notar que a simples notícia de que haviam chegado a Canumã fez com que corresse a notícia que os índios seriam le-

vados para trabalhos forçados. Isso porque o governo provincial do Pará vinha realizando trimestralmente o recrutamento de índios nas várias aldeias mundurucu.[269]

Quase meio século depois, a prática de envio de índios de Canumã para trabalhos forçados pode ser observada através da leitura do ofício encaminhado ao Presidente de Província substituto, Manoel Gomes de Correa de Miranda, por José Lino Pereira Brasil, que informa sobre o envio de quatro índios para trabalharem nas obras públicas da capital. Ele aproveita para queixar-se da atuação do principal, Daniel, que junto com José Antônio Pucu, este como ajudante, estão dando mal exemplo e praticando todo tipo de desobediências. Perreira Brasil sugere a imediata substituição dos nomes para que o trabalho não seja comprometido[270].

Outro dado revelador é que os conflitos envolvendo os ditos "civilizados" e "indígenas" prejudicavam as roças e plantações de tabaco e afetavam diretamente o trabalho de extração de copaíba. Os ofícios enviados pelos direitos parciais de Canumã, como o seringalista Francisco Portilho Bentes, que fora nomeado para atuar na administração da aldeia a partir de setembro de 1856, desvelam esse cotidiano de disputas. No início da década de 1860, assume o cargo Antônio Francisco Parente Júnior, tendo que gestar uma aldeia relativamente abandonada pelos índios. Outrora, com mais de 400 índios, Canumã conta agora com apenas 148 Mundurucu.

O diretor de índios do rio Madeira, José Maria da Conceição, comunica ao Presidente de Província, Ferreira Pena, a situação das aldeias e malocas de índios do dito rio para o ano de 1853.

Quadro com a localização das aldeias do rio Madeira

Nº	**Aldeias e Malocas**	**Dias de Viagem**	**Na Margem**	**Nºs Lagos**	**Nações**	**Local**
1	De Munerutuba a Sapucia-Oroca	4	Idem	Idem	Mundurucu	Aldeia

269 SPIX, John, MARTIUS, Carl. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820.* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/São Paulo: USP, 1981, p. 273.
270 Ofício da Diretoria de Índios, 1853. Acerco da Igreja Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos.

2	De Sapucai-Oroca a Aripuanã	2	Idem	Idem	Mura	Aldeia
3	De Aripuanã a Ma-tuará	2	Idem	Idem	Munduru-cu	Aldeia
4	De Matuará a Ati-ninga	1	Idem	Idem	Mura	Aldeia
5	De Atininga a Ma-tupiri	1	Idem	Idem	Mura	Maloca
6	De Matupiri a Ma-nicoré	1	Idem	Idem	Mura	Maloca
7	De Manicoré a Ca-panã	1	Idem	Idem	Mura	Maloca
8	De Capanã a Mar-melo	1	Idem	Idem	Mura	Maloca
9	De Marmelo a Urua-piara	11/2	Idem	Idem	Torá	Maloca
10	De Uruapiara a Baetas	21/2	Idem	Idem	Mura	Maloca
11	De Baetas ao Lago do Antonio	2	Idem	Idem	Mura	Maloca
12	Do Lago do Antonio a Carapanatuba	1	Idem	Idem	Mura	Maloca
13	De Carapanatuba a Paraíbas	1	Idem	Idem	Mura	Maloca
14	De Piraíba a Tês Casas	1	Idem	Idem	Mura	Maloca
15	De Três Casas até o Crato	2	Idem	Idem	Mura	Maloca
16	Do Crato até o rio Macchado	4	Idem	Idem	Mura e Torá	Maloca

Fonte: Elaborado a partir das correspondências dos Diretores de índios com o Governo Provincial, 1853, fl 65.

Severos atritos marcaram ainda as relações entre o já mencionado Francisco Portilho Bentes e o capitão José Maria da Conceição, por conta do estabelecimento da sede que centralizaria as ações sobre os indígenas do rio Madeira. Enquanto Bentes indicava a aldeia de Matuará, sob sua jurisdição, para ser a sede da diretoria parcial de índios, José Maria da Conceição defendia que devia ser Sapucaia-Oroca o lugar central. Por conta da proximidade entre Ma-

ria da Conceição e o Pe. Antônio Ferreira da Silva, vigário da vila de Borba (município que exercia jurisdição administrativa e religiosa no Madeira) que visitara a aldeia de Sapucaia-Oroca e constatara as “boas condições” da mesma, autorizou que esta servisse como sede da Diretoria Parcial de Índios do Madeira.[271]

O recenseamento provincial realizado em 1852 por José Maria da Conceição apontava aproximadamente 102 índios adultos da etnia Mura em Sapucaia-Oroca, além de 63 crianças do sexo masculino e 72 do feminino. Quatro anos depois, esse quantitativo havia crescido para 457 índios devido à incorporação de índios Mundurucu. No levantamento desses dados, não foi possível identificar maiores informações para todos os que atuaram como encarregados ou diretores de aldeia, mas a questão que se coloca é que a administração temporal destes aldeamentos esteve a cargo de membros do grupo econômico local que possuía interesses diretos nos castanhais, seringais e na exploração da força de trabalho indígena.

Abaixo, há um quadro mais detalhado informando os que atuaram diretamente no rio Madeira durante o período

Diretores e Encarregados para o Rio Madeira

Nome	Função	Período	Aldeia/Povo	Atividade
José Luiz Simpson	Diretor	1856	Canumã - Mura e Mudurucu	Era comerciante e político
José Maria da Conceição	Diretor	1856	Mura, Mundurucu e Tora	-
Francisco Portilho Bentes	Diretor	1856	Aripuanã/ Mataurá/ Mura e Mundurucu	Comerciante
Benedito Rodrigues de Souza Canela	Encarregado	1870	Sapucaia-Oroca - Mura	-
Raimundo Vieira Gusmão	Diretor	1886	Sapucaia-Oroca - Mura	-
José Monteiro de Sá	Encarregado	1886	Capanã - Mura	-
Januário de Oliveira Carvalho	Encarregado	1866	Capanã- Mura	-

271 PINHEIRO, Geraldo Macedo. “A aldeia indígena de Sapucaia-Oroca, Amazonas”. *Revista de Antropologia*, n. 07, 1969/1972, p. 52.

José Antonio	Ajudante	1853	Aldeia Aripuanã - Mura	-

Elaborado por Davi Leal a partir dos RPPAM e do livro das Diretorias Parciais.

Um dado que vem sendo apontado pelos pesquisadores é que mesmo com a extinção oficial das Diretorias Parciais de Índios, elas continuaram, na prática, a funcionar.[272] Nesse cenário, uma questão importante que se coloca é porque as Diretorias Parciais foram extintas no momento em que se necessitava da força de trabalho dos povos indígenas. O segundo questionamento é sobre a continuidade da atuação prática dos diretores locais no controle dos índios, mesmo já texto sido oficialmente extinto o regulamento.

As críticas feitas pelos próprios Presidentes de Província ajudam a entender que os objetivos propostos aos diretores não estavam sendo atingidos. Pelo contrário, as muitas das ordens dadas pelo chefe do executivo eram descumpridas pelos diretores de aldeia, que agiam por sua própria conta, beneficiando-se do poder que tinham sobre os indígenas. Em documento consultado por Oliveira temos o exemplo dessas ações de abuso de poder e exploração da força de trabalho indígena. O documento refere-se a uma carta enviada ao Diretor Geral João Wilkes de Mattos denunciando a prática do diretor local no rio Uaupés Ten. Jesuino Cordeiro,

> V.ex. deve saber que os diretores nestes rios aproveitão se da autoridade para encherem suas casas (até com violências as mais despóticas) de índios para o servirem quazi gratuitamente...
>
> Eu sei por certeza que os diretore só cuidam, em negociarem, por isso é que competem os índios despoticamente para lhes trabalharem, repito, de graça[273].

Havia efetivamente uma oposição forte dos missionários, que desde o decreto n. 1845 se viam subordinados nas aldeias aos poderes dos diretores parciais de índios. A própria igreja em Roma, por conta do padroado, dificultou a vinda de capuchinhos, inviabilizando o empreendimento de catequese e civilização. Já os Presidentes de Província também haviam percebido que o poder local se sobre-

272 VIEIRA, Fabrício dos Santos. *Assaltos e escaramuças: resistência indígena na Província do Amazonas*. Trabalho de Conclusão de Curso, UFAM, 2004.
273 OLIVEIRA, Nizete. *O opróbio da civilização: diretorias parciais de índios na Provincia do Amazonas*. Trabalho de Conclusão de Curso, UFAM, 2002.

punha às ordens vinda da capital e que os missionários levavam a sério o trabalho de catequese e civilização dos índios.

Diante das críticas por parte dos Presidentes de Província e das pressões feitas pelos missionários, as Diretorias Parciais foram extintas em 1866. Este ano marca também a viagem de Tavares Bastos para a Província do Amazonas e a crítica contundente à política indigenista do Império. De acordo com o autor, os diretores parciais eram verdadeiros ladrões, pois se aproveitavam do trabalho dos índios na extração da borracha ou na coleta da castanha em benefício próprio.[274]

Apesar de todas as críticas, uma breve consulta aos manuscritos, sob a guarda da Igreja Católica Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos, relativos às correspondências entre Diretoria Parcial e Diretoria Geral, revela que, na prática, os diretores parciais continuavam atuando livremente nos aldeamentos. Em 1887, vinte e um anos após a extinção formal das diretorias parciais, Januário Oliveira de Carvalho envia um ofício ao "todo poderoso" Diretor Geral de Índios da Província, Cônego Raimundo Amâncio de Miranda, informando sobre os índios aldeados em Capanã[275].

Essa situação que revela a presença efetiva de figuras e posições de poder de uma instituição já extinta se prolongou a tal ponto que relatos da instalação do SPILTN no Amazonas, após 1910, mostram que os agentes do "SERVIÇO" encontravam em atuação os chamados diretores parciais. Joaquim Melo[276] reproduz uma parte do relatório do engenheiro agrimensor, João Augusto Zany, para o ano de 1912, onde este apresenta as condições das aldeias Mura e cita textualmente a presença de diretores parciais,

Seguindo pelo Autaz-Miry, tendo visitado a Aldeia de Pantaleão, uma das mais povoada dos Autaz, como as outras decadentes pela mesma razão. Nesta os pseudocivilizados foram requerendo ao Estado as terras próximas as aldeias de modo a ficar esta reduzida a um pequeno triângulo. São proprietários das terras vizinhas, atualmente, os Srs. Luiz Magno de Faria e João Hermes de Araújo, este é

274 BASTOS, Tavares. *O vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comercio questões fiscais do vale*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 2000, p. 170.
275 Ofício da Diretoria de Índios, 25/09/1887 – Capanã, Rio Madeira.
276 MELO, Joaquim. *SPI – A política indigenista no Amazonas*. Manaus: Edições do Governo do Estado, 2009, p. 99.

diretor parcial de índios pelo Estado do Amazonas[277].

As críticas direcionada às diretorias parciais não foram suficientes para extinguir a sua prática e mesmo com a implementação da nova política indigenista, em 1910, muitos delegados não diferiam em nada dos antigos diretores. Não se trata evidentemente de denunciar uma pura e simples continuidade da política indigenista, porém mudanças de ofícios e aparelhos não significam automaticamente que práticas e valores foram transformados. Ainda sobre a política indigenista na Província do Amazonas se faz necessário perceber as formas como os povos indígenas responderam, de acordo com a dinâmica interna de cada etnia, a esse processo de controle e exploração da força de trabalho na Amazônia do século XIX.

Os povos indígenas do rio Madeira não assistiram passivamente a esse processo de tentativa de incorporação desses grupos, como trabalhadores pacificados, ao projeto de Estado Nacional. Pelo contrário, o padrão de resistência ou agenciamento para a segunda metade do século XIX, foi do confronto violento, marcado por escaramuças e assassinatos, principalmente entre os índios Arara, Mura e Parintintin, às estratégias de trabalho no interior dos seringais seguindo dinâmicas próprias aos povos indígenas.

Conclusão

O presente artigo buscou recuperar algumas dimensões da política indigenista do império e seus efeitos para a Província do Amazonas, em especial para o rio Madeira. Novas modalidades de controle do trabalho indígena, marcadas por formas de mobilização e imobilização foram engendradas em contexto de escravização e de trabalho compulsório. O que se quis demonstrar foi que a política indigenista do oitocentos serviu para pavimentar o caminho para que comerciantes e outros agentes adentrassem os territórios indígenas. O contraponto a esse movimento, aspecto não aprofundado nesse artigo, foi a construção de estratégia de agenciamento e enfrentamento elaborada pelos povos indígenas, mas esse é tema para um outro artigo.

277 Idem.

A ditadura militar brasileira e a fabricação de ilusões nas "terras sem homens para homens sem-terra": recortes de uma história transamazônica

Thiago Broni de Mesquita[278]

Em 1971, as imagens que circulavam nacionalmente sobre a Transamazônica contavam a história de um governo que a cada árvore derrubada colocava fim aos mitos e lendas de Saci Pererês, Iaras e cobras grandes. A ditadura militar dizia iniciar o tempo de uma nova magia, a do desenvolvimento e da integração nacional, era a nova Amazônia que surgia e que fazia nascer de seu ventre verde a Transamazônica[279]. Na memória social sobre a história da rodovia, há o registro de que a decisão do presidente Emílio Garrastazu Medici em construir a estrada surgiu quando ele sobrevoava a região Nordeste, assolada por uma das maiores secas da história. Delfim Neto, ministro do governo, acompanhou o presidente nessa viagem e conta que, ao ver a situação de calamidade que sofria o povo nordeste, Medici decidiu criar uma política que deslocasse essa população em direção à Amazônia. Assim, surgiu a ideia sobre a Transamazônica[280].

No auge do "milagre econômico" brasileiro, o Estado brasileiro mobilizou milhares de trabalhadores em direção à Amazônia. Não era a primeira vez que a República fazia isso, no entanto, é durante a ditadura militar que é configurada uma mudança na lógica de ocupação da região. O eixo da integração passa dos rios para as

278 Professor da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PPGEH/UFPA). E-mail: tbroni@ufpa.br.
279 Cine Jornal Brasil Hoje, 1971. ARQUIVO NACIONAL. *Transamazônica: o caminho do homem*. Identificação: BR RJANRIO EH.0.FIL, DCT.93 - Dossiê. Disponível em: Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_eh/0/fil/dct/0093/br_rjanrio_eh_0_fil_dct_0093_d0001de0001.mp4. Acesso em: 01/03/2024.
280 *TRANSAMAZÔNICA: uma estrada para o passado* [Seriado]. Direção: Fabiano Maciel e Jorge Bodanzky. Produção: Agência Nacional de Cinema. Brasil: Ocean Films e Brasil Distribution, LLC, 2021. 6 episódios, son., color.

estradas, territórios nunca antes conhecidos são cortados pela rodovia, políticas de colonização mudam de um governo para o outro e o encontro do homem na fronteira amazônica é devastador e violento. As marcas das ações da ditadura militar na região da Transamazônica são permanentes e, neste artigo, discutiremos como no início dos anos 1970, durante o governo Medici, ilusões foram criadas a fim de convencer homens sem terras de que havia terras sem homens na Amazônia. O capítulo está dividido em duas seções. Na primeira, apresentamos a política intitulada "urbanismo rural", um primeiro projetor de ilusões que oferecia uma integração entre o urbano e o rural no coração da floresta. Na segunda, apresentamos um recorte de quatro fotografias que integram o fundo Correio da Manhã, do Arquivo Nacional, que foram utilizadas em diversos contextos e tinham a intenção de mostrar que a vida na floresta era possível e um dever patriótico.

Urbanismo rural para o espaço vazio amazônico: projetor de ilusões

Na saída do município de Brasil Novo (PA), em direção à cidade de Medicilândia (PA), atravessamos um rio de nome curioso, Rio Arrependido. Na memória local, há relatos de que quando os migrantes chegavam às margens dele, durante a década de 1970, tinham tempo para arrependerem-se ou seguirem em frente. Era preciso bastante tempo de viagem para chegar às margens do Arrependido. O combustível desse deslocamento era proporcionado pelo projetor de ilusões criados pela ditadura militar brasileira e que convenceu milhares de trabalhadores brasileiros a rumarem à Amazônia no processo de construção da rodovia Transamazônica.

O município de Brasil Novo (PA), inicialmente, foi projetado para ser uma agropólis do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e o município de Medicilândia (PA), nesse mesmo projeto, era um conjunto de agrovilas destinados à reforma agrária. Mas o que esses nomes significam? Agrovilas, agropólis e rurópolis faziam parte de um projeto desenvolvido pelo INCRA, durante a ditadura militar (1964-1985), e que teve como objetivo a implementação do urbanismo rural em meio à floresta amazônica. A proposta foi oriun-

da do trabalho desenvolvido pelo arquiteto e urbanista José Geraldo da Cunha Camargo e pressupunha uma forte presença do Estado com a atuação intensiva, nas diversas etapas do processo, de equipes de profissionais formados em diversas áreas. Os moradores dessas áreas deveriam passar por um processo de "doutrinação" a fim de que fossem bem orientados sobre a hierarquização da ocupação dentro do modelo de agrovilas, agropólis e rurópolis[281].

Urbanismo rural[282] foi, inclusive, o nome da obra assinada pelo arquiteto José Geraldo da Cunha Camargo e publicada pelo Ministério da Agricultura no ano de 1973. O projeto era produto da observação que o autor fez do fracasso dos antigos Núcleos Coloniais Oficiais. Sob sua perspectiva, havia um movimento interessante nestes núcleos, qual seja, colonos bem-sucedidos e que progrediam financeiramente no campo desejavam também progredir socialmente e tendiam a mudar-se para uma cidade próxima onde estabeleciam algum tipo de negócio. Ao progresso na cidade correspondiam as condições desse colono em investir, por exemplo, na educação dos filhos. O trecho a seguir resume essa primeira observação do arquiteto.

> Indagando de ex-parceleiros, moradores nas cidades próximas, quais os motivos que os levaram a vender seus lotes rurais, a resposta era sempre a mesma: - *queriam progredir socialmente.* Ao contrário, os colonos remanescentes no núcleo eram conformados com seu atraso, fatalistas e não tinham planos para o futuro. Viviam apenas o momento presente[283].

Uma das conclusões a que chegou o arquiteto era a de que os colonos "atrasados" eram os que se fixavam a terra, ao passo que os "melhores" colonos migravam para as cidades em busca de progresso. Desse processo, para ele, resultava a "favelização" das zonas urbanas, lugar para onde iam os ex-colonos movidos pela "coragem de se libertar da vida primitiva em busca da civilização"[284]. Concluía de

281 CARDOSO, Ana Cláudia Duarte e LIMA, José Júlio Ferreira. "A influência do governo federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia". *Novos Cadernos NAEA*, v. 12, n. 1, 2009, p. 161-192.

282 CAMARGO, José Geraldo da Cunha. *Urbanismo rural*. Brasília: Ministério da Agricultura/INCRA, 1973.

283 CAMARGO, *Urbanismo rural*, p. 02.

284 CAMARGO, *Urbanismo rural*, p. 02.

sua observação inicial que o Estado brasileiro deveria ser capaz de gerir um novo modelo de colonização que conjugasse a adaptação do meio rural às técnicas urbanísticas utilizadas na cidade e, para isso, escreveu a obra que intitulou “Urbanismo Rural” e que trazia novos elementos para debater a importância do planejamento rural a partir da experiência da Transamazônica.

De nossas observações iniciais, é possível perceber que o texto do arquiteto é eivado de preconceitos e equívocos. No entanto, foi de sua obra que partiu a primeira fabricação de ilusões na porção paraense da rodovia Transamazônica. Em um trecho da obra, o arquiteto manifesta esse olhar em relação ao homem do campo ao afirmar que a figura do “jeca”, cidadão “incapaz e analfabeto” é produto da ausência de núcleos urbanos adaptados aos problemas rurais. Ainda, segundo ele, até mesmo o “índio” compreende melhor o valor da vida em sociedade do que o rurícola que se isola e vive de modo a depender apenas do presente e sem perspectiva. Seu maior equívoco esteve na ousadia de seu projeto, que previa implementar o “urbanismo rural” em toda a extensão da rodovia Transamazônica entre o município de Estreito (MA) e Itaituba (PA). Em que pese a ousadia de Camargo, o que chama a atenção de fato é o conjunto de sua obra, sobre a qual discorremos nos parágrafos a seguir e que são importantes para que possamos compreender a dinâmica de ocupação de municípios que atualmente estão localizados às margens da rodovia BR-230.

Neste momento, convidamos o leitor a imaginar as supostas “terras sem homens” da Amazônia nos anos 1970, mais especificamente a região localizada entre os municípios de Altamira (PA) e Itaituba (PA). Nessa região, estão os resquícios do pouco que foi implementado da política desenhada pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar e que levou a cabo um modelo de colonização baseado no urbanismo rural de Camargo. Esse modelo era baseado na coexistência de agrovilas, agropólis e rurópolis. A primeira Agrovila criada foi a do KM 46 da Transamazônica, na região do município de Altamira (PA) e onde atualmente está localizado o município de Brasil Novo (PA). Quando percorremos essa região, percebemos que as localidades são reconhecidas mais pelo trecho da rodovia onde estão localizadas do que por algum nome ou logradouro. Ouvimos, por exemplo, que alguém está indo para o “Km 90” que, é

a sede do município de Medicilândia, ou para o "Km 75", que é um ramal onde existe uma antiga agrovila onde residem atualmente produtores de cacau. Os "quilômetros" da rodovia Transamazônica funcionam como uma memória social para a população local e rememoram o momento que analisamos nesse artigo. Mas o que de fato eram as agrovilas, agropólis e rurópolis no projeto inicial da ditadura militar?

> **A AGROVILA** é um pequeno centro urbano destinado à moradia dos que se dedicam a atividades agrícolas ou pastoris e tem por finalidade a integração social dos habitantes do meio rural, oferecendo-lhes condições de vida em moldes civilizados. É um verdadeiro "bairro-rural", com um parque central, onde ficam localizados a Escola primária ou correspondente e se possível, jardim de infância e creche), pequena Sede Administrativa, Centro Social e Posto de Saúde", pequeno templo ecumênico e para atender à parte recreativa, "playgrounds", praça de esportes para adolescentes, coretos para sessões musicais, etc[285].
>
> **A AGRÓPOLIS** é um pequeno centro urbano agroindustrial, cultural e administrativo destinado a dar apoio à integração social no meio rural. Exerce influência socioeconômica, cultural e administrativa num área ideal de mais ou menos 10 km de raio, na qual podem estar situadas de 8 a 12 Agrovilas, que são comunidades menores e dela dependentes. O raio de influência de uma Agropólis poderá ser mais amplo e atingir maior número de Agrovilas satélites, dependendo da capacidade de utilização das terras, da técnica agrícola ou pastoril, do tamanho dos lotes rurais econômicos, bem como da infraestrutura social e administrativa prevista para a área[286].
>
> **A RURÓPOLIS** é um pequeno polo de desenvolvimento, o centro principal de uma grande comunidade rural constituída por Agrópolis e Agrovilas, distribuídas num raio teórico de ação de cerca de 70 a 140 quilômetros. Dependendo das condições. topográficas, pedológicas, hidrográficas, das vias de comunicação e transporte, poderá ter um raio de influência maior.
>
> A Rurópolis é um núcleo urbano-rural diversificado nas atividades públicas e privadas, possuindo comércio, indústria, serviços sociais, culturais, religiosos, médico-odontológicos e administrativos, não apenas de interesse local, mas sobretudo para servir à sua área de influência[287].

285 CAMARGO, *Urbanismo rural*, p. 10.
286 CAMARGO, *Urbanismo rural*, p. 16.
287 CAMARGO, *Urbanismo rural*, p. 17.

Para Rego[288], o projeto combinou ideias de urbanismo e de planejamento regional que marcaram a teoria e a prática profissional da primeira metade do Século XX. Refere-se especialmente à noção de cidades sociais e de cidades satélites, à ideia de cidade funcional e ao conceito de unidade de vizinhança. A partir do esquema acima mencionado, as agrovilas funcionavam como satélites das agropólis e cada conjunto de agrovilas e agropólis dependiam de uma rurópolis. Interessante destacar que dentro desse planejamento foram pensadas questões como as origens étnico-raciais dos colonos, a estratificação do comportamento dos indivíduos e, sobretudo, a forte presença do Estado no sentido de orientar a conduta e a moral dos colonos que vieram para a Amazônia dentro dessa política. Em uma região que convivia com a existência da Guerrilha do Araguaia, era imperioso à ditadura militar o controle social dos trabalhadores que integrariam as diferentes modalidades de assentamento ao longo da Transamazônica nos anos 1970.

Deste ponto em diante, faremos observações importantes e que revelam a habilidade da ditadura militar brasileira em projetar ilusões. José Geraldo da Cunha Camargo, responsável por desenhar o arrojado projeto de urbanismo rural para a Transamazônica, era funcionário do Incra e professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Além disso, era amigo do então presidente da República Emílio Garrastazu Médici. Foi durante a gestão do presidente Médici que o "Milagre Econômico" brasileiro atingiu seu ápice e se a proposta de "urbanismo rural" de Camargo serviu como uma espécie de "engana bobo" para atrair trabalhadores em direção à Amazônia, no alto escalão do governo interessava, também, aos tomadores de decisão, o loteamento das obras da rodovia Transamazônica a empreiteiras cujos interesses estavam representados no Palácio do Planalto. O setor de transportes constituía a área de maior interesse do setor empresarial da construção pesada na estrutura do aparelho do Estado durante a ditadura. Nesse contexto, os ministros dos Transportes foram na maioria dos casos representantes dos empresários. As nomeações para cargos, por exemplo, passavam pelo crivo de empresários cujos interesses estavam aparelhados a estrutura de governo na ditadura militar[289].

288 REGO, Renato Leão. "Arquitetura e urbanismo na transamazônica: entre o real, o imaginário e o utópico". *Nova Revista Amazônica*, v. VIII, n. 01, 2020.
289 CAMPOS, Pedro H. P. *A Ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de Doutorado, UFF, 2012.

Ao final do governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, em 1974, muito pouco do projeto desenvolvido pelo arquiteto José Geraldo da Cunha Camargo foi implementado. Dessa política, podemos atestar que milhares de brasileiros de diversos estados migraram rumo à Transamazônica. Muitos deles, ao chegar às do Rio Arrependido, davam-se conta da ilusão para a qual foram atraídos e regressavam aos seus lugares de origem. Aos trabalhadores que foram convencidos a ficar e, sobretudo, para aqueles que não tinham para onde voltar, durou pouco tempo a presença do Estado na forma de ações do governo para fixação deles à terra. Na seção seguinte, analisaremos algumas fotografias desse primeiro momento, quando o Estado brasileiro através da ditadura militar proporcionou meios para que esses trabalhadores permanecessem na Amazônia. As imagens compõem o acervo do Arquivo Nacional e revelam como ilusões foram criadas não somente no campo do planejamento, mas, sobretudo, em imagens e vídeos que falam sobre essas histórias transamazônicas.

Fabricando ilusões em fotografias de jornal

A história da região amazônica é vasta, diversa, dinâmica, complexa e desafiadora. Entre os anos de 1964 e 1985, esta região foi incorporada aos planos dos governos militares que estabeleceram algo interessante em meio a sociedade naquele período: o sentimento de pertencimento no estado de exceção. Curiosamente, quando percorremos municípios das regiões do sul, sudeste e sudoeste paraense, percebemos a existência de uma memória pública "positiva" em relação aos tempos dos governos militares. Nomes de prédios públicos, logradouros e até mesmo nomes de municípios, nessas regiões, fazem alusão a esse período, como são os casos de Medicilândia (PA) e Curionópolis (PA), que homenageiam respectivamente o presidente Emílio Garrastazu Médice e Sebastião Curió ou Major Curió, como é mais conhecido o temido agente da ditadura militar que combateu a guerrilha do Araguaia na região.

Quando avançamos em direção à memória social sobre a ditadura militar nestas regiões, aquilo que é percebido na memória pública também reverbera positivamente. Há nessa memória uma espécie de idade do ouro, afinal, de fato foi durante os governos mi-

litares que a política de distribuição de terras na Amazônia funcionou. Em um dos tantos eventos que participei durante a efeméride dos 60 anos do golpe civil-militar de 1964, no ano de 2024, ouvi em uma intervenção de um professor de história a seguinte frase: “o sul do Pará e toda aquela região, professor, é uma criação da ditadura” [sic.][290]. Se observamos os dados sobre o ano de fundação dos atuais 53 municípios das regiões do sul, sudeste e sudoeste paraense, cinco deles foram fundados entre os anos de 1639 e 1797, quatro entre 1809 e 1886, 16 entre 1892 e 1962, 27 entre 1964 e 1982 e um em 1996[291]. Desses dados é possível depreender que mais da metade dos municípios que compõem as regiões acima descritas foram fundadas durante os 21 anos da ditadura militar no Brasil.

Isto dito, analisaremos como a ditadura militar registrou em imagens as ações que mobilizaram centenas de brasileiros em direção à região da Transamazônica. As fotografias fazem parte do Fundo Correio da Manhã e estão disponíveis para o acesso através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

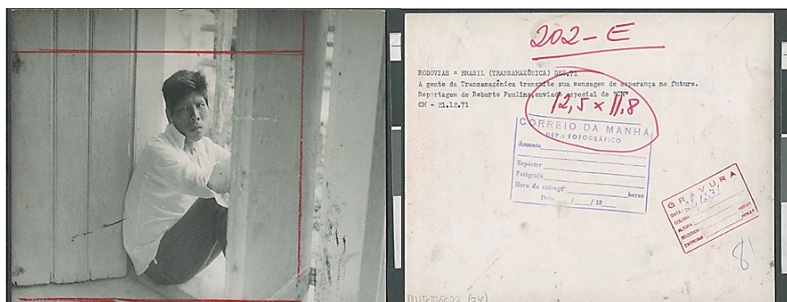
O jornal carioca Correio da Manhã foi fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt. Em sua segunda fase, o jornal passou a ser dirigido por Paulo Bittencourt, filho do fundador. Em sua gestão, o jornal adotou uma linha conservadora e elitista e se consolidou com um editorial que defendia os valores democráticos e a independência em relação aos governos da época. Com a morte de Paulo Bittencourt, em 1963, sua esposa, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, assume a direção do jornal e, em sua gestão, apoia o golpe civil-militar de 1964. Anos após o golpe, o jornal passa a criticar a ditadura militar e inclusive denuncia casos de tortura aos quais teve acesso a informações. Em 1969, Niomar Bittencourt foi presa e arrendou o jornal aos empresários Maurício Nunes de Alencar e Frederico Gomes da Silva, proprietários da Cia. Metropolitana de Construção. Maurício Nunes de Alencar era irmão do político Marcelo Alencar, que era ligado ao grupo político do coronel Mário Andreazza, ministro dos transportes nos governos de Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici e responsável pela condução das construções da ponte Rio-Niterói e da rodovia Transamazônica. Foi por meio das lentes

290 A fala foi registrada durante a realização do evento “A ditadura militar na Amazônia: histórias e memórias”, realizado em 11/04/2024 no Auditório do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal do Pará, na cidade de Belém.

291 Dados levantados no site do IBGE Cidades e nos portais das 53 prefeituras das regiões do sul, sudeste e sudoeste do Pará.

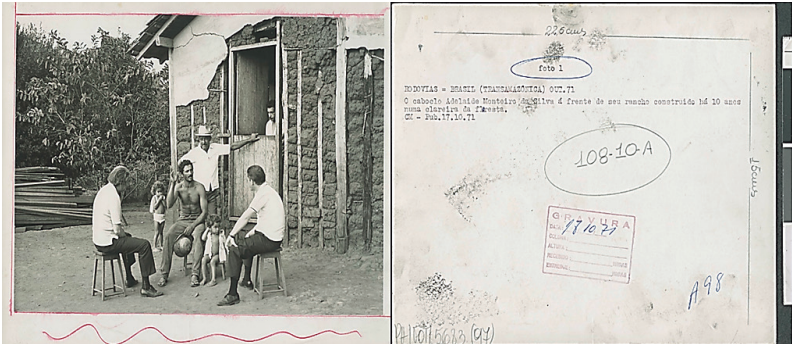
do jornal Correio da Manhã que fotografias de todo o contexto de implementação da construção da rodovia Transamazônica chegaram até nós atualmente. Essas lentes revelam o olhar daqueles que foram os responsáveis pela fabricação de ilusões em relação ao que foi a história da abertura da rodovia em meio a selva amazônica durante o governo de Emílio Garrastazu Medici.

A primeira fotografia (Foto 1) é um registro datado de 21/12/1971 e faz parte da reportagem de Roberto Paulino, enviado especial do jornal Correio da Manhã à Transamazônica. O título da reportagem vem com uma mensagem de final de ano "A gente da Transamazônica transmite sua mensagem de esperança no futuro".

Foto 01: A gente da Transamazônica transmite sua mensagem de esperança no futuro.

Fonte: SIAN/Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_ph/0/fot/05683/br_rjanrio_ph_0_fot_05683_d0037de0175.pdf.

No registro fotográfico, com marcas de enquadramento em vermelho, a "gente da Transamazônica" vem representada na imagem de um homem indígena sentado sob o batente de uma porta de madeira, vestido com camisa de botões branca e calça preta, cabelos arrumados e o olhar vago em direção à câmera. A fotografia ao mesmo tempo que contradiz a famosa frase do presidente Médici que dizia ser a Amazônia uma "terra sem homens para homens sem terras", também traz essa "gente" da Amazônia devidamente civilizada, esperançosa e pronta para o contato com os "homens sem terras" que viriam para a região com a missão patriótica de integrar as terras amazônicas para não as entregar a sanha dos comunistas que ameaçavam a soberania nacional.

Uma segunda fotografia (Foto 2), registrada em 17/10/1971, oferece-nos o registro do caboclo Adelaide Monteiro da Silva à frente de seu rancho construído há 10 anos numa clareira da floresta

Foto 2: O caboclo Adelaide Monteiro da Silva à frente de seu rancho construído há anos numa clareira da floresta.

Fonte: SIAN/Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_ph/0/fot/05683/br_rjanrio_ph_0_fot_05683_d0097de0175.pdf.

A casa de taipa em madeira e barro, construída no início dos anos 1960, traz consigo uma porta tipo holandesa, muito utilizada na região Nordeste. Dois homens uniformizados, aparentemente representando o governo, estão sentados e conversam sentados à porta com Adelaide. O caboclo vestido com calça, calçado com chinelo de dedos e sem camisa está acompanhado de duas crianças e mais dois homens posicionados próximos à porta da casa. Compõem ainda a fotografia a mata ao fundo e o terreiro limpo e, em conjunto, a imagem que se quer transmitir é não apenas a de brandura dos povos da floresta, mas também a ideia de que viver na floresta amazônica era um horizonte de possibilidades para aqueles que para ela viriam.

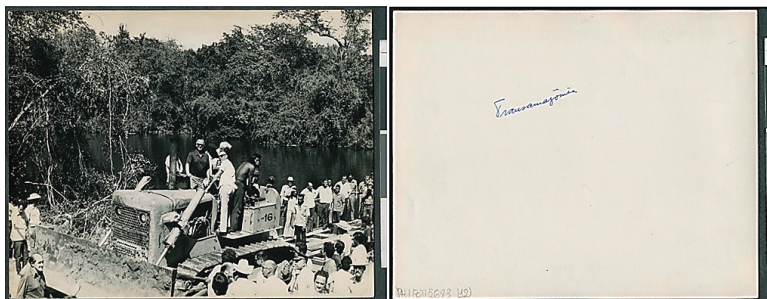
A terceira imagem (Foto 3) faz parte do acervo intitulado "Agricultores do Rio Grande do Sul rumam à Amazônia. Na fotografia em tela o registro de "O último churrasco".

Foto 03: Agricultores do Rio Grande do Sul rumam à Amazônia – O último churrasco.

Fonte: SIAN/Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_ph/0/fot/05683/br_rjanrio_ph_0_fot_05683_d0026de0175.pdf.

Sentados em uma mesa de restaurante fartamente servida de carne, bebidas, com pratos e talheres em metal, agricultores riograndenses ceiam às vésperas de rumarem para a Amazônia. Na fotografia, apenas homens, em sua maioria brancos são retratados, estão elegantemente vestidos, cabelos e barba devidamente alinhados ao estilo da época. "O último churrasco" se contrapõem as duas primeiras imagens descritas acima. Nela é destacada um recorte de vida abastada da qual compartilham os agricultores que partem à Amazônia com a missão de colonizar o "espaço vazio", levando consigo trabalho, progresso e esperança para àquelas terras.

A quarta fotografia (Foto 4) faz parte da sequência de fotos intituladas "Transamazônica". Nela, diversos registros dão conta da dimensão das obras na rodovia, da trafegabilidade e dos desafios enfrentados por trabalhadores, empreiteiras e governo para levar adiante a abertura da Transamazônica.

Foto 04: Transamazônica.

Fonte: SIAN/Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_ph/0/fot/05683/br_rjanrio_ph_0_fot_05683_d0012de0175.pdf.

Nesta imagem temos a dimensão do encontro do homem com a natureza, do homem com o outro, do homem com a máquina, da máquina com a floresta. A fotografia é um registro único daquilo que José de Souza Martins[292] conceitua como fronteira. No centro da fotografia, sobre a patrol, um indígena utilizando botoque labial, do tronco linguístico Jê, provavelmente da Kayapó ou Xikirin. Dividem espaço com o indígena homens que parecem representar o governo. Ao redor da patrol, diversos homens trabalham para que o maquinário seja atravessado sobre o rio. Ao fundo, temos a exuberância da floresta e do rio sendo destacada pelo fotografo. A fotografia busca transmitir a grandiosidade do que estava sendo feito em meio à floresta amazônica, o encontro e a integração entre os povos, os investimentos e a presença do governo.

As quatro imagens (Fotos 1 a 4) são um recorte de um repertório de 175 imagens localizadas em uma pasta, no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, de acordo com a área de notas da descrição dos arquivos. Em conjunto, as imagens dão a dimensão do desafio que foi a construção da rodovia Transamazônica e vão de encontro ao que Braga (2021) discute em sua tese de doutorado[293]. Segundo ele, havia uma estratégia da ditadura militar quando incorporou a

292 MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2012.
293 BRAGA, Magno Michell Marçal. *Construtores do Brasil: grande trabalho e trabalhadores na rodovia Transamazônica (1970-1974)*. Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra, 2021.

região amazônica à lógica do capital nacional. De um lado, trazia força de trabalhadores do Nordeste, área de repulsão de um exército de mão de obra, bem como atraia famílias de pequenos proprietários do Sul do Brasil, como é caso da Foto 3. Esses trabalhadores cumpriam papéis diversos dentro da política de colonização. Além disso, a construção de rodovias ia de encontro aos interesses do empresariado nacional que estava interessado não apenas nos lucros que a abertura das rodovias propiciaria, mas também em projetos agropecuários e mineralógicos que contaram com financiamentos subsidiados pelo setor público[294].

(Des)encontros entre trabalhadores e populações tradicionais na Transamazônica foi matéria de preocupação de jornais de grande circulação nacional. A retórica do espaço vazio da ditadura militar, além de falaciosa, negava a existência das experiências anteriores às da abertura da rodovia. Souza destaca que desde Euclides da Cunha a ideia de desenvolvimento da Amazônia perpassava a mobilização de grandes contingentes populacionais[295]. Em todos os momentos em que essa movimentação ocorreu, conflitos com populações tradicionais ocorreram, tal era o caso dos povos indígenas Arara, que habitam a região de Altamira desde o início do Século XX. A imagem do indígena docilmente sentado no batente da porta, ou daquele que colabora com os trabalhadores no transporte da máquina entre uma margem e outra do rio, contrastam diretamente os homens que aqui estavam desde antes da ditadura militar bradar que as terras dessa região eram “sem homens”.

> No discurso do governo, estas populações amazônicas tratavam-se apenas de obstáculos que poderiam ser transpostos com “trabalhos técnicos” de equipes designadas para “afastá-los” do caminho da estrada e dos assentamentos, obrigando-os a migrar para áreas mais distantes. Outra proposta do governo era deslocar os indígenas para reservas a eles destinadas, um projeto que mais se assemelhariam a uma versão contemporânea dos aldeamentos do período colonial[296].

Com o final do governo de Emílio Garrastazu Medici e o início do mandato do presidente Ernesto Geisel, em 1974, os planos

294 BRAGA, *Construtores do Brasil*, 2021.
295 SOUZA, César Augusto Martins. *A estrada invisível: memórias da Transamazônica*. Tese de Doutorado, UFF, 2012.
296 SOUZA, *A estrada invisível*, p. 77.

da ditadura militar para a Transamazônica mudam. A obra vai perdendo a relevância que tinha e as prioridades para a Amazônia vão cada vez mais se atrelando aos interesses do grande capital. Com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), implementado entre 1975 e 1979, a ditadura militar foca o enfrentamento da crise econômica decorrente do cenário internacional que pressionou as economias devido o choque do petróleo. Na região da Transamazônica, os impactos foram rapidamente sentidos não apenas aos beneficiados pela política de assentamentos rurais do governo anterior, mas, sobretudo, na gestão das empresas que compunham o leque de opções do governo para integrar a economia local a economia nacional. Tal foi o caso da Usina de Açúcar Abraham Lincoln, que fazia parte do Projeto Agroindustrial Canavieiro Abraham Lincoln (PACAL), localizada no Km 90 da rodovia Transamazônica e que era responsável pelo processamento da produção de cana de açúcar daqueles que vieram para a região sob os auspícios do discurso de “integrar para não entregar”.

No início dos anos 1980, trabalhadores da cana de açúcar promoveram movimentos grevistas na região, que acabaram por chamar a atenção da mídia nacional e do governo. Aos olhos do Serviço Nacional de Informações (SNI), esses trabalhadores eram classificados como sujeitos propensos ao comunismo e vigiá-los se tornou o ponto alto das ações da ditadura. Aos problemas decorrentes da falta de pagamentos pela produção e pelo trabalho se somaram o abandono das prestações de serviço básicas do governo e os conflitos agrários. Ao final da ditadura militar, as ilusões de “terras sem homens para homens sem terras” estavam todas desfeitas, bem como a ilusão de urbanismo rural e tantas outras miríades inventadas em gabinetes ministeriais. Restou aos trabalhadores da Transamazônica recriar formas de sobrevivência e as histórias sobre essa região são um capítulo à parte da história da Amazônia e do Brasil que precisam cada vez mais ser contadas e ensinadas como parte de um período da história que não pode ser esquecido e nem jamais repetido.

A degradação ambiental na Amazônia no período da ditadura militar (1960 - 1970)

Agda Lima Brito[297]

Percebemos como dentro do período estudado, ocorreram medidas políticas de incentivo ao desenvolvimento na região, que acabaram por interferir negativamente na dinâmica de sobrevivência dos povos da floresta, acarretando prejuízos para essas populações.

Castelo Branco, em discurso em 1966, anunciou a operação que foi montada pela "Casas Militar e Civil da Presidência da República, do MERCOR"[298]. Nisto, a equipe decidiu pela criação de projetos de leis, para constituir a "Operação Amazônia", destacamos a:

> Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, que Dispõem sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S/A";
>
> Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõem sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências;
>
> Lei nº 5.174 de 27 de outubro de 1966, que dispõem sobre a concessão de Incentivos Fiscais em Favor da Região Amazônica e dá outras providências.[299]

Na década de 1960, retomaram a velha ideia de uma Amazônia como "vazio demográfico", sendo necessário ocupar essas áreas, para Leal, esse argumento de vazio demográfico na região ajudava a consolidar, desde meados do século XIX, a presença de genocídio praticado contra diversas etnias que moravam na Amazônia, além de argumentos ao discurso de falta de trabalhadores na região[300].

297 Doutora em História, estágio de pós-doutorado na UFF e pesquisadora colaboradora PCI/CNPq no MAST.
298 *Operação Amazônia – Álbum*. República do Brasil – Estado do Pará. Volume 1. outubro 1967, p. 6.
299 *Operação Amazônia – Álbum*. República do Brasil – Estado do Pará. Volume 1. outubro, 1967.
300 LEAL, Davi Avelino. *Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos*

Conforme Santos, explica-se que essas interpretações de uma Amazônia com muita floresta e poucos habitantes, foram construídas desde a chegada do colonizador, e com certeza foi usada como argumento durante anos por governantes brasileiros a fim de explorar a região, desse modo conclui que:

> Essa ideia de Amazônia como vazio indica que a identidade nacional não admitia, para sua conformação, que existissem agrupamentos e populações com a vida cultural própria. Naturalmente sabia-se que na Amazônia havia gente vivendo. Mas na formulação do vazio, essa gente não representava uma existência histórica capaz de integrar a idéia de nação[301].

Com efeito, foi formado um grupo intitulado "Grupo de Estudos para a Reformulação da Política Econômica da Amazônia", ele criou leis que foram aprovadas na década de 1960, sendo classificadas como "Operação Amazônia"[302]. Essa operação mostrava como pensavam em estratégias do Estado Nacional, intervindo na Amazônia legal, isto é, na tentativa de modernizar a região em diversos setores, transformando o espaço naquelas localidades.

O relatório elaborado pelo *Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais* visava elaborar políticas de desenvolvimento, mas também de segurança para a Amazônia, para isso seria necessário seguir a referência da SUDENE, que foi feita para o Nordeste. Ao seguir, a experiência nordestina reformularia a legislação federal da região, por isso expuseram decretos de leis, caso fossem aprovados, e seriam benéficos para a Amazônia em diversos setores, a exemplo, o decreto sobre a Zona Franca, logo, os estímulos fiscais beneficiariam a economia do Norte, incentivando a pesquisa na região, atraindo o interesse de outros países estrangeiros, assim como de outras regiões do Brasil, no investimento e cooperação para o desenvolvimento daquele lugar[303].

---

pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932). Tese de Doutorado, UFAM, 2013, p. 246.

301 SANTOS, Alessandra Rufino. "A noção de fronteira na formação do pensamento social sobre a Amazônia". *Textos & Debates,* n. 19, p. 72.

302 MOURA, Carla Denise da Silva. *Programa de assistência ao cooperativismo na Região Amazônica: estudo sobre uma experiência cooperativista na Região Amazônica na década de 60*. Dissertação de Mestrado, UFAM, 2010, p. 38.

303 *OPERAÇÃO AMAZÔNIA*. Relatório Apresentado pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, ao Exmo, Sr. Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. MERCO -5-4/66.

Para Miranda, o governo militar também teria investido meios de atrair o interesse de empresários, fechando assim parcerias que culminaram em projetos de desenvolvimento para a região Amazônica. Tudo isso divulgado por meio da imprensa, de modo que o empresário entendesse que seria muito lucrativo investir ali, nunca dando a entender que o governo militar precisava desses investimentos para consolidar seus planos na região[304].

Nesse sentido, Castelo Branco em seu discurso, no Teatro Amazonas, na cidade de Manaus, na *Solenidade de Instalação da I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia*[305], e deixou claro que deveriam ser executadas as metas. Para ele, os projetos da Operação Amazônia seriam viáveis em diversas áreas, tais como: atividades industriais agrícolas. Para que esses projetos se concretizassem, o governo estaria disposto a assegurar esses investimentos, sendo a Operação necessária para "integrar" a região[306].

Após a substituição da SPVEA pela SUDAM, os projetos dos militares ficavam pautados em um tipo de desenvolvimento que degradava a região, e não levavam em conta as populações que moravam em região de mata, mas por outro lado, incentivava grandes projetos de empresários que vinham atraídos pela política fiscal, contribuindo para o avanço de propostas que causaram tensões e expropriações nas regiões, tais como: madeireiras, pecuária, mineração, e acabaram implicando em disputas na década de 1980[307].

Por fim, a "Operação Amazônia" deveria movimentar fundos privados e públicos, a fim de demonstrar como o novo governo tornaria a região considerada periférica, desenvolvida, através da organização de planejamentos elaborados para a região Norte[308].

---

304 MIRANDA, Camila Barbosa Monção. *Ditadura Militar e Amazônia: desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970*. Dissertação de Mestrado, UFAM, 2018, p. 183.

305 Discurso do Amazonas. Pronunciamento pelo Presidente Humberto Castelo Branco, dia 03 de dezembro de 1966, no Teatro Amazonas, Manaus, na solenidade de instalação de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia; In: *Ministerio do Interior – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Operação Amazônia (*discursos).

306 Discurso do Amazonas. Pronunciamento pelo Presidente Humberto Castelo Branco, dia 03 de dezembro de 1966, no Teatro Amazonas, Manaus, na solenidade de instalação de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia; In: *Ministerio do Interior – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Operação Amazônia (discursos)*. p. 41.

307 FERREIRA, Sylvio Mario Puga e BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. "As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da SPVEA". *Texto para Discussão*, n. 266, 2016, p. 21-22.

308 KOHLHEPP, Gerd. "Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira". *Estudos Avançados*, v. 16, n. 45, 2002.

Na Lei **Nº 5.173,** do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, no Capítulo II, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM que marcaria uma nova fase na política da região, ficando responsável por "planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia[309]". A SUDAM deveria garantir que o plano deveria funcionar, assim como fiscalizar a verba destinada à Valorização Econômica da Amazônia. Nesse contexto, ela passou a ter um papel essencial na integração e desenvolvimento da região.

Criado o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento, elaborado pela SUDAM, funcionou entre 1967-71, esse planejamento visou:

> As linhas básicas do plano estavam voltadas para o levantamento de recursos naturais, ampliação e rede de transportes e comunicações, melhoria das condições sanitárias, de habitação e educação, diversificação do extrativismo, melhoria de abastecimento, intensificação do processo de povoamento e colonização, expansão da pecuária e agricultura, reaparelhamento das antigas e implantação e novas indústrias, bem como identificação e classificação de pólos de desenvolvimento para sua fixação.[310]

O Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento foi organizado durante a gestão do General de Divisão Mário de Barros Cavalcanti, sendo responsabilidade da autarquia SUDAM seu funcionamento[311], o Plano seria contínuo, ou seja, passível de mudanças e revisões, tanto que após ele, outros surgiram, como o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974) e o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979)[312], deste modo, destacamos alguns pontos dos planos.

No capítulo III do Plano Quinquenal, intitulado *"*Programas setoriais*",* fizeram um diagnóstico sobre o extrativismo, apontando-o como um problema social, e não como uma solução econômica para a região, o que não significou que abandonaram a extração

309 BRASIL. "O novo sistema de ação do governo federal na Amazônia". *Legislação Básica/Volume I*. Superintendência de Desenvolvimento da Amazonia. Rio de Janeiro: Editora Spencer, 1967.
310 SUDAM. *13 Anos de SUDAM*. Belém, 1979. p. 5.
311 Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. *I Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971*. Belém, 1967.
312 SUDAM. *13 Anos de SUDAM*. Belém, 1979, p 5-6.

do látex. Nesse sentido, apontavam medidas que poderiam auxiliar para que os recursos naturais fossem mais bem explorados, dentre eles temos o extrativismo mineral, extrativismo vegetal da borracha, oleaginosas e óleos essenciais, como também a madeira, extrativismo animal, a caça, a pesca[313].

Dentro do Plano Quinquenal destacamos como foi citada a questão do extrativismo, pois no diagnóstico realizado, citam alguns problemas tanto no extrativismo vegetal como animal.

Em outras palavras, isto para eles tratava-se de um sistema bruto de coleta, sem técnicas e sem tecnologia, o que implicaria em um atraso para a região. Assim, a exploração da madeira, por exemplo, segundo o planejamento, deveria ser feita de modo organizado e com maquinário adequado. A respeito da política de aproveitamento da região, deveriam:

> Orientar a exploração no sentido do aproveitamento, através de indústrias madeireiras integradas, da totalidade das espécies florestais de determinadas áreas, Cerca de 75% do volume dos exemplares das florestas amazônicas podem servir para fabricação de polpa e celulose. II- Fazer o replantio racional das espécies mais valiosas nas áreas desmatadas ou entregar parte dessas áreas, que se prestem a formação de pastagens, a pecuária. III- Realizar estudos de viabilidade e localização de indústrias que utilizam a madeira como sua matéria-prima, bem assim examinar a viabilidade de serrarias moveis, terrestres e fluviais.[314]

Interessante pensar que neste mesmo tópico a respeito da exploração da madeira, destacamos que a política de aproveitamento da floresta teria que atender a um processo de exploração da vegetação de forma racional, fazendo replantio das espécies mais valiosas, da mesma forma, a agricultura foi amplamente incentivada no Plano Quinquenal e visava contribuir com a economia.

Para Filho, o processo de desmatamento ocorreu juntamente com o aumento de rebanhos na região, percebe-se que anteriormente a 1960, tratava-se de 5 milhões de cabeças, ocorreu um deslocamento superior a 40% do rebanho para a Amazônia, que viera de

313 Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. *I Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971*. Belém, 1967, p. 97-115.

314 Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. *I Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971*. Belém, 1967, p. 103.

todo Brasil, isso tudo em menos de 50 anos, provocando aumento do desmatamento, o autor aponta que “Desde a década de 1960, a área desmatada aumentou 14 vezes e o rebanho, 16 vezes, numa correlação direta entre desmatamento e aumento do rebanho”[315].

Assim como nos demais tópicos acerca do extrativismo, chama-nos atenção para a forma que seria retirada da região, pois estariam preocupados em não degradar, o que na realidade não ocorreu, em suma, no período da ditadura militar houve uma acentuada e crescente degradação da Amazônia[316].

Para Miranda, boa parte do crescimento da economia e a construção de obras na Amazônia acabaram por gerar uma onda de devastação na mata, comprometendo a floresta, a fauna e flora, e as populações que ali viviam, como, por exemplo, os indígenas[317]. De acordo, Gerd Kohlhepp atribui a esse intenso desmatamento a falta de planejamentos efetivamente eficientes, onde desde início as populações locais foram ignoradas, e acabaram massacradas por tais projetos:

> Numerosos conflitos de interesse, a falta de respeito pelos limites das reservas indígenas, a insegurança com respeito a direitos legais e a continuada escalada da competição pelo uso da terra levaram a uma situação na qual a coexistência dos grupos sociais e seus objetivos econômicos ressaltaram a falha de objetivos comuns de desenvolvimento para a região Amazônica. O preço alto do crescimento econômico, juntamente com os mega-projetos, foi pago com a destruição da floresta tropical e a degradação ecológica e social.[318]

Os militares consideravam a Amazônia região central, por isso elaboraram propostas focadas na criação de obras de integração, como a Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá Santarém

315 MEIRELLES FILHO, João Carlos de Souza. “É possível superar a herança da ditadura brasileira (1964-1985) e controlar o desmatamento na Amazônia? Não, enquanto a pecuária bovina prosseguir como principal vetor de desmatamento”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 9, n. 1, 2014, p. 228.

316 SANTOS, Renato Prado. *Os principais fatores do desmatamento na Amazônia (2002-2007): uma análise econométrica e espacial*. Dissertação de Mestrado, UNB, 2010, p. 69-70.

317MIRANDA, Camila Barbosa Monção. *Ditadura militar e Amazônia: desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970.* Dissertação de Mestrado, UFAM, 2018, p 189.

318 KOHLHEPP, “Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira”, p. 42.

e Porto Velho Manaus, essas rodovias viriam a integrar a região ao resto do país, além disso, houve incentivos na agricultura, como, por exemplo:

> Em relação à agricultura, o governo federal passou a incentivar projetos de estímulo ao desenvolvimento dessa atividade no norte do Estado do Mato Grosso e no sul do Estado do Pará. Além disso, nos anos de 1965 e 1966, foram criadas, respectivamente, nos Estados do Pará e do Amazonas, as Associações de Crédito e Assistência Rural (Acar).[319]

Para Filho, desde a ditadura militar que o governo incentiva o crescimento sobre a floresta Amazônica, assim, ele enfatiza ainda que:

> Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em menos de cinco décadas, de 1960 a 2010, a área desmatada alcançou 754 mil km2 (75,4 milhões de hectares), cerca de 18% do bioma amazônico (IBGE, 2011a), número que apresenta pequena diferença sobre o do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES) (INPE, 2011). Acredita-se que o desmatamento anterior a 1960 seria inferior a 50 mil km2 (6,6% do total). Assim, 704 mil km2 (70,4 milhões de ha), ou 93,4%, teriam sido desmatados em 50 anos, uma média de 14,08 mil km2 /ano (1,4 milhões de hectares/ano), área equivalente à soma da superfície de três estados – Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.[320]

Percebe-se que, anteriormente a década de 1960, o número de desmatamento era menor em toda região, à medida que os projetos de modernização avançaram, mais as áreas foram degradadas, segundo dados do INPE percebe-se um crescimento desse desmatamento em meados do século XX[321].

Na década de 1970, avançaram na região os problemas causados pelo desmatamento, onde cerca de 10 milhões de hectares já tinham sido desmatados[322].

---

319 PRATES, Rodolfo Coelho Prates e BACHA, Carlos José Caetano. "Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia". *Economia e Sociedade*, v. 20, n. 3, 2011, p. 610.
320 MEIRELLES FILHO, "É possível superar a herança da ditadura brasileira (1964-1985) e controlar o desmatamento na Amazônia?", p. 222.
321 Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES): desflorestamento nos municípios da Amazônia Legal. Acessado em 12 de julho de 2023. http://www.dpi.inpe.br/ prodesdigital/prodesmunicipal.php.
322 PRATES e BACHA, "Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia", p. 610.

A SUDAM trabalhava sobre a ótica governamental de que seria necessário povoar a região para garantir sua colonização, assim como para que suas metas fossem cumpridas, visando seu desenvolvimento e sempre de olho em incentivos vindos de outros lugares. Segundo Bacury, esse primeiro planejamento não teve sucesso, uma vez que a SUDAM não possuía controle total da verba para funcionamento das metas, indo parte daquela para infraestruturas básicas na região.

Com efeito, foi criado o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico da Amazônia - PDA*,* que abrangia 1972-1974 e visava integrar e desenvolver regiões como Norte e Nordeste. Basicamente tratava-se de:

> [...] promoção do conhecimento exato das potencialidades dos recursos naturais, desenvolvimento da economia; formação de recursos humanos e dotação de uma infraestrutura sócio econômica compatível com as necessidades da região e com as metas propostas pelo Governo[323]

Quando surgiram as rodovias, como já citamos, a mais famosa foi a rodovia Transamazônica, que visava ligar o Norte ao Nordeste, a fim de atrair essa população nordestina que foi fortemente atingida pela seca de 1970 para a Amazônia, estabeleceu-se o objetivo de ocupar a região e incentivar o andamento das colônias agrícolas[324]. Entretanto, essas estradas não deixavam também de ser um meio de povoar a região, colonizar e se apropriar dela, pelos militares.

Nesse plano, novamente entrou em pauta a ocupação da Amazônia, ou seja, acreditavam que seria importante interligar a Amazônia e o Nordeste para que essas regiões fossem desenvolvidas economicamente, buscando também a integração delas com restante do país, julgavam que "Valorização e Desenvolvimento são o binômio de uma estratégia global para a Amazônia"[325].

Ressaltamos ainda que na década de 1970 foi feito um acordo onde seriam criados assentamentos na região, muitos nordestinos acabaram migrando da região:

323 SUDAM. *13 Anos de SUDAM*. Belém, 1979, p. 6.
324 CORDEIRO, Werley da Costa. *Políticas de desenvolvimento de estado para a Amazônia a partir do Estado Novo*. Trabalho de Conclusão de Curso, UFRGS, 2015, p. 20.
325 Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Amazonia. *Plano De Desenvolvimento Da Amazonia (1972 - 1974)*. Belém, 1971, p. 14.

> A colonização agrícola, especialmente ao longo da Transamazônica, foi um fracasso, pois as condições ecológicas não foram devidamente compreendidas e, por conseguinte, a sustentabilidade foi avaliada de maneira muito positiva (Mahar, 1988). Planejamento, levantamento topográfico, organização, informações aos colonos, modelos de uso da terra (mudança rápida para culturas permanentes) e facilidades de mercado foram inadequados. Mesmo o conceito da *agrovila,* de assentamentos centrais, falhou. Todavia, o slogan do governo, «Há terra para todos na Amazônia», deu impulso à migração de massa para o norte, tendo sido iniciada espontaneamente na segunda metade dos anos 1970.[326]

Acerca do extrativismo e agricultura, no PDA contamos com medidas que buscavam superar o atraso na região, investindo nesses setores.

Na extração vegetal seria preciso que tal atividade fosse racionalizada, dessa maneira, na agricultura e pecuária seria necessário romper com a forma tradicional de se trabalhar nesse setor, isto é, investir em diversos setores que ajudassem a corrigir esses problemas de abastecimento na região, como também em técnicas de trabalho, em créditos para os produtores e políticas de incentivo nas rodovias para criarem núcleos coloniais, visando a ocupação[327].

Além disso, ressalta-se o valor dos recursos da região, por isso buscava-se tratar de metas que explorassem economicamente os seguintes recursos, tais como: madeira, heveicultura, castanha do Pará. Na agricultura, ressalta-se o valor econômico de gêneros como o arroz, o milho, a mandioca, a pimenta do reino, a juta, a malva e o feijão, vendo a necessidade de incentivos nesses artigos para que fossem mais bem explorados[328].

Como citamos acima, desse PDA podemos destacar não só a Transamazônica, mas também os núcleos de colonização ao longo do surgimento da rodovia, causando mudanças na economia e na ocupação da região, sobretudo no Pará.

Podemos dizer que a degradação da região tem relação com esses projetos de desenvolvimento, porque contribuem para a pre-

---

326 KOHLHEPP, "Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira", p. 39.

327 Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Amazonia. *Plano De Desenvolvimento Da Amazonia (1972 - 1974)*. Belém, 1971, pp. 16-17.

328 Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Amazonia. *Plano De Desenvolvimento Da Amazonia (1972 - 1974)*. Belém, 1971, pp. 23-24.

carização do trabalho de pequenos agricultores na região dentro do período estudado. Para Ramos, esse processo de degradação tem um crescimento maior na década de 1970, e ainda que o Pará tenha sido fortemente atingido, não excluiu as demais regiões da Amazônia de sofrerem com esse tipo de desenvolvimento de ocupação:

> Pode-se dizer que o desmatamento e a degradação da Amazônia Legal sempre estiveram ligados aos fluxos migratórios e às tentativas de desenvolvimento econômico da região. Percebe-se, entretanto, que, apesar dos diversos fluxos migratórios, a cobertura vegetal permanecia praticamente íntegra até o início dos anos 1970, havendo determinados focos ligados aos povoamentos que se estabeleciam. Com a abertura de estradas, o que possibilitou a ocupação mais fácil de terras mais distantes e os incentivos fiscais e creditícios, observou-se a modificação no perfil econômico da região, que passou a contar com grandes latifúndios voltados para a pecuária, para a plantação de monoculturas e para a exploração da madeira. Como consequência desta política econômica, as taxas de desmatamento passaram a crescer acentuadamente ano após ano, mantendo-se nesta crescente mesmo em tempos de crise financeira.[329]

Ocorreu a criação de sucessivos planos acerca da região da Amazônia, em todos eles, ainda que fossem ressaltados os aspectos positivos dentro deles, demonstraram um profundo desconhecimento em relação à imensa região da Amazônia, fato admitido inclusive pelos técnicos que realizaram esses planejamentos, ressaltando que deveriam ocorrer pesquisas em torno da região, para melhor entender o seu funcionamento.

Porém, observamos que não ocorreu uma fiscalização sobre o desenvolvimento dessas leis nos interiores, o que ocorreu de fato é que os tópicos dos planos em relação aos trabalhadores não foram adiante, houve a construção de obras, rodovias, extração de madeiras, atividades essas que contribuíram para que houvesse conflitos na Amazônia.

Na realidade, essas metas não ajudaram a "melhorar a vida do homem amazônico", conforme citado nos relatórios desses planos e muito menos a vida dessas famílias. Em outras palavras, é notório

329 RAMOS, Marina Courrol. "O desenvolvimento econômico na Amazônia Legal: seus impactos sociais, ambientais e climáticos e as perspectivas para a região". *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito*, UFRGS, p. 362.

que visavam fins econômicos e, sobretudo, no período da ditadura, exercer o controle sobre a região Norte consoante a exploração de seus recursos de modo totalmente irresponsável.

Antenor Silva[330] explica que as ações referentes ao território da Amazônia, tomadas nos Pôs Guerra, durante o governo militar estavam carregadas de interesses econômicos, sendo uma vasta área que passa a ser apresentada internacionalmente inclusive como rica em recursos naturais, entre outras riquezas, adotando desse modo práticas para garantir não só o desenvolvimento, mas também a segurança da região e por isso mesmo deveriam ocupá-la e reorganizar espacialmente.

A ideia de segurança nacional, sem dúvida serviu de justificativa para as ações do governo que tinham interesse em "defender suas fronteiras", Silva aponta ainda que:

> f) "integrar para não entregar" – uma das máximas mais conhecidas produzidas pela Doutrina de Segurança Nacional, era uma espécie de síntese do método a ser utilizado para se alcançar a meta de Nação-potência (CONTADOR, 2007, p. 221 e 222) além de ser um norte para a ocupação do "vazio demográfico" – ideologia que o próprio lema gestara. A ideia principal consistia em ocupar para que a integração econômica fosse possível. Sob essa lógica, o território brasileiro só se tornaria "completo", soberano, se essa sentença fosse posta em prática[331]

Evidente que essas medidas não implicaram uma série de benéficos conforme apontam os planos, visando muito mais interesses políticos, do que sociais.

Essa exploração sem limites da região ocasionou mudanças nas vidas dessas famílias, de forma gradativa, à medida que ocorreram transformações políticas no Brasil.

Segundo Matos, na década de 1970, intensificaram-se as derrubadas na região da Amazônia, causando preocupação em relação aos impactos na biodiversidade, isto é: "Embora áreas extensas ainda permaneçam intactas, a taxa de perda da floresta é dramática, em especial no 'arco do desmatamento', ao longo das bordas sul e

330 SILVA, Antenor Alves. *A Doutrina de Segurança Nacional e a organização do espaço amazônico*. Salvador: Editora Pontocom, 2015.

331 SILVA, *A Doutrina de Segurança Nacional e a organização do espaço amazônico*, p. 66.

leste."[332], indicando que durante o regime militar as taxas de desmatamento cresceram consideravelmente.

Além disso, esse tipo de investimento em atividades que estimulam o desmatamento, como a pecuária, apesar de serem lucrativas para os grandes proprietários, não apresentam qualidade de vida aos trabalhadores rurais, sendo inclusive excludentes em níveis sociais[333]. Pesquisadores acreditam que o modelo realizado em 1970 para o desenvolvimento do país, contribuiu para esse desmatamento e continua até o tempo presente[334].

A ditadura militar, interferiu na realidade local, com a política de integração da região, a criação da SUDAM para elaborar projetos que tornassem a região atrativa para investimentos. Com projetos que buscavam explorar de forma extensiva a agropecuária, a mineração, e recursos da região, além da construção de rodovias para "ocupar" o Norte.

Desse modo, através dos planos que foram criados para a região, os investimentos feitos na Amazônia e seus planos de ocupação e expansão, ignoraram as pessoas que ali viviam e ainda contribuíram para que os fazendeiros violassem o cotidiano de trabalho dessas famílias, expropriando suas terras e degradando o ambiente em que viviam.

Albuquerque resume bem como esses projetos contribuíram para que ocorresse um avanço em relação a degradação no Norte do país:

> O que ocorreu no passado áureo do extrativismo, reordenando-se em outros interesses nos períodos de decadência da economia gumífera, caricaturizando-se com os grandes projetos da "última fronteira agrícola" dos "anos de chumbo" e, agora, sob a tônica de um "aviamento de miséria", é toda uma manipulação do homem, alienando-o de sua humanidade, desfigurando-o como ser pensante, "desenraizando-o" de acordo com regras de conveniências circunstanciais, cujas denominações públicas são os receituários dos planos de desenvolvimento regional do passado e, mais recentemente, com o marketing de "desenvol-

332 MATOS, Felipe Luís Lacerda de Carvalho. *Análise das taxas anuais de desmatamento na Amazônia Legal a partir da relação entre autos de infração e área desmatada no período entre 2000 e 2014*. Dissertação de Mestrado, UNB, 2016, p. 24.
333 Banco Mundial Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira. Brasília, 2003, p. 16.
334 Ver SANTOS, Renato Prado. *Os principais fatores do desmatamento da Amazônia (2002-2007) – uma análise econométrica e espacial.* Dissertação de Mestrado, UNB, 2010.

> vimento sustentável" do auto-intitulado "governo da floresta" que, paradoxalmente, colocou a retirada e venda de madeira como "carro chefe" de seu protótipo de desenvolvimento. Denominações estas que se constituem em "cortinas de fumaça", para, em outras, palavras, ocultar que ocorreu e ocorre toda uma "violência contra a natureza humana"20.[335]

No entanto, sabemos que esses sujeitos históricos sempre resistiram historicamente, não se colocando enquanto vítimas, pelo contrário, os trabalhadores das áreas rurais no Brasil sempre lutaram por suas terras, seus espaços de trabalho, algo que no Brasil tem se tornado uma luta diária na vida de quem mora em área rural e vive de sua produção.

Analisando entrevistas de trabalhadores que moravam em comunidades nesse período percebe-se, ocorre conflitos a medida que essas atividades se instalam na região, uma vez que são atividades que estavam degradando o ambiente em que viviam, tendo em vista que, essas famílias se utilizavam dos recursos da floresta para sobreviver, plantando suas roças, colhendo frutas, coletando castanhas, construindo canoas para realizar a pesca, logo à medida que percebem que seu território está sendo poluído, acabam prejudicados com as ações dos fazendeiros/madeireiros.

No relato da entrevistada Maria de Nazaré, que viveu no seringal no rio Manacapuru, ela nos relatou como os primeiros indícios de desmatamento em maior escala do que já estavam acostumados, estariam prejudicando a vida daquelas pessoas:

> Começaram a trabalhar com moto serra é, com machado aí depois que apareceu moto serra aí começaram, estavam acabando com os igapós, tirando aquelas madeiras, as pessoas proibiram né, por que estava acabando os espaços dos peixes, o peixe vive no igapó[336] e eles estavam tirando aqueles paus, derrubando o igapó.[337]

335 ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. "Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agroextrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana". *Revista Nera*, Ano 7, n. 5, 2004. p. 21.
336 Tipo de vegetação submersa da floresta amazônica.
337 Entrevista com Maria de Nazaré Souza realizada por Agda Lima Brito em 10 de julho 2019.

Explicou-nos ainda o que seria um igapó para os peixes e como a derrubada prejudicava esses animais:

> Igapó é um rio com aqueles paus grandes ali dentro daquele rio, fica cheio peixe comendo aquelas frutas que caí, aqueles bichinhos que caem das árvores, aí eles estavam desmatando tudo, eles derrubavam quando o rio enchia já não tinha mais aqueles paus para os peixes ficar a vontade de baixo, mas foi, teve proibição.
>
> Mas quando nós estávamos lá, quase não tinha moto serra não, era mais no machado, depois que nós viemos para cá, aí quase todo mundo já tem moto serra.[338]

Na fala de dona Nazaré, fica claro como é necessário preservar os igapós para que os peixes pudessem se reproduzir ali, gerando alimento para essas famílias, que também viviam do pescado na região, ela seguiu explicando-nos que:

> [...] por que não pode desmatar, por que se desmata aquela área, de igapó o peixe vai sim bora, vai afastando, vai ficando difícil de comida, vai para outra área que tem igapó, por que o rio seca fica tudo seco, ai eles vão embora para o lago quando o rio enche, que dá para aquelas florestas de novo bonita, aí eles voltam de novo para o igapó, aí o pessoal proibiu, tem uma pau, ele dá grosso assim (com as mãos) chama Guarapari, ele dá umas frutas assim e o peixe come.[339]

Nazaré enfatiza que entraram em conflito com as pessoas que desmatavam naquela região, fazendo com que os moradores proibissem os invasores de tirar madeira, com isso, a comunidade pediu que se retirassem e parassem de desmatar:

> [...] aí estavam derrubando, estavam fazendo um desmatamento, as pessoas proibiram, os moradores mesmo, porque estava ficando difícil, o peixe vai embora.
>
> Eles (os moradores) iam lá e conversavam com as pessoas que estavam tirando, diziam que não podiam, porque senão, ía ficar

338 Entrevista com Maria de Nazaré Souza realizada por Agda Lima Brito em 10 de julho 2019.

339 Entrevista com Maria de Nazaré Souza realizada por Agda Lima Brito em 10 de julho 2019.

> muito ruim de peixe. Hoje tem pouca gente, tem poucos moradores.[340]

Nazaré explica que houve tentativas por parte dos moradores de conter essas pessoas que desmatavam dentro daquela localidade, uma vez que estavam interferindo no ecossistema natural da floresta e em suas vidas.

O marido de dona Nazaré, seu Raimundo Pereira, também se mostrou incomodado com o fato de estarem realizando derrubada de madeira, citando que:

> Na nossa comunidade não tinha extração de madeira, a gente só tirava madeira para uso, fazer canoa, casa né, não tinha isso...
>
> Já depois que começou essa (retirada) de madeira, eu não sei como foi para surgir isso, acho que foi devido as grandes serrarias que surgiu aqui em Manacapuru...
>
> Nem tanto as grandes serrarias, porque na época tinha a Maderal, a serraria do português, tinha Miriti, mas a madeira vinha do alto, às vezes até do Juruá vinha a madeira, e vinha as toras inteiras.
>
> Aí depois que acabou essas serrarias, começou essas serrarias de quintal, como a gente chama, pequenas serrarias, que aí comprar a madeira, feito prancha, feito bloco... aí o pessoal começou a tirar, pela estrada, da beira do rio para vender assim por metro..."[341]

Seu Raimundo ainda tentou-nos explicar o porquê de estarem naquele período, retirando tantas árvores, ou seja, talvez fosse pelas madeireiras que vinham surgindo, mas depois justificou que nem havia tantas, dito isso, ainda enfatizou que para ele não fazia sentindo retirar madeira. Nas palavras dele: *É um prejuízo, porque você vende a madeira toda, depois vai precisar da madeira e não tem, e outra coisa, além de você precisar também, acaba a floresta, aí fica da maneira que está.*[342].

340 Entrevista com Maria de Nazaré Souza realizada por Agda Lima Brito em 10 de julho 2019.
341 Entrevista com Raimundo Gomes Pereira realizada por Agda Lima Brito em 10 de julho 2019.
342 Entrevista com Raimundo Gomes Pereira realizada por Agda Lima Brito em 10 de julho 2019.

Tanto dona Nazare, quanto seu Raimundo pensam uma organização de trabalho que não exploram de forma predatória, retiram o suficiente para se manter, concordamos com Albuquerque quando conclui em sua pesquisa sobre famílias trabalhadoras do Vale do Juruá, em que a natureza e cultura se confundem, pois, a produção teria de ocorrer de forma alinhada com a natureza. O autor discorre que:

> Essa teimosia em não querer "deixar de ser o que são" encontra eco nas heterogêneas formas com que incorporaram e incorporam a natureza a suas culturas. É possível mesmo afirmar que, nessa via de "mão dupla", que é a incorporação no sentido atribuído por Raymond Williams, natureza e cultura confundem-se.[343]

Com isso, a história desse casal não era diferente da de muitos moradores de áreas de seringais, nas matas amazônicas[344], que prezavam pelo ambiente para poder, através dele, ter uma vida melhor, livre da pressão sofrida anteriormente na década do período de alta da borracha, isto é, aprenderam a extrair sem degradar e utilizar-se dos recursos que a floresta pode oferecer, com isso Raimundo falou-nos de como as derrubadas atrapalhavam suas vivências na mata:

> Aqui no médio rio, eles acabaram com os Arapari[345] e as seringueiras, ficou só as fininhas, então tudo isso, faz com que os peixes vão se afastando...
>
> Lá onde nós morávamos, (tinha) um pessoal do outro lado do rio, que iam para lá para aquelas ilhas e derrubavam. O irmão com outras pessoas lá, começaram a se reunir e expulsar eles de lá, eles falaram que: "isso aqui não é de vocês, isso aqui é da natureza, sim é da natureza mano e nós estamos morando aqui e vocês moram lá do outro lado, derrubem para lá, eles consegui-

343 ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. "Natureza, cultura, poder e violência no Vale do Juruá – Acre. *Natureza e Poder*, v. 23, 2001, p. 295.

344 Foram produzidas entrevistas com homens e mulheres para a pesquisa de doutorado "Eu trabalhei também": o cotidiano das trabalhadoras nos seringais do Amazonas no Pós - Segunda Guerra – (1950 - 1970), 2022.

345 "Árvore grande (*Macrolobium acaciaefolium*), da fam. das leguminosas, subfam. cesalpinioídea, nativa do Peru, da Colômbia, do Brasil (AMAZ) e das Guianas, de madeira branca e porosa, folíolos luzidios, pálidos na página inferior, flores muito procuradas por borboletas e vagens coriáceas, de 6 cm, que servem de alimento às tartarugas; baia, fava-de-tambaqui, faveira, paracaxi, raparigueira." dicionário online consultado em 18 de outubro. Disponível em: https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/.

> ram ainda, expulsar eles de lá...
>
> Derrubaram muito(...) prejudicando os peixes e as pessoas também por que os peixes fogem, vão embora atrás de comida, não tem mais seringa, não tem mais Arapari...[346]

Deste modo, à medida que as ações daqueles que causavam derrubadas foram se intensificando, a permanência de pessoas residentes nessas regiões se tornou cada vez mais difícil e perigosa.

Conclusão

Evidentemente que essas ações contribuíram para o crescimento do desmatamento, poluição, a degradação ambiental em regiões da Amazônia no decorrer dos anos, o governo Militar, os planos para Amazônia, facilitaram a entrada de investidores em terras amazônicas, incentivando a pecuária, agricultura extensiva e a construção de estradas, sem realizar fiscalizações e despreocupados com os povos da floresta que habitavam a região.

É preciso que esses processos de degradação que Amazônia enfrentou e enfrenta, sejam mais bem aprofundados visando entender como as políticas para região foram danosas e acabaram por contribuir com a ideia de um desenvolvimento que prejudica diretamente os povos que moram em comunidades, nas florestas e vivem dos recursos que ela tem a oferecer.

346 Entrevista com Raimundo Gomes Pereira realizada por Agda Lima Brito em 10 de julho 2019.

Um jornal "apartidário" como porta-voz de um grupo político: o *Paládio* e a municipalidade de Itacoatiara (1908 – 1911)

Gabriel Cruz Carneiro[347]

Pensar o periodismo voltado ao cenário amazonense tem sido uma demanda cada vez mais reivindicada e consolidada na historiografia local, em especial sobre o contexto da *Belle Époque* promovida pela explosão da produção gomífera. O recorte dos últimos anos do século XIX e os primeiros anos do século XX apresenta um cenário único ao periodismo no Amazonas, ao qual se percebe um vertiginoso crescimento da produção de imprensa, onde a capital, Manaus, presenciou um *boom* de jornais, com diversos títulos que surgiam e viam seu fim todos os anos, e mesmo cidades mais acanhadas ao desenvolvimento urbano, à exemplo de Barcelos[348], também contavam com um ou dois títulos publicados.

As reflexões sobre as quais se debruça este capítulo seguem a trajetória do jornal *Paládio*, órgão do Club Recreativo Itacoatiarense, que circulou na cidade de Itacoatiara, no interior do Estado do Amazonas, entre os anos de 1908 e 1911[349], contando com um total de 108 números publicados[350].

Valendo-se da perspectiva de espelho descrita por Marcos Morel e Mariana Barros[351], a qual se projetam e se definem posições

347 Bolsista CAPES de Doutorado em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre em História pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (2023). Email: gabriel.cruzcarneiro@gmail.com

348 FARIA E SOUZA, João Batista de. *A imprensa no Amazonas (1851-1908)*. Manaus: Tipografia da Imprensa Oficial, 1908, p. 76.

349 FREIRE, José Ribamar Bessa (Org.). *Cem anos de imprensa no Amazonas (1851-1950)*. 2 ed. Manaus: A Crítica, 1990.

350 O jornal faz parte do acervo de periódicos do Centro Cultural dos Povos da Amazônia, contando com as edições microfilmadas e digitalizadas. Faltam os números 2, 14, 39-40, 77-78, 82, 87 e 106.

351 Os autores propõem que no fazer da imprensa, estariam implicadas as noções de espelho, onde os jornais, a partir das próprias referências procuram construir seus discursos e projetos; e a miragem, onde estes jornais, ainda valendo-se de suas referências, projetam imagens de um publicado imaginado. (MOREL, Marcos; BARROS, Mariana Gonçalves Monteiro de. *Palavra, imagem e poder*: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

a partir das próprias referências, o que interessa a esse texto é compreender a aproximação do *Paládio* com a administração pública de Itacoatiara e o lugar social que o jornal defende. A questão central a ser aprofundada é um dos elementos que compõem o "projeto do jornal" essencialmente a sua postura como detentor de uma "grandiosa missão"[352] e a paradoxal – porém não incomum – afirmação de uma posição "apartidária", mas que guardava francos laços com a administração do coronel João Pereira Barbosa na superintendência de Itacoatiara.

A esse aspecto, Maria Luiza Ugarte Pinheiro contribui para o debate quando aponta que essa imprensa, sujeito e objeto estão em um cenário de mudanças característico da virada do século XIX ao XX, e se constituía a partir dos interesses de elites dirigentes, empenhadas em se fazerem europeias, tendo se dedicado ao "culto exacerbado dos valores ocidentais e do refinamento da *Belle Époque*"[353].

Do murmuro de saudade, nasce um jornal

Desse contexto de consolidação de um periodismo que crescia acompanhando o desenvolvimento dos centros urbanos, para além do expressivo caso de Manaus, a cidade de maior profusão de títulos no Amazonas foi Itacoatiara, quando "no período mencionado (...) conheceu ao menos vinte jornais, expressão dos grupos e clubs que rapidamente se alternaram no poder político"[354], e a partir dessas demandas, os jornais tiveram sua presença mais do que ativa, era reivindicada como um mecanismo político aos moldes do que Nelson Werneck Sodré[355] acusara, quando o periódico na República passou a se interessar pelo fato político, pela manifestação dos interesses dos grupos aos quais faziam parte.

Entre os jornais que circulavam pelo interior do estado, o *Paládio*, em sua primeira edição, publicada no dia 9 de setembro de

352 *Paládio*. Itacoatiara, 5 set. 1910.
353 PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*: *letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. 3ª ed. Manaus: EDUA, 2015, p. 119.
354 MUNARO, Francisco Luís. "Imprensa periférica no Amazonas: os jornais de Itacoatiara e a formação de elites locais". *Cidades das letras*: *saberes e memórias*. GECA UFPA 2015, p. 1.
355 SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999, p. 277.

1908 – data que não foram escolhida ao acaso por sua proximidade do dia 5 deste mês, quando em 1850 o Amazonas foi elevado à categoria de província, e ao 7 de setembro, ligada a Independência do Brasil – o *Paládio*, anunciando seu retorno à circulação como sucessor *d'O Avança* (1907)[356] com a ideia reavivar os sonhos da mocidade de Itacoatiara, expressava seus interesses em sua primeira página, dizendo:

> Defensor impertérrito do mesmo Club, mantendo o mesmo programa que se havia traçado <O Avança>, arrostará todos os sacrifícios que se antepuserem á sua marcha, até que possa, mais dias menos dias, conquistar a palma da vitória ao lado dos paladinos do progresso desta formosa Itacoatiara.
>
> O <Paládio>, como outrora <O Avança>, cremos há de tem em vossos gentis coracoes guarida perfumada e terna entre os ternos sonhos de vossas louras phantasias[357].

O clube referido se trata do Club Recreativo Itacoatiarense, outrora Club Avança, que contava em 1908 com a liderança de Francisco Domingos do Lago, presidente do Club e figura proeminente entre os círculos elitizados de Itacoatiara. Tendo pouca atuação na construção do *Paládio*, ao menos de forma direta nos textos publicados, Domingos do Lago não deixa de ser uma das figuras cujo interesses permeiam mais fortemente as publicações do periódico. Figura relevante na política de Itacoatiara, em 1897 Lago já ocupara o cargo de Prefeito de Segurança Pública do Termo de Itacoatiara[358], uma espécie de delegado de polícia.

A relação de Lago com a administração da municipalidade é tão destacável quanto sua relação com o coronel Barbosa, desde a atuação de ambos como secretário e venerável, respectivamente, da Loja Maçônica Esperança e Harmonia[359], além da constante apari-

356 "Com o romper da aurora de hoje, surge, saudado pelo alegre pipilar da aves e pelo prolongado hurrah dos intemeratos e decididos sectários do ultra-humanitario "Club Pessoal do Avança" (*O Avança*. Itacoatiara, 13 jun. 1907). Essas são as palavras que abrem a primeira edição *d'O Avança*, antecessor do *Paládio*, que era publicado na tipografia do jornal Arauto e dirigido por figuras que mais tarde estiveram atuando também no *Paládio*, como Olympio Gonçalves Pires e Antônio Barata, ambos membros proeminentes do clube Avança – que viria a ser o Recreativo Itacoatiarense. FREIRE, *Cem anos de imprensa no Amazonas*, p. 42.
357 *Paládio*. Itacoatiara, 9 set. 1908.
358 *Diario Official.* Manaus, 29 jan. 1897.
359 *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*. Rio de Janeiro, 1906.

ção, destacadas nas páginas do Paládio, de Barbosa nas reuniões do clube e em encontros amistosos na casa de Francisco Domingos do Lago[360].

Surgido do interesse de "reavivar os áureos sonhos dessa mocidade querida", como anunciava em sua primeira edição, contando com tipografia própria – um melhoramento em relação ao O Avança – o *Paládio*, sob a direção de José Libanio Bezerra, sendo este depois sucedido por Ozorio Alves da Fonseca, teve sua primeira publicação em setembro de 1908, servindo como um expressão dos interesses do clube do qual era objeto, como esse elemento de manifestação da gestão de Barbosa e da exaltação da imagem do coronel.

"(...) Um jornal de pequeno formato, mas de feição moderna"[361], era essa a descrição acerca do Paládio que aparece nas páginas do *Jornal do Commercio*, de Manaus, definição que por si só marca a diferença era o robusto periódico da capital e o acanhado jornal interiorano. De periodicidade semanal, o jornal, que media 26 x 32 cm, contava com cadernos de quatro páginas e cada uma com três colunas em suas primeiras publicações, e circulava pelos valores de $200 o número do dia, $400 para os números atrasados, 6$000 para as assinaturas semestrais e 10$000 sendo o valor da assinatura anual.

Constantemente nas páginas do *Paládio*, especialmente em edições comemorativas como as de aniversário do próprio jornal ou do clube Itacoatiarense, é possível perceber uma estrutura narrativa muito similar à apresentada já em suas primeiras edições, que na maior parte das vezes inicia-se com uma aberta exaltação dos esforços dos membros do clube e dos realizadores da folha em prol desse ideal "honroso", que é a luta pelo progresso da cidade de Itacoatiara.

Junto disso, o jornal sempre procurou enfatizar um apelo à população, "querida" e "educada", ou, em termos, também comuns nas páginas do periódico, de "corações ardentes" e composta por "intensos batalhadores" pelo futuro glorioso que aquela cidade mereceria[362].

---

360 CARNEIRO, Gabriel Cruz. *Entre espelhos e miragens: o jornal* Paládio *e o projeto de modernidade na cidade de Itacoatiara-AM (1908- 1911)*. Dissertação de Mestrado, UNILA, 2023, p. 72.

361 *Jornal do Commercio*. Manaus, 9 set. 1908.

362 Durante toda a sua publicação, o jornal adota esse discurso de exaltação de seu projeto junto de um apelo à população de Itacoatiara em prol da caminhada ao futuro "glorioso" que àquela comunidade estaria por alcançar.

Mais do que isso, o jornal, em seus discursos, procura adotar um posicionamento que se projeta para a população como revestido de uma imparcialidade política sempre associada a esse altruístico e, por extensão, justo de avanço moral e material da cidade. Os próprios subtítulos do jornal, que mudam no decorrer da sua periodicidade, apresentam um interessante indicativo acerca do lugar na sociedade que o *Paládio* projeta ter, a partir de um projeto de transmissão cultural e consolidação de uma cultura letrada. Essa produção de formas simbólicas aparece como indispensável em um veículo de imprensa.

Nesse cenário, o primeiro dos subtítulos, "Órgão do Club Recreativa Itacoatiarense", que acompanha as primeiras páginas da folha até o número 38, tem sobre si essa carga que acusa Nelson Werneck Sodré[363] em relação às pequenas folhas interioranas, ou seja, atrelados a projetos e interesses específicos de grupos locais.

Além disso, é importante mencionar que o jornal passou por algumas mudanças em seu subtítulo ao longo de sua periodicidade. No número 38, ele ainda é apresentado como "Órgão do Club Recreativo Itacoatiarense". No entanto, no número 41, o periódico adota novas palavras, passando a ser intitulado "Órgão Literário, Humorístico e Noticioso". A partir da edição 57, essa denominação é alterada para "Órgão Literário, Noticioso e de Interesses Locais". Por fim, a partir do número 79, abaixo do título, aparece a expressão "Semanário Literário, Noticioso e de Interesses Locais".

É possível analisar que as mudanças nos subtítulos do jornal acompanham as gradativas transformações em seus interesses e na forma como o *Paládio* busca ser visto. O primeiro subtítulo, que foi utilizado até o número 38, intitulado: "Órgão do Club Recreativo Itacoatiarense", reforça o papel do jornal não apenas como um produto do clube, mas também como um "defensor impertérrito" de seu programa de progresso para a cidade.

Apesar da ausência dos números 39 e 40, é perceptível que, juntamente com a nova denominação de "Órgão Litterario, Humorístico e Noticioso", o *Paládio* apresentava uma maior dinamicidade em seus temas, possivelmente decorrente da substituição de José Libanio Bezerra por Ozório Alves da Fonseca na diretoria do jornal. Como resultado, foram introduzidas colunas no periódico que

363 SODRÉ, *História da imprensa no Brasil*, p. 275.

abordavam pequenas informações e notícias sobre o país e o mundo, além da reprodução de contos e poemas. A nova mudança de subtítulo ocorre junto com o retorno do jornal após uma interrupção de um mês, entre junho e julho e 1910. O *Paládio* reaparece renunciando a abordagem humorística em seu título e adotando "Interesses Locais".

A partir da segunda metade de 1910, é perceptível um enfoque maior nos chamados interesses locais, indicados pelo subtítulo, por meio de textos sucessivos que reforçam o papel da imprensa, como também a exaltação das obras da gestão de Barbosa – que se encerraria naquele ano – e o destaque para as demandas da administração pública e do próprio jornal, como a Mesa de Rendas[364] e a estrada de ferro Madeira-Mamoré[365]. O último subtítulo, "Semanario Litterario, Noticioso e de Interesses Locaes", indica o interesse do jornal em adotar uma periodicidade semanal, em vez de quinzenal.

Apesar dos subtítulos do jornal indicarem a já apresentada tentativa de tornar seus interesses ligados às eventuais demandas da população local, o lugar social do *Paládio* e os interesses específicos que ele defende continuam vinculados ao "Órgão do Club Recreativo Itacoatiarense" e à administração pública. Os projetos específicos do grupo político do coronel João Pereira Barbosa são de forma objetiva a razão de existir do *Paládio,* retornando mesmo ao que Sodré havia destacado acerca dos jornais interioranos, quando estes se constituem muito ligados às disputas locais.

Longe de se estar afirmando que a existência do *Paládio* em sua totalidade serviu unicamente aos interesses de João Pereira Barbosa e de seus aliados políticos, o jornal contava com uma gama bastante mais profunda de discussões acerca tanto da municipalidade quanto de questões de âmbito nacional e mesmo internacional, como também apresentação de textos literários, editoriais sobre o papel da imprensa e reflexões sobre a modernidade reivindicada no

---

364 Atrelado aos interesses da Associação Comercial de Itacoatiara, nas páginas do Paládio é destacável o interesse pela instalação de um Mesa de Rendas Algandegada na cidade, fruto da reivindicação por uma maior independência econômica em relação à Manaus e o barateamento de custos de exportação de produtos, entre a borracha e outros itens de agricultura. CARNEIRO, *Entre espelhos e miragens*, p. 111.

365 Tratada nas páginas do jornal como um empreendimento dotado de um aspecto civilizador significativo, a estrada de ferro Madeira-Mamoré começou a ser pensada na segunda metade do século XIX mas só chegou a ser finalizada no início do século XX, quando a partir de um tratado firmado entre Brasil e Bolívia, em 1903, e sob responsabilidade da empresa The Madeira and Mamoré Railway Company, o projeto de décadas teve continuidade. CARNEIRO, *Entre espelhos e miragens*, p. 114.

contexto da *Belle Époque*. O interesse, neste artigo, está muito mais em destacar as teias (nem sempre invisíveis) da imprensa e refletir sobre essa perspectiva política que permeia o jornal, tendo como horizonte a questão: o jornal nascera com ela? Ou fora apropriado por ela em sua trajetória?

A esse respeito, cabe destacar a investigação de Davi Avelino Leal acerca das relações entre a imprensa e a cidade a partir das publicações do *Humaythaense* (1891 – 1917), fundado pela família de José Francisco Monteiro no bojo do crescimento urbano da cidade de Humaitá. O jornal visava repercutir temas de cunho político e econômico da cidade, “bem como a divulgação de ideais modernizadores e de controle da moralidade”[366]. Leal ainda explica, no estudo sobre o *Humaythaense*, que o jornal orbitava em torno do Comendador Monteiro, ou José Francisco Monteiro. Apesar das narrativas que destacam sua origem humilde e seu grande esforço para a ascensão social, a trajetória de Monteiro desde o nascimento na cidade do Porto, em Portugal, passando por suas estadias no Maranhão, Pará e por fim no Amazonas, foi pautada por uma rede comercial, de origem familiar, que impulsionou o seu acúmulo de capital e a sua relevância política. Como Leal afirma: “o poder econômico foi convertido em poder político, pois exerceu várias vezes o cargo de superintendente municipal de Humaitá”[367].

Esses grupos, uma vez no controle da administração pública, detinham em larga medida o controle da palavra impressa, podendo inclusive, pela ação da fora policial, empastelar jornais opositores sem grande esforço. Então, os periódicos, como forma de garantir a sua subsistência, mas também em muitos casos como sua própria razão de ser, acabaram por atuar pautados por relações políticas. Mesmo o jornal-empresa – expressão de Nelson Werneck Sodré – se pauta por relações nas quais atua como servidor de um poder. “Tudo se personaliza e se individualiza”[368], esclarece Sodré, o que define, de certo modo, esses limites que compõem as linhas da atuação da imprensa quando envolta pelo jogo de interesses articulados pelos poderes públicos.

---

366 LEAL, Davi Avelino. “Imprensa e sociedade no jornal *Humaythaense* (1891-1917)”. In*:* PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. *Imprensa e sociedade nos confins da Amazônia (1870-1930)*. Manaus: CVR, 2017. p. 60.
367 Ibidem, p. 63.
368 SODRÉ, *História da imprensa no Brasil*, p. 276.

O prestigioso filho de Itacoatiara: o *Paládio* e a exaltação de João Pereira Barbosa

Postas as relações do *Humaythaense* com os grupos dominantes de Humaitá – analisado por Leal –, pode-se emprestar a visão de Claudemilson Nonato Santos de Oliveira em relação a Itacoatiara. A cidade, em comparação a Manaus ou Belém, é relativamente pequena[369]; mas, no imaginário local especificamente dos dominantes, "a cidade despontava como urbe em franco progresso, expressando entre outros fatores pelo adensamento populacional"[370]

A própria existência do *Paládio* se confunde com o cenário político que o circunda, quando fruto do Club Recreativo Itacoatiarense, o jornal é encabeçado por figuras como Francisco Domingos do Lago, José Libanio Bezerra e Ozorio Alves da Fonseca – talvez a principal figura tanto à frente do *Paládio* quanto como expressão dessa relação do jornal com Barbosa e a administração do coronel, Ozorio, ao mesmo tempo que atuava na direção do periódico, ocupava a tesouraria do Club Recreativo Itacoatiarense e o cargo de secretário de Barbosa na superintendência municipal, chegando mesmo a se casar com a filha de Barbosa[371] – nomes que enquanto estavam à frente da organização do periódico, atuaram próximos a superintendência chefiada pelo coronel Barbosa.

Mesmo a duração do jornal aponta sua aproximação com a administração de Barbosa, quando o coronel assume seu segundo mandato na superintendência em 25 de janeiro de 1908[372], enquanto o jornal surgiria mais tarde, em setembro. E, após a gestão do coronel se encerrar, em dezembro de 1910, o *Paládio* segue sua periodicidade apenas até 23 de julho de 1911. De acordo com Luís Munaro, é desse contexto que se sustentam as atuações de grupos políticos e clubes, quando eles, geralmente responsáveis pela produção desses periódicos, "ajudavam a estender os limites daquilo que era considerado aceitável em termos de cultura política"[373].

369 OLIVEIRA, Claudemilson Nonato Santos de. *A kipá e o cocar*: *a rede intercomunitária judaica na estruturação urbana de Itacoatiara*. Tese de Doutorado, UFAM, 2019, p. 15.
370 Como destacado ao final do primeiro capítulo valendo-se de dados apresentados por Francisco Gomes da Silva (1998, p. 21.) e o *Almanak Laemmart*, a cidade teve um aumento populacional e em torno de 12 mil habitantes no final do século XIX para 13 mil em 1910.
371 CARNEIRO, Entre espelhos e miragens, p. 82.
372 SILVA, Francisco Gomes da. *Cronografia de Itacoatiara*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1998, p. 104.
373 MUNARO, "Imprensa periférica no Amazonas", p. 2.

A partir do entendimento desse cenário, interpreta-se em Robert Darnton[374] o fazer jornalístico como um microcosmo que não se encerra em si mesmo. Isto é, um sistema de hierarquias e disputas que compõem a estrutura de um jornal, mas que se relacionam, a partir de uma noção de territorialidade, com elementos externos a sua produção, o público.

Nesse bojo, o *Paládio* está inserido em uma dinâmica que ainda dava seus primeiros passos na estruturação de uma complexificação maior da atividade jornalística, quando mesmo a profissão de jornalista estava apenas nascendo no país. Esse periodismo interiorano, ainda associado a um caráter mais artesanal do seu fazer, fruto de um "singular cenário "urbano" – ainda pouco diferenciado do meio rural que circunda e dá sentido à sua existência[375], aparece muito mais relacionado a essas disputas locais e aos interesses específicos dos grupos dominantes do que um periódico que assumia aspirações de empresa no início do século XX nas grandes cidades. O jornal é, portanto, um empreendimento mais político que econômico.

O coronel Barbosa tem presença cativa no clube Itacoatiarense, recebendo o título de sócio benemérito na ocasião da reunião de posse da diretoria que iniciou a gestão de Domingos do Lago à frente do clube, o que repercutiu na primeira edição do jornal. Além dessa nota, o periódico dedica em seu primeiro número uma coluna, de título "Homenagem", para figura do coronel, em que dizia:

> Ao coronel João Pereira Barbosa, incansável batalhador pelo progresso desta formosa e hospitaleira Itacoatiara, deve o <Paládio> o tributo de sua mais sincera gratidão.
>
> Ainda há pouco, o Club Recreativo Itacoatiarense, de que somos órgão teve a feliz lembrança de mandar-lhe o título de socio benemerito em atenção aos relevantes serviços que aquelle prestimoso cavalheiro lhe há prestado. Entre esses serviços o <Paládio> destaca a organisação de sua typografia, cuja machina Minerva, onde é impresso, grande quantidade de typos novos, caixas e diversos outros materiais, são oferta d'aquelle nosso distinctissmo amigo.

374 DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 41.

375 PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto (org.). *Imprensa e sociedade na Amazônia 1870-1930*. Manaus: Editora CRV, 2017, p. 10.

> Assim, cumpre-nos deixar gravada nestas columnas a mais sincera expressão de nossa eterna gratidão a quem com a melhor boa vontade concorreu para que a nossa idea triunfasse[376].

João Pereira Barbosa tem sua atuação na política de Itacoatiara remetendo ainda aos últimos anos de Monarquia no Brasil. Tendo nascido em 1861[377], ingressou na carreira militar em 1883, a partir da Junta Paroquial de Alistamento Militar que havia sido instalado na cidade durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e manteve suas atividades mesmo com o fim da Guerra[378]. Em suma, Barbosa entrou na vida política da Serpa em 1886, quando assumiu um cargo na Câmara de vereadores do munícipio, nas eleições de 1 de dezembro do ano de 1885[379], com duração de um triênio ao mandato (1886 – 1889).

Em outras palavras, João Pereira Barbosa, "homem experiente e bem-informado, sintonizado com os propagandistas republicanos de Manaus"[380], presidiu a reunião aberta ocorrida na Câmara Municipal para o ato de adesão da cidade ao regime republicano que se instaurou em 1889. O seu cargo de vereador em Itacoatiara se encerraria em 1889, mas de acordo com Francisco Gomes da Silva, Barbosa estava sintonizado com os movimentos republicanos na cidade de Manaus.

Além disso, valendo-se da fragilidade administrativa do presidente da Câmara Álvaro França e promovendo uma quebra na normalidade jurídico-institucional, tomou o cargo e se autoproclamou presidente em setembro de 1889, estabelecendo um novo carpo de vereadores. Associado à propaganda republicana, Barbosa proclamou em 23 de novembro de 1889 a adesão de Itacoatiara à República. O movimento de adesão em Manaus ocorre na noite de 21 de novembro.

Como aponta Luís Francisco Munaro, o cenário político das cidades mudou após a instauração da República. Ainda em 1889, com destaca Francisco Gomes da Silva, "Deodoro da Fonseca man-

376 *Paládio*. Itacoatiara, 9 set. 1908.
377 SILVA, *Cronografia de Itacoatiara*, p. 113.
378 Segundo Francisco Gomes da Silva em sua cronografia (1997), João Pereira Barbosa e Álvaro França, futuros desafetos políticos na última década do século XIX, ingressaram no serviço militar no mesmo período.
379 SILVA, *Cronografia de Itacoatiara*, p. 191.
380 Ibidem, p. 35.

da constituir a Junta Governativa Provisória do Amazonas, sob o comando do capitão-engenheiro Augusto Ximenes Villeroy"[381]. Segundo Anísio Jobim[382], Villeroy[383] era uma figura excêntrica, concentrada e de poucos amigos, mas a sua principal ação em relação à Itacoatiara foi a dissolução da Câmara Municipal e a composição de um Conselho Municipal dedicado a regular as funções da antiga câmara.

Nessa nova configuração do poder da administração municipal, Raymundo Nunes Salgado foi designado para presidência, junto de Miguel Francisco Cruz Júnior e Joaquim José Pinto de França, compondo o trio de intendentes. João Pereira Barbosa acabou ficando afastado da administração pública com o fim da câmara[384], o que não o afastou do republicanismo.

Sucessor e homem de confiança de Villeroy[385], Eduardo Ribeiro, membro do Partido Republicano Democrático, foi nomeado em 1892 por Floriano Peixoto como governador do Estado, após já ter ocupado o posto entre 1890 e 1891. No mesmo ano, entrou em vigor uma Constituição que extinguia os conselhos municipais e estabelecia a separação entre Intendência e Superintendência. A primeira passou a ter atribuições que se aproxima às de um vereador, enquanto a segunda assumiu a posição de administração executiva[386]. Em detrimento de figura de João Pereira Barbosa, ainda marcado pelas atitudes na presidência da Câmara em 1889, quem acabou nomeado ao cargo de superintendente foi o seu desafeto político Álvaro França, principal nome do PRD de Eduardo Ribeiro na cidade.

Sendo homem de confiança de Floriano Peixoto, Eduardo Ribeiro procurou construir na governança do Amazonas um cenário que o colocasse em favorecimento político e que o cercasse de homens de confiança, tendo como uma das primeiras medidas do seu novo governo a dissolução do Congresso do Estado sob a acusação

381 SILVA, *Cronografia de Itacoatiara*, P. 43.
382 JOBIM, Anísio. *O Amazonas, sua história*: *ensaio antropogeográfico e político*. São Paulo: Companhia Editorial São Paulo, 1957, p. 202.
383 A Junta Governativa é anterior à nomeação de Villeroy como presidente do Estado, tendo sido formada na mesma noite da adesão, 21 de novembro de 1899. A nomeação de Villeroy ocorre posteriormente e ele assume a 4 de janeiro de 1890.
384 SILVA, *Cronografia de Itacoatiara*, p. 43.
385 JOBIM, *O Amazonas, sua história*, p. 202.
386 BALEEIRO, Aliomar. *1891: Constituições Brasileiras*. 3 ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2012, p. 34.

de que muitos dos representantes teriam apoiado investidas ditatoriais de Deodoro da Fonseca[387]. Eduardo Ribeiro, segundo Tavares Neto, a partir de medidas como essa, estaria procurando consolidar seu governo por um longo período, nesse sentido, a dissolução do Congresso, e a nomeação de figuras ligadas ao PRD para as administrações de municípios interioranos, como o caso de França, são expressões desse movimento.

Escanteado da vida pública, João Pereira Barbosa encabeçou a oposição a França. Ademais, Barbosa, procurando resistir ao desgaste da sua figura que ressoava nos olhares das lideranças estaduais, adotou uma posição oposicionista ao valer-se da imprensa como porta-voz dos seus interesses. Como assinalava Silva, em 1893, Barbosa "fez-se sócio do capitalista Avelino Augusto Martins, instalando o matutino semanal *O Munícipio* que adotou a linha crítico-literário"[388].

Parecia e foi relativamente sólida a oposição feita por Barbosa até 1895. Mas, outra faceta do periodismo no final do século XIX e início do XX era a compra da opinião e o controle do governo sobre os jornais[389]. segundo Maria de Lourdes Eleutério, o periodismo assumia uma configuração anunciada por Oswald de Andrade em relação ao periodismo na cidade de São Paulo do início do século XX, quando o "papel da imprensa é mais forte que as metralhadoras".

Em outras palavras, Álvaro França, sofrendo com os ataques constantes da oposição, valendo-se do apoio do governador Eduardo Ribeiro, mandou fechar a tipografia d' *O Munícipio* como um ato e reafirmação da sua posição, postura que destaca uma faceta autoritária e impiedosa de Ribeiro frente a seus opositores. Com efeito, celebrou o contrato[390] com o jornal *A Federação*, que era editado em Manaus e servia como canal direto de promoções dos feitos da superintendência.

Os ventos que sopravam sobre a posição política de João Pereira Barbosa no cenário de Itacoatiara mudaram com a virada do século. Em 1903, com o desgaste da imagem de Álvaro França, Barbosa foi empossado como Superintendente através de uma por-

387 TAVARES NETO, João Rozendo. *A República no Amazonas: disputas políticas e relações de poder (1888-1896)*. Dissertação de Mestrado, UFAM, 2011, p. 95.
388 SILVA, *Cronografia de Itacoatiara*, p. 51.
389 SODRÉ, *História da imprensa no Brasil*, p. 275.
390 SILVA, *Cronografia de Itacoatiara*, p. 57.

taria emitida em 3 de agosto pelo governador Silvério José Nery. No cargo, ele foi sucedido por Luiz Stone, em 1905. No ano seguinte, em parceria com o comerciante Joaquim Francisco de Figueiredo, Barbosa lançou o semanário *Arauto*, que se tornou conhecido na cidade de Itacoatiara.

Em janeiro de 1908, o Coronel Barbosa retornou ao cargo de superintendente. Sua proximidade com as principais figuras do Partido Republicano Democrático, de acordo com Francisco Gomes da Silva e Claudemilson Oliveira, garantiu maior prestígio para sua gestão quando Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt assumiu o governo do Estado em julho do mesmo ano.

Nesse cenário de estabilidade e relação próxima da administração de Barbosa com a gestão de Bittencourt no âmbito estadual[391], e tendo figuras de sua confiança em agremiações como o Club Recreativo Itacoatiarense, e, consequentemente, no *Paládio*, não chega a ser uma surpresa a posição apoiadora do jornal em relação ao superintendente, e de forma mais abrangente ao governo de Antônio Bittencourt no contexto estadual.

A vida pública de Barbosa nas disputas políticas de Itacoatiara esteve por várias vezes atrelada à sua atuação a frente de empreendimentos jornalísticos, vide sua participação em títulos como *O Município* (1893) e o *Arauto* (1906). Portanto, dentro desse contexto de estabilidade política em sua administração e a consolidação de seu grupo político, a articulação de impressos promovidos por Barbosa era fácil de acontecer.

É desse movimento que o texto do *Paládio* citado anteriormente se refere e a ele que se deve "tributo" e gratidão por parte dos produtores do jornal, quando fora o coronel Barbosa quem disponibilizou o material tipográfico necessário para a produção do jornal.

Na sua análise sobre o *Humaythaense* e a relação com seu fundador, José Francisco Monteiro, Davi Avelino Leal destaca a importância das publicações de datas comemorativas como uma oportunidade para compreender como o periódico aborda esses momentos em suas páginas. Além disso, é possível observar, no *Paládio*, algumas questões relacionadas às publicações comemorativas, especialmente aquelas dedicadas ao aniversário do coronel João Pereira Barbosa.

---

391 OLIVEIRA, *A kipá e o cocar*.

Vale-se aqui da perspectiva de John Thompson e sua proposição de que "a posição que um indivíduo ocupa dentro de um campo ou instituição é muito estreitamente ligado ao poder que ele ou ela possui"[392], sendo o poder tratado como um mecanismo de intervenção e alcance de interesses pessoais, como um fenômeno social penetrante. Desse olhar, observar a posição que o *Paládio* estabelece para João Pereira Barbosa, ou propriamente a posição que ele ocupa de forma ativa, implica compreender a centralidade que o coronel tem em diversos aspectos do jornal, desde seu nascimento com a montagem da tipografia do jornal, na divulgação dos projetos e práticas da municipalidade, e mesmo na exaltação aberta de sua figura, adotando por vezes uma postura de franco ataque aos seus opositores.

As publicações – que aparecem nos números 15, 43 e 80 do jornal – dedicadas ao aniversário do coronel, possibilitaram um olhar mais claro sobre esse trato, a exemplo do texto lançado no décimo quinto número do jornal, com o título "Salve 15 de dezembro":

> Ao despontar a aurora deste dia, Itacoatiara veste-se de gala commemorando o anniversario natalício de seu prestigioso filho, o Coronel João Pereira Barbosa. E' justo o despertar alegre de toda este população que tem gravada n'alma o reconhecimento, o mais nobre sentimento humano, pelos relevantes serviços prestados pelo Coronel João Pereira Barbosa á esta terra que lhe serviu de berço e á sua família, e isto porque não foi o egoísmo que lhe traçou a marcha honrosa que tem trilhado até hoje. Espirito de escol, intelligente e culto, honesto e patriota, muito o que Itacoatiara lhe deve por procural-a elevar no trilho do progresso moral, intellectual e material aproveita não a elle só a maior somma de seus esforços reverte em beneficio de toda uma população. A sua vida tem sido uma epopéa nesta terra: como chefe de família, todos os sabem, é modelo de esposo e pae; amigo, chega ao sacrifício; funcionário publico e chefe político distincto, é de uma correcção á toda prova, pondo acima de tudo o dever e a orientação sabia e prudente ao serviço da Patria, pois que o Estado ou município lhe é fibra sensível. (...) Quem quer que tenha aventura de entreter relações com o Coronel João Barbosa, há de admitir, forçosamente que somos sinceros, assim nos exprimindo, si é que não queiram permittir avançar mais um pouco; as nossas palavras ainda são imperfeitas e frá-

392 THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*: *uma teoria social da mídia.* Petrópolis: Vozes, 1998, p. 21.

> geis para traduzir a realidade do que pretendemos exprimir. O <Paládio> e todo o pessoal que moureja nesta humilde tenda de trabalho, apresenta, pois, ao Coronel João Pereira Barbosa, as suas mais sinceras felicitações pela passagem de seu anniversário natalício[393].

O Coronel João Pereira Barbosa, uma figura de imaculado caráter, representa a “alma de todo o movimento progressivo” que teria transformado Itacoatiara, como discursos presentes no Paládio relevam. É possível observar sobre essa representação de Barbosa que aparece constantemente nas páginas do *Paládio*, aquilo que Erving Goffman expressa como caráter moral das representações, onde o ator – aqui sendo o jornal – constrói máscaras que objetivam projetar o que se deseja ser ou expressar, não necessariamente o que se é de fato.

Não cabe entrar no mérito acerca das palavras direcionadas ao coronel, se seriam verdadeiras ou não, mas destacar a intenção do jornal em promover esse discurso, sendo o espelho e a miragem – citados no início deste texto – onde o periódico procura construir seu discurso a partir das próprias referências, a intrínseca relação a figura de Barbosa, e como procura em igual medida construir discursos que projetem uma imagem ilibada do superintendente.

A gestão do *Paládio* possui estreitas relações públicas e privadas com Barbosa, desde o laço familiar de Ozório até as posições na administração local ocupadas por membros do Recreativo Itacoatiarense. Essas aproximações se tornam mais claras durante as comemorações de aniversário, quando o coronel é congratulado, juntamente com a exaltação de sua importância para a cidade como um “ilustre e sábio” administrador responsável por transformar a vida material do local.

Cabe ressaltar que as únicas três imagens presentes no *Paládio* são retratos do coronel, publicados nas primeiras páginas das edições dedicadas aos seus aniversários. Além de serem a mesma fotografia reproduzida nas diferentes edições e valendo-se das leituras sobre o desenvolvimento do jornalismo por Morel, Barros e Juarez Bahia[394], percebe-se que o uso de imagens nos jornais não

393 *Paládio*. Itacoatiara, 17 set. 1908.
394 BAHIA, Benedito Juarez. *História, jornal e técnica*: *História da imprensa brasileira*. 5 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

era uma prática tão comum nos jornais do início do século XX, desse modo, observando a totalidade do jornal, é plausível supor que essas edições tinham sua tiragem produzida em outras tipografias com maior aparato tecnológico, possivelmente em Manaus, visto ser comum a ida de membros do jornal, principalmente Ozório Alves, para a capital em busca de materiais tipográficos, que em geral, eram de segunda mão.

Embora não se desconsidere os significativos avanços nos equipamentos tecnológicos das tipografias, com a profissionalização e adoção de um caráter empresarial e industrial pela imprensa, é importante ter em mente que esses avanços não foram percebidos de maneira uniforme, nem com a mesma velocidade, nos espaços interioranos em comparação com as grandes cidades. Os espaços interioranos contavam com equipamentos tipográficos mais limitados em comparação aos grandes jornais.

Além da exaltação constante da figura do coronel João Pereira Barbosa, o jornal constantemente adota uma posição de porta-voz da municipalidade, esse parece ser o principal elemento legitimador do jornal, servindo como espaço de publicação de medidas da administração local, como os editais de alistamento militar"[395], além de questões como os "Relatórios apresentados ao Conselho Municipal de Itacoatiara pelo Superintendente João Pereira Barbosa" que aparecem nos números 45 e 46, dedicados a um balanço das verbas orçamentárias e das despesas feitas pela superintendência[396].

O *Paládio* ocupa um lugar excepcional no periodismo da virada do século XIX ao XX no Amazonas, fazendo parte de um grupo muito restrito de títulos que chegaram à centena de números publicados, o que somente algo em torno de 20% dos títulos entre 1870 e 1930 conseguiam, ficando a esmagadora maioria reduzida a menos de 10 edições[397].

395 *Paládio*. Itacoatiara, 1 out. 1908.
396 As duas edições também apresentam uma excepcionalidade em relação à estrutura geral do jornal. A exemplo das fotografias que somente são publicadas em homenagem ao coronel Barbosa, os números 45 e 46 apresentam uma diagramação de seis páginas. As duas páginas a mais foram dedicadas a esses dados sobre a administração local.
397 PINHEIRO, *Imprensa e sociedade na Amazônia 1870-1930*, p. 27.

Conclusão

Apesar de sua destacada, porém curta duração, indo de 1908 até 1911, o jornal representa um marco no periodismo construído no interior do Amazonas, quando serve a consolidação de uma cultura letrada em contextos mais acanhados frente ao desenvolvimento urbano promovido pela economia da borracha, também como possibilidade de fonte e objeto para uma historiografia que se debruce em discutir a produção e o funcionamento dos jornais interioranos, ou mesmo as questões que emergiam dos espaços urbanos nos quais esses impressos circulavam.

Vindo “Paládio” como referência ao termo “paladino”, como aquele herói cavaleiro de moral inquestionável e fiel defensor da verdade, o jornal tomara para si o discurso de ser detentor de uma “grandiosa missão”, que seria guiar a população de Itacoatiara em direção a um progresso moral e material do que essa seria merecedora. A aparição de temas republicanos, tanto em relação ao governo do Estado – em especial com a gestão de Antônio Bittencourt – quanto direcionada ao cenário nacional, vem da participação das figuras centrais do periódico, e do clube do que o jornal era projeto, no campo das disputas políticas locais e da presença em cargos da gestão pública do coronel João Pereira Barbosa.

A própria defesa de Barbosa e seus aliadas, e uma postura de franco ataque aos seus opositores, também marca de forma bastante profunda o lugar do jornal. A publicação de diversos agradecimentos, cartas de aniversários, reprodução de disputas políticas e a gradativamente mais frequente atuação do jornal como porta-voz das atuações da superintendência mostram uma impossibilidade de separação do *Paládio* da figura do coronel Barbosa, o que demarca a sua influência e o reafirma as redes de poder que detinham seu grupo político na Itacoatiara da primeira década do século XX.

A constituição de uma elite legislativa na Assembleia Provincial do Amazonas

Fransoar Souza dos Santos[398]

A Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas tem sua efetiva presença no Amazonas Imperial na segunda metade do século XIX. Será ela, a partir de então, um dos espaços por excelência onde residia a legitimidade dos debates políticos envolvendo a província do Amazonas. Nela se apresentam projetos, defende-os, suprime-os, aprova-os ou recusa-os, efetivando a instituição como um espaço de poder onde os seus integrantes tinham a oportunidade de discutir pautas variadas sobre a organização administrativa da província e tantos outros assuntos ligados à vida cotidiana no Amazonas Oitocentista.

Estudando instituições como esta, Miriam Dolhnikoff pontua que elas foram essenciais para a própria estruturação do Estado Nacional. A partir delas grupos políticos provinciais tiveram a possibilidade de legislar sobre as questões próprias da província, inserindo-as assim no jogo político do Basil Império. De modo que, para o Governo Imperial levar a cabo suas pretensões, deveria saber jogar com os interesses dos agentes políticos provinciais[399]. Em se tratando do Amazonas Imperial, 1852 é o ano que sua assembleia legislativa provincial passa a atuar, depois de um longo processo de debates que tinha como elemento central a elevação do Amazonas à categoria de província. Debates tomados por interesses e estratégias das mais variadas, conforme nos lembra Vitor Marcos Gregório. Afinal, ao menos desde 1826, isso no ponto de vista institucional, interesses em elevar o Amazonas à categoria de província já estavam às soltas, tendo que lidar com interesses contrários à emancipação, o que tornava o debate em uma arena de estratégias discursivas que

398 Aluno do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM, nível Mestrado. Professor da SEDUC-AM no município de Santo Antônio do Içá. Bolsista FAPEAM. Email: fransoar94@gmail.com

399 Sobre esse debate, conferir DOLHNIKOFF, Miriam. "O lugar das elites regionais". *Revista USP*, n. 58, 2003.

visavam levar à cabo a proposta ou jogá-la no ostracismo. Debates que vão se perdurar até os anos 1850, quando de fato o Amazonas é elevado à província e, consequentemente, possua sua Assembleia Legislativa Provincial[400].

Ao longo da atuação desta instituição no Amazonas, que inicia em 1852 e vai até 1889, algumas perguntas acabam por direcionar o exercício analítico em questão: 1) Tivemos nesta instituição deputados que ocuparam por um período significativo de tempo os quadros da instituição, sendo eleito para várias legislaturas? 2) Que tenham ocupado cargos de comando, tais como presidente ou vice-presidente da instituição? Expandindo ainda mais as questões, para assim contribuir com o debate historiográfico, 3) Como foi a presença das legislaturas únicas, da reeleição e recondução ao longo da trajetória institucional da assembleia? 4) Houve irmãos/famílias atuando neste mesmo espaço institucional? 5) Tiveram tratamento diferenciado a partir de títulos vinculados ao nome? As duas primeiras questões nos ajudam a definir uma elite legislativa na assembleia provincial do Amazonas. Elite por ocuparem os quadros da assembleia enquanto deputados, ocupando, portanto, uma posição-chave nesta sociedade e dispondo de poderes, de influências e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros, tal como entende Flávio M. Heinz[401]. Todavia, ainda que todos aqueles que tenham ocupado o cargo eletivo de deputado provincial possam ser tidos como *elite*, no interior das instituições existem aqueles que se destacam frente aos demais, formando uma espécie de *elite da elite*, afinal, ocuparam o cargo de deputado por várias legislaturas e foram presidente ou vice-presidente da instituição[402]. A terceira pergunta nos ajuda a entender a dinâmica da instituição e a quarta e quinta pergunta nos ajudam a fazer inferências sobre a variável explicativa do sucesso político dos deputados que ocuparam por um período considerável de tempo o cargo de deputado e que ocuparam cargos de comando no interior da instituição. Para a operacionalização des-

400 Sobre esse debate, conferir GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo as províncias do Império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854).* Tese de Doutorado, USP, 2012.

401 Sobre a compreensão de elites e as contribuições historiográficas envolvendo a questão, conferir HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

402 Sobre esses recortes para definir um público-alvo de estudo envolvendo o caminho analítico historiográfico das elites, conferir HEINZ, Flavio M. “Como se escolhem os escolhidos? Nota metodológica sobre a definição do grupo-alvo em prosopografia”. *Estudos Históricos*, v. 37, n. 81, 2024.

te exercício fizemos a análise dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, enquanto Fonte Histórica, e a partir dos dados levantados montamos cerca de quatro (04) gráfico e três (03) tabelas, que ajudam na leitura visual dos dados relacionados aos aspectos pontuados acima, bem como nos ajudam a captar a presença de uma elite legislativa no interior da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas.

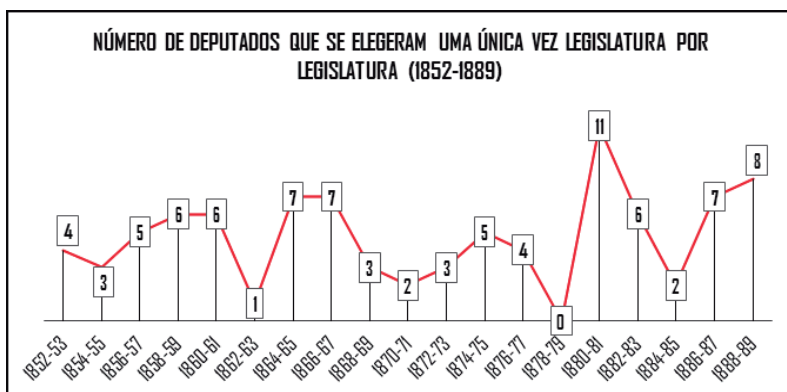
Legislaturas e traços distintivos no interior do poder Legislativo Provincial do Amazonas

A partir dos Anais da Assembleia constatamos um total de cento e setenta e quatro (174) membros da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Conhecer a caminhada destes no interior da instituição, focando nas variáveis ligadas às legislaturas e seus desdobramentos, como a questão das legislaturas únicas, reeleição e recondução e seus traços distintivos a partir da presença de irmãos/família atuando na instituição e títulos vinculados aos seus nomes, é o exercício de escrita que buscaremos fazer a partir de agora.

Dos 174 membros, noventa (90) se elegeram uma (01) única vez; trinta e três (33) se elegeram por duas (02) vezes; dezenove (19) por três vezes (03); doze (12) por quatro (04) vezes; dez (10) por cinco (05) vezes; três (03) ocuparam os quadros da casa por seis (06) vezes; um (01) foi membro da instituição por sete (07) vezes; quatro (04) por oito (08) vezes; um (01) por nove (09) vezes e um (01) por dez (10) vezes[403]. Como cada legislatura durava dois anos, isso

403 Nominalmente – 10 legislatura: Clementino José Pereira Guimarães; 09: Daniel Pedro Marques de Oliveira; 08: Torquato Antônio de Souza, Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, José Coelho de Miranda Leão e Francisco Antônio Monteiro Tapajós; 07: Gustavo Adolpho Ramos Ferreira; 06: João da Cunha Corrêa, Damazo de Souza Barriga e João José de Freitas Guimarães; 05: José Bernardo Michilles, Romualdo Gonçalves de Azevedo, Leonardo Ferreira Marques, João Marcellino Taveira Páo Brazil, Agostinho Rodrigues de Souza, Manuel Pereira de Sá, José Justiniano Braule Pinto, Henrique Barbosa de Amorim, Thomaz Luiz Sympson e Nicoláo José de Castro e Costa; 04: João Ignácio Rodrigues do Carmo, Aureliano Antônio Delgado, José Coelho de Miranda Leão Júnior, Juvêncio Alves da Silva, Estulano Alves Carneiro, Vicente Alves da Silva, Antônio Augusto de Mattos, João Carlos da Silva Pinheiro, Emílio José Moreira, Clarindo Adolpho de Oliveira Chaves, Joaquim Rocha dos Santos e Henrique Ferreira Pena de Azevedo; 03: João Antônio da Silva, João Fleury da Silva, Manoel Joaquim da Costa Pinheiro, José Antônio de Andrada Barra, Victor da Fonseca Coutinho, Manoel Thomaz Pinto, Alexandrino Magno Taveira Páo Brazil, Manoel Ferreira Barreto, José Félix de Azevedo, Francisco de Paula Bello, Aprígio Martins de Menezes, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, Pedro Luiz Sympson, Deodato Gomes da Fonseca, Antônio

significa que tivemos deputado ocupando as cadeiras da instituição por dois (02) a vinte (20) anos. Dentro deste quadro, é significativo o número de deputados que ocuparam os quadros desta casa uma única vez, o que nos leva a dizer que esta casa esteve aberta para a possibilidade de receber novos integrantes. Para observarmos de forma mais detalhada a trajetória do elemento legislaturas únicas fizemos o Gráfico 01 a seguir:

Gráfico 01 – Legislaturas únicas na Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas (1852-1889)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024) a partir dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, 1852-1889. Arquivo Público do Estado do Amazonas[404].

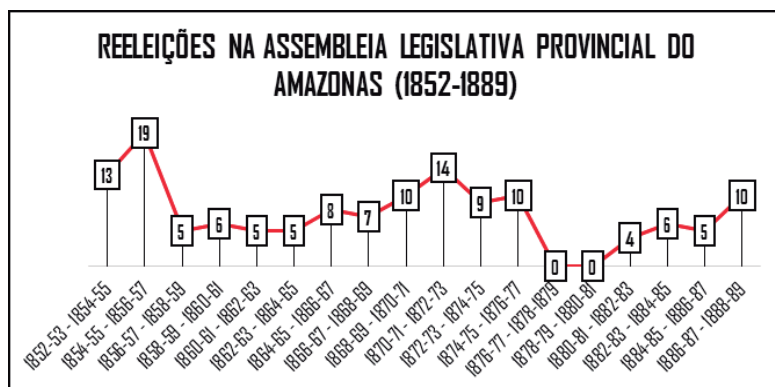
Simplício Valente de Menezes, Manoel José de Andrade, João Wilkens de Mattos Meirelles, José Henrique Felix da Cruz Dacia e Lourenço Ferreira Valente do Couto; 02: Joaquim Gonçalves de Azevedo, Maximiniano de Paula Ribeiro, Manoel Ribeiro de Vasconcellos, João Cardoso de Araújo Rozo, Joaquim Jansen Serra Lima, Aristides Justo Mavignier, Lino Pereira Brasil, João do Rego Dantas, Joaquim Izidoro de Oliveira, Joaquim Pereira da Motta, Marcos Antônio Rodrigues de Souza, José de Carvalho Serzedello, Francisco Benedito da Fonseca Coutinho, José Pedro Paraguassú, Antônio David de Vasconcellos Canavarro, Manuel Rodrigues Checks Nina, Manoel Justiniano de Seixa, Irênio Porfirio da Costa, José Arthur Pinto Ribeiro, Estevão José Ferraz, Francisco Leopoldo de Mattos Ribeiro, Antônio Lopes Braga, João Carlos Antony, João Sebastião da Silva Lisboa, Luiz Anselmo Baptista, Gaudêncio Euclides Soares Ribeiro, Antônio José Fernandes Júnior, Deocleciano Justino da Matta Bacellar, Conrado Constâncio Nicoláo, Domingos Alves Pereira de Queiroz, Silvério José Nery, Manoel de Miranda Leão e Menandro Leandro Monteiro Tapajós. Quanto aos que se elegeram uma (01) única vez, estes receberão uma análise em específica nas linhas posteriores, onde poderemos fazer a devida nomeação deste quantitativo.

404 Nominalmente – 1852-53: Joaquim José da Silva Meirelles, Francisco Caetano de Almeida, João Henrique de Mattos e Fernando Félix Gomes Júnior; 1854-55: Antônio José Moreira, Bento Machado Gomes e Félix Gomes do Rego; 1856-57: João Auto de Magalhães Castro, Antônio José Pereira Guimarães, Guilherme Ferreira Gomes, Thomaz José Pereira Guimarães

Entre os anos de 1852 e 1867, há certa estabilidade no que tange a essa questão, números que caem e se estabilizam dos anos entre 1868 e 1877, aumentando e se estabilizando entre os anos de 1880 e 1889. Surgem três momentos, portanto, na questão das regularidades relacionadas às legislaturas únicas. Além disso, notamos que todo ano integram a assembleia membros eleitos uma única vez. Mas o prezado leitor deve estar se perguntando: e a legislatura de 1878-79? A resposta dialoga com uma questão metodológica e prática em relação ao ofício do historiador. Para esta legislatura não conseguimos captar os dados, porque no maço documental relacionado aos anais da assembleia não constava o biênio de 1878-79, de modo que a legislatura zerada diz respeito a uma questão metodológica e não própria da dinâmica das legislaturas únicas no interior do poder legislativo provincial. Em que pese tal dado, todas as demais legislaturas aparecem membros eleitos uma única vez. O que significa que em toda legislatura essa instituição teve abertura para *"caras novas"* na dinâmica política legislativa da província, dinâmica esta que ora era mais aberta ora era mais restritiva. Não estamos a tratar essas noventa pessoas como irrelevantes na dinâmi-

e Raphael de Assunção e Souza; 1858-59: Joaquim do Rego Barros, José Antônio Barroso, Manoel José da Costa Soares, João Fleury da Silva Brabo, Plínio Jansem Muller e Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque; 1860-61: Custódio Pires Garcia, José Antônio de Freitas Júnior, Joaquim Firmino Xavier, Francisco Mendes de Amorim, Nuno Alves Pereira de Melo e José de Sá Leitão Arnoso; 1862-63: João Wilkens de Mattos; 1864-65: Bernardo Ivo de Nazareth Ferreira, Bernardo José de Bessa, Manoel de Cupertino Salgado, Bento Ferreira Marques Brazil, João Martins da Silva Coutinho, José Joaquim da Silva Meirelles e Antônio Ferreira da Silva Franco; 1866-67: Joaquim Leovigildo de Souza Coelho, José Raymundo Façanha Filho, Guilherme Amazonas de Sá, Francisco de Paula Soares, Antônio de Macedo Costa, Inocêncio Eustáquio Ferreira de Araújo e Luiz Martins da Silva Coutinho; 1868-69: João Carneiro da Silva Rego, Manuel de Almeida Coutinho de Abreu e Álvaro Botelho da Cunha; 1870-71: Manoel de Sá e Souza e Alfredo Sérgio Ferreira; 1872-73: Delphim Flavo Portugal, Antônio Augusto Alves e João Evangelista Cavalcante; 1874-75: Luiz Carneiro da Rocha, Francisco Benício de Carvalho e Mello, Felinto Elysio Fernandes de Moraes, José Manoel da Rocha Thury e José Paulino von Hoonholtz; 1876-77: Antônio Dias dos Santos, João Evangelista Nery da Fonseca Júnior, Pedro de Souza Marques e Barão de S. Leonardo; 1878-79: sem dados; 1880-81: Adriano Xavier de Oliveira Pimentel, Francisco Joaquim Ferreira de Carvalho, Francisco Ferreira de Lima Bacury, Antônio Madeira Shaw, Victor da Fonseca Coutinho Júnior, Antônio Rodrigues Pereira Labre, José de Britto Inglês, Benedicto Antônio Alves Pinto, Theotônio Raymundo de Britto, Napoleão Accioli e Antônio José Barreiros; 1882-83: Severo José de Moraes, Pedro Guilherme Alves da Silva, Antônio José Barbosa, Antônio José de Verçosa, Carlos Gavinho Vianna e Guilherme Antony; 1884-85: Baptista Rodrigues e Aurélio Menezes; 1886-87: Alexandre F. da Veiga Lima, Eugênio Teixeira Ponce de Leão, Francisco Públio Ribeiro Bittencourt, Joaquim José Ferreira de Mendonça, Luiz Mesquita de Loureiro Marães, Manoel Thomaz Guimarães e José Feliciano Michilles; 1888-89: Manuel Francisco Machado, João Hosannah de Oliveira, Antônio Guerreiro Antony, Secundino da Silva Salgado, Raymundo da Rocha Felgueiras, Geraldo de Souza Paes de Andrade, Joaquim José Paes da Silva Sarmento e Francisco da Silva Campos.

ca sociopolítica da província, afinal, estes mesmos terem sido pontos de apoio para aqueles que tiveram atuação mais longeva, afinal, não participar diretamente dos quadros da instituição não significa abrir mão de apoiar alguém. Algo que merece análise histórica mais aprofundada. Enquanto não ocorre, sigamos, agora para falar dos oitenta e quatro (84) deputados que foram eleitos por duas ou mais vez para as cadeiras da assembleia. É na trajetória destes que, por motivos lógicos, conseguimos captar os aspectos ligados à reeleição e recondução. Sobre a primeira, constatamos um total de sessenta e dois (62) deputados. O Gráfico 02 a seguir nos ajuda a visualizar como se deu este elemento ao longo das legislaturas.

Gráfico 02 – Reeleições na Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas (1852-1889)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024) a partir dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, 1852-1889. Arquivo Público do Estado do Amazonas[405].

405 Nominalmente – 1852-53/54-55: Torquato Antônio de Souza, Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, Clementino José Pereira Guimarães, João Ignácio Rodrigues do Carmo, João Antônio da Silva, João Fleury da Silva, José Coelho de Miranda Leão Júnior, Manoel Joaquim da Costa Pinheiro, João Cardoso de Araújo Rozo, Romualdo Gonçalves de Azevedo, Joaquim Jansen Serra Lima, José Antônio de Andrada Barra e Victor da Fonseca Coutinho. 1854-55/56-57: Torquato Antônio de Souza, Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, Clementino José Pereira Guimarães, João Ignácio Rodrigues do Carmo, João Antônio da Silva, José Coelho de Miranda Leão Júnior, Romualdo Gonçalves de Azevedo, Victor da Fonseca Coutinho, Leonardo Ferreira Marques, Francisco Antônio Monteiro Tapajós, Estulano Alves Carneiro, Vicente Alves da Silva, Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, João do Rego Dantas, Manuel Thomaz Pinto, Alexandrino Magno Taveira Páo Brazil, Joaquim Izidoro de Oliveira, Joaquim Pereira da Motta e João Marcellino Taveira Páo Brazil. 1856-57/58-59: Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, Aureliano Antônio Delgado, Romualdo Gonçalves de Azevedo, Leonardo Ferreira Marques e Daniel Pedro Marques de Oliveira. 1858-59/1860-61: Aureliano Antônio Delgado, Romualdo

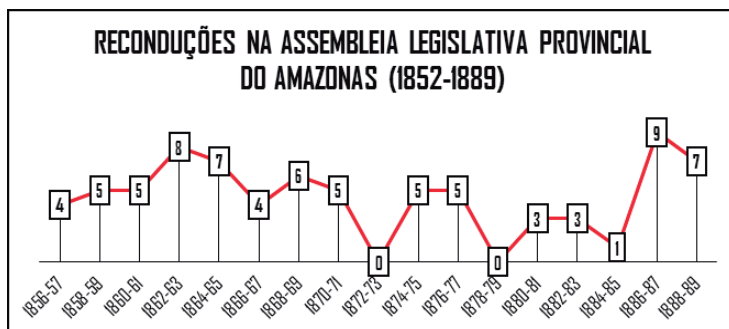
Vinte e seis (26) destes deputados experimentaram apenas a reeleição em suas trajetórias (26) e outros trinta e seis (36) experimentaram tanto a reeleição quanto a recondução[406]. Olhando para a

Gonçalves de Azevedo, João da Cunha Corrêa, Daniel Pedro Marques de Oliveira, Antônio Augusto de Mattos e José Félix de Azevedo. 1860-61/62-63: Francisco Antônio Monteiro Tapajós, Antônio Augusto de Mattos, José Félix de Azevedo, José de Carvalho Serzedello e José Pedro Paraguassú. 1862-63/64-65: Clementino José Pereira Guimarães, José Bernardo Michilles, Antônio Augusto de Mattos, Agostinho Rodrigues de Souza e João José de Freitas Guimarães. 1864-65/66-67: Clementino José Pereira Guimarães, José Coelho de Miranda Leão, José Bernardo Michilles, João Marcellino Taveira Páo Brazil, Agostinho Rodrigues de Souza, José Justiniano Braulle Pinto, João José de Freitas Guimarães e Manoel Justiniano de Seixas. 1866-67/68-69: Clementino José Pereira Guimarães, José Coelho de Miranda Leão, Estulano Alves Carneiro, Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, João Marcellino Taveira Páo Brazil, Agostinho Rodrigues de Souza e João José de Freitas Guimarães. 1868-69/1870-71: Torquato Antônio de Souza, Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, Clementino José Pereira Guimarães, José Coelho de Miranda Leão, Leonardo Ferreira Marques, Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, Daniel Pedro Marques de Oliveira, Manuel Pereira de Sá, Henrique Barbosa de Amorim e Thomaz Luiz Sympson. 1870-71/72-73: Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, Clementino José Pereira Guimarães, José Coelho de Miranda Leão, Francisco Antônio Monteiro Tapajós, Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, Manoel Ferreira Barreto, Daniel Pedro Marques de Oliveira, Damazo de Souza Barriga, Manuel Pereira de Sá, Henrique Barbosa de Amorim, Thomaz Luiz Sympson, Nicoláo José de Castro e Costa, Irenio Porfirio da Costa e José Arthur Pinto Ribeiro. 1872-73/74-75: Clementino José Pereira Guimarães, José Coelho de Miranda Leão, Francisco Antônio Monteiro Tapajós, Daniel Pedro Marques de Oliveira, Damazo de Souza Barriga, Henrique Barbosa de Amorim, Thomaz Luiz Sympson, Nicoláo José de Castro e Costa e João Carlos da Silva Pinheiro. 1874-75/76-77: Torquato Antônio de Souza, Francisco Antônio Monteiro Tapajós, Daniel Pedro Marques de Oliveira, Damazo de Souza Barriga, José Justiniano Braulle Pinto, João José de Freitas Guimarães, Henrique Barbosa de Amorim, Nicoláo José de Castro e Costa, João Carlos da Silva Pinheiro e João Carlos Antony. 1876-77/78-79: Sem dados para 1878-79, dificultando a análise comparativa. *1878-79/1880-81: Idem*. 1880-81/82-83: João da Cunha Corrêa, Emílio José Moreira, Antônio José Fernandes Júnior e Deocleciano Justino da Matta Bacellar. 1882-83/84-85: Pedro Luiz Sympson, Emílio José Moreira, Clarindo Adolpho de Oliveira Chaves, Joaquim Rocha dos Santos, Henrique Ferreira Pena de Azevedo, Antônio Simplício Valente de Menezes. 1884-85/1886-87: Clarindo Adolpho de Oliveira Chaves, Joaquim Rocha dos Santos, Henrique Ferreira Pena de Azevedo, Antônio Simplício Valente de Menezes e Lourenço Ferreira Valente do Couto. 1886-87/88-89: Clarindo Adolpho de Oliveira Chaves, Joaquim Rocha dos Santos, Deodato Gomes da Fonseca, Henrique Ferreira Pena de Azevedo, Manoel José de Andrade, João Wilkens de Mattos Meirelles, José Henriques Félix da Cruz Dácia, Lourenço Ferreira Valente do Couto, Manoel de Miranda Leão e Menandro Leandro Monteiro Tapajós.

406 Nominalmente – Somente Reeleição: João Antônio da Silva, João Carlos de Araújo Rozo, Romualdo Gonçalves de Azevedo, Joaquim Jansen Serra Lima, Victor da Fonseca Coutinho, João do Rego Dantas, Joaquim Izidoro de Oliveira, Joaquim Pereira da Motta, Antônio Augusto de Mattos, José Félix de Azevedo, José de Carvalho Serzedello, José Pedro Paraguassú, Manoel Justiniano de Seixas, Henrique Barbosa de Amorim, Irênio Porfirio da Costa, José Arthur Pinto Ribeiro, João Carlos Antony, Antônio José Fernandes Júnior, Deocleciano Justino da Matta Bacellar, Clarindo Adolpho de Oliveira Chaves, Joaquim Rocha dos Santos, Henrique Ferreira Pena de Azevedo, Antônio Simplício Valente do Couto, Lourenço Ferreira Valente do Couto, Manoel de Miranda Leão e Menandro Leandro Monteiro Tapajós. Reeleição e Recondução: Torquato Antônio de Souza, Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, Clementino José Pereira Guimarães, João Ignácio Rodrigues do Carmo, José Coelho de Miranda Leão, Aureliano Antônio Delgado, João Fleury da Silva, José Coelho de Miranda Leão Júnior, José Bernardo Michilles, Manoel Joaquim da Costa Pinheiro, José Antônio de Andrada Barra, Leonardo Ferreira Marques, Francisco Antônio Monteiro Tapajós, Estulano Alves Carneiro, Vicente Alves da Silva, Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, Manuel Thomaz Pinto, Alexandrino Magno Taveira Páo Brazil, João da Cunha Corrêa, João Marcellino Taveira Páo Brazil, Manoel Ferreira Barreto, Daniel Pedro Marques de Oliveira, Damazo de Souza Barriga, Agos-

trajetória deles, a partir do Gráfico 02, o leitor pode se surpreender com a inexistência de reeleição para as legislaturas de 1876-77 em comparação com a legislatura de 1878-79, bem como com a legislatura de 1878-79 em comparação com a legislatura de 1880-81. Mas a inexistência de reeleição diz respeito a questões metodológicas, conforme pontuado anteriormente. Sendo uma instituição em que seus integrantes deviam passar pelo crivo do voto, podendo ser reeleitos, portanto, o que percebemos a partir deste exercício é que a presença do elemento reeleição na trajetória do poder legislativo provincial se deu em três momentos bem pontuais: entre os anos de 1854 e 1857, 1870 e 1877 e na legislatura de 1888-89. Dados que podem ser lidos como três momentos em que a assembleia reuniu em seus quadros membros experientes, já que estes foram os momentos em que o elemento reeleição se fez presente de modo expressivo.

Em se tratando de recondução, constatamos cinquenta e oito (58) deputados que tiveram tal experiência em sua passagem pelos quadros da assembleia provincial do Amazonas. O Gráfico 03 a seguir nos ajuda a visualizar como foi a trajetória deste elemento ao longo das legislaturas.

Gráfico 03 – Recondução na Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas (1852-1889)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024) a partir dos Anais da Assembleia Legi slativa Provincial do Amazonas, 1852-1889. Arquivo Público do Estado do Amazonas[407].

tinho Rodrigues de Souza, Manuel Pereira de Sá, José Justiniano Braulle Pinto, João José de Freitas Guimarães, Thomaz Luiz Sympson, Nicoláo José de Castro e Costa, João Carlos da Silva Pinheiro, Pedro Luiz Sympson, Emílio José Moreira, Deodato Gomes da Fonseca, Manoel José de Andrade, João Wilkens de Mattos Meirelles e José Henrique Félix da Cruz Dácia.

407 Nominalmente – 1856-57: Joaquim Gonçalves de Azevedo (*eleito em* 1852-53), José

Por recondução entendemos como o aspecto relacionado aos membros da instituição que eleito pela primeira vez, não consegue ser reeleito, sendo integrado aos quadros da instituição apenas depois de um certo período de tempo. Vinte e dois (22) destes deputados tiveram apenas a recondução em suas trajetórias[408], enquanto os outros trinta e seis (36), conforme dito na discussão anterior, experienciaram tanto a reeleição quanto a recondução. Não conseguimos captar no Gráfico 03 uma tendência única, de ascensão ou de declí-

Coelho de Miranda Leão (1852-53), Aureliano Antônio Delgado (1852-53) e Manoel Ribeiro de Vasconcellos (1852-53). 1858-59: João Fleury da Silva (1854-55), Manoel Joaquim da Costa Pinheiro (1854-55), Aristides Justo Mavignier (1852-53), José Antônio de Andrada Barra (1854-55) e João da Cunha Corrêa (1854-55). 1860-61: Juvêncio Alves da Silva (*eleito em* 1852-53), Lino Pereira Brazil (1854-55), Francisco Antônio Monteiro Tapajós (1856-57), Vicente Alves da Silva (1856-57) e Alexandrino Magno Taveira Páo Brazil (1856-57). 1862-63: Torquato Antônio de Souza (1856-57), Clementino José Pereira Guimarães (1856-57), José Coelho de Miranda Leão Júnior (1856-57), José Bernardo Michilles (1852-53), Manuel Thomaz Pinto (1856-57), Damazo de Souza Barriga (1856-57), Marcos Antônio Rodrigues de Souza (1858-59) e Agostinho Rodrigues de Souza (1858-59). 1864-65: José Coelho de Miranda Leão (1856-57), Vicente Alves da Silva (1860-61), João da Cunha Corrêa (1860-61), João Marcellino Taveira Páo Brazil (1856-57), Daniel Pedro Marques de Oliveira (1860-61), Francisco Benedito da Fonseca Coutinho (1860-61) e José Justiniano Braulle Pinto (1860-61). 1866-67: João Ignácio Rodrigues do Carmo (1856-57), Juvêncio Alves da Silva (1860-61), Estulano Alves Carneiro (1856-57) e Gustavo Adolpho Ramos Ferreira (1856-57). 1868-69: Torquato Antônio de Souza (1862-63), Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães (1858-59), Leonardo Ferreira Marques (1858-59), Daniel Pedro Marques de Oliveira (1864-65), Manuel Pereira de Sá (1860-61) e Francisco de Paula Bello (1860-61). 1870-71: José Bernardo Michilles (*eleito em* 1866-67), Maximiniano de Paula Ribeiro (1852-53), Francisco Antônio Monteiro Tapajós (1862-63), Manoel Ferreira Barreto (1856-57) e Damazo de Souza Barriga (1862-63). 1872-73: 00. 1874-75: Torquato Antônio de Souza (1870-71), José Justiniano Braulle Pinto (1866-67), Francisco de Paula Bello (1868-69), João José de Freitas Guimarães (1868-69) e Manuel Rodrigues Checks Nina (1862-63). 1876-77: Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães (1872-73), Gustavo Adolpho Ramos Ferreira (1872-73), Manuel Pereira de Sá (1872-73), Antônio David de Vasconcellos Canavarro (1862-63) e Estevão José Ferraz (1870-71). 1878-79: sem dados. 1880-81: Juvêncio Alves da Silva (*eleito em* 1866-67), João da Cunha Corrêa (1864-65) e João Sebastião da Silva Lisboa (1876-77). 1882-83: Aprígio Martins de Menezes (1870-71), Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1870-71) e Pedro Luiz Sympson (1876-77). 1884-85: Francisco Leopoldo de Mattos Ribeiro (1872-73). 1886-87: Aprígio Martins de Menezes (1882-83), Nicoláo José de Castro e Costa (1876-77), Antônio Lopes Braga (1872-73), João Carlos da Silva Pinheiro (1876-77), Deodato Gomes da Fonseca (1882-83), Manoel José de Andrade (1882-83), João Wilkens de Mattos Meirelles (1882-83), Domingos Alves Pereira de Queiróz (1882-83) e José Henriques Félix da Cruz Dácia (1882-83). 1888-89: Thomaz Luzi Sympson (1874-75), Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1882-83), Emílio José moreira (1884-85), Luz Anselmo Baptista (1880-81), Gaudencio Euclides Soares Ribeiro (1880-81), Conrado Constâncio Nicoláo (1880-81) e Silvério José Nery (1882-83).

408 Nominalmente – Somente Recondução: Joaquim Gonçalves de Azevedo, Maximiniano de Paula Ribeiro, Manoel Ribeiro de Vasconcellos, Aristides Justo Mavignier, Juvêncio Alves da Silva, Lino Pereira Brazil, Marcos Antônio Rodrigues de Souza, Francisco Benedito da Fonseca Coutinho, Francisco de Paula Bello, Antônio David de Vasconcellos Canavarro, Manuel Rodrigues Checks Nina, Aprígio Martins de Menezes, Esteveão José Ferraz, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, Francisco Leopoldo de Mattos Ribeiro, Antônio Lopes Braga, Luiz Anselmo Baptista, Gaudêncio Euclides Soares Ribeiro, Conrado Constâncio Nicoláo, Domingos Alves Pereira de Queiroz, Silvério José Nery e João Sebastião da Silva Lisboa.

nio. O que captamos é certa estabilidade nesses números de 1856 a 1877, em que gira em torno de quatro (04) a cinco (05) o número de reconduções, chegando ao máximo de reconduções uma única vez, na legislatura de 1862-63, quando oito (08) deputados foram reconduzidos. Números que caem de 1880 a 1885. Este foi um período de pouco espaço para aqueles que desejassem a recondução. Espaço este que ganha expansão nas duas últimas legislaturas, de 1886-87, quando nove (09) deputados conseguiram ser reconduzidos, e 1888-89, quando sete (07) deputados alcançaram a recondução. Em linhas gerais, a presença do elemento recondução na assembleia é marcado por momentos de estabilidade (1856 a 1877), queda (1880-85) e ascensão de (1886 a 1889).

Destes deputados, um (01) esperou oito (08) anos para ser reconduzido, se trata de Maximiniano de Paula Ribeiro, tendo sido eleito para a legislatura de 1852-53, não consegue a reeleição, será reconduzido apenas na legislatura de 1870-71. Essa mesma experiência foi vivenciada por João da Cunha Corrêa, que depois de ser eleito para o biênio de 1864-65, não consegue a reeleição, sendo reconduzido às cadeiras da assembleia apenas na legislatura de 1880-81, sete (07) anos, portanto, para então ser reconduzido. Juvêncio Alves da Silva, Manoel Ferreira Barreto, Antônio David de Vasconcellos, Thomaz Luiz Sympson e Antônio Lopes Braga tiveram a experiência em comum de passar por seis (06) anos distantes dos quadros do legislativo provincial do Amazonas para só aí serem reconduzidos novamente. Enquanto Manuel Rodrigues Checks Nina, Aprígio Martins de Menezes, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha e Francisco Leopoldo de Mattos Ribeiro tiveram que esperar por cinco (05) anos, para só aí serem reconduzidos ao cargo eletivo de deputado provincial novamente. Outros deputados tiveram que esperar por quatro (04), três (03), dois (02) e um (01) ano para ser reconduzido[409]. Estes serão, justamente, os que mais reúnem número

409 Nominalmente – 01 ano: Joaquim Gonçalves de Azevedo, Aureliano Antônio Delgado, João Fleury da Silva, Manoel Ribeiro de Vasconcellos, Manoel Joaquim da Costa Pinheiro, José Antônio de Andrada Barra, Vicente Alves da Silva, Alexandrino Magno Taveira Páo Brazil, Daniel Pedro Marques de Oliveira, Marcos Antônio Rodrigues de Souza, Agostinho Rodrigues de Souza, Francisco Benedito da Fonseca Coutinho, Emílio José Moreira, Deodato Gomes da Fonseca, Manoel José de Andrade, João Wilkens de Mattos Meirelles, Domingos Alves Pereira de Queiroz, José Henriques Félix da Cruz Dácia e João Sebastião da Silva Lisboa. 02 Anos: Torquato Antônio de Souza, Clementino José Pereira Guimarães, José Coelho de Miranda Leão Júnior, Aristides Justo Mavignier, Lino Pereira Brazil, Manuel Thomaz Pinto, João José de Freitas Guimarães, Estevão José Ferraz, Pedro Luiz Sympson e Silvério

de deputados.

Em se tratando de aspectos distintivos, como a presença de irmãos, portanto, famílias dentro dos espaços políticos institucionais e as estratégias de distinção a partir de títulos vinculados ao nome também são dados interesses que constatamos quando nos colocamos para analisar os deputados. Para captarmos a presença de irmãos/famílias no universo do poder legislativo provincial, adotamos como estratégia os sobrenomes idênticos, os quais foram lidos como relacionados à irmãos. Assim, tal caminhada metodológica nos permitiu constatar a presença de tais irmãos atuando no interior da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, surgindo com isso alguns dados, sintetizados na Tabela 01 a seguir:

Tabela 01 – Famílias no interior do poder legislativo provincial do Amazonas (1852-1889)

Nº	IRMÃOS	NÚMERO DE IRMÃOS	LEGISLATURAS NO PODER	ANO DO PRIMEIRO E ÚLTIMO MANDATO
1	Goncalves de Azevedo	02	05	1852 a 1860
2	Pereira Guimaraes	03	10	1852 a 1875
3	Miranda Leão	03	12	1852 a 1889
4	Silva Meirelles	02	02	1852 a 1865
5	Michilles	02	06	1852 a 1887
6	Mattos	03	05	1852 a 1865
7	Alves da Silva	03	08	1852 a 1883
8	Fonseca Coutinho	03	06	1852 a 1881
9	Moreira	02	05	1854 a 1889
10	Monteiro Tapajós	02	10	1854 a 1889
11	Taveira Páo Brazil	02	06	1854 a 1869

José Nery. 03 Anos: José Coelho de Miranda Leão, Francisco Antônio Monteiro Tapajós, João Marcellino Taveira Páo Brazil, Damazo de Souza Barriga, Manuel Pereira de Sá, José Justiniano Braulle Pinto, Francisco de Paula Bello, Anselmo Baptista, Gaudêncio Euclides Soares Ribeiro e Conrado Constâncio Nicoláo. 04 Anos: Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, João Ignácio Rodrigues do Carmo, José Bernardo Michilles, Leonardo Ferreira Marques, Estulano Alves Carneiro, Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, Nicoláo José de Castro e Costa e João Carlos da Silva Pinheiro.

12	Rodrigues de Souza	02	05	1858 a 1869
13	Silva Coutinho	02	02	1864 a 1867
14	Sympson	02	08	1868 a 1889
15	Antony	03	04	1874 a 1889

Fonte: Elaborado pelo autor (2024) a partir dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, 1852-1889. Arquivo Público do Estado do Amazonas[410].

Tivemos a presença de quinze (15) famílias, cada uma possuindo dois (02) ou três (03) irmãos integrantes das mesmas, ficando por duas (02) ou quatorze (14) legislaturas no poder, sendo 1852 o ano do primeiro mandato dos irmãos e 1889 o último mandato. Vale destacar neste quadro a atuação das famílias "Pereira Guimarães", que tiveram três (03) irmãos, ficaram por dez (10) legislaturas no poder, de 1852 a 1875, com destaque para Clementino José Pereira Guimarães que somou dez (10) legislaturas: 1852-53, 54-55, 56-57, 1862-63, 64-65, 66-67, 68-69, 1870-71, 72-73, 74-75, enquanto Antônio José Pereira Guimarães e Thomaz José Pereira Guimarães somaram uma (01) legislatura cada um, ambos em 1856-57, sendo justamente nesta legislatura que experimentaram atuação conjunta no interior do legislativo provincial do Amazonas, quando os três exerceram o mandato eletivo. Os "Miranda Leão", com três (03) irmãos tendo atuado como membro da assembleia, ficaram por doze (12) anos no poder legislativo provincial, de 1852 a 1889, com destaque para José Coelho de Miranda Leão, que somou oito (08) legislaturas: 1852-53, 56-57, 1864-65, 66-67, 68-69, 1870-71, 72-73,

410 Nominalmente – Irmãos "Gonçalves de Azevedo": Joaquim Gonçalves de Azevedo e Romualdo Gonçalves de Azevedo. Irmãos "Pereira Guimarães: Clementino José Pereira Guimarães, Antônio José Pereira Guimarães e Thomaz José Pereira Guimarães. Irmãos "Miranda Leão": José Coelho de Miranda Leão, José Coelho de Miranda Leão Júnior e Manoel de Miranda Leão. Irmãos "Silva Meirelles": Joaquim José da Silva Meirelles e José Joaquim da Silva Meirelles. Irmãos "Michilles": José Bernardo Michilles e José Feliciano Michilles. Irmãos "Mattos": João Henrique de Mattos, Antônio Augusto de Mattos e João Wilkens de Mattos. Irmãos "Alves da Silva": Juvêncio Alves da Silva, Vicente Alves da Silva e Pedro Guilherme Alves da Silva. Irmãos "Fonseca Coutinho": Victor da Fonseca Coutinho, Francisco Benedito da Fonseca Coutinho e Victor da Fonseca Coutinho Júnior. Irmãos "Moreira": Antônio José Moreira e Emílio José Moreira. Irmãos "Monteiro Tapajós": Francisco Antônio Monteiro Tapajós e Menandro Leandro Monteiro Tapajós. Irmãos "Taveira Páo Brazil": Alexandrino Magno Taveira Páo Brazil e João Marcellino Taveira Páo Brazil. Irmãos "Rodrigues de Souza": Marcos Antônio Rodrigues de Souza e Agostinho Rodrigues de Souza. Irmãos "Silva Coutinho": João Martins da Silva Coutinho e Luiz Martins da Silva Coutinho. Irmãos "Sympson": Thomaz Luiz Sympson e Pedro Luiz Sympson. Irmãos "Antony": João Carlos Antony, Guilherme Antony e Antônio Guerreiro Antony.

74-75, enquanto os outros dois, José Coelho de Miranda Leão Júnior somou quatro (04) mandatos: 1852-53, 1854-55, 56-57 e 1862-63 e Manoel de Miranda Leão somou duas (02) legislaturas: 1886-87, 88-89. Tiveram uma experiência conjunta José Coelho de Miranda Leão e José Coelho de Miranda Júnior, sendo este, pelo "júnior" integrado ao nome, parece ser o filho de José Coelho de Miranda Leão. A presença de Manoel de Miranda Leão no interior da instituição, após os principais nomes da família terem se afastado da atuação legislativa provincial, pode ser revelador da influência desta família no interior da assembleia. E os irmãos/família "Monteiro Tapajós", que tiveram dois (02) irmãos eleitos ao longo da trajetória da instituição, atuaram por dez (10) legislaturas, com primeiro mandato em 1854 e o último em 1889, com destaque para Francisco Antônio Monteiro Tapajós, que somou oito (08) legislaturas: 1854-55, 56-57, 1860-61, 62-63, 1870-71, 72-73, 74-75 e 76-77, enquanto Menandro Leandro Monteiro Tapajós exerceu dois mandatos, 1886-87 e 88-89. Essas e as demais famílias, presentes na Tabela 01, demonstram que as mesmas tinham certo poder no meio social da Província. É indicativo que fazer parte das mesmas era elemento distintivo e que poderia dar legitimidade para ganhar a disputa eleitoral. Em diálogo com isso, outro recurso distintivo que podia ser usado para dar visibilidade, familiaridade e confiança no eleitorado é a questão dos títulos vinculados ao nome. Analisando os anais, conseguimos perceber oito (08) títulos integrados aos nomes dos membros desta instituição. Destes, o título de "Doutor" surge como o que mais vezes apareceu como estando vinculado aos nomes daqueles que ocuparam o posto de membro do poder legislativo provincial, totalizando vinte e três (23); o de "Capitão" e "Tenente-Coronel" aparecem em seguida, com dezessete (17), e dezesseis (16), respectivamente, e por último aparecem o de "Cônego/Padre", com treze (13) títulos vinculados ao nome e "Major", com seis (06). Com os menores números ficaram os títulos de "Barão", vinculado ao nome de Leonardo Ferreira Marques; "Comendador", vinculado ao nome de Clementino José Pereira Guimarães; e "Coronel", vinculado aos nomes de João Henrique de Mattos e Deodato Gomes da Fonseca[411]. Não

411 Nominalmente – Comendador: Clementino José Pereira Guimarães. Barão: Leonardo Ferreira Marques. Cônego-Padre: Joaquim Gonçalves de Azevedo, Bernardo Ivo de Nazareth Ferreira, Torquato Antônio de Souza, João Antônio da Silva, Romualdo Gonçalves de Azevedo, Manoel Ferreira Barreto, Daniel Pedro Marques de Oliveira, Antônio Augusto de Mattos, Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, Manoel de Cupertino Salgado, Ma-

nos é indiferente o fato de que uma grande maioria dos membros da instituição terem sido referenciados em suas atuações internas à instituição os títulos vinculados às forças militares, reproduzindo essa hierarquia no interior da assembleia provincial. Isso se faz presente empiricamente quando constatamos que 17 membros possuíam o título de "capitão", 06 o de "Major", 16 o de "Tenente-Coronel" e 02 o de "Coronel". Uma hierarquia militar sendo reproduzida no exercício de atuação da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas? Se não for isso, ao menos inferimos que os títulos parecem dar legitimidade política aos seus detentores, capaz de lhes render ganhos políticos. Setenta e nove (79) dos membros da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas foram tratados a partir de seus títulos. Não vinha os seus nomes primeiro, vinha primeiro o título e só então o nome, o que demonstra que tais títulos eram símbolos de distinção, notoriedade e capaz de dar ganhos políticos aos que os detinham. Notoriedades que podem ser chaves-explicativas para o desempenho político de muitos destes no interior do legislativo provincial. Pontos a serem descritos e analisados na tessitura da escrita a partir de agora.

---

noel Justiniano de Seixas, Francisco Benedito da Fonseca Coutinho e José Henrique Félix da Cruz Dacia. Doutor: Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, Nicoláo José de Castro e Costa, Aprígio Martins de Menezes, Félix Gomes do Rego, Marcos Antônio Rodrigues de Souza, José Antônio de Freitas Júnior, Francisco Mendes de Amorim, Antônio David de Vasconcellos Canavarro, João Martins da Silva Coutinho, Joaquim Leovigildo de Souza Coelho, Guilherme Amazonas de Sá, Francisco de Paula Soares, Antônio de Macedo Costa, Luiz Martins da Silva Coutinho, Alfredo Sérgio Ferreira, João Carlos Antony, Luiz Carneiro da Rocha, Antônio Dias dos Santos, Clarindo Adolpho de Oliveira Chaves, Manuel Francisco Machado, João Hosannah de Oliveira, Raymundo da Rocha Felgueiras e Geraldo de Souza Paes de Andrade. Capitão: José Coelho de Miranda Leão Júnior, José Justiano Braulle Pinto, Francisco de Paula Bello, Manuel Rodrigues Checks Nina, Estevão José Ferraz, Henrique Barbosa de Amorim, João Carlos da Silva Pinheiro, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, João Evangelista Cavalcante, Francisco Benício de Carvalho e Mello, Felinto Elysio Fernandes de Moraes, Antônio Simplício Valente de Menezes, Manoel José de Andrade, Domingos Alves Pereira de Queiroz, Eugênio Teixeira Ponce de Leão, Francisco Publio Ribeiro Bittencourt e Manoel Thomaz Guimarães. Major: Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, Francisco Antônio Monteiro Tapajós, João Marcellino Taveira Páo Brazil, Manuel Pereira de Sá, Pedro Luiz Sympson e Henrique Ferreira Pena de Azevedo. Tenente-Coronel: José Coelho de Miranda Leão, Estulano Alves Carneiro, Manuel Thomaz Pinto, José Félix de Azevedo, Agostinho Rodrigues de Souza, João Wilkens de Mattos, João José de Freitas Guimarães, Thomaz Luiz Sympson, Antônio Lopes Braga, Emílio José Moreira, Gaudencio Euclides Soares Ribeiro, João Wilkens de Mattos Meirelles, Lourenço Ferreira Valente do Couto, Menandro Leandro Monteiro Tapajós, Joaquim José Paes da Silva Sarmento e Damazo de Souza Barriga. Coronel: João Henrique de Mattos e Deodato Gomes da Fonseca.

Uma elite no interior da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas

Dos 174 membros, vinte (20) deles tiveram uma atuação longeva na instituição, ocupando de cinco (05) a dez (10) mandatos. Conseguiram se manter atuantes nesta casa por dez (10) a vinte (20) anos, demonstrando a partir deste aspecto que os mesmos são um grupo que se destaca em comparação com os demais. A Tabela 02 a seguir serve para conhecer a lista nominal deste Grupo dos 20:

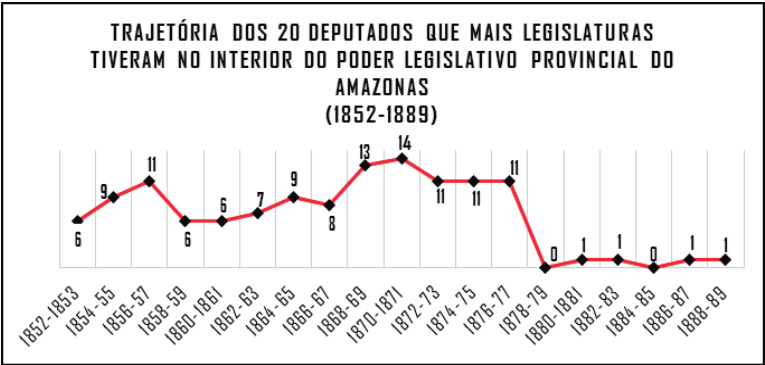
Tabela 02 – Deputados da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas que atuaram por 05 a 10 legislaturas.

1. TORQUATO ANTONIO DE SOUZA	52 53	54 55	56 57	-	-	62 63	-	-	68 69	70 71	-	74 75	76 77	= 08						
2. GABRIEL ANTONIO RIBEIRO GUIMARAES	52 53	54 55	56 57	58 59	-	-	-	-	68 69	70 71	72 73	-	76 77	= 08						
3. CLEMENTINO JOSE PEREIRA GUIMARAES	52 53	54 55	56 57	-	-	62 63	64 65	66 67	68 69	70 71	72 73	74 75	= 10							
4. JOSE COELHO DE MIRANDA LEAO	52 53	-	56 57	-	-	-	64 65	66 67	68 69	70 71	72 73	74 75	= 08							
5. JOSE BERNARDO MICHILLES	52 53	-	-	-	-	62 63	64 65	66 67	-	70 71	= 05									
6. ROMUALDO GONCALVES DE AZEVEDO	52 53	54 55	56 57	58 59	60 61	= 05														
7. LEONARDO FERREIRA MARQUES	-	54 55	56 57	58 59	-	-	-	-	68 69	70 71	= 05									
8. FRANCISCO ANTONIO MONTEIRO TAPAJOS	-	54 55	56 57	-	60 61	62 63	-	-	-	70 71	72 73	74 75	76 77	= 08						
9. GUSTAVO ADOLPHO RAMOS FERREIRA	-	54 55	56 57	-	-	-	-	66 67	68 69	70 71	72 73	-	76 77	= 07						
10. JOAO MARCELLINO TAVEIRA PÂU BRAZIL	-	54 55	56 57	-	-	-	64 65	66 67	68 69	= 05										
11. JOAO DA CUNHA CORREA	-	54 55	-	58 59	60 61	-	64 65	-	-	-	-	-	-	-	80 81	82 83	= 06			
12. DANIEL PEDRO MARQUES DE OLIVEIRA	-	-	56 57	58 59	60 61	-	64 65	-	68 69	70 71	72 73	74 75	76 77	= 09						
13. DAMAZO DE SOUZA BARRIGA	-	-	56 57	-	-	62 63	-	-	-	70 71	72 73	74 75	76 77	= 06						
14. AGOSTINHO RODRIGUES DE SOUZA	-	-	-	58 59	-	62 63	64 65	66 67	68 69	= 05										
15. MANUEL PEREIRA DE SÁ	-	-	-	-	60 61	-	-	-	68 69	70 71	72 73	-	76 77	= 05						
16. JOSE JUSTINIANO BRAULE PINTO	-	-	-	-	60 61	-	64 65	66 67	-	-	-	74 75	76 77	= 05						
17. JOAO JOSE DE FREITAS GUIMARAES	-	-	-	-	-	62 63	64 65	66 67	68 69	-	-	74 75	76 77	= 06						
18. HENRIQUE BARBOSA DE AMORIM	-	-	-	-	-	-	-	-	68 69	70 71	72 73	74 75	76 77	= 05						

19. THOMAZ LUIZ SYMPSON	-	-	-	-	-	-	-	-	68 69	70 71	72 73	74 75	-	-	-	-	-	-	88 89	= 05
20. NICOLAO JOSE DE CASTRO E COSTA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70 71	72 73	74 75	76 77	-	-	-	-	86 87	= 05	

Fonte: Elaborado pelo autor (2024) a partir dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, 1852-1889. Arquivo Público do Estado do Amazonas.

A trajetória deste grupo ainda remonta os anos 1850, período de instalação da assembleia. Ao menos seis (06) dos integrantes do Grupo dos 20 já se faziam presente na primeira legislatura (1852-53), número que vai aumentando no decorrer dos anos, a ponto de a legislatura de 1870-71 reunir em seus quadros quatorze (14) dos seus integrantes. A legislatura de 1876-77 foi a última legislatura em que marca a larga presença deste grupo nos quadros da instituição. De modo que, lemos esse dado a partir da compreensão de que os anos de 1876-77 marca o fim de um grupo geracional que atuou nesta casa desde os anos 1852. O Gráfico 04 a seguir nos ajuda a melhor visualizar essa questão.

Gráfico 04 – Trajetória dos 20 deputados que mais legislaturas tiveram no interior do poder legislativo provincial do Amazonas (1852-1889)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024) a partir dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, 1852-1889. Arquivo Público do Estado do Amazonas.

E como foi a atuação deste grupo em relação aos cargos de comando existentes no interior da instituição, ligados à presidente

e vice-presidente? Era o presidente que comandava os trabalhos da casa, na falta dele, assumia o vice-presidente. Era ele que devia organizar os trabalhos do dia a dia, controlar o tempo de quem falava, intervir em discussões que podiam levar às lutas corporais, etc. Para ser reconhecido enquanto tal, era necessário passar pelo crivo do voto dos seus pares, de modo que estar ocupando tais cargos podia simbolizar uma espécie de "escolhido dos escolhidos". O que pode ser lido como um revelador da confiança depositada pelos seus pares nos mesmos, refletindo que os mesmos podiam possuir certa reputação entre os demais. Ao menos dez (10) daqueles pertencentes ao Grupo dos 20 exerceram em algum momento de suas trajetórias no interior do poder legislativo provincial o cargo de presidente ou vice-presidente. A Tabela 03 a seguir serve para nos familiarizar com tais nomes. Eles podem ser tidos como integrantes de uma *elite da elite* existente no interior do poder legislativo provincial do Amazonas.

Tabela 03 – Deputados eleitos por 05 ou mais legislaturas e que ocuparam o cargo de presidente ou vice-presidente da assembleia:

Nº	NOMES	LEGISLATURAS	PRESIDENTE	VICE
1	Clementino José Pereira Guimarães	10	03	04
2	Jose Coelho de Miranda Leão	08	-	02
3	Romualdo Goncalves de Azevedo	05	02	02
4	Francisco Antônio Monteiro Tapajós	08	01	01
5	Agostinho Rodrigues de Souza	05	01	01
6	Torquato Antônio de Souza	08	02	03
7	Gabriel Antônio Ribeiro Guimaraes	08	02	02
8	Gustavo Adolpho Ramos Ferreira	07	03	-
9	Daniel Pedro Marques de Oliveira	09	-	02
120	Joao José de Freitas Guimaraes	06	02	03

Fonte: Elaborado pelo autor (2024) a partir dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, 1852-1889. Arquivo Público do Estado do Amazonas.

Alinhado às questões apresentadas na tabela com as variáveis relacionadas a irmãos/famílias e títulos, percebemos que a variável "irmãos/família" é exceção nas trajetórias de Gustavo Adolpho Ramos Ferreira; João José de Freitas Guimarães; Gabriel Antônio

Ribeiro Guimarães; Torquato Antônio de Souza e Daniel Pedro Marques de Oliveira. Lida aqui como aspecto fundamental que rendia ganhos políticos, a variável família não é mensurável na trajetória destes no legislativo provincial. Mas mesmo não tendo tal aspecto em suas carreiras, estes tiveram uma longa atuação no interior do legislativo, fazendo parte da geração que, dos anos 1850 aos anos finais de 1870, estiveram presentes nos quadros da instituição enquanto deputados. De onde captavam recurso político? Inferimos que a questão dos títulos vinculados ao nome é elemento explicativo do sucesso político destes. Em Gustavo Adolpho Ramos Ferreira o título de "Doutor"; em João José de Freitas Guimarães o título de "Tenente-Coronel"; em Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães o título de "Major"; em Torquato Antônio de Souza e Daniel Pedro Marques de Oliveira o título de "Cônego/Padre". Enquanto aos demais, Agostinho Rodrigues de Souza (irmãos "Rodrigues de Souza" – Título de "Tenente-Coronel"), Clementino José Pereira Guimarães (irmãos "Pereira Guimarães" – Título de "Comendador"), Romualdo Gonçalves de Azevedo (irmãos "Gonçalves de Azevedo" – Título de "Padre"), Francisco Antônio Monteiro Tapajós (irmãos "Monteiro Tapajós" – Título de "Major") e José Coelho de Miranda Leão (irmãos "Miranda Leão" – Título de Tenente-Coronel), possuem as cinco variáveis em suas trajetórias, ambos exerceram por um largo período de tempo o mandato de deputado provincial, sendo essa larga experiência no legislativo explicado devido aos títulos distintivos que tinham vinculados aos seus nomes e por pertencerem à famílias influentes na província, aspectos que lhes rendiam ganhos políticos, ganhos estes que os faziam chegar ao ápice de atuação enquanto parlamentares provinciais ao exercerem os cargos internos de presidente ou vice-presidente da instituição, o que os constituem como integrantes da elite legislativa da Assembleia Provincial do Amazonas.

Considerações Finais

Com a presente pesquisa conseguimos captar a presença de uma elite legislativa no interior da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Deputados que ocuparam as cadeiras da instituição por um período considerável de tempo, sendo partícipes, portan-

to, de inúmeros debates envolvendo as questões da província, bem como ocuparam postos de comando no interior da estrutura organizativa da instituição, sendo responsáveis por guiar os trabalhos desta casa. Levando em consideração o debate historiográfico de Miriam Dolhnikoff, pode ser este aquele grupo com quem o governo imperial teria que lidar, teria que negociar. Bem como considerando o aporte teórico de Flávio M. Heinz, será este grupo, que ocupando posições-chave na estrutura da sociedade do Amazonas Provincial, dispondo, portanto, de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros, são tidos como elite. Uma elite legislativa, que se complementa e se potencializam quando consideramos as vezes que foram eleitos e o seu papel no interior da instituição ao considerarmos os cargos de comando ocupado, como presidente e vice-presidente. Captar seus nomes, como exercício histórico analítico inicial é elemento frutífero para pesquisas posteriores. Dentre estas, podemos citar o estudo prosopográfico dos mesmos, possibilidade analítica que, por enquanto, deixamos em aberto.

O mundo antes da guerra: geopolítica internacional na imprensa manauara (1935-1939)[412]

Nelian Caio Cândido Lobato[413]

Na década de 1930, o mundo enfrentava uma crise no sistema político e econômico liberal devido aos impactos da Primeira Guerra Mundial e à quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. Uma das principais consequências desse contexto foi a adoção, por diversos países, de modelos governamentais mais autoritários, na tentativa de corrigir o que muitos viam como falhas do liberalismo. A ascensão de regimes autoritários, sobretudo na Europa, combinada à instabilidade gerada pelos ressentimentos acumulados desde o término da Grande Guerra, culminou, em 1939, no início da Segunda Guerra Mundial, o conflito armado mais mortal da história humana. Diante desse cenário de incertezas e tensões crescentes, é relevante examinar como a imprensa de Manaus reagiu ao noticiar os eventos que precederam o que muitos historiadores consideram o início da Segunda Guerra Mundial: a invasão alemã da Polônia.

É importante lembrar que tanto o Brasil quanto o Amazonas, durante esse intervalo entre guerras, enfrentaram um período de significativa instabilidade política e econômica[414] [415] [416] [417], além de testemunharam o surgimento de movimentos políticos com grande

412 Artigo produzido com o financiamento e apoio da bolsa UFAM
413 Mestrando em História na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: nelian_lobato@live.com.
414 CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 26 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 100.
415 FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. "A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta". *CPDOC*, 2006, pp. 14-16.
416 OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920 a 1967: a cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado/ EDUA, 2003, p. 41.
417 PESSOA, Alba Barbosa. *Pequenos construtores da nação: disciplinarização da infância na cidade de Manaus (1930-1945)*. Tese de Doutorado, UFPA, 2018, pp. 46-47.

influência, como o integralismo e o comunismo[418 419]. Além disso, o Brasil foi liderado por Getúlio Vargas, cuja inclinação para regimes de extrema-direita e aversão ao comunismo se destacaram durante seu governo. Essa posição se tornou evidente em 1936, quando seu regime ordenou a prisão da líder comunista Olga Benário Prestes. Alemã de origem judaica, Olga foi deportada pelo governo brasileiro para a Alemanha nazista, onde foi executada em 1942[420].

O uso da imprensa como fonte de pesquisa histórica é amplamente reconhecido, especialmente no Brasil e no Amazonas, onde os jornais impressos têm sido amplamente utilizados pelos historiadores. Desde pelo menos a década de 1970, os periódicos têm ganhado credibilidade e superado as desconfianças iniciais dos pesquisadores.[421] A historiografia produzida no Amazonas já estabeleceu uma tradição de considerar os jornais como fonte de suma importância. Inúmeros trabalhos acadêmicos, abordando uma vasta gama de temas e vertentes, têm utilizado esse tipo de material como documentação essencial. A produção é robusta, refletindo uma pesquisa vigorosa e contínua. Por exemplo, a história da classe trabalhadora amazonense durante a Primeira República deve muito aos efêmeros e combativos jornais operários[422]. A imprensa escrita do Amazonas diariamente reproduzia a conjuntura política internacional, reportando acontecimentos do outro lado do Atlântico por meio de notas e reportagens. Mapear essas notícias será fundamental para compor uma das facetas desse cenário, especialmente através de dois grandes veículos da época: *A Tarde* e *Jornal do Commercio*.

O *Jornal do Commercio* foi fundado em 2 de janeiro de 1904 por Joaquim Rocha dos Santos, anteriormente proprietário do jornal Commercio do Amazonas. Exceto durante o período de 1910 a 1914, quando consistia de 8 páginas, o periódico manteve-se com 4 páginas desde sua criação. A primeira página era reservada para notícias, enquanto as páginas subsequentes incluíam anúncios pu-

418 ABREU, Davi Monteiro. *Uma "pretensa intentona": ANL, AIB e a cultura política anticomunista no estado do Amazonas (1935-1937)*. Dissertação de Mestrado, UFAM, Manaus, 2019.
419 CARVALHO, *Cidadania no Brasil*, pp. 106-107.
420 HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 67.
421 TELES, Luciano Everton Costa. *Mundos do trabalho e imprensa: a vida operária em Manaus na década de 1920*. Manaus: UEA Edições, 2015.
422 PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Vozes operárias: fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

blicitários. Segundo Hosenildo Gato Alves, o jornal, como outros da época, buscava transmitir uma imagem de imparcialidade, embora desde seu início interviesse em assuntos políticos e sociais para defender os interesses da elite comercial luso-brasileira, conhecida como setor oligárquico. Em momentos distintos, também apoiou movimentos trabalhistas, especialmente após a queda do comércio da borracha[423].

Durante os anos de 1930 a 1937, o *Jornal do Commercio* mostrou-se contrário à formação da Aliança Liberal, que lançou Getúlio Vargas como candidato à presidência da República. Em geral, o periódico evitou manifestações políticas, exceto em momentos como a promulgação da Constituição do Estado do Amazonas. Em alguns desses momentos, expressou apoio a Álvaro Maia. Para o jornal, especialmente a partir de 1937, havia uma atmosfera de incerteza quanto à democracia, com o temor de que as liberdades individuais pudessem ser ameaçadas.

O jornal *A Tarde* foi inaugurado em 19 de fevereiro de 1937 em Manaus, desempenhando um papel crucial na sociedade amazonense, mesmo em um período de censura devido ao estado de guerra no país. Em suas primeiras páginas, o vespertino adotou o lema '*A Tarde* é do povo e viverá para o povo', além do subtítulo 'um vespertino que será sempre o arauto das aspirações populares'. A primeira edição teve oito páginas, enquanto as subsequentes geralmente consistiam de quatro páginas, com edições especiais ocasionalmente chegando a seis, oito e até 54 páginas, como ocorreu em seu primeiro aniversário. A cobertura jornalística incluía política internacional, nacional e regional, além de espaço para queixas populares, literatura, crônicas, fofocas e seções comerciais.

De acordo com Davi Monteiro Abreu e Vanessa Andrade Vasconcelos[424], no seu editorial, o jornal *A Tarde* destacou sua luta contra as 'ideologias estrangeiras' em prol da ordem. Especificamente, o periódico enfrentava uma batalha contra o comunismo, visto como um inimigo que se infiltrava nos organismos sociais do Brasil

---

423 ALVES, Hosenildo Gato. *Propaganda varguista na imprensa amazonense (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado, UFAM, 2009.

424 ABREU, Davi Monteiro; VASCONCELOS, Vanessa Andrade. "O jornal *A Tarde*: um vespertino que será sempre o arauto das aspirações populares (1937)". In: BARROS, Wanderlene de Freitas Souza; MOURA, Anderson Vieira (org.). *Entre o autoritarismo e a modernização: Vargas e a Amazônia*. Curitiba: CRV, 2022, p. 31-51.

e ameaçava suas bases, conforme relatado por colunistas como o deputado estadual Leopoldo Carpinteiro Péres e o proprietário/diretor Aristophano Antony. Três colunas integralistas no jornal (Coluna do Sigma, Coluna Verde e Quadrilátero da 5ª hora) também contribuíam para a abordagem anticomunista, além de discutirem temas gerais e promoverem o integralismo."

O expansionismo italiano: os conflitos contra a Etiópia e a Albânia

O Reino da Itália emergiu da Primeira Guerra Mundial como uma das potências vitoriosas, porém, insatisfeito com os ganhos territoriais que não correspondiam à totalidade das promessas feitas pelos Aliados em troca de seu apoio durante o conflito. O triunfo do movimento fascista, um movimento contrarrevolucionário, ultranacionalista e imperialista, sublinhou a insatisfação italiana[425]. Após a instauração do regime fascista na Itália, o governo do país procurou reforçar seu poder nas regiões dos Balcãs e na África como parte de uma política de expansão territorial. O fascismo visava alcançar os territórios que lhe foram prometidos pelos Aliados durante a Primeira Guerra Mundial.

A Itália tentou estabelecer colônias no Chifre da África na década de 1890. As tentativas de expansão acabaram sendo frustradas pela derrota na Primeira Guerra Ítalo-Etíope, o que resultou no reconhecimento italiano da independência da Etiópia e na limitação a apenas duas colônias na região: a Eritreia Italiana e a Somália Italiana[426]. Na década de 1930, com a ascensão de Mussolini ao poder, a Itália voltou a buscar a expansão de seus domínios no continente africano, tendo a Etiópia como principal alvo. A política agressiva do governo fascista permitiu que os governadores coloniais italianos avançassem sobre territórios que não estavam sob controle do império colonial italiano, o que resultou em crescentes tensões e conflitos com a Etiópia.

A consolidação da Etiópia como uma nova possessão para o império colonial italiano era crucial para sua geopolítica. Isso per-

425 HOBSBAWM, *Era dos extremos*, p. 36.
426 HOBSBAWM, *Era dos extremos*, p. 25.

mitiria à Itália controlar a maior parte do Chifre da África, ter acesso aos recursos naturais da região e exercer pressão sobre territórios como a Somália Francesa e Britânica, facilitando o controle estratégico sobre o Estreito de Bab-el-Mandeb e o Golfo de Áden. Com o controle dessas áreas, a Itália quase monopolizaria uma das rotas marítimas mais importantes do comércio mundial. Além disso, em caso de conflito com os britânicos, poderia potencialmente bloquear o Canal de Suez, cortando o principal acesso britânico à sua colônia mais importante, o Raj Britânico.

As tensões entre a Itália e a Etiópia se intensificaram, resultando em conflitos entre as forças italianas localizadas na fronteira da Eritreia e da Somália Italiana, e as forças etíopes nas regiões do norte e leste do país. Em julho de 1935, alguns meses antes do início da Segunda Guerra Ítalo-Etíope, o *Jornal do Commercio*, destacou as falas de membros da Câmara dos Comuns do Reino Unido que discutiam o conflito no Chifre da África. O governo britânico enxergava o conflito entre esses países com máxima gravidade com um Lorde chegando a declarar que a situação desses países era um dos casos mais graves após a Primeira Guerra Mundial. Apesar dessas declarações, é relevante ressaltar que o Reino Unido não forneceu assistência logística nem enviou soldados para os etíopes, que se manifestaram contra a ausência de suporte por parte das potências europeias para a proteção de seu território soberano.

Ainda no mês de julho de 1935, o *Jornal do Commercio* também noticiou uma série de movimentações militares da Itália em direção a suas colônias na África. As notícias mais destacadas pelo periódico são aquelas sobre a Itália enviando navios com grandes contingentes para suas colônias africanas. Além de convocar tropas italianas do continente europeu, as colônias também forneciam contingentes de forças para o exército italiano, com indígenas da Eritreia e Somália sendo convocados a participar das forças armadas italianas.

Na edição de 20 de julho de 1935, o *Jornal do Commercio* abordou os primeiros choques entre etíopes e italianos na África. No segmento destinado a notícias sobre a Itália, foi relatado um confronto entre tribos etíopes e italianos, bem como tribos da região da Eritreia. As tribos etíopes teriam atravessado o norte de sua fronteira

e chegaram à região da planície de Madra, onde teriam realizado ataques à população local. O jornal também informa que os etíopes levaram quatro mil cabeças de gado, assim como prisioneiros que seriam escravizados. Essa notícia destaca um pouco do discurso do periódico sobre o lado etíope, que mesmo com o país prestes a ser invadido por uma das potências vencedoras da Primeira Guerra tratou o lado dos etíopes como assaltantes. Por outro lado, é importante ressaltar que o jornal não afirmou que os prisioneiros seriam escravizados para difamar os etíopes, visto que a escravidão não tinha sido abolida do país, sendo essa uma das justificativas utilizadas pela Itália para a anexação do país.

Após o início do conflito, como forma de prejudicar a máquina de guerra italiana, os governos do Reino Unido e da França buscavam impor sanções econômicas coordenadas ao país por meio da Liga das Nações. A Liga das Nações também acreditava que poderia contar com o apoio de governos que não faziam parte da Liga das Nações, como Estados Unidos e o Brasil. Os debates sobre o conflito na Liga das Nações levaram Mussolini a desacreditar a função da organização como agente da manutenção da paz. Em sua edição de 10 de outubro de 1935, o *Jornal do Commercio* destacou algumas das discussões sobre as sanções econômicas que seriam impostas a Itália e como esse debate estava sendo levado para a Liga das Nações. Nessa mesma edição, também é possível observar uma reação inicial do governo italiano às sanções, que suspendeu as negociações iniciadas no mercado britânico para a compra de cobre.

O governo italiano estava pouco disposto a colaborar com a Liga das Nações e recusou-se a tratar das propostas de paz com o órgão internacional. Os italianos decidiram tratar apenas das questões envolvendo a Etiópia e possíveis propostas de paz com os governos francês e britânico, sem qualquer interferência de outros órgãos ou países. Em sua edição de 17 de dezembro de 1935, o *Jornal do Commercio* destacou a posição do governo italiano quanto às questões das propostas de paz com a Etiópia e sua recusa em negociar com a Liga das Nações. Além disso, o periódico também destaca a proposta dos governos francês e britânico para a Itália, que permitiria os italianos anexarem diversos territórios da Etiópia, mas que permitiria o país africano a se manter independente. Essa proposta é interessante, pois revela o modelo de concessões que britânicos e

franceses futuramente iriam utilizar com a Alemanha, o qual consistia em conceder território do país agredido ao agressor em troca da manutenção da paz. O acordo proposto em 16 de outubro de 1935 não foi aceito pelo governo italiano.

As tentativas dos governos da Europa Ocidental de negociar um acordo de paz com a Itália em relação ao conflito com a Etiópia falharam, e os italianos conquistaram o país em 1936. A conquista italiana não foi reconhecida pelas potências ocidentais como domínio no Chifre da África. A falta de reconhecimento de sua conquista foi um dos principais motivos que levaram a Itália a sair da Liga das Nações. Em edições de dezembro de 1937, o *Jornal do Commercio* destacou as pretensões italianas de abandonar a Liga das Nações, bem como as negociações das principais potências europeias sobre o reconhecimento da conquista da Etiópia pela Itália. Em janeiro de 1938, o governo francês deixou claro que não reconheceria o governo italiano como soberano da Etiópia. A decisão do governo francês é claramente expressa pelo fato de não reconhecer o rei da Itália como Imperador da Etiópia e por atrapalhar a Itália a obter dinheiro para financiar a colonização.

A máquina de guerra italiana voltou-se para a região dos Balcãs na Europa. Em 7 de abril de 1939, a Itália invadiu a Albânia em uma guerra que durou apenas 5 dias, transformando o país em um protetorado italiano. Os desejos expansionistas italianos em direção aos Balcãs estavam ligados à ideia de formação de uma Grande Itália, e as movimentações do país contra a Albânia eram tão perceptíveis que o governo italiano considerava que não valia a pena negar seu desejo de anexar a Albânia. O periódico *A Tarde* deixa clara essa última afirmação em sua edição de 20 de março de 1939, lançada algumas semanas antes da invasão italiana. A invasão da Itália também ocorre em um momento em que a expansão da Alemanha na Europa estava ocorrendo, e o foco das potências ocidentais estava em negociar com a Alemanha.

Apesar de não terem realizado uma ofensiva militar contra a Itália devido à sua invasão da Albânia, os governos ocidentais se reuniram para condenar o governo italiano e prevendo futuras invasões na região dos Balcãs, ofereceram uma série de auxílios para países da região, como Grécia e Romênia. É notável observar que

em 1939, as tentativas de negociação com os países fascistas já não eram mais uma opção a ser considerada e os governos do ocidente começavam a se impor militarmente contra as expansões realizadas por países totalitários. O Reino Unido e a França chegaram a oferecer um pacto de defesa militar para esses países em caso de agressão da Itália, o que acabou enfurecendo o governo italiano, que prometeu continuar seu programa de expansão a qualquer preço. A edição de 14 de abril de 1939 do *A Tarde* destacou a reação cínica do governo fascista de Mussolini diante desse confronto com as pretensões expansionistas da Itália.

A cobertura do *Jornal do Commercio* sobre a Segunda Guerra Ítalo-Etíope focou-se em abordar as movimentações militares da Itália na África e a reação dos governos do Atlântico-Norte sobre o conflito. O periódico utilizou uma narrativa baseada nas notícias vindas da Europa, o que permitiu observar os discursos utilizados pelos países como a Itália, França e Reino Unido. O problema com essa abordagem é o apagamento dos etíopes e os horrores sofridos pelo país durante a invasão. Poucas notícias abordam a situação pelo ponto de vista do país e acabam sendo resumidas ao Imperador etíope solicitando apoio as potências europeias. Também é possível perceber um cinismo vindo de países da Europa Ocidental, que mesmo condenando a invasão da Etiópia, proibiram a venda de armas ao país e apenas utilizaram sanções econômicas para tentar prejudicar os esforços de guerra italianos e a colonização do país.

A cobertura do *A Tarde* sobre a retirada da Itália da Liga das Nações enfatiza o entusiasmo e respaldo da população italiana em relação às medidas do governo. O jornal contava com vários membros afiliados ao pensamento de extrema-direita. Ao examinarmos o discurso empregado pelo jornal ao relatar esse evento, percebe-se que a saída do país da Liga das Nações é subjugada em favor da ênfase na demonstração de apoio da população ao Duce e ao Rei. Essa abordagem parece ser uma estratégia para conferir legitimidade à decisão tomada, relegando a saída da Liga das Nações a um papel secundário. A cobertura da invasão à Albânia foi rápida devido à curta duração do conflito. O periódico direcionou sua atenção para analisar as reações das potências europeias, as quais, embora não tenha intervindo diretamente, condenaram a invasão e não reconheceram o território como parte da Itália.

O expansionismo alemão: a máquina de guerra germânica sobre a Europa

Após a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha foi inteiramente responsabilizada pelo conflito e por suas consequências. O país perdeu territórios, como a Alsácia-Lorena para a França, além da Prússia Ocidental e Poznan para a Polônia, e todo o seu império colonial. Além disso, a Alemanha foi forçada a pagar reparações financeiras enormes e teve que reduzir o efetivo militar de suas forças armadas. O Tratado de Versalhes gerou um forte ressentimento na Alemanha, o qual alimentou uma extrema polarização política, com tanto a extrema-esquerda quanto a extrema-direita condenando sua existência. A política externa nazista baseava-se na completa ignorância da existência do Tratado de Versalhes, na recuperação dos territórios perdidos para outros países e na unificação dos povos germânicos que haviam ficado de fora da unificação do país, como os austríacos e os alemães que viviam na região da Tchecoslováquia conhecida como Sudetos. Esses objetivos de unificação germânica resultaram em algumas das maiores crises do período, como a anexação da Áustria e a subsequente anexação de partes da Tchecoslováquia, seguidas pela ocupação do país[427].

Os desejos expansionistas alemães entraram em choque com os interesses de seus vizinhos, que buscavam manter seus territórios e independência. O primeiro alvo da expansão nazista foi a Áustria, um país de população majoritariamente germânica, que devido a questões políticas envolvendo a antiga casa real do país (Habsburgo), ficou fora do processo de unificação alemã no século XIX. As tensões entre o desejo da Alemanha nazista de anexar a Áustria e o desejo austríaco de preservar sua independência geraram conflitos durante toda a década de 1930 e culminaram no fim da independência da Áustria, que foi absorvida pela Alemanha de Hitler.

Em sua edição de 25 de fevereiro de 1937, o jornal *A Tarde* destacou as crescentes tensões entre o governo alemão e austríaco, que já estavam marcadas por violência, como o assassinato do primeiro-ministro austríaco Engelbert Dollfuss. Ele foi morto em uma tentativa de golpe de Estado liderado por nazistas austríacos,

427 HOBSBAWM, *Era dos extremos*, pp. 33-36.

com apoio do governo alemão. Além disso, os austríacos denunciaram que os alemães estavam interferindo em questões domésticas da Áustria, como se intrometer em discussões sobre uma possível restauração da monarquia na Áustria, uma questão que a Alemanha via com desagrado.

Em 23 de fevereiro de 1938, o *Jornal do Commercio* destacou a reação dos nazistas austríacos após a irradiação de um discurso pangermanista realizado por Hitler. Também é destacada a inércia da polícia austríaca em relação às manifestações realizadas por nazistas austríacos. A seção de notícias internacionais do periódico, em sua edição de 13 de março de 1938, cobre a anexação da Áustria pela Alemanha e faz pontuações sobre diversos pontos, como a reação da população austríaca e dos governos ocidentais, que protestaram contra a agressão alemã, além das primeiras medidas realizadas pelo governo nazista nesse território. Essa edição é lançada no dia em que a Alemanha consegue conquistar todo o território austríaco e também destaca a forte presença militar que os nazistas utilizam para anexar a Áustria.

No final de 1938, a Alemanha nazista mobilizou suas forças militares na fronteira com a Tchecoslováquia e exigiu que o país cedesse os Sudetos, região que, naquele período, possuía a maioria da população de origem alemã. Tanto o *Jornal do Commercio* quanto o *A Tarde* noticiaram o conflito em suas páginas e fizeram uma ampla cobertura das negociações referentes a essa questão. A cobertura do *Jornal do Commercio* teve como principal foco as negociações entre a Alemanha e as potências ocidentais europeias. As potências europeias, principalmente o Reino Unido, estavam dispostas a autorizar a Alemanha a anexar a região dos Sudetos ao seu país, desde que fossem dadas garantias de que a Alemanha não se expandiria para nenhum outro território vizinho e que não anexaria as áreas da Tchecoslováquia onde a maioria da população era de origem tcheca.

Enquanto a cobertura do *A Tarde* tinha dois principais focos, sendo o primeiro as tentativas do governo da Tchecoslováquia em conceder autonomia para os alemães que viviam nos Sudetos, além de negociar com as populações germânicas da região. Posteriormente, o jornal cobre a negociação e assinatura do Tratado de Munique. O periódico comenta sobre as consequências sofridas pela Tchecos-

lováquia, que teve partes significativas de seu território anexadas por outros países e ficou vulnerável aos interesses de outras nações na região da Europa Central, em especial a Hungria. Por fim, é destacado que, com a anexação da região dos Sudetos, a Alemanha conseguiu adquirir uma área com enormes reservas minerais e grande poder industrial. Nessa última notícia, é possível ver um pouco do aspecto ideológico do jornal, que acredita que a anexação da região foi uma libertação da área de um ‘jugo’ da Tchecoslováquia.

Mesmo com os acordos assinados pela Alemanha, garantindo a independência da Tchecoslováquia após a anexação da região dos Sudetos em março de 1939, o país é atacado pelos germânicos, que anexam a região da Tchéquia e estabelecem um estado fantoche na região da Eslováquia. O *Jornal do Commercio* preocupou-se em mostrar as condenações das lideranças ocidentais ao ataque da Alemanha, como os Estados Unidos, França e Reino Unido. Em suas edições de março de 1939, *A Tarde* comunicou aos seus leitores sobre os ataques realizados pela Alemanha nas cidades da Tchecoslováquia, assim como noticiou a criação da República Eslovaca, um estado fantoche dos nazistas no território. Também foi destaque no periódico a reação dos governos ocidentais, que condenaram os ataques realizados pelos alemães, o que gerou protestos por parte dos alemães.

Em março de 1939, *Jornal do Commercio* e *A Tarde* começaram a noticiar movimentações da Alemanha em direção à fronteira com a Polônia. Ao contrário da posição de negociação com a Alemanha adotada durante a crise da Tchecoslováquia, as potências da Europa Ocidental deixaram claro que não aceitariam uma invasão da Polônia e que estavam dispostas a entrar em guerra com a Alemanha. Em sua edição de 1 de abril de 1939, o *Jornal do Commercio* salientou a posição dos governos britânico e francês a respeito de uma eventual invasão da Polônia pela Alemanha, na qual garantem que os países entrariam em guerra contra os germânicos caso os poloneses tivessem suas fronteiras violadas. Em sua edição de 15 de abril de 1939, o *Jornal do Commercio* noticiou que a Polônia começou a preparar-se para uma futura guerra contra a Alemanha, visto que os germânicos estavam concentrando tropas em suas fronteiras.

Em setembro de 1939, a Alemanha nazista invade a Polônia e dá início a Segunda Guerra Mundial na Europa. As edições do mês

de setembro do *Jornal do Commercio* ressaltaram as declarações de guerra e a posição de diversos países nesse início de conflito. A edição de 2 de setembro de 1939 do *Jornal do Commercio* destacou os bombardeios realizados pelos alemães na Polônia e a reação dos governos da França e do Reino Unido que se comprometeram a auxiliar a Polônia no conflito. Em sua edição de 3 de setembro de 1939 o periódico realçou as mobilizações realizadas pelos franceses e britânicos, além dos países que se declararam neutros quanto ao conflito. Por fim, em sua edição de 5 de setembro de 1939, foi noticiada a declaração de guerra do governo francês e britânico à Alemanha. Além disso, mostrou que a Alemanha culpou os britânicos pelo conflito na Europa.

As coberturas realizadas pelo *Jornal do Commercio* e *A Tarde* em relação ao expansionismo alemão foram abrangentes, conseguindo não apenas apresentar os acontecimentos, mas também explorar suas implicações de maneira aprofundada. Através dessas coberturas, torna-se evidente a forma como o discurso político adotado pela Alemanha Nazista foi retratado, bem como as reações por parte dos governos ocidentais diante dos ataques perpetrados pelos alemães contra nações vizinhas. As reportagens do *Jornal do Commercio*, em especial, demonstram que, embora uma parte do país tenha celebrado a anexação, houve segmentos da população, especialmente ligados às universidades, que demonstraram uma notável resistência à incorporação do país. Já a cobertura do *A Tarde* é marcada pelas entrevistas com o embaixador da Áustria no Brasil e por uma análise geopolítica sobre os ganhos que a Alemanha teria ao anexar os Sudetos da Tchecoslováquia.

Brasil e Alemanha: parceria pela borracha amazônica e a valorização do Estado forte

Em abril de 1937, o *Jornal do Commercio* publicou uma matéria sobre a formação de um consórcio teuto-brasileiro que tinha o objetivo de intensificar a extração de borracha na região da Amazônia. O consorcio era amparado pelo governo da Alemanha e, segundo o jornal, tinha como um dos principais objetivos atender às demandas da indústria alemã. O consórcio, organizado na cidade

alemã de Dresden, contaria com técnicos da Alemanha e a mão de obra dos brasileiros. De acordo com o periódico, a sua implementação seria conduzida de modo a não ser percebida como uma expansão imperialista da Alemanha na região amazônica. O funcionamento do consórcio ficaria sob a supervisão das autoridades do governo federal, uma vez que as áreas do projeto estavam sob a jurisdição federal. O governo alemão preferia uma negociação direta com o governo da União, evitando a necessidade de lidar com as políticas estaduais.

> Está sendo organizado em Dresden um grande consorcio teuto brasileiro para intensificar a extração da borracha amazônica. Esse objetivo é amparado pelo governo do Reich que fornecerá técnicos, aproveitando exclusivamente braços brasileiros. (...) O projeto será executado de maneira a não ser nunca interpretado como proposito de expansão imperialista, visando sobretudo o aperfeiçoamento do produto para satisfazer as exigências da indústria alemã. (...) O funcionamento do consorcio será controlado por autoridades brasileiras, em virtude de ser essa zona de Jurisdição federal pois o Reich prefere tratar diretamente com o governo da União, ficando assim ao abrigo de desinteligências com a política estadual[428].

Ainda em abril de 1937, o periódico destacou o interesse da Alemanha em explorar a região da Amazônia e sua borracha. Isso se deve ao fato de que, no ano de anterior vários técnicos germânicos estiveram nas regiões do Rio Madeira, Acre e norte do Mato Grosso, onde realizaram várias pesquisas e registros. A profundidade das pesquisas foi tão grande que o governo da Alemanha sabia quanto valiam e custavam os trabalhadores locais da região, propriedades, trapiches, embarcações e outros itens. Além disso, os estudos também diziam a quantidade de borracha produzida anualmente na região. Visto que o projeto político varguista para a região amazônica tinha o foco no suporte a indústria da borracha é possível imaginar um interesse do governo brasileiro em iniciar conversas para uma cooperação com os germânicos.

> Esclarece-se, agora, que há muito a Alemanha cogitava de explorar a borracha amazônica, tendo mesmo vários técnicos germânicos subido, no ano passado, o rio Madeira, transpor-

428 *Jornal do Commercio*. Manaus, 3 abr. 1937, p. 3.

> tando-se ao Acre, e percorrendo a zona norte de Mato Grosso, fazendo observações minuciosas, das quais apresentaram um memorial ao governo de Berlim, descriminado até o custo da vida nas cidades, vilas e seringais da região. O Reich sabe, por exemplo, quanto valem e quanto custam os trabalhadores locais, propriedades, trapiches embarcações, etc. (...) Pelos estudos feitos, saem anualmente sessenta mil toneladas de borracha, produção essa com tendência par a elevar-se.[429]

Por fim em sua edição de 2 de dezembro de 1937, um mês após Getúlio Vargas dar o golpe de Estado que implantaria o Estado Novo no Brasil, o jornal *A Tarde* destacou os elogios de Hitler a nova constituição e regime adotados pelo Brasil. Esses elogios do líder da Alemanha nazista ao governo brasileiro vieram após jornais americanos declararem a nova Constituição brasileira como uma cópia do fascismo italiano e do nazismo alemão. Em resposta, o líder alemão afirmou que ela não era nenhuma das duas, mas sim um trabalho novo para a instituição de um Estado forte, defendido por Getúlio Vargas. O líder nazista disse que o Brasil não necessita copiar o modelo de outras nações e que suas lideranças são dotadas de conhecimento e dignidade. Por fim, a matéria termina destacando o entusiasmo de Hitler pelo Brasil e pelas lideranças do país.

> Tendo alguns jornais americanos, segundo notícias aqui divulgadas, declarando que a nova Constituição Brasileira era uma cópia do fascismo italiano e do nazismo alemão, o presidente Adolf Hitler, falando aos jornalistas, declarou que o novo estatuto básico brasileiro não era nem uma coisa nem outra, sendo, apenas, um trabalho novo, para a instituição do Estado Forte, defendido pelo presidente Getúlio Vargas. Elogiou, depois, em termos inconfundíveis, a contextura da constituição do Brasil, tendo palavras de franco elogio a personalidade do seu presidente. Aludindo as possibilidades de progresso do grande país sul-americano, teceu encômios a inteligência nova dos brasileiros, para os quais preconizou um futuro grandioso. Disse, igualmente, que o Brasil não precisa orientar seu destino pelo de outras nações, pois os seus homens de governo acompanham a marcha evolutiva dos povos cultos e se emparelham com eles, formando, pela inteligência e pela ação, um país respeitável e digno de ser admirado. As palavras do presidente Adolf Hitler tiveram viva repercussão, salientando-se o seu entusiasmo pelo Brasil e seu grande dirigente.[430]

429 *Jornal do Commercio*. Manaus, 4 abr. 1937, p. 3.
430 *A Tarde*. Manaus, 2 dez. 1937, p. 1.

A cobertura pelo *Jornal do Commercio* ressaltou o acordo teuto-brasileiro firmado para a exploração da borracha, apresentando de forma detalhada as metas e objetivos inerentes a esses planos. Além disso, enfatizou o interesse dos Alemães pela região amazônica, que oferecia um considerável potencial de exploração de matérias primas. Pode-se conjecturar que a ênfase atribuída pelo periódico a essa notícia decorra dos proprietários do veículo, que mantinham vínculos substanciais com o comércio daquela região, particularmente no setor da borracha. A cobertura do *A Tarde* destacou as falas de Adolf Hitler sobre a constituição brasileira e sobre como ela é fruto da vontade de uma Estado forte. Ao considerar o forte viés nacionalista e chauvinista do jornal é concebível que a ênfase nessa declaração venha como uma forma de mostrar apoio a nova Constituição e ao plano de Estado forte e centralizador do governo de Getúlio Vargas.

Considerações finais

Ao investigar o quadro de notícias internacionais do *Jornal do Commercio* e do *A Tarde*, é notável a ampla cobertura dos periódicos sobre os principais eventos e conflitos do cenário político europeu. Esses periódicos publicavam matérias que descreviam os conflitos e negociações das principais potências europeias e abordavam desde assuntos como os conflitos coloniais entre a Itália e Etiópia, até o conflito entre a Alemanha e Polônia, que levaria o mundo à Segunda Guerra Mundial. Também é perceptível o crescimento do nazismo, tanto ideologicamente em lideranças da Europa, quanto a expansão agressiva realizada por países como a Itália e Alemanha contra países que não conseguiriam se defender contra tais agressões, como a Albânia, no caso italiano, e a Tchecoslováquia, no caso alemão.

Estruturalmente, os periódicos apresentam diferenças na maneira de abordar e organizar os assuntos internacionais. Durante esse período, as edições do *Jornal do Commercio* geralmente possuíam quatro páginas, enquanto as edições especiais se estendiam para oito páginas. As notícias internacionais eram colocadas na terceira página das edições regulares e na sétima página das edições especiais. Nesses segmentos, compartilhavam espaço com notícias de outros

estados brasileiros e uma série de propagandas de empresas que financiavam o periódico.

Por sua vez, o jornal *A Tarde* costumava ter quatro páginas em suas edições durante esse período, sendo que as edições especiais eram maiores em comparação com as do *Jornal do Commercio*. A página principal para encontrar notícias sobre o cenário internacional era a primeira, enquanto a terceira e a quarta eram utilizadas para complementar os artigos da página inicial. As notícias nacionais e internacionais partilhavam o mesmo espaço e importância, uma vez que ambas eram focos centrais da página mais proeminente do jornal. A segunda página era dedicada aos anunciantes, enquanto a terceira e a quarta página consistiam em uma mescla de notícias cotidianas e complementos da primeira página, junto com anúncios de empresas.

O *Jornal do Commercio* abordou as notícias de forma objetiva e direta, com foco nos impactos e reações políticas que eventos como a expansão agressiva dos países fascistas poderiam causar ao continente europeu. O veículo de comunicação concentrou-se na narrativa das movimentações militares da Itália na África e nas reações dos governos do Atlântico-Norte. Isso resultou em uma abordagem que apagou o sofrimento dos etíopes e os horrores da invasão, focando mais nos discursos dos países europeus envolvidos. Também é notável a falta de conteúdo sobre o posicionamento brasileiro em relação aos eventos que ocorriam na Europa, dando maior ênfase às notícias locais ou do próprio país. O posicionamento do periódico de ser preferencial a abordar temáticas e assuntos nacionais e estaduais, possivelmente, vem do fato de o país, durante toda a década de 1930, estar passando por uma polarização decorrente da instabilidade política e econômica.

O jornal *A Tarde* abordou o panorama europeu de maneira aprofundada e analisou os benefícios que os países fascistas teriam ao executar suas estratégias políticas agressivas. Um exemplo proeminente foi a análise realizada pelo jornal sobre os ganhos que a Alemanha alcançaria com a anexação dos Sudetos. No entanto, é relevante mencionar que o jornal possui um histórico marcante de anticomunismo, com membros que tinham inclinações para ideias de extrema-direita. Portanto, é crucial examinar o periódico de forma

crítica. O periódico optou por enfatizar o apoio entusiástico da população italiana em relação à saída da Liga das Nações e minimizar as razões que conduziram a essa decisão. Essa saída foi resultado da condenação internacional devido à invasão e anexação da Etiópia. Além disso, é notável que o jornal possuía uma perspectiva nacionalista acentuada e respaldava as medidas de centralização política implementadas pelo governo de Vargas. Portanto, a notícia que destaca as declarações de Hitler sobre a nova Constituição pode ser interpretada como um apoio às políticas autoritárias e centralizadoras de Vargas, as quais estavam alinhadas com as ideias compartilhadas pelo jornal e alguns de seus membros.

Por fim é relevante destacar que, durante os anos abordados, o país passou por um processo de transição de uma democracia liberal para uma ditadura inspirada nos regimes autoritários europeus. Nesse período, os periódicos concentravam-se em explorar as instabilidades e deficiências do liberalismo, ao mesmo tempo que reforçavam positivamente a imagem do Estado Novo. A notícia veiculada pelo *A Tarde* sobre o discurso proferido por Adolf Hitler a respeito da Constituição brasileira de 1937 surgiu cerca de um mês após a implantação do novo regime. Ao examinarmos cuidadosamente o contexto em que essa notícia foi publicada e a composição do corpo editorial do periódico, composto por membros com posições ideológicas autoritárias, fica evidente a construção da imagem de um novo regime que busca não apenas parecer robusto nacionalmente, mas também internacionalmente. Além disso, a notícia enfatiza a valorização da figura de um líder forte e predestinado, sendo acolhido por líderes semelhantes em posições internacionais.

Grandes projetos na Amazônia: a implantação da mineradora ALCOA em Juruti, Pará, sob o olhar da imprensa do Jornal Commercio RJ/AM

Maiara Andrade Paes[431]

Este capítulo investiga as representações construídas pelo *Jornal do Commercio*, tanto do Rio de Janeiro quanto do Amazonas, sobre a instalação da ALCOA (*Aluminum Company of America*) em Juruti, oeste do Pará, e suas repercussões nas comunidades tradicionais da região. A ALCOA, uma multinacional do setor de alumínio, se instalou em Juruti, impactando significativamente o município. No entorno do Lago de Juruti Velho, a empresa realiza suas atividades de mineração.

O *Jornal do Commercio* desempenha um papel na moldagem da opinião pública e na disseminação de narrativas que frequentemente refletem interesses econômicos e políticos dominantes. A análise crítica das edições do jornal revela como a chegada da empresa foi apresentada como um marco de desenvolvimento sustentável e progresso econômico para a Amazônia. As reportagens enfatizavam os benefícios esperados, como a geração de empregos e o incremento na infraestrutura local, promovendo uma visão positiva da intervenção da empresa na região.

No entanto, essa visão otimista contrasta com as experiências narradas pelas próprias comunidades afetadas. Moradores como Cenira de Souza Camarão, da comunidade Prudente, compartilham suas vivências, destacando como as promessas iniciais de emprego e desenvolvimento não se concretizaram conforme o esperado. A realidade revelada por essas vozes locais contrasta com a imagem construída pelo jornal, evidenciando lacunas e distorções nas narrativas midiáticas dominantes.

---

431 Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Além disso, a resistência das comunidades tradicionais emerge como um elemento essencial desta investigação. A organização de movimentos como a Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE) e manifestações populares, como a de 2009 pela reivindicação dos royalties devidos, confronta a versão hegemônica apresentada pelo *Jornal do Commercio*. A cobertura jornalística desses eventos, muitas vezes rotulando os manifestantes como "invasores", evidencia as estratégias discursivas utilizadas para deslegitimar as demandas legítimas das comunidades locais.

Portanto, este capítulo se propõe a desvelar como o *Jornal do Commercio* influenciou a percepção pública sobre a instalação da ALCOA em Juruti, destacando suas escolhas editoriais e o impacto na construção de consensos e dissensos sociais. Ao confrontar as narrativas midiáticas com as experiências vividas pelas comunidades, busca-se compreender de que maneira a mídia contribui para a reprodução ou contestação das relações de poder e hegemonia na região amazônica.

A Amazônia como palco de conflitos

A Amazônia tem sido um cenário de intensos conflitos ao longo dos anos. A ECO-92, por exemplo, marcou um ponto crucial para Samuel Benchimol, destacando o conflito entre os países do Norte e do Sul, fenômeno este denominado "borealismo ecológico". Esse termo reflete a visão predominante dos países do Norte, como os Estados Unidos, sobre os países do Sul, como o Brasil, em relação à responsabilidade pela preservação dos grandes ecossistemas tropicais[432].

As lideranças do primeiro mundo desejam transferir aos países pobres, que possuem florestas primitivas, a incumbência de preservar seus grandes ecossistemas para manter a saúde global do planeta, ou seja, a responsabilidade passa para os países tropicais a necessidade de preservar seus grandes ecossistemas[433].

432 LIMA, Soraya Oliveira; SCHERER, Elenise Faria; RIBEIRO, Odenei de Souza. "Borealismo ecológico: a relação social, econômica e ambiental da Amazônia". *RELEM – Revista Eletrônica Mutações*, 2015, p. 162-171.
433 *Ibidem*, p. 166.

Os países desenvolvidos, enquanto desfrutam dos benefícios de suas próprias políticas industriais e de expansão econômica, frequentemente transferem para os países tropicais a responsabilidade pela preservação desses ecossistemas. Gerd Kohlhepp [434]salienta que os países industrializados historicamente consideraram as florestas tropicais como simples reservas de matéria-prima.

A empresa multinacional ALCOA, fundada em Pittsburgh, Pensilvânia, em 1888 como Pittsburgh Reduction Company, exemplifica essa dinâmica. Iniciando suas operações no Brasil em 1965, a ALCOA expandiu suas atividades para extração de minério em Poços de Caldas (MG), São Luís (MA) e Juruti (PA), com escritórios em São Paulo (SP) e Brasília (DF), além de participações na Mineração Rio do Norte (MRN) e em usinas hidrelétricas como Machadinho, Barra Grande e Serra do Facão.

As políticas brasileiras também desempenharam um papel crucial na chegada da ALCOA a Juruti Velho, no Pará. Iniciativas como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), substituída posteriormente pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), refletiam o desejo do governo militar de explorar economicamente a região amazônica, incentivando iniciativas privadas através de benefícios fiscais e reduções tributárias[435].

Foi com o programa de desenvolvimento Megaprograma Avança Brasil, atuante entre 2000 e 2003, com perspectiva de planejamento até 2007, que a empresa ALCOA se implantou em Juruti, no Pará, em 2006. Esse programa foi planejado pelo Ministério do Planejamento para a Amazônia, baseado na chamada "sustentabilidade", "com eixos nacionais de integração e desenvolvimento e progresso regional através do crescimento econômico"[436], que lembra, segundo Kohlhepp, a visão do governo militar de valorização da periferia amazônica nos anos 70 por meio do Programa de integração Nacional. Uma visão conservadora de que a Amazônia possui espaços "vazios" que precisam ser explorados, progredir e desenvolver.

Para os países centrais do capitalismo, ao mesmo tempo em que os países periféricos possuem em seus territórios uma floresta

434 KOHLHEPP, Gerd. "Conflitos de interesses no ordenamento territorial da Amazônia brasileira". *Estudos Avançados*, v. 16, 2002, p. 37-61.
435 *Ibidem*, p. 37-38.
436 *Ibidem*, p. 50.

rica em biodiversidade como a Amazônia, cabe a eles preservarem para o bem comum da humanidade. Mas sabemos que os países do Norte são os principais responsáveis pela degradação e poluição do meio-ambiente, e são deles que partem a expansão do capital e da industrialização "o que deveria ser uma tarefa comum a todos passou a ser um ônus que os países boreais desejam transferir aos povos tropicais"[437].

> **ALCOA integra índice das cem melhores em prática empresarial sustentável:** A Alcoa acaba de ser nomeada uma das empresas mais sustentáveis do mundo. É a terceira vez consecutiva que a companhia consta na lista anual da Global 100, divulgada durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça. A ALCOA foi reconhecida como um dos maiores exemplos de práticas empresariais sustentáveis pelo desempenho e atuação estratégica na forma de tratar as questões sociais, ambientais e de seus negócios[438].

Neste momento, um dos papeis da imprensa era hegemonizar o discurso de um capitalismo sustentável e humanitário. Depois do mundo olhar para Amazônia, o correto passou a ser: explorar, mas ao mesmo tempo "preservar". Essa notícia do ano de 2007, no *Jornal do Commercio* – AM, traz a ALCOA, uma empresa norte-americana, como uma das mais sustentáveis no mundo, ocultando que as empresas originárias dos países do Norte têm práticas poluidoras [439] neste sentido percebemos que essas empresas vão se adaptando às pautas e as exigências do mundo moderno. Tais narrativas são uma versão hegemônica, que marginalizam, inviabilizam e silenciam as narrativas de povos indígenas e das comunidades tradicionais que historicamente foram afetadas por transformações significativas em seus modos de vida e territórios por grandes projetos de desenvolvimento. [440]

Contudo, o discurso de desenvolvimento sustentável estava aflorando mais intensamente, mas ao mesmo tempo ainda existiam as contradições e incertezas sobre os rumos dos direitos das popu-

437 *Ibidem*, p. 167.
438 *Jornal do Commercio*. Manaus, 30 jan. 2007.
439 LIMA, SCHERER, RIBEIRO, "Borealismo ecológico", p. 168.
440 DANTAS, Adailson Soares; LOBATO, Flavio Henrique Souza. "Uma história sobre a "natureza" das cidades na Amazônia: constituição, modernidade e processos contemporâneos". *Novos cadernos NAEA*, v. 24, n. 1, 2021, p. 307-317.

lações tradicionais e etnias indígenas que coexistiam na Amazônia. Os conflitos aumentariam devido aos interesses privados fortalecidos pelos objetivos do governo de desenvolvimento econômico e regional.

A implantação da mineradora Alcoa na perspectiva da imprensa

A historiadora Tânia de Luca[441] traz diversos autores que trabalham com periódicos, como Jean Glénisson, que fala da dificuldade de compreendemos as influências ocultas por trás de um órgão de informação:

> Ele endossou as palavras do historiador Pierre Renouvin, que insistia na importância crucial de se inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros, aspectos que continuavam negligenciados seja pelos historiadores que recorriam à imprensa, seja pelos que se dedicavam a escrever sua História [442].

De Luca aponta para a importância de fazermos o levantamento da conjuntura em que foi escrito o periódico seja seu contexto, a qual necessidade está atendendo, urbana, letrada ou do mercado capitalista? Quais suas influências políticas e econômicas? Assim nos perguntamos nessa pesquisa: Quem fala através do *Jornal do Commercio*? Uma vez que "uma empresa de comunicação privada pode interessar aos empresários devido ao poder político e social que ela traz consigo". Para compreendermos de modo geral, Rosário de Barros[443] analisa a trajetória do *Sistema Jornal do Commercio de Comunicação* bem como as relações políticas e a racionalização das indústrias culturais.

Desde o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro ao *Jornal do Commercio* do Amazonas, em ambos foram encontradas reportagens referentes aos investimentos, empregos, impactos positivos na

441 LUCA, Tania Regina. "Fontes impressas: História dos nós e por meio dos periódicos". *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

442 LUCA, "Fontes impressas", p. 116.

443 BARROS, Rosário de Pompéia Macedo de. *Das relações à racionalização das indústrias culturais: a trajetória do Sistema* Jornal do Commercio *de Comunicação*. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2009.

balança comercial nacional que a empresa ALCOA proporcionaria para o país e para região. Seria essa reprodução de interesses particulares? Não só isso, como também "interesses públicos", visando o planejamento do Estado com a criação de programas desenvolvimentistas que já vimos anteriormente enquadravam o município de Juruti.

O *Jornal do Commercio* também se configura na lógica das indústrias culturais, ou seja, é uma organização industrial e comercial que produz bens simbólicos, seja por meio de informação ou entretenimento como sua atividade final. [444] Informações dispostas sobre a pré-implantação da ALCOA foram relacionadas aos lucros e investimentos da empresa na região amazônica.

As atividades da empresa iniciam-se em 2006, sob o governo Lula, mas sua presença no país já havia sido marcada bem antes, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso no âmbito do programa "Avança Brasil"[445]. As empresas já sabiam que Juruti possuía uma das maiores reservas de bauxita do mundo desde a ditadura civil-militar. O governo federal traçou o perfil de regiões que tinham "vocação econômica" e que "fazem parte de uma visão geoestratégica de longo prazo de desenvolvimento regional"[446] e, assim, Juruti foi escolhida:

> O projeto de exploração da bauxita em Juruti teve origem em 2000, quando o grupo ALCOA adquiriu a Reynolds Metals[447], que já vinha fazendo estudos em Juruti desde a década de 1980. Em 2001, a própria ALCOA deu início à fase de pesquisa mineral nos platôs Caapiranga, Guaraná e Mauari. As estimativas são de que Juruti tenha reservas de cerca de 700 milhões de toneladas métricas de bauxita de alta qualidade, uma das maiores do mundo[448].

444 *Ibidem,* p. 108.

445 "A hidrelétrica de Serra Quebrada, a ser construída no rio Tocantins por companhias de alumínio internacionais (ALCOA e Billiton), é parte do plano do Avança Brasil para transformar esse rio em uma escadaria de represas. Nesse caso, o reservatório deslocaria um número grande de pessoas e inundaria parte de duas reservas indígenas, assim como também afetaria florestas inundadas"(Fearnside, 2001, p. 117). In: Fearnside, P. M. "Avança Brasil: consequências ambientais e sociais na Amazônia brasileira". *Cadernos Adenauer*, 2(4), 2001, p. 101-124.

446 KOHLHEPP, "Conflitos de interesses no ordenamento territorial da Amazônia brasileira", p. 49.

447 A Reynolds Group Holdings é uma empresa de embalagens sediada na Nova Zelândia com raízes na antiga Reynolds Metals Company que era a segunda maior empresa de alumínio dos Estados Unidos e a terceira maior do mundo. A Reynolds Metals foi adquirida pela ALCOA em junho de 2000.

448 VERDE, Rodrigo Braga da Rocha Villa; ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez; FER-

Em suas pesquisas Verde, Alamino e Fernandes colocam que Juruti estava sendo inspecionada por interesses no recurso do minério de bauxita desde 1980 pela empresa *Reynolds Metals*. Procurando por arquivos que contenham os registros da sua atividade, encontramos no *Jornal do Commercio* – RJ, em 30 de outubro de 1980 que a transnacional *Reynolds Metals Company* havia investido em pesquisa mais de US$ 200 milhões nas jazidas de bauxita em Juruti, no Pará nos anos de 1980:

> **Reynolds extrai na Amazônia:** A transnacional *Reynolds Metals Company* planeja extrair da Amazônia um milhão de toneladas de bauxita, graças a um investimento de US$ 180 milhões a US$ 200 milhões até 1985, disse ontem o gerente da Reynolds Alumínio do Brasil, Carlos Eduardo Lins e Silva. Somente no início de 1990, a *Reynolds Metals* - sediada nos Estados Unidos e a terceira empresa do mundo em seu gênero – poderá estar explorando alumínio no Brasil [...] nos próximos18 meses a Reynolds pretende investir igual quantia para o bloqueio de jazidas, em Juruti-PA[449]
>
> Já gastou US$ três milhões nas pesquisas na Amazônia, localizando reservas inferidas de 50 milhões de toneladas, e vai investir igual o volume de dólares nos próximos 18 meses para bloquear as jazidas, em Juruti-PA [...] toda produção será exportada para transformadores de alumínio do próprio grupo e outros países do mundo[450]

Ambas as empresas, *Reynolds* e ALCOA, competiam no mercado com a produção de alumínio. “A Reynolds Metals Company, terceira maior produtora de alumínio em todo o mundo, era superada apenas pela ALCOA”[451]. Devido ao poder econômico e comercial superior da ALCOA, em 2000, ela comprou a Reynolds e todos os estudos que esta já havia feito na região de Juruti. Nessa relação de compra e venda, Juruti se configura apenas como “periferia da periferia”, sendo vista unicamente como uma reserva de matéria-prima a ser extraída para o mercado externo.

NANDES, Francisco Rego Chaves. “Região Norte: os desafios da extração mineral na Região Norte em prol do desenvolvimento socioeconômico. In: FERNANDES, Francisco Rego Chaves; ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez; ARAÚJO, Eliane Rocha (Eds.). *Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos*. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.

449 *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 30 out. 1980.

450 *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 30 out. 1980.

451 *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 11 fev. 1982.

Com as notícias que veremos ao longo do artigo sobre os investimentos bilionários da ALCOA no país, é importante compreendermos a verdadeira problemática. Constantemente, quem sofre com o processo de "desenvolvimento regional" e a "integração internacional" da região são as populações tradicionais que vivem na floresta, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Esses grupos, que tem seus modos de vida entrelaçados pelo extrativismo, pesca e caça, são historicamente invisibilizados pelo poder e interesses hegemônicos.

Contudo, precisamos entender como a "hegemonia" era instituída na imprensa. Jesús Martin-Barbero[452] nos diz que:

> O conceito de hegemonia elaborado por Gramsci possibilita pensar o processo de dominação social já não como imposição a partir de um exterior e sem sujeitos, mas como um processo no qual uma classe hegemoniza, na medida em que representa interesses que também reconhecem de alguma maneira como seus as classes subalternas. E "na medida" significa aqui que não há hegemonia, mas sim que ela se faz e desfaz, se refaz permanentemente num "processo vivido", feito não só de força, mas também de sentido, de apropriação do sentido pelo poder, de sedução e de cumplicidade [453].

Ambos os lados possuem o que Martin-Barbero chama de "capacidade de ação". A classe dominante usa a imprensa para impor sua hegemonia ao apresentar seus interesses como se fossem interesses de todos (indústria e população local). Vivemos em uma sociedade capitalista, um sistema que transforma o bem público, isto é, o bem comum "não-excludente", em mercadoria. A informação torna-se um objeto associado ao pensamento econômico, pois pode ser gerenciada por grandes empresas e instituições em função de interesses particulares[454].

Vejamos a notícia a seguir da figura 3: nos dias 24 e 25 do mês de outubro, em 2005, no *Jornal do Commercio – Rio de Janeiro*, seção "empresa". A foto (figura 3) mostra a audiência no Palácio do Planalto que ocorreu no dia 23, entre Alain Belda presidente mun-

452 MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997.

453 Ibidem, p. 104.

454 BARROS, *Das relações à racionalização das indústrias culturais*, 2009.

dial/executivo-chefe (CEO) da ALCOA e Luiz Inácio Lula da Silva, à época presidente do Brasil. A partir deste dia, foi anunciado a ampliação das ações da empresa em São Luiz (MA), Poços de Caldas (MG), e no Município de Juruti (PA).

A reportagem notícia que em Juruti, a produção lucraria por ano mais de 2,6 milhões com a exploração de Bauxita, como também, em todos os três estados, gerariam 6,5 mil empregos e com impacto de 400 Milhões por ano na balança comercial nacional[455].

No dia 28 de outubro de 2005, a seção "Economia" do *Jornal do Commercio* – Amazonas publicou um artigo que aborda o discurso "sustentável" associado ao Prêmio Bahia Ambiental. O prêmio visa valorizar e premiar as melhores iniciativas e ideias que contribuem para melhorar a qualidade de vida, com foco na conservação ambiental. O político do Amazonas, Jorge Garcez, expressou sua opinião, afirmando que esse prêmio "mostra que empresas de mineração podem ser operadas de forma sustentável e dentro dos padrões exigidos pela legislação ambiental". Ademais, o debate sobre a exploração minerária trouxe como exemplo a ALCOA, "a maior empresa de alumínio do mundo, que planeja investir US$ 1,6 bilhão no Brasil nos próximos anos".

Segundo Martín-Barbero[456], o Estado, após a maturação do capitalismo, se converte em gestor da economia política. Para o governo foi de "interesse comum", o desenvolvimento regional e econômico da Amazônia. Em Juruti, isso simbolizava o investimento de 350 milhões, segundo o *Jornal do Commercio* – AM, no ano de 2005, mesmo com o menor investimento dentre os demais:

> A mina de Juruti, no Pará, receberá uma parcela menor do programa de investimentos, ou seja, US$ 350 milhões, mas terá função essencial na definição deste esquema. De lá sairá minério de bauxita que dará suporte à expansão da produção de alumina na planta industrial de São Luiz [...] O Pará se tornará então o segundo maior produtor mundial, com 36 milhões de toneladas [457].

Podemos ver como se articula a hegemonia através desses artigos de jornal, pois a implantação da empresa é apresentada como

455 *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 24 e 25 out. 2005.
456 *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 24 e 25 out. 2005.
457 *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 28 out. 2005.

benefício social onde todos ganharão pois haverá criação de empregos para a população local e superávit na balança comercial do governo. Como asseverou Martin-Barbero, é no processo vivido que a hegemonia faz incorporar os interesses de vários agentes e de se apropriar de determinados debates, como exemplo, a atividade de mineração, que é uma das mais predatórias para a natureza, se apresentar como atividade sustentável que conciliaria com preservação e desenvolvimento econômico.

A floresta amazônica, por três décadas foi idealizada como "campo de experiências" através de "modelos de desenvolvimento", sendo transformado em um espaço de ação de conflitos de interesses, se configurando como periferia da periferia [458]. Desde a década de 70 foram implantados planos que visavam o desenvolvimento regional amazônico, e todos os modelos não incluem os povos tradicionais nas decisões sobre nos planos de desenvolvimento a seres implantados.[459] Em consequência, geram conflitos que ferem os direitos dos povos tradicionais, os números em dólares quantificados nas matérias só reafirmam que as questões que envolvendo os povos tradicionais não são postos e nem geram pauta.

> Indígenas, ribeirinhos, pobres e vulneráveis são populações vítimas da forma colonizada e colonialista de se tratar a Amazônia. Pensada apenas como território a ser explorado economicamente, a existência dos povos que a habitam surge como empecilho ao desenvolvimento econômico. Esse modelo afronta os direitos humanos, ataca os direitos sociais e amplia o fosso das desigualdades: educação, saúde, moradia, infraestrutura urbana e outros direitos são atingidos sem que os governantes se deem conta dos prejuízos conferidos ao desenvolvimento humano [460]

Partindo das notícias, questionamos, desenvolvimento para quem? Quem enriquece com o que é extraído? Os jornais JC, tanto do Amazonas quanto do Rio de Janeiro, estavam até esse momento reproduzindo notícias de interesse capitalistas, como lucros e investimentos. Não houve a preocupação ou discussão a respeito das expectativas futuras das comunidades tradicionais residentes do

---

458 KOHLHEPP, "Conflitos de interesses no ordenamento territorial da Amazônia brasileira", p. 52.

459 SECCO, Márcio; ZUIN, Aparecida Luzia Alzira. "Apresentação". *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 7, n. 2, 2019, p. 13-18.

460 Ibidem, p. 16.

entorno "Lago Grande de Juruti Velho", seja os impactos em seus modos vida, práticas, subsistência e organização. Se a memória hegemônica não lembrava desses sujeitos e nem escutava suas vozes, onde poderíamos encontrá-los?

Pollack irá nos dizer que há longo silêncio sobre o passado, que longe de conduzir ao esquecimento, existe na resistência da sociedade civil diante de discursos oficiais. Nesta pesquisa, percebemos que a memória hegemônica estava sendo elaborada em jornais de circulação nacional e regional (*Jornal do Comércio*). A memória, por muito tempo, esteve ligada aos fenômenos de dominação tornando-se oficial, seletiva, silenciando memórias subterrâneas.

A memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, própria da pessoa. Mas também a memória deve ser entendida, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.[461] A História Oral privilegia as vozes dos excluídos, dos marginalizados e das minorias [462].

Para representar essa memória subterrânea que é parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, traremos a narrativa de Cenira de Souza Camarão moradora da comunidade Prudente, possuía no dado momento da entrevista 63 anos de idade. Hoje ela está aposentada, conseguiu recentemente sua aposentadoria com 62 anos de idade. Antes trabalhava na roça, produzia e comercializava a farinha de mandioca, também criava e vendia galinhas em seu sítio. Mudou-se para o Prudente há mais de 30 anos quando se casou, antes residia na comunidade Maravilha com seus pais. Ela também é sócia e atuante da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho – ACORJUVE. Ela, pertencente de uma comunidade tradicional traz em suas narrativas "práticas sociais tecidas no compartilhamento de experiências que engendram valores, modos de ver, sentir e fazer, como aceitação, negação, oposição e resistência". [463]

---

461 POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
462 POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silencio". *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
463 MEDEIROS, Mônica Xavier de. *Puxirum de histórias: lutas por terras e águas em Vila Amazônia – Parintins/AM (1980-2000)*. Tese de Doutorado, PUC/SP, 2017, p. 38

> **Cenira:** Pra ver que logo que ela (ALCOA) entrou ela deu trabalho até pra "piu-piu", era mulher, era criança, pra homem era do tipo que quisesse.
>
> **Maiara:** Trabalho de quê?
>
> **Cenira**: Trabalhava em muita coisa lá eles davam trabalho lá. Pros homens era de roçar, era zeladoria e muita coisa... aí depois elas foram alimpando. Não deram mais trabalho, não deram mais trabalho. Foram jogando os homens, foram jogando as mulheres [464].

Os empregos gerados favoreceram a população jurutiense? Segundo o Jornal do Commercio, a empresa geraria mais de 6,5 mil empregos nas cidades de São Luiz, Maranhão e Juruti. Dona Cenira Guimarães, moradora da comunidade Prudente, Juruti Velho/PA, na entrevista em que realizamos, não só traz narrativas individuais, mas também coletivas, o que Pollack chama de acontecimentos "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Ela narra que a oportunidade de emprego ofertada para a população, de início, foi unicamente como mão-de-obra barata. Trabalhos pesados que exigiam a força física nas construções da sede da empresa. A problemática maior é que os jurutiense não tinham formação escolar e técnica para as vagas mais qualificadas na empresa.

A princípio, com a instalação da ALCOA de 2005 para 2006, muitos agricultores das comunidades de Juruti Velho, abandonaram suas roças porque achavam que teriam oportunidade de emprego, já outros negociaram suas terras com a mineradora e se mudaram para o núcleo urbano de Juruti. No período entre 2007 e 2008 esses mesmos agricultores perceberam que não haveria lugar para eles na mineradora. E como Dona Cenira já havia dito, somente alguns destes foram empregados pelas empreiteiras, ou seja, as terceirizadas, para desenvolverem trabalhos de baixa qualificação somente até a instalação do projeto. Depois disso foram demitidos. Somente os havia plantado novas roças conseguiram manter suas terras e uma estrutura mínima de trabalho na zona rural [465].

---

464 Entrevista com Cenira de Souza Camarão realizada por Maiara Andrade Paes em 19 de janeiro de 2020.

465 LOPES, Luis Otávio do Canto. *Conflito e (re)organização territorial: mineradora ALCOA e Comunidades Ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, Município de Juruti – Pará – Amazônia – Brasil*. Tese de Doutorado, UFRGS, 2012, p. 81-82.

Diante das "promessas de mudança e desenvolvimento", a mídia foi responsável pela difusão de interesses econômicos do governo e da empresa, bem como no convencimento das pessoas como a população local, prefeitos, deputados etc. Na entrevista feita com dona Cenira, a partir de suas memórias e experiências, ela relata que os moradores das comunidades acreditavam que a implantação da empresa na região traria mudanças, trabalho para todos, educação e saúde, por isso, permitiram sua entrada. Mas com o passar dos anos se encontraram em uma realidade oposta às suas expectativas:

> Antes quando começou era muito bom. Quando ela começou a entrar era muito bom. Lá na base onde é agora, tinha uma enfermagem, se triscava no dedo da gente, a gente corria lá e eles atendia. Se uma pessoa tava com ferimento a gente ia lá e era atendido. Quando minha filha adoeceu aqui eu fui muito atendida com eles, muito mesmo. Aí depois com um ano ou dois anos aí foi mudando, foi mudando a diferença. Tiraram o hospital aí da base e as coisas foi mudando, ficou diferente [466].

A assistência médica oferecida pela empresa estava à disposição de toda comunidade, quem precisasse de cuidados emergenciais era bem atendido, o que facilitava a vida de moradores que não precisariam viajar mais de uma hora de barco ou outro transporte para solicitar socorro no Hospital Municipal, no núcleo urbano de Juruti. Quando foi retirado o hospital da base Caapiranga, dona Cenira diz que a relação entre empresa e a comunidade começou a mudar, pois era um atendimento que não só atendia os trabalhadores da mina, mas também, comunidades ao redor. O que parecia ser uma simples ação da empresa, para as os moradores tradicionais era acesso à saúde para aqueles que careciam de recursos básicos.

> Afastando-se os entulhos promocionais, as falácias da publicidade a manipulação dos noticiários de acordo com os interesses econômicos, nota-se que a Amazônia vem sendo quase sempre vítima, repetidamente abatida pelas simplificações, pela esterilização de suas lutas e neutralização das vozes regionais[467].

466 Entrevista com Cenira de Souza Camarão realizada por Maiara Andrade Paes em 19 de janeiro de 2020.

467 SOUZA, Márcio. "Amazônia e modernidade". *Estudos Avançados*, n. 16 (45), 2002, p. 31-36.

Aqui Souza está se referindo ao processo de "modernização" na Amazônia, que segundo ele "é uma região acostumada com a modernidade" sendo histórico que sua integração econômica era e ainda é feita em detrimento da história e tradições locais. Os tecnocratas (trazendo para nossa discussão, as empresas privadas) e o governo central são incapazes de aceitar as experiências locais no processo de interação, silenciando as vozes de comunidades tradicionais, quilombolas, etnias indígenas entre outros. [468]

Por outro lado, é importante ressaltarmos sobre a organização das comunidades tradicionais que habitam o Lago Grande de Juruti Velho, das resistências destes sujeitos sociais diante do "progresso" imposto e defendido pelo capitalismo através da luta pelos royalties marcada pela resistência e união dos comunitários. Com uma organização tanto formal e judicial, quanto a própria ação coletiva, mas que foi rechaçada pela imprensa.

A manifestação que aconteceu no ano de 2009, foi para reivindicar os Royalties[469] que por direito deviam ser pagos para as comunidades tradicionais do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), em Juruti Velho, diante dos impactos socioambientais na região. Ele foi organizado pela Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE) e pelas Congregação das Irmãs Franciscanas de Maristela.

A criação da associação tinha como objetivo assegurar e reivindicar direitos. Assim sendo, as comunidades em que entrevistamos como o Prudente da Dona Cenira, estão inclusas e representadas por ela. Quando esses grupos se organizam politicamente, estabelecendo relações jurídicas entre povos tradicionais e o Estado, passam a ser vistos como um impedimento ao "progresso", sendo este, no caso, um obstáculo para a ALCOA.

Na nota de fevereiro de 2009 do *Jornal do Commercio* – RJ, define-se como "invasão" e "invasores" a manifestação dos participantes que bloquearam o porto da ALCOA, acampando durante duas semanas consecutivas apenas para ter oportunidades de dialogar com as autoridades da empresa.

---

468 *Ibidem*, p. 33.

469 Royalties são uma quantia paga por alguém a um proprietário pelo **direito de uso**, exploração e comercialização de um bem. São exemplos de bens produtos, obras, marcas e terrenos. Disponível em: https://www.suno.com.br/artigos/royalties

Segundo Martin-Barbero no período pré-industrial de meados do século XVIII a meados do XIX na Inglaterra e França toda a sociedade foi forçada a se adaptar às mudanças produzidas pela industrialização. Durante esse processo as classes populares foram agentes ativos de movimentos de resistência e protesto. Esses movimentos eram vistos pelas classes dominantes como "motins de subsistência", desordem e um aglomerado de gente desobediente "a história que reduz o protesto popular aos motins". A reação dos subalternos diante da fome e da alta dos preços era uma convicção que "materializava costumes tradicionais, direitos e práticas legitimadas na cultura popular"[470].

A pesquisa de Martin-Barbero nos ajuda a pensar a problemática da presente pesquisa, pois as comunidades de Juruti Velho lutavam pelo direito mínimo de receber uma quantia de reparação dos impactos que estavam sofrendo. Esse dinheiro seria insignificante diante das mudanças em seus modos de vida, mas que certamente ajudaria a população que vive do extrativismo, roça, pescaria, com uma renda extra para ajudar na reprodução social de suas famílias.

Na visão do Estado, do capitalismo, da imprensa, os comunitários eram invasores que estavam barrando a entrada da mina. O que seria essa quantia repassada para 2000 famílias diante dos "50 milhões de toneladas" retirados de bauxita da região? O verdadeiro conflito não era a invasão/motim da multidão na frente do porto da ALCOA, mas sim "o verdadeiro conflito era entre os modos populares de vida e a lógica emergente do capital".[471] Seja entre "motins ou invasões", as comunidades de Juruti Velho em 2009, estavam sendo forçadas se adaptarem às mudanças do capitalismo para a região. Essa mudança atingiu seus direitos, costumes e práticas sociais.

Esse debate levanta questões críticas sobre a justiça social e econômica. Como podem as comunidades tradicionais negociar seus direitos e sobrevivência em um sistema que frequentemente invisibiliza e desvaloriza suas contribuições? Como podemos reavaliar as práticas capitalistas para incluir a voz e os direitos daqueles que são mais afetados por suas operações? Essas perguntas destacam a necessidade urgente de reexaminar a relação entre desenvolvimento econômico e justiça social, especialmente em contextos em que

470 SOUZA, "Amazônia e modernidade", p. 136.
471 SOUZA, "Amazônia e modernidade", p. 138.

comunidades locais enfrentam pressões para se adaptar a mudanças que ameaçam sua própria existência,

Considerações finais

A análise das matérias do *Jornal do Commercio*, especialmente sobre o discurso "sustentável" em relação à exploração minerária na Amazônia, revela a complexidade e as contradições do desenvolvimento econômico na região. A narrativa jornalística frequentemente apresenta a implantação de empresas como a ALCOA como uma solução benéfica para a economia local, destacando investimentos financeiros significativos e a criação de empregos. No entanto, essa visão hegemônica esconde os conflitos e as consequências sociais e ambientais adversas para as comunidades tradicionais.

A perspectiva de Martín-Barbero sobre a transformação do Estado em gestor da economia política após a maturação do capitalismo ajuda a entender o interesse do governo no desenvolvimento regional da Amazônia. O investimento da ALCOA em Juruti, embora significativo, exemplifica como essas iniciativas frequentemente ignoram as vozes e os direitos das populações locais, tratando a região como uma simples fonte de recursos a ser explorada.

O testemunho de Cenira de Souza Camarão, moradora da comunidade Prudente, ilustra as expectativas frustradas dos moradores em relação à chegada da ALCOA. Inicialmente, a empresa ofereceu empregos e assistência médica, criando uma falsa esperança de desenvolvimento sustentável. Contudo, com o tempo, esses benefícios foram retirados, deixando os moradores sem alternativas econômicas viáveis e expostos a condições de trabalho precárias.

A organização das comunidades tradicionais, como a ACORJUVE, e suas manifestações para reivindicar direitos, como os royalties pelos impactos socioambientais, demonstram a resistência ativa desses grupos. No entanto, a cobertura jornalística frequentemente retrata essas ações como "invasões" ou "desordem", refletindo uma visão dominante que marginaliza as demandas legítimas dos povos tradicionais.

A memória coletiva das comunidades, como descrita por Pollack, é um fenômeno social que resiste aos discursos oficiais e

hegemônicos. A história oral e as narrativas dos moradores de Juruti Velho destacam a importância de ouvir e valorizar essas vozes excluídas, que trazem à tona as verdadeiras consequências das políticas de desenvolvimento impostas pelo capitalismo.

Em suma, a exploração da Amazônia continua a ser marcada por conflitos de interesses, onde o progresso econômico é frequentemente alcançado às custas dos direitos e das práticas culturais das populações locais. A luta das comunidades de Juruti Velho exemplifica a resistência contínua contra a lógica do capital, defendendo um desenvolvimento que realmente considere e respeite os direitos e as necessidades dos povos tradicionais.

O livro *Amazônia: História, Trabalho e Imprensa* é resultado do trabalho de pesquisadores e colaboradores do LABUHTA, em sua maioria vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História da UFAM, e busca proporcionar uma amostra das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do laboratório.

Na primeira parte do livro, encontram-se textos que abordam a perspectiva do trabalho na Amazônia, promovendo uma análise cuja centralidade recai sobre associações de trabalhadores, categorias profissionais (como tipógrafos, pilotos e metalúrgicos) e possibilidades de análise (como a preocupação com a preservação dos acervos em Tefé e a reflexão sobre a Lei dos Acidentes). Na segunda parte, verificamos o dinamismo das pesquisas desenvolvidas no laboratório.

A imprensa como fonte e objeto de análise surge como um grande destaque. Nesta segunda parte do livro, a análise da imprensa ganha destaque em capítulos que analisam jornais como o Paládio e o Jornal do Comércio, embasando análises sobre os projetos desenvolvimentistas para a Amazônia e a geopolítica no período entreguerras. Além disso, a política indigenista na Amazônia e os projetos da ditadura militar também ganham destaque.

ISBN 978-85-5467-429-8